

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCÍCIO DE 1940

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acôrdo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1940, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à rua Treze de Maio, ou mediante recolhimento e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, computado já o desconto de 20 %, a que têm direito, em duas prestações semestrais de 28\$0.

As assinaturas só vigorarão dentro do exercício financeiro de cada ano. Por esse motivo, as inscrições novas ou as renovações que forem feitas durante o mês de junho só poderão abranger o 2º semestre do ano em curso.

As reclamações sobre irregularidade de remessa aos assinantes devem mencionar os números impressos no alto, à esquerda, dos respectivos endereços.

Para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior àquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

As repartições arrecadadoras não devem aceitar pedidos de assinaturas seno dentro dessas condições, a não ser para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário da Justiça" ou de cada uma das seções do "Diário Oficial":

Repartições públicas ou particulares	Assinantes	No interior.....	70\$000
		No exterior.....	110\$000
Funcionários públicos		No interior.....	56\$000
		No exterior.....	88\$000

O preço do número de hoje está fixado na última página desta edição. O número atrasado custa mais \$100; por ano decorrido, mais \$500.

OBSERVAÇÕES

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes números atrasados, extraviosados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, afim de não ficarem com as suas coleções desatualizadas.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfândegas, poderão ser encaminhados diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas dentro dos primeiros 15 dias do novo período serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Nos dias 10 e 25 de cada mês será publicada, em fascículos apenas no "Diário da Justiça", a jurisprudência do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do público, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga, verificada pelos interessados a existência de erros ou omissões, devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto-lei n. 1.974, de 22 de janeiro de 1940.
Decreto-lei n. 1.991, de 31 de janeiro de 1940.
Decreto-lei n. 1.992, de 31 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.184, de 24 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.198, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.199, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.200, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.201, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.202, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.203, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.204, de 30 de janeiro de 1940.
Decreto n. 5.225, de 31 de janeiro de 1940.
Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 30 de janeiro de 1940.
Ministério da Fazenda — Decretos de 30 de janeiro de 1940.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Decretos de 30 de janeiro de 1940.
Departamento Administrativo do Serviço Público.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Expediente da Diretoria da Justiça e do Interior, da Diretoria de Contabilidade, da Imprensa Nacional e do Departamento de Imprensa e Propaganda.
Ministério da Educação e Saúde — Portarias — Expediente do Gabinete do ministro, da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional de Educação e da Divisão do Ensino Superior.
Ministério das Relações Exteriores — Portarias.
Ministério da Fazenda — Expediente do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, da Diretoria das Rendas Aduaneiras, da Diretoria do Dócio da União, da Recebedoria do Distrito Federal, do Segundo Conselho de Contribuintes e da Diretoria do Imposto de Renda.
Ministério da Marinha — Expediente do Sr. ministro.
Ministério da Guerra — Despachos — Expediente do Sr. ministro, das Diretorias de Fundos do Exército, da Diretoria de Intendência da Guerra e da Secretaria Geral.
Ministério da Viação e Obras Públicas — Portarias — Expediente do Sr. ministro, da Diretoria Geral de Contabilidade, do Serviço do Pessoal, do Departamento de Aeronáutica Civil e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
Ministério da Agricultura — Expediente do Sr. ministro, do Departamento Nacional da Produção Mineral, da Divisão de Contabilidade, da Divisão do Pessoal, do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, da Divisão de Comunicações, do Serviço de Economia Rural, do Departamento de Administração, do Serviço de Meteorologia, do Instituto de Experimentação Agrícola e da Comissão de Abastecimento.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Portarias — Expediente do Sr. ministro, do Serviço do Pessoal, do Departamento Nacional do Trabalho, do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, do Departamento Nacional de Imigração, do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, do Conselho Nacional do Trabalho, da Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto do Rio de Janeiro, da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal e do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.
Tribunal de Contas — Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 1.974 — DE 22 DE JANEIRO DE 1940

Prorroga, por mais doze meses, o prazo a que se refere o artigo único do Decreto-lei n. 1.319, de 5 de junho de 1939

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição e atendendo ao que requereu a Companhia de Transportes Planaveiros do Rio de Janeiro S. A., decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, por mais doze meses, o prazo estabelecido no artigo único do Decreto-lei n. 1.319, de 5 de junho de 1939, para a assinatura do contrato de concessão a que se refere o Decreto n. 1.585, de 26 de abril de 1937, à Companhia de Transportes Planaveiros do Rio de Janeiro S. A., para construção uso e gozo da linha aérea Rio de Janeiro-Petrópolis-Belém, e ramais.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

(C. 1.944 — 30-1-1940 — 2555).

Dispõe sobre a organização da Comissão de Defesa da Economia Nacional.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição e tendo em vista o Decreto-lei número 1.641, de 29 de setembro de 1939, decreta:

Art. 1.º Os membros da Comissão de Defesa da Economia Nacional (C.D.E.N.), criada pelo Decreto-lei n. 1.641, de 29 de setembro de 1939, terão direito, a título de representação, à gratificação prevista na tabela anexa a este decreto-lei.

Art. 2.º O Presidente da Comissão, em seus impedimentos ocasionais, será substituído por um dos membros da Comissão, por ele designado.

Parágrafo único. Nos impedimentos cuja duração seja superior a trinta dias, o Presidente da República designará o membro da Comissão que deverá substituir o Presidente.

Art. 3.º A Secretaria da C.D.E.N. será dirigida por um diretor e terá a sua composição determinada em Regimento.

Art. 4.º Ficam criadas as funções gratificadas constantes da tabela anexa a este decreto-lei.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução do presente decreto-lei serão atendidas pelo crédito especial de 600:000\$0 (seiscentos contos de réis), aberto à C.D.E.N. pelo Decreto-lei n. 1.945, de 30 de dezembro de 1939.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1940, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

TABELA A QUE SE REFEREM OS ARTS. 1.º E 4.º DO DECRETO-LEI N. 1.991, DE 31 DE JANEIRO DE 1940

Gratificação de representação

3 membros da Comissão — 1:500\$0 mensais a cada 54:000\$0

Funções gratificadas

1 diretor da Secretaria — 700\$0 mensais.....	8:40,0\$0
1 secretário do Presidente — 500\$0 mensais.....	6:00,0\$0
2 secretários dos outros dois membros da Comissão — cada um 400\$0 mensais.....	9:60,0\$0
2 auxiliares do Presidente — 300\$0 mensais.....	7:20,0\$0
1 secretário do diretor da Secretaria — 200\$0 mensais.....	2:40,0\$0
1 contador — 300\$0 mensais.....	3:60,0\$0
	91:20,0\$0

DECRETO-LEI N. 1.992 — DE 31 DE JANEIRO DE 1940

Abre um crédito especial de 1.727:400\$0 para a Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de mil setecentos e vinte e sete contos e quatrocentos mil réis (1.727:400\$0), para atender, durante o corrente exercício, ao pagamento do pessoal extranumerário mensalista da Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 2.º Fica sem aplicação a importância de mil setecentos e vinte e sete contos e quatrocentos mil réis (1.727:400\$0) da Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 1, Sub-consignação 4, item 02, do atual orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO N. 5.184 — DE 24 DE JANEIRO DE 1940

Promulga a Convenção para facilitar a circulação dos filmes de caráter educativo, firmada em Genebra, a 11 de outubro de 1933, e a ata referente à aplicação dos arts. IV, V, VI, VII, IX, XII e XIII da mesma Convenção, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1938.

O Presidente da República:

Tendo sido aprovada pelo Governo brasileiro a Convenção para facilitar a circulação dos filmes de caráter educativo, firmada em Genebra, a 11 de outubro de 1933, bem como a ata referente à apli-

cação dos arts. IV, V, VI, VII, IX, XII e XIII da mesma Convenção, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1938;

Tendo sido comunicada à Secretaria da Sociedade das Nações a adesão do Brasil à referida Convenção, por nota de 15 de maio de 1939, da Legação do Brasil em Berna;

Decreta que a referida Convenção, bem como a ata, apensas por cópia ao presente decreto, sejam executadas e cumpridas tão inteiramente como nelas se contém.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETÚLIO VARGAS.

Maurício Nabuco.

CONVENÇÃO PARA FACILITAR A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DOS FILMES DE CARÁTER EDUCATIVO

Sua Majestade o Rei dos Albaneses; o Presidente dos Estados Unidos da América; o Presidente Federal da República da Áustria; Sua Majestade o Rei dos Belgas; Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios britânicos de além-mar, Imperador das Índias; o Presidente da República do Chile; Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islândia; Sua Majestade o Rei do Egito; o Presidente da República da Finlândia; o Presidente da República francesa; o Presidente da República helênica; Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria; Sua Majestade o Rei da Itália; o Presidente da República da Letônia; Sua Alteza Sereníssima o Príncipe de Mônaco; o Presidente da República de Nicarágua; Sua Majestade o Rei da Noruega; o Presidente da República do Panamá; o Presidente da República da Polônia; Sua Majestade o Rei da România; Sua Majestade o Rei da Suécia; o Conselho Federal Suíço; o Presidente da República do Uruguai;

Convencidos da grande utilidade que há em facilitar a circulação internacional dos filmes educativos de qualquer gênero, que contribuem para a compreensão mútua dos povos, de acordo com os objetivos da Liga das Nações, e assim favorecem o desarmamento moral, ou que constituem meios particularmente eficazes de progresso físico, intelectual e moral;

Constatando que os filmes educativos são insuficientemente conhecidos e que sua circulação internacional encontra ainda numerosas dificuldades;

Considerando que os direitos alfandegários são frequentemente um obstáculo sério para a produção e a circulação desses filmes, sem que disso resulte, nenhuma vantagem financeira apreciável para os Estados.

Designaram como plenipotenciários, a saber:

Sua Majestade o Rei dos Albaneses:

O Sr. Lee Kurt, Ministro residente, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

O Presidente dos Estados Unidos da América:

O Sr. Curtis T. Everett, Cônsul em Genebra.

O Presidente Federal da República da Áustria:

O Sr. Emerich Pfleger, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, Representante permanente junto à Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

O Sr. Eugène Du Bois, Primeiro Secretário da Legação em Berna.

Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios britânicos de além-mar, Imperador das Índias:

Pela Grã-Bretanha e Irlanda do Norte assim como todas as partes do Império britânico que não são Membros separados da Liga das Nações:

O Muito Honrado Douglas H. Hacking, M. P., Sub-Secretário do Estado parlamentar no Ministério do Interior.

Pela Índia:

Sir Brijendra Lal Mitter, K.C.S.I., "Law Member" do Conselho executivo do Governo Geral da Índia.

O Presidente da República do Chile:

O Sr. Enrique J. Gajardo, Chefe da Secretaria permanente junto à Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islândia:

O Sr. William Borberg, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei do Egito:

Mahmoud Fakhry Pachá, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Presidente da República francesa.

O Presidente da República da Finlândia:

O Dr. Rudolf Holsti, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

O Presidente da República francesa:

O Sr. René Massigli, Ministro Plenipotenciário, Chefe do Serviço francês da Liga das Nações.

O Presidente da República helênica:

O Sr. R. Raphael, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

O Sr. A. Contoumas, Primeiro Secretário da Delegação permanente junto à Liga das Nações.

Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria:

O Sr. Ladislas Taky de Tahyar Tarkeo, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, Chefe da Delegação junto à Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei da Itália:

O Sr. Giovanni Cesare Majoni, Embaixador.

O Presidente da República da Letônia:

O Sr. Jules Feldmans, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

Sua Alteza Sereníssima o Príncipe de Mônaco:

O Sr. Xavier-John Raisin, Cônsul Geral em Genebra.

O Presidente da República de Nicarágua:

O Dr. Tomás Francisco Medina, Ministro Plenipotenciário, Delegado Permanente junto à Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei da Noruega:

O Sr. Peter Hersleb Berkeland, Conselheiro de Legação, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

O Presidente da República do Panamá:

O Dr. Raoul A. Amador, Ministro residente.

O Presidente da República da Polônia:

O Sr. Eduardo Raczyński, Ministro Plenipotenciário, Delegado permanente junto à Liga das Nações.

Sua Majestade o Rei da România:

O Sr. Professor V. V. Pella, Ministro Plenipotenciário.

Sua Majestade o Rei da Suécia:

O Sr. K. I. Westman, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço.

O Conselho federal suíço:

O Sr. Camille Gorgé, Primeiro Chefe de Seção do Departamento político federal.

O Presidente da República do Uruguai:

O Dr. Alfredo de Castro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, junto a Sua Majestade o Rei dos Belgas e junto a Sua Majestade a Rainha dos Países-Baixos.

Os quais, depois de haverem comunicado seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

Artigo 1.º

A presente Convenção aplica-se aos filmes que têm, segundo os métodos didáticos, um fim eminentemente educativo internacional, e estão dentro das cinco seguintes categorias:

- a) Filmes destinados a dar conhecimento da obra e dos objetivos da Liga das Nações assim como dos outros organismos internacionais geralmente reconhecidos pelas Altas Partes contratantes;
- b) Filmes destinados ao uso do ensino em todos os graus;
- c) Filmes para a formação e a orientação profissional, incluindo os filmes de técnica industrial assim como os filmes que visem a orientação científica do trabalho;
- d) Filmes que tratem de pesquisas científicas ou técnicas, ou de vulgarização científica;

e) Filmes de higiene, de educação física, de previdência e assistência social.

Artigo 2º

As Altas Partes contratantes reconhecem que os dispositivos do artigo primeiro se aplicam aos filmes educativos em qualquer das duas seguintes formas:

(a) Negativos, expostos e revelados;

(b) Positivos, copiados e revelados.

A presente Convenção aplica-se igualmente a todas as formas de reprodução do som, tais como os discos complementares do filme e os filmes acústicos.

Artigo 3º

As Altas Partes contratantes comprometem-se a assegurar, num prazo de seis meses a contar da entrada em vigor da presente Convenção, a isenção de todos os direitos alfandegários e de todas as taxas acessórias, de qualquer natureza que sejam, para a importação definitiva ou temporária, o trânsito e a exportação dos filmes de carácter educativo internacional produzidos por empresas ou instituições estabelecidas no território de uma das Altas Partes contratantes.

Essa isenção não se aplica aos direitos que possam ser impostos com o fim de cobrir as despesas acarretadas pela apresentação de um filme à autoridade nacional de acordo com o artigo 5º.

Também não se aplica aos outros direitos que gravem em todos os casos, a importação de mercadorias, ainda quando se trate de mercadorias isentas de direitos aduaneiros, independentemente da origem ou natureza das mercadorias, como por exemplo as taxas de estatística e de selo.

As Altas Partes contratantes comprometem-se ainda a não subtrair os filmes isentos de direitos alfandegários nos termos da presente Convenção a qualquer alteração ou majoração de taxas interiores, ou a quaisquer regras, formalidades e processos de venda, de circulação ou de outra natureza, diferentes das que se aplicarem aos filmes educativos produzidos no país.

Artigo 4º

Todo filme, incluindo qualquer forma complementar de reprodução do som, para o qual a isenção de taxas alfandegárias seja pedida de acordo com a presente Convenção, será submetido, para exame, ao Instituto Internacional do Cinema Educativo, o qual se reconhecer o carácter educativo internacional do filme, nos termos do artigo primeiro, expedirá para esse fim um certificado na forma indicada no regulamento de execução mencionado no artigo 13.

Se uma das Altas Partes contratantes julgar que um filme para o qual um certificado foi expedido pelo Instituto Internacional do Cinema Educativo não corresponde às estipulações do artigo primeiro, poderá pedir a realização de um segundo exame do filme, expondo as suas razões. O Instituto retirará o certificado se as razões alegadas pela Parte contratante em apreço lhe parecerem justificadas.

Artigo 5º

Com a apresentação desse certificado e no caso em que a isenção dos direitos aduaneiros ainda não seja concedida pela legislação interior, a alfândega e os outros serviços interessados do país no qual se deseja importar o filme, concederão as facilidades necessárias para a apresentação do filme à autoridade nacional competente que decidirá se é caso de admissão do filme em franquias alfandegárias.

A autoridade nacional competente é a única habilitada a se pronunciar sobre a classificação do filme, dado o sistema pedagógico do país, como educativo do ponto de vista nacional, podendo assim ser admitido em franquias aduaneiras de acordo com a presente Convenção.

A autoridade nacional comunicará a sua decisão ao Instituto Internacional do Cinema Educativo.

Essa decisão poderá ser objeto de entendimentos entre os países interessados, de acordo com o artigo 6º.

Artigo 6º

No caso de ser recusada pelas autoridades do país importador a isenção de direitos alfandegários sobre um filme, por se lhe contestar o carácter educativo do ponto de vista nacional, o Governo do país em que estiver estabelecida a empresa ou instituição produtora do filme poderá se, por razões de ordem cultural nacional, julgar do seu interesse a difusão do filme, fazer representações amistosas junto ao Governo do país importador. Os dois Governos examinarão conjuntamente a questão, levando em conta, de preferência, a opinião do Instituto Internacional do Cinema Educativo.

Artigo 7º

O Instituto Internacional do Cinema Educativo organizará, o mais cedo possível e publicará periodicamente, um catálogo dos filmes para os quais tiver expedido um certificado, de acordo com o artigo 4º.

Esse catálogo mencionará igualmente as decisões tomadas pelas autoridades competentes dos países que tenham solicitado a importação, será publicado nas cinco línguas oficiais do Instituto (alemão, inglês, espanhol, francês, italiano), reproduzirá para cada filme as informações constantes dos certificados, e será comunicado aos Governos das Altas Partes Contratantes.

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a favorecer, pelos meios que lhe parecerem mais eficazes, a difusão do catálogo publicado pelo Instituto.

Artigo 8º

Nenhum dispositivo da presente Convenção limitará o direito das Altas Partes Contratantes de exercer a censura dos filmes de acordo com as suas leis internas ou de tomar medidas para a proibição ou limitação quanto à importação ou trânsito dos referidos filmes, por motivos de ordem pública.

Artigo 9º

Qualquer Alta Parte Contratante, ao assinar ou aderir à presente Convenção, poderá reservar-se o direito de determinar medidas no sentido de proibir ou restringir a importação, por motivos baseados na necessidade de proteger o mercado nacional contra a invasão de filmes de origem estrangeira.

Qualquer Alta Parte Contratante, ao usar deste direito, deve indicar as razões da sua atitude ao Instituto Internacional do Cinema Educativo. Estas razões serão comunicadas pelo dito Instituto aos Governos dos Estados signatários desta Convenção.

Artigo 10

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a procurar conjuntamente os meios de reduzir ao mínimo as restrições capazes de dificultar a circulação internacional dos filmes referidos no artigo 1º.

Artigo 11

Com execução do disposto nos artigos 5º, 8º e 9º, qualquer discordância sobre a interpretação ou a aplicação da presente Convenção será submetida à Corte Permanente de Justiça Internacional.

Se as Altas Partes Contratantes entre as quais haja surgido discordância, ou uma delas não forem signatárias do Protocolo de 16 de dezembro de 1920 relativo à Corte Permanente de Justiça Internacional, essa discordância será submetida, se assim o quiserem, e de acordo com as regras constitucionais de cada uma delas, à Corte Permanente de Justiça Internacional, ou a um Tribunal de arbitragem constituído de acordo com a Convenção de 18 de outubro de 1907 para a solução pacífica dos conflitos internacionais, ou a qualquer outro tribunal de arbitragem.

Artigo 12

As Altas Partes Contratantes levarão ao conhecimento do Instituto Nacional do Cinema Educativo, dentro de seis meses a partir da entrada em vigor da presente Convenção no seu território:

a) as autoridades incumbidas de conceder a isenção de direitos aduaneiros, de acordo com o artigo 5º;

b) as providências determinadas para assegurar a execução das disposições da presente Convenção.

O Instituto Internacional do Cinema Educativo comunicará às Altas Partes Contratantes as informações a que se referem as alíneas (a) e (b) deste artigo.

Artigo 13

O Conselho de Administração do Instituto Internacional do Cinema Educativo elaborará um regulamento relativo às normas a serem seguidas para o cumprimento da presente Convenção, bem como as taxas a serem percebidas pelo Instituto pela expedição dos certificados previstos no artigo 4º e pela publicação do catálogo a que se refere o artigo 7º.

Esse regulamento, do qual constarão o modelo do certificado e as taxas a serem percebidas, será submetido à aprovação do Conselho da Liga das Nações.

Artigo 14

A presente Convenção, cujos textos inglês e francês farão igualmente fé, poderá ser assinada até 11 de abril de 1934 por parte de qualquer membro da Liga das Nações ou de qualquer Estado não membro, ao qual o Conselho da Liga das Nações haja, para aquele fim, enviado cópia da presente comunicação.

Artigo 15

A presente Convenção será ratificada. Os instrumentos de ratificação serão depositados com o Secretário Geral da Liga das Nações, que fará a devida comunicação do depósito a todos os Membros da Liga das Nações bem como aos Estados não membros a que se refere o artigo 14, com indicação da data em que foi efetuado o depósito.

Artigo 16

A partir de 12 de abril de 1934, qualquer membro da Liga das Nações ou qualquer Estado não membro, ao qual o Conselho da Liga das Nações tenha enviado cópia da presente Convenção poderá aderir à mesma.

Os instrumentos de adesão serão depositados com o Secretário Geral da Liga das Nações, que fará comunicar o depósito e a data em que foi feito, a todos os membros da Liga das Nações e aos Estados não membros a que se refere a alínea precedente.

Artigo 17

O Secretário Geral da Liga das Nações lavrará uma ata, desde que cinco membros da Liga das Nações ou Estados não membros tenham depositado suas ratificações ou adesões.

O Secretário Geral da Liga das Nações expedirá uma cópia autenticada dessa ata a todos os membros da Liga das Nações e a todos os Estados não membros mencionados no artigo 14.

Artigo 18

A presente Convenção será registada pelo Secretário Geral da Liga das Nações noventa dias depois da data da ata mencionada no artigo 17 quando entrará em vigor.

Com relação a cada um dos membros ou Estados não membros em cujo nome fôr subsequentemente depositado um instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor noventa dias depois da data do depósito de tal instrumento.

Artigo 19.

A presente Convenção poderá ser denunciada após o prazo de três anos a partir da data em que tiver entrado em vigor.

A denúncia da Convenção deverá ser notificada, por escrito, ao Secretário Geral da Liga das Nações, que informará todos os membros da Liga e os Estados não membros, a que se referem os artigos 14 e 16, de cada notificação e da data em que foi recebida.

A denúncia produzirá efeito um ano depois do seu recebimento.

Artigo 20.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá declarar, por ocasião da assinatura, ratificação ou adesão, que ao aceitar a presente Convenção nenhum compromisso assume com respeito à totalidade ou parte de suas colônias, protetorados, territórios de além-mar, territórios sob a sua soberania, ou territórios que lhe foram confiados em mandato; nesse caso, a presente Convenção não será aplicável aos territórios mencionados em tal declaração.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá subsequentemente notificar ao Secretário Geral da Liga das Nações que resolveu aplicar a presente Convenção à totalidade ou parte dos territórios mencionados na declaração prevista no parágrafo anterior. Nesse caso, a Convenção entrará em vigor nos territórios mencionados na notificação noventa dias após o recebimento desta pelo Secretário Geral da Liga das Nações.

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, em qualquer ocasião após o período de três anos previsto no artigo 19, declarar que resolveu sustar a aplicação da presente Convenção à totalidade ou parte das suas colônias, protetorados, territórios de além-mar, territórios sob a sua soberania, ou territórios que lhe foram confiados em mandato. Nesse caso, a Convenção cessará os seus efeitos sobre os territórios mencionados em tal declaração seis meses depois do recebimento desta pelo Secretário Geral da Liga das Nações.

O Secretário Geral da Liga das Nações comunicará a todos os membros da Liga das Nações, e aos Estados não membros, as declarações e notificações recebidas em virtude do presente artigo, juntamente com as datas de recebimento das mesmas.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmaram a presente Convenção.

Feito na cidade de Genebra, aos onze dias do mês de Outubro de mil novecentos e trinta e três, em um só exemplar, que será guardado nos arquivos da Secretaria da Liga das Nações, e do qual se enviará uma cópia autenticada a todos os membros da Liga e aos Estados não membros a que se refere o artigo 14.

Albânia

Lee Kurti.

Estados Unidos da América

Nos termos do artigo 20 da presente Convenção, o Governo dos Estados Unidos da América nenhum compromisso assume com respeito às Ilhas Filipinas, Virgens, Samoa americana e Guam. — Curtis T. Everett.

Austria

Ao assinar a presente Convenção declaro que a Austria se reserva o direito previsto no artigo 9º. — E. Pflügl.

Bélgica

Ao assinar a Convenção, o Governo belga se reserva o direito de tomar as medidas de proibição ou restrição à importação baseadas na necessidade de se defender contra a invasão do seu mercado por filmes de origem estrangeira. O Governo belga declara que nenhum compromisso assume no que se refere ao Congo belga e ao território do Ruanda Urundi. — E. Du Bois.

Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, bem como todas as partes do Império britânico que não sejam membros em separado da Liga das Nações:

Douglas H. Hacking.

India

Nos termos do artigo 20 dessa Convenção, declaro que a minha assinatura não importa a aplicação das suas disposições nos territórios de qualquer Príncipe ou Chefe da India que esteja sob a soberania de Sua Majestade. — Brojendra Lal Mitter.

Chile

Ao assinar a presente Convenção, declaro que o Chile se reserva o direito previsto no artigo 9º. — Enrique J. Gajardo V.

Dinamarca

De acordo com o artigo 20, alínea primeira, da Convenção, a Dinamarca nenhuma obrigação assume com relação à Groenlândia. — William Borberg.

Egito

Mahmoud Fakhry.

Finlândia

Rudolf Holsti.

França

Sob a reserva constante do artigo 9º e especificando que a assinatura da Convenção não terá efeito senão com a França metropolitana. — R. Massigli.

Grécia

R. Raphaël.

A. Contoumas.

Hungria

Ao assinar a Convenção, reservo para o meu Governo, o direito previsto no artigo 9º, de tomar as medidas de proibição ou de restrição à importação por razões baseadas na necessidade de defender o mercado nacional contra a invasão de filmes de origem estrangeira. — Lodislas de Taky.

Itália

Giovanni Cesare Majoni.

Letônia

J. Feldmans.

Mônaco

Xavier Raisin.

Nicarágua

T. F. Medina.

Noruega

Hersleb Birkeland.

Panamá

R. A. Amador.

Polónia

Reservando-se o direito (previsto no artigo 9º) de tomar as medidas de proibição ou de restrição à importação por razões baseadas na necessidade de se defender contra uma invasão do mercado nacional por filmes de origem estrangeira. — E. Raczyński.

Rumânia

Sob a reserva prevista no artigo 9º. — V. V. Pella.

Suécia

Sob a reserva de ratificação de Sua Majestade o Rei da Suécia com a aprovação do Riksdag. — K. I. Westman.

Suiça

C. Gorgé.

Uruguai

Alfredo de Castro.

ATA

Relativa à aplicação dos artigos IV, V, VI, VII, IX, XII e XIII da Convenção de 11 de outubro de 1933, para facilitar a circulação internacional dos filmes de caráter educativo.

Considerando que a Convenção para facilitar a circulação internacional dos filmes de caráter educativo, firmada em Genebra, em 11

de outubro de 1933, confia certas funções ao Instituto Internacional do Cinema Educativo;

que o Instituto Internacional do Cinema Educativo foi suprimido; e

que é conveniente facilitar a aplicação da referida Convenção por meio de outras disposições afim de assegurar o exercício daquelas funções;

os abaixo assinados, em nome dos seus Governos respectivos, convieram no seguinte:

I

Os Membros da Liga das Nações e os Estados não membros, que ratificaram ou aderiram à Convenção de 11 de outubro de 1933, para facilitar a circulação internacional dos filmes de caráter educativo, e que são signatários da presente Ata, concordam em que, nas suas relações mútuas, as funções atribuídas ao Instituto Internacional do Cinema Educativo pelos artigos IV, V, VI, VII, IX, XII e XIII da referida Convenção, sejam exercidas pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual.

II

A presente Ata, cujos textos inglês e francês farão igualmente fé, poderá ser assinada em nome de qualquer Membro da Liga ou de qualquer Estado não membro, que tenha assinado a Convenção ou a ela aderido.

III

Logo que dez Membros da Liga das Nações ou Estados não membros signatários da Convenção hajam firmado a presente Ata, e que a Assembléa da Liga das Nações tenha autorizado a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual a exercer as funções que lhe são atribuídas pela presente Ata, o Secretário Geral fará a devida notificação aos Membros da Liga das Nações e aos Estados não membros que hajam firmado ou aderido à Convenção.

Sessenta dias após essa notificação, a presente Ata será registrada pelo Secretário Geral da Liga das Nações e entrará em vigor.

As assinaturas recebidas posteriormente à referida notificação produzirão efeito sessenta dias após o seu recebimento.

IV

Os signatários da presente Ata poderão declarar no momento da assinatura que, ao aceitar a presente Ata, nenhuma obrigação assumem com respeito a todas ou qualquer de suas colônias, protetorados, territórios de além-mar, territórios sob a sua soberania ou territórios que lhe foram confiados em mandato. Nesse caso, a presente Ata não será aplicável aos territórios mencionados em tal declaração.

Qualquer signatário poderá posteriormente notificar ao Secretário Geral da Liga das Nações que resolveu aplicar a presente Convenção a todos ou qualquer dos territórios mencionados na declaração prevista na alínea precedente. Nesse caso, a presente Ata entrará em vigor nos territórios indicados na notificação sessenta dias após o recebimento desta pelo Secretário Geral da Liga das Nações.

O Secretário Geral da Liga das Nações comunicará a todos os Membros da Liga das Nações ou Estados não membros que hajam assinado a Convenção ou a ela aderido as declarações e notificações recebidas em virtude deste artigo, bem como as datas do seu recebimento.

Em fé do que, os abaixo assinados firmaram a presente Ata.

Feito na cidade de Genebra, aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, em um só exemplar, que será guardado nos arquivos da Secretaria da Liga das Nações e do qual se enviará uma cópia autenticada a cada Membro da Liga das Nações e aos Estados não membros que hajam assinado a Convenção de 11 de outubro de 1933 para facilitar a circulação internacional dos filmes de caráter educativo, ou a ela aderido.

Índia

Ao apôr a minha assinatura em nome do Governo da Índia declaro que o mesmo nenhuma obrigação assume no que se refere a territórios da Índia de qualquer Príncipe ou Chefe sob a soberania de Sua Majestade. — N. N. Sircar, 28 de setembro de 1938.

Estados Unidos da América

De acordo com o disposto no § 4º desta Ata, o Governo dos Estados Unidos da América nenhuma obrigação assume com respeito às ilhas Filipinas, ilhas Virgens, Samoa americana e a ilha de Guam. — Curtis T. Everett.

Chile

J. Garcia Oldini, "ad-referendum".

Suécia

K. I. Westman, 15 de novembro de 1938.

Suíça

C. Gorgé, 17 de novembro de 1938

Grécia

S. Polychroniadis, 6 de dezembro de 1938.

União Sul-Africana

H. T. Andrews, 28 de dezembro de 1938.

Dinamarca

De acordo com o artigo IV, § 1º desta Ata, a Dinamarca não assume obrigação alguma relativamente à Groenlândia. — William Borberg, 3 de janeiro de 1939.

Polônia

Kazimierz Trebicki, sob reserva de ratificação.

Noruega

Einar Maseng, 31 de janeiro de 1939.

Irlanda

F. T. Cremins, 8 de março de 1939.

Egito

M. Mokarram Hammad, 24 de março de 1939.

Letônia

J. Feldmans, 20 de junho de 1939.

França

Sob a reserva enunciada no artigo IV e especificando que a assinatura da Ata só produzirá efeito no tocante à França metropolitana. — Yves Chataigneau.

Mônaco

Yves Chataigneau, 5 de julho de 1939.

Estados Unidos do Brasil

E. Montarroyos, 19 de julho de 1939.

DECRETO N. 5.198 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Torna sem efeito o Decreto n. 2.034, de 11 de outubro de 1937

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve tornar sem efeito o Decreto n. 2.034, de 11 de outubro de 1937, pelo qual foram extintos 2 cargos da classe I da carreira de Oficial Administrativo do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO N. 5.199 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Extingue 4 cargos excedentes da classe C, da carreira de Servente, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve declarar extintos 4 cargos excedentes da classe C, da carreira de Servente, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vagos em virtude de aposentadoria de Francisco Alves da Motta e Armando Diogo Machado, da transferência de Gabriel da Silva Leite e da exoneração de Dorico Alves de Araujo, aproveitando-se o saldo apurado dentro da verba global do respectivo orçamento para preenchimento de cargos vagos na referida carreira do mesmo quadro, conforme dispõem as tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, com as modificações determinadas pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, e Decretos ns. 1.911 e 2.207, de 23 de agosto e 24 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO N. 5.200 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Suprime 1 cargo extinto do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve declarar extinto 1 cargo de Professor, Padrão J, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, que se acha vago em virtude de aposentadoria de Francisco Elias.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO N. 5.201 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Suprime 1 cargo extinto do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve declarar extinto 1 cargo de Maquinista, Padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, que se acha vago em virtude da aposentadoria de Cesar Anibale.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119° da Independência e 52° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Caponema.

DECRETO N. 5.202 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Extingue 1 cargo excedente, da classe I, da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve declarar extinto 1 cargo da classe I, da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção de Cesar Prevost Romero, aproveitando-se o saldo apurado dentro da verba global do respectivo orçamento, para preenchimento de cargos vagos na referida carreira e no mesmo quadro, conforme dispõem as tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, com as modificações determinadas pelos Decretos ns. 1.911 e 2.207, de 23 de agosto e 24 de dezembro de 1937, e 2.554, de 4 de abril de 1938.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119° da Independência e 52° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Caponema.

DECRETO N. 5.203 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Extingue 1 cargo excedente da classe I, da carreira de Veterinário, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve declarar extinto 1 cargo excedente da classe I, da carreira de Veterinário, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da aposentadoria de João Gualberto do Amaral, aproveitando-se o saldo apurado dentro da verba global do respectivo orçamento, para preenchimento de cargos vagos na referida carreira do mesmo quadro, conforme dispõem as tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, com as modificações determinadas pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, e Decretos ns. 1.911 e 2.207, de 23 de agosto e 24 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119° da Independência e 52° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Caponema.

DECRETO N. 5.204 — DE 30 DE JANEIRO DE 1940

Extingue 1 cargo excedente da classe C, da carreira de Guarda Sanitário, do Quadro VI, do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 74, letra a, da Constituição:

Resolve declarar extinto 1 cargo excedente da classe C da carreira de Guarda Sanitário, do Quadro VI, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da aposentadoria de Manoel C. Victorio, aproveitando-se o saldo apurado dentro da verba global do respectivo orçamento, para preenchimento de cargos vagos na referida carreira do mesmo quadro, conforme dispõem as tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, com as modificações determinadas pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, e Decretos ns. 1.911 e 2.207, de 23 de agosto e 24 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940, 119° da Independência e 52° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Caponema.

DECRETO N. 5.225 — DE 31 DE JANEIRO DE 1940

Aprova nova tabela numérica para o pessoal extranumerário mensalista da Polícia Civil do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, alínea a da Constituição, resolve:

Art. 1.º Fica aprovada, para vigorar durante o exercício de 1940, a anexa tabela numérica para o pessoal extranumerário mensalista da Polícia Civil do Distrito Federal, em substituição à que acompanha o Decreto n. 5.060, de 26 de dezembro de 1939.

Art. 2.º A despesa, no total de nove mil cento e noventa e dois contos de réis (9.192:000\$0), será atendida à conta da dotação de sete mil quatrocentos e sessenta e quatro contos e seiscentos mil réis (7.464:600\$0), da Verba 1.ª — Pessoal — Consignação II — Pessoal Extranumerário, Sub-consignação 12, item 02, do atual orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e de mil seiscientos e vinte e sete contos e quatrocentos mil réis (1.727:400\$0) do crédito aberto pelo Decreto-lei n. 1.992, desta data.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940, 119° da Independência e 52° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

REPARTIÇÃO — POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

TABELA NUMÉRICA

Núm.	Função	Ref. de salário	Salário mensal	Despesa anual
2	Artífice	VII	400\$0	9:600\$0
10	Artífice	VIII	450\$0	54:000\$0
12	Artífice	IX	500\$0	72:000\$0
1	Artífice	X	550\$0	6:600\$0
3	Auxiliar de Artífice	VI	350\$0	12:600\$0
78	Auxiliar de Escritório	IX	500\$0	468:000\$0
455	Investigador	VII	400\$0	2:184:000\$0
300	Investigador	VIII	450\$0	1:620:000\$0
275	Investigador	IX	500\$0	1:650:000\$0
220	Investigador	X	550\$0	1:452:000\$0
200	Investigador	XI	600\$0	1:440:000\$0
1	Maquinista	VIII	450\$0	5:100\$0
2	Maquinista	IX	500\$0	12:000\$0
2	Maquinista	X	550\$0	13:200\$0
2	Marinheiro	V	300\$0	7:200\$0
20	Motorista	VII	400\$0	96:000\$0
9	Servente	V	300\$0	32:400\$0
4.592				9.135:000\$0

TABELA NUMÉRICA SUPLEMENTAR

Núm.	Função	Ref. de salário	Salário mensal	Despesa anual
2	Maquinista	XIV	800\$0	19:200\$0
9	Servente	VI	350\$0	37:800\$0
11				57:000\$0

Ministério da Educação e Saúde

DECRETOS DE 30 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o art. 14, item III, letra b, combinado com o art. 17 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Alberto Amadeu Lohmann para exercer, interinamente, o cargo de "médico psiquiatra", classe H, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção do respectivo titular, Zacheu Esmeraldo da Silva.

NOMEAR, DE ACORDO COM O ART. 14, ITEM II, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1938:

Bruno Alípio Lobo para exercer, em comissão, o cargo de "assistente" da cadeira de "Histologia e Embriologia Geral", da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, padrão H, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da exoneração de Oswaldo Muniz Nêvares.

José Maria Chaves para exercer, em comissão, o cargo de "assistente", padrão H, da cadeira de "Elementos de Microbiologia — Tecnologia das Fermentações", da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, vago desde a sua exoneração.

Mário Thompson Flores para exercer, em comissão, o cargo de assistente da cadeira de "Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica" da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, padrão H, do Quadro VII do Ministério da Educação e Saúde vago em virtude da exoneração de Altair Vieira Simch.

TORNAR SEM EFEITO:

O decreto de 30 de dezembro de 1939, pelo qual José Luiz dos Santos foi promovido, por antiguidade, de acordo com o art. 45 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, do cargo da classe C da carreira de Guarda Sanitário, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, para o cargo da classe D dessa carreira, em virtude de ter sido aposentado por decreto de 19 de dezembro de 1939.

O decreto de 30 de dezembro de 1939, pelo qual Julião Carneiro de Oliveira foi promovido, por antiguidade, de acordo com o art. 46 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, do cargo da classe "E", da carreira de Zelador, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, para o cargo da classe F dessa carreira, em virtude de haver falecido em data anterior à da promoção.

REMOVER:

A pedido, de acordo com o art. 71, item 1, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o art. 1.º do Decreto-lei n. 1.795, de 22 de novembro de 1939, Venâncio Gomes, inspetor de alunos, classe E, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, do Internato para o Externato do Colégio Pedro II, em claro existente na lotação, em virtude do falecimento de Miguel de Oliveira Dias.

Ex-officio, no interesse da administração, de acordo com o art. 71, item 1, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o art. 1.º do Decreto-lei n. 1.795, de 22 de novembro de 1939, Alice Morgado de Almeida, escriturária, classe G, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal para a Colônia Juliano Moreira, em claro existente na lotação, em virtude do falecimento de Artur Cesar da Fonseca.

CONCEDER APOSENTADORIA:

Tendo em vista o que consta do processo n. 37.814-39, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, de acordo com o art. 197, alínea b, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a Annibal Vieira, no cargo de "zelador", classe G, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

Tendo em vista o que consta do processo n. 867-40, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, de acordo com o art. 197, alínea b, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a João Lacerda Pinto, no cargo de bibliotecário, classe F, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

APOSENTAR:

Tendo em vista o que consta do processo n. 2.341-40, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, de acordo com o art. 196, item II, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Antonio Magalhães Alves, no cargo de "maquinista", classe G, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

Tendo em vista o que consta do processo n. 1.511-40, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, de acordo com o art. 196, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, José Peixoto da Silva, no cargo de "escriturário", classe F, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

DEMITIR:

Por abandono do cargo, de acordo com o item 1, do art. 238, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Zelia Novaes Barros, do cargo da classe C, da carreira de atendente, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

Ministério da Fazenda

DECRETOS DE 30 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR, DE ACORDO COM O ARTIGO 14, ITEM I, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Antonio Gonçalves Marques, para exercer o cargo de Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Ribeirão Branco (considerada de 5ª classe), no Estado de São Paulo, vago em virtude de remoção do respectivo titular, Alfredo Coelho de Oliveira.

Floduardo de Souza Neiva, para exercer o cargo de Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Brumado (Bom Jesus dos Meiras),

5ª classe, no Estado da Bahia, vago em virtude de promoção do respectivo titular, Zeferino Romulo Viana.

Augusto Teixeira de Freitas, para exercer o cargo de Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Soure e Amparo (5ª classe), no Estado da Bahia, vago em virtude de promoção do respectivo titular, Helio Brandão Torres.

NOMEAR, DE ACORDO COM O ARTIGO 14, ITEM III, LETRA "B", COMBINADO COM O ARTIGO 17, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Luiz Teixeira, para exercer, interinamente, o cargo de Arquivista, da classe "E", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939.

Fábio Garcia de Freitas, para exercer, interinamente, o cargo de Arquivista, classe "E", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei número 1.847, de 7 de dezembro do mesmo ano.

Edelweiss Dias de Vasconcelos, para exercer, interinamente, o cargo de Arquivista, da classe "E", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939.

Jorge de Oliveira Guimarães, para exercer, interinamente, o cargo de Prático de Laboratório, classe "D", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, vago conforme consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939.

READMITIR:

Tendo em vista o que consta do processo n. 81.136-38, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, e de acordo com o artigo 79 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Wilmar Salomé Pereira, ex-escrivão da extinta Coletoria das Rendas Federais em Camboriú (considerada de 5ª classe), no Estado de Santa Catarina, em idêntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Luiz Alves (5ª classe), no mesmo Estado, criada pelo Decreto n. 4.899, de 20 de novembro de 1939.

PROMOVER:

O Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Serra (5ª classe), no Estado do Espírito Santo, Presciliano do Nascimento Amaral, a Coletor da mesma exatória, vago em virtude da aposentadoria do respectivo titular, Inácio da Silva Pereira.

O Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Soure e Amparo (5ª classe), no Estado da Bahia, Helio Brandão Torres, a Coletor da mesma exatória, vago em virtude do falecimento do respectivo titular, Antonio Dantas da Silva Brito.

CONCEDER APOSENTADORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 196, ITEM II, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 3.985-40, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a Antonio Casado Lima, no cargo de Oficial Administrativo, classe "H", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista o que consta do processo n. 3.983-40, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a Francisco Pedro de Almeida, no cargo de Oficial Administrativo, classe "L", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista o que consta do processo n. 105.314-39, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a João Reinaldo Amarante, no cargo de Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista o que consta do processo n. 2.762-40, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a José Alves de Oliveira, no cargo de Impressor, classe "G", do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda.

DEMITIR, A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO:

Tendo em vista o que consta do processo n. 36.951/39, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e de acordo com o artigo 239, item II, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Ary Ferreira do Vale, do cargo de Servente da classe E, do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista o que consta do processo n. 38.150/39, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e de acordo com o artigo 239, item VI, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Angelo Zoccoli Sobrinho, do cargo de Coletor das Rendas Federais em Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais.

EXONERAR:

De acordo com o art. 7.º do Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939, Luiz Teixeira, do cargo de Arquivista, da classe G, interino, do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda.

CONCEDER EXONERAÇÃO:

Tendo em vista o que consta do processo n. 101.103/1939, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e de acordo com o artigo 93, § 1º, alínea a, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a Anthero Alves de Moura, do lugar de Despachante Aduaneiro junto à Alfândega de Santos, no Estado de São Paulo.

DISPENSAR, A PEDIDO:

O Oficial Administrativo da classe 23. do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, Jesus Burlamaqui Hosannah, das funções de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso.

DESIGNAR:

De acordo com o art. 86, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, Origenes Teixeira Coelho, Oficial Administrativo, classe 26, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, para exercer a função de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso.

REMOVER, "EX-OFFICIO", NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, DE ACORDO COM O ART. 71, ITEM I, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939, COMBINADO COM O ART. 1º, DO DECRETO-LEI N. 1.795, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1939:

Andreolino de Oliveira, Coletor Federal em Cananóia (considerada de 5ª classe), no Estado de São Paulo, para cargo idêntico na Coletoria Federal em Jacupiranga (considerada de 5ª classe), no mesmo Estado, vago em virtude da promoção do respectivo titular, Jairo Leme de Godoy.

João Pereira Soares, Coletor das Rendas Federais em São Fidelis (4ª classe), no Estado do Rio de Janeiro, para cargo idêntico na Coletoria das Rendas Federais em Paraíba do Sul (4ª classe), no mesmo Estado, vago em virtude da remoção do respectivo titular Carlos Alvarenga Sales.

Carlos Alvarenga Sales, Coletor das Rendas Federais em Paraíba do Sul (4ª classe), no Estado do Rio de Janeiro, para cargo idêntico na Coletoria das Rendas Federais em São Fidelis (4ª classe), no mesmo Estado, vago em virtude da remoção do respectivo titular João Pereira Soares.

REMOVER, POR PERMUTA, DE ACORDO COM O ART. 73, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939, COMBINADO COM O ART. 1º DO DECRETO-LEI N. 1.795, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1939:

Armando Lins Chaves, Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Barbalha (5ª classe), no Estado do Ceará, para cargo idêntico na Coletoria das Rendas Federais em Acari (5ª classe), no Estado do Rio Grande do Norte.

Alberto Ogrady de Paiva, Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Acari (5ª classe), no Estado do Rio Grande do Norte, para cargo idêntico na Coletoria das Rendas Federais em Barbalha (5ª classe), no Estado do Ceará.

TORNAR SEM EFEITO, DE ACORDO COM O ART. 29, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 2.700/40, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, o decreto de 13 de novembro de 1939, que nomeou Lourença Soares de Moura para exercer o cargo da classe C, da carreira de Dactilógrafo, do Quadro VIII — Alfândegas — do Ministério da Fazenda, na vaga decorrente da exoneração de Carmen Gonzalez Planas, devendo ter exercício na Alfândega de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista o que consta do processo n. 3.694/40 da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda o decreto de 14 de setembro do mesmo ano que nomeou Antonio Gonçalves Marques para exercer o cargo de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Jataí (considerada de 5ª classe), no Estado de São Paulo, vago em virtude de remoção do respectivo titular Francisco Rodrigues Palma.

Tendo em vista o que consta do processo n. 101.061/39, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, o decreto de 21 de julho de 1937, que nomeou Floduardo de Souza Neiva para o lugar de Escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Brumado — (Bom Jesus dos Meiras) 5ª classe, no Estado da Bahia.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

CONCEDER EXONERAÇÃO:

Tendo em vista o que consta do processo n. MTIC 573-939: de acordo com o art. 93, § 1º, alínea a do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a James Rebecchi Osborne do cargo de Tecnologista, classe J, interino, do Quadro único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

52 — Em 22 de janeiro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O Ministério da Viação e Obras Públicas propôs a Vossa Excelência a designação de três Engenheiros do Quadro VII daquele Ministério, para o fim de fiscalizarem a fabricação e aceitarem definitivamente trilhos adquiridos nos Estados Unidos da América do Norte para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

2. Trata-se, portanto, da designação de três funcionários para efetuarem, no estrangeiro, exames técnicos de recebimento de material, matéria essa regulada pelo Decreto-lei n. 1.184, de 1 de abril de 1938.

3. O art. 5º do citado decreto-lei estabelece que nenhuma conta de fornecimento de artigos sujeitos a tais exames poderá ser processada sem o laudo favorável do Instituto Nacional de Tecnologia, sob pena de responsabilidade funcional.

4. O art. 6º do mesmo decreto-lei determina que:

"As repartições que possuírem laboratórios, o Departamento Administrativo do Serviço Público, ouvido o Instituto Nacional de Tecnologia, poderá delegar competência para fazer os exames técnicos de recebimento do material."

5. Os exames técnicos em apreço, pela sua natureza, devem ser efetuados durante o período de fabricação nas Usinas onde existem laboratórios e por isso a cláusula II do contrato de fornecimento estipula que

"todo o material será fiscalizado e definitivamente aceito nas Usinas dos Estados Unidos da América do Norte, quanto à qualidade e quanto ao peso".

6. Embora os laboratórios de Usinas não sejam os laboratórios de repartições constituem, entretanto, o laboratório do local de recebimento de que trata o art. 6º, acima transcrito.

7. Enquadrando-se, portanto, o assunto, precisamente, na legislação vigente, cabendo, assim, a este Departamento a solução do assunto, ouvido o Instituto Nacional de Tecnologia.

8. Na opinião deste Departamento os exames técnicos no estrangeiro devem ser efetuados pelas organizações técnicas especializadas no assunto e idôneas à semelhança do que fazem as empresas bem organizadas que cuidam de obter o material de mais alta qualidade.

9. A única justificativa da ida de fiscais ao estrangeiro é a vantagem de aproveitarem a oportunidade para fazer outros estudos.

10. Essa vantagem é uma condição secundária que não pode prejudicar a finalidade precípua que é a da boa fiscalização.

11. A ida de fiscais, que é tão onerosa, só se justificaria se não fosse prejudicada a eficiência dos exames técnicos que, no projeto plano de revisão de legislação do material, já entregue a Vossa Excelência, deverá ser atribuída a organizações idôneas, locais.

12. Não basta que os fiscais conheçam a utilização do material; o que interessa é que conheçam a técnica de ensaios o que, presumivelmente, não acontece com os indicados, dada a natureza das funções que desempenham na estrada de ferro.

13. Consequentemente este Departamento, coerente com o plano que elaborou, opina no sentido de que a fiscalização será mais econômica e eficiente se for atribuída a uma organização técnica local, de vez que não poderia nem sequer ouvir sobre o assunto o Instituto Nacional de Tecnologia uma vez que não poderia sugerir que tais exames fossem efetuados por funcionários que não são tecnologistas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Paulo Lyra, presidente interino. Viação. Em 30-1-40.

N. 87 — Em 26 de janeiro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Com a expedição do Decreto-lei número 1.909, de 26 de dezembro findo, ficou adotado o plano elaborado por este Departamento para regularizar a situação dos extranumerários da União.

2. De acordo com esse plano todos os extranumerários devem perceber o respectivo salário por dotação orçamentária própria, o que não se verificava, em alguns casos, no exercício de 1939.

3. Entre esses casos figurava o de certos investigadores da Polícia Civil do Distrito Federal, que percebiam à conta de dotações destinadas a diligências e que, afim de terem a situação regularizada, devem ser relacionados como extranumerários mensalistas, em virtude do que dispõe o art. 16 do citado Decreto-lei n. 1.909.

4. Em obediência a esse dispositivo, este Departamento, de acordo, aliás, com os elementos que lhe foram fornecidos, elaborou a tabela numérica relativa à esses servidores, a qual foi aprovada pelo Decreto n. 5.060, do aludido dia 26 de dezembro.

5. Entretanto, dada a natureza reservada da missão que lhe é atribuída, esse pessoal não se encontrava, ainda, bem caracterizado e, por isso, ao lhe ser aplicada a tabela numérica aprovada pelo referido Decreto n. 5.060, verificou-se que o número realmente existente dos investigadores em apreço era superior ao que fora comunicado a este Departamento. Verificou-se, ainda, que alguns salários

deveriam ser alterados à vista do que dispõem as normas reguladoras do serviço executado por esses servidores, cuja situação não é, de resto, a única a regularizar, pois que existem, outrossim, na Polícia Civil do Distrito Federal, motoristas percebendo à conta de dotação destinada a diligências.

6. Como o § 4º de art. 8º do Decreto-lei n. 1.909 comina a pena de responsabilidade pecuniária para o processante e para o ordenador da despesa com o pagamento de salários a extranumerários por dotação que não seja própria, urge relacionar os mencionados motoristas entre os mensualistas da Polícia Civil.

7. Para tanto, este Departamento, afim de regularizar-lhes a situação, bem como a dos investigadores acima aludidos, tem a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência os anexos projetos, sendo um de decreto, aprovando nova tabela numérica para o pessoal extranumerário mensalista da Polícia Civil do Distrito Federal, e outro de Decreto-lei, abrindo o crédito necessário a atender as alterações a serem feitas, sem qualquer aumento de despesa ou modificação no orçamento vigente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Paulo Lyra*, presidente, interino.

(Assinados. Decreto-lei n. 1.992, de 31-1-1940 e Decreto n. 5.225 de 31-1-1940.)

PORTARIA N. 409

O Presidente interino do Departamento Administrativo do Serviço Público resolve dispensar o extranumerário-mensalista Maria Luiza Nogueira Branco, em função de Auxiliar de Escritório, por haver sido nomeado para o Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Paulo Lyra*.

PORTARIA N. 410

O Presidente interino do Departamento Administrativo do Serviço Público resolve dispensar o extranumerário-mensalista Dinah Xavier de Brito, em função de Auxiliar de Escritório, por haver sido nomeado para o Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Paulo Lyra*.

PORTARIA N. 411

O Presidente interino do Departamento Administrativo do Serviço Público resolve dispensar o extranumerário-mensalista Loise Mendes, em função de Auxiliar de Escritório, por haver sido nomeado para o Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Paulo Lyra*.

Divisão do Funcionário Público

(Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no *Diário Oficial* de 29 de janeiro de 1940):

Nova classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade, em 1 de janeiro de 1937, *ex-vi* do artigo 5º, parágrafo único das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, alterada em virtude do Decreto-lei n. 1.660, de 6 de outubro de 1939 e aprovada pelo Senhor Presidente da República por despacho de 24 de janeiro de 1940. (Processo n. 185-40).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

QUADRO II — POLÍCIA CIVIL

Carreira: Escriturário

Classe F

24. Waldir Lamothe.

Processo n. 4.129-39 — Mario Falcão — Prático de Laboratório, interino, lotado no L. C. P. M., pede reconsideração do despacho exarado em 17-11-39. Despacho: O D. A. S. P. mantém a sua decisão anterior, nenhum fundamento novo sendo apresentado que justifique reconsideração.

A D. P. A.

Em 30-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Processo n. 86-40 — Ubirajara de Sena, solicita promoção para seu pai Januário Sena, Agente, classe G, do Ministério da Viação. Despacho: O artigo 62 do Estatuto dos Funcionários veda as recomendações e pedidos em favor da promoção de funcionários.

Ao S. R. P./2, para os devidos fins.

Em 31-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Processo n. 198-40 — Ofício n. 158, de 10-1-40, do Serviço do Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas — sobre a transferência *ex-officio* de Sebastião Luiz do Nascimento, Oficial Administrativo, classe I, do Quadro I, deste Ministério, para igual classe e carreira do Ministério da Fazenda. Despacho: Restituo o processo ao S. P. V., afim de que, sobre a proposta de transferência, se manifeste o Senhor Ministro da Viação, afim de que a homologue ou não o Ministério da Fazenda e então se manifeste o D. A. S. P., na forma do Estatuto.

Em 31-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Processo n. 297-40 — Valtér Gomes — Inspetor de ensino, solicita nomeação como técnico de educação ou efetivação no cargo que ocupa. Despacho: O assunto não é da competência do D. A. S. P., mas do Ministério da Educação e Saúde.

A D. P. E.

Em 30-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Processo n. 362-40 — Ofício n. 46, de 10-1-40, da Alfândega de Porto Alegre — sobre a criação de um lugar de Dactilógrafo. Despacho: Não se trata, no caso, de criação de cargo mas de simples lotação, na Alfândega de Porto Alegre, de um dos funcionários que integram a carreira de Dactilógrafo do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Transmita-se, assim, o presente ao S. P. F., para os fins convenientes.

Em 30-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Processo n. 511-40 — Manoel de Almeida Batista — apresenta denúncia contra funcionário dos Correios e Telégrafos. Despacho: Tratando-se de denúncia contra funcionário do D. C. T., encaminha-se o processo ao Sr. Diretor Geral do mesmo, afim de que, na conformidade do artigo 246, do Estatuto dos Funcionários, seja apurada imediatamente.

Em 31-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Processo n. 520-40 — Irineu Paz — tendo prestado concurso para a carreira de Carteiro-auxiliar, solicita nomeação. Despacho: O assunto não é da competência do D. A. S. P.

Ao S. R. P./2.

Em 31-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente Interino.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

Despachos

Processo n. 7.919-39 — Transferência, "ex-officio", para a carreira de Médico Clínico.

Parecer: Opino pela aprovação dos pareceres da Banca Examinadora. D. S. do DASP., em 29-1-40. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 29-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente interino.

Processo n. 5.682-39 — Americo Ferreira da Silva, guarda civil da classe E, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pede transferência para igual classe da carreira de Motorista do mesmo Quadro e Ministério.

Parecer: Opino pela aprovação do parecer do I. N. E. P. constante de fls. D. S. do DASP., em 30-1-40. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 30-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente interino.

Parecer do I. N. E. P. — Examinada a situação do funcionário esta Seção é de parecer que o mesmo seja submetido às seguintes provas: a) *Exame de habilitação* para condutor profissional de veículos a motor mecânico prestado na Inspetoria do Tráfego. b) *Prova de sanidade* pela qual se verifique que o candidato não apresenta doenças transmissíveis, assim como alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas que contra-indiquem o eficiente exercício do cargo. c) *Prova de capacidade física* pela qual se verifique que o candidato não apresenta contra-indicação para o exercício do cargo por anomalia morfológica ou funcional. d) *Prova de nível mental* a ser realizada pela Seção de Orientação e Seleção do I. N. E. P. e) *Prova de conhecimento de serviço*: Planta da cidade (Distrito Federal). Conhecimento prático correspondente ao 5º ano primário. Divisão em zonas (centro, norte, sul). Parte de que se compõe: cidade, propriamente dita, subúrbio, zona rural — Edificações públicas principais — Meios de transporte terrestre, marítimo e aéreo — Principais serviços públicos da cidade: correios, telégrafos, telefone, água, gás, eletricidade, assistência, bombeiros, distritos policiais. Baía de Guanabara — Principais vias de acesso ao Distrito Federal. *Gradação das provas*: As notas serão dadas em escala de 0 a 100. — Mínimos para habilitação: 50 pontos. Em 24-8-39. — *Jacyr Maia*, Chefe da S. O. S.

Processo n. 5.480-39 — Durval Vieira dos Santos, servente, da classe D, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pede transferência para igual classe da carreira de Motorista do mesmo Quadro e Ministério.

Parecer: Opino que se aplique ao caso o mesmo conjunto de provas fixado no processo n. 5.082-39. D. S. do DASP., em 30-1-40. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 30-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente interino.

Processo n. 5.641-39 — Florestan Gonçalves Soares, guarda de presídio, da classe D, do Quadro I do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pede transferência para igual classe da carreira de Motorista do mesmo Quadro e Ministério.

Parecer: Opino que se aplique ao caso o mesmo conjunto de provas fixado no processo n. 5.082-39, acima publicado. D. S. do DASP., em 30-1-40. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 30-1-40. — *Paulo Lyra*, Presidente interino.

Processo n. 511-40 — José Furtado de Mendonça, candidato ao concurso para a carreira de Inspetor de Alunos, pede lhe seja concedido completar os exames de saúde, após terminarem as provas do concurso.

Despacho: As provas de sanidade e de capacidade física exigem, em cada caso, exames complementares, de acordo com os diagnósticos dos médicos especialistas. Nestas condições, não há como dispensar o candidato de um exame complementar julgado imprescindível ao resultado geral das provas. Arquite-se. D. S. do DASP., em 31-1-40. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Departamento de Imprensa e Propaganda

PORTARIA N. 1

O diretor, usando das atribuições que lhe confere o artigo 17, alínea "a" do capítulo IV do Decreto-lei n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939, resolve designar o tipógrafo da classe I, do quadro I da Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde, Sr. Lindolfo Rocha, para chefiar a Seção de Material, dos Serviços Auxiliares.

Em 29 de janeiro de 1940. — *Lourival Fontes.*

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretoria da Justiça e do Interior

Primeira Seção

Requerimentos despachados pelo senhor ministro:

Aniceto Gomes Pereira de Araújo Moscoso, pedindo cancelamento de nota. — Indeferido. (Processo n. 567/1940).

Francisco Caripuna Maués, condenado pelo Juri do Termo de São Paulo Olivença, no Estado do Amazonas. — Arquite-se. (Processo número 335/1939).

Jonas Dutra da Silva (processo n. 418/1940) e Luiz Fernandes de Carvalho (processo n. 417/1940), soldados da Polícia Militar do Distrito Federal, solicitando averbação de tempo de serviço. — Deferido.

Requerimento despachado pelo Sr. diretor:

Josino Ribeiro, solicitando retificação de nome. — Sele o documento que juntou à petição. (Processo n. 832/1940).

Segunda Seção

ATO DO SR. DIRETOR

Expediente de 31 de janeiro de 1940

Antônio Bernardo da Silva, solicitando certidão. — Declare a data de sua naturalização (proc. 348/910).

Eugênio Sanches Gongora, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Compareça a esta Diretoria (processo 6.528/939).

Rafael Coutinho Freire, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Junte atestado policial, provando residência no Brasil anteriormente a 16 de julho de 1934 até a presente data (processo 11.115/939).

Armando Pereira, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Junte atestado policial, provando residência no Brasil antes de 16 de julho de 1934, até a presente data (processo 17.423, de 1939).

Bernhard Maimann, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte atestado policial de residência há mais de 10 anos e a prova de quitação com o serviço militar em seu país de origem, de acordo com o artigo 8º do Decreto-lei n. 389, e complete o selo de folhas (processo 15.973/939).

Francisco de Sá, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Esclareça a divergência quanto à data de seu nascimento (processo 4.109/939).

Júlio de Castro, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Complete selo de um documento (processo 17.424/939).

Carlos Rodolfo José Lang, residente no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando título declaratório. — Justifique a divergência do nome, pois os documentos ora apresentados se referem a Carlos José Rodolfo Lang, quando da certidão de casamento consta Carlos Rodolfo José Lang (processo 75/939).

Otto Hofmann, residente no Estado de Pernambuco, solicitando naturalização. — Junte certidões, provando desembarques no Brasil (processo 1.166/939).

Manuel Bernardo da Costa, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando título declaratório. — Junte certidão do respectivo registro, provando transcrição de imóvel em seu nome, em data anterior à Constituição de 1934, fazendo reconhecer a firma do serventuário (processo 16.030/939).

Nelson Cohen, residente no Estado de Minas Gerais, solicitando título declaratório. — Justifique a divergência quanto à nacionalidade (processo 4.978/939).

Jaime Mendes de Freitas, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Cumpra os itens "a" e "d" da portaria n. 653 e junte novos documentos do Instituto de Identificação (processo 6.487/939).

Paulo Edwin Gysi, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Prove nacionalidade de origem e maioridade legal, com documento hábil; junte atestado policial de residência anterior a 16 de julho de 1934 até a presente data e certidão da Delegacia de Ordem Política e Social (processo 17.551/939).

Heleno Gysi, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Junte certidão do respectivo registro, provando ter imóvel transcrito em seu nome, em data anterior à Constituição de 1934; junte atestado policial de residência e certidão da Delegacia de Ordem Política e Social (processo 17.550/939).

José Joaquim Luzio, residente nesta capital, solicitando restituição de documento. — Sim, mediante recibo (processo 16.414/939).

Daniel da Silva Rebelo, residente nesta capital, solicitando restituição de documento. — Sim, mediante recibo (processo 6.485, de 1939).

Douglas Petheram, residente no Estado de Pernambuco, solicitando título declaratório. — Junte certidão do respectivo registro, provando a data em que foi o imóvel transcrito em seu nome, em original, e complete selo de documentos (processo 423/939).

Isaac Abelhas Conde, residente nesta capital, solicitando restituição de documento. — Sim, mediante recibo (processo 15.247/939).

Manuel Moreira da Silva, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte atestado policial, provando ter mais de 10 anos de residência no Brasil (processo 1.038/910).

Gregoire Shenderovich, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte certidão de desembarque e folha corrida do Instituto de Identificação (processo 17.355/939).

Ferdinando Calvano, residente nesta capital, solicitando restituição de documentos. — Sim, mediante recibo (processo 2.128/939).

Manuel Kherlakian, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte folha corrida da polícia; atestado policial de residência há mais de 10 anos e sele devidamente documentos do processo (processo 17.116/939).

Domingos José Xavier, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Junte certidão de casamento, em original, completa selo de documentos e junte certidão do respectivo registro ter imóvel transcrito em seu nome, em data anterior à Constituição de 1934 (processo 18.003/939).

Diretoria da Contabilidade

Primeira Seção

Expediente de 8 de janeiro de 1940

Avisos:

Ao Sr. comandante da Polícia Militar:

N. 4 — Comunicando que, por decreto de 12/12/39, foi reformado o tenente-coronel daquela corporação, Deoderciano Dantas, competindo-lhe a importância mensal de 3:000\$0.

Segunda Seção

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 27 — Solicitando seja restituída a caução prestada no Tesouro Nacional, constituída de 50 apólices ao portador de 1:000\$0 cada uma, como garantia de apresentação da proposta da firma Soares de Matos, para execução de parte da estrutura em concreto armado do Presídio do Distrito Federal, visto já estar a citada firma liberada do compromisso assumido.

Solicitando os seguintes pagamentos, no Tesouro Nacional:

N. 36 — A Companhia Telefônica Brasileira, 978\$5.

N. 37 — A Companhia Telefônica Brasileira, 215\$2.

N. 42 — A A. V. Carvalho & Comp., 1:248\$0.

— Ao Sr. presidente da Caixa Econômica:

N. 2 — Solicitando sejam restituídas as seguintes cauções: Virgílio Guimarães & Comp., 500\$0; Construtora Sec. Ltda., 500\$0. Companhia Construtora Nacional S. A., 50:000\$0. Empresa Construtora Siemens Baunien — Seção da Companhia Brasileira de Eletricidade Schukert, 50:000\$0. Oliveira Lima & Comp. Ltda., 50:000\$0. Cavalcanti, Junqueira S. A., 50:000\$0. Brandão Magalhães & Comp., réis 50:000\$0. Leão Ribeiro & Comp. Ltda., 50 títulos ao portador do valor nominal de 1:000\$0 cada um. D. Dutra & Comp. Ltda., 50 títulos ao portador do valor nominal de 1:000\$0 cada um.

4 — Solicitando sejam restituídas as seguintes cauções: Companhia de Construções Ottino S. A., 50:000\$0. Companhia Construtora Pederneiras S. A., 50:000\$0.

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 25 de janeiro de 1940

Alvaro Alvares de Almeida Neves (M. 70.064-40). — Encaminhe-se.

Dia 26

Antônio da Silva Monteiro (M. 70.074-40). — Encaminhe-se.

Dia 27

Aleino Pereira de Abreu (M. 70.076-40). — Certifique-se o que constar.

Ministério da Educação e Saúde

Gabinete do Ministro

Por portaria ministerial n. 11, de 9 do mês próximo findo, foi constituída uma comissão composta dos senhores Fernando Martins Pereira de Sousa, José Rezende Silva e Moseir Briggs, com o encargo de estudar a organização do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e apresentar ao governo o plano de sua remodelação.

Departamento de Administração

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 20 de janeiro de 1940

Requerimento despachado:

(*) Augenor Cesar de Barros. — Indeferido, à vista da informação. (Processo n. 39.833-39).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 27 de janeiro de 1940

Licença:

(*) A Odette Seabra Brittes, enfermeira, classe II, Quadro I, três (3) meses, com os vencimentos integrais, nos termos do artigo 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, a partir de 21 de dezembro último.

Dia 30

Apostilas:

No decreto de 3-9-1937, de nomeação de Eponina Lima Rocha para exercer o cargo de escriturário, classe G, Quadro I, foi declarado que a referida funcionária passou a chamar-se, em virtude de casamento, Eponina Rocha Tolomei.

Na portaria n. 1.553-E, de 4-11-1939, de admissão de Iolanda da Silva Escobar para desempenhar as funções de auxiliar de escrita de 5ª classe da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, foi declarado que a referida extranumerária-mensalista passou a chamar-se em virtude de casamento, Iolanda Barroso.

Requerimento despachado:

Abimaél Barros. — Certifique-se. (1.283-40).

Licenças:

A Elpidio Bernardino de Sena Matoso, copeiro, classe E, Quadro I, dois (2) meses, a partir de 12 do corrente, com os vencimentos integrais, nos termos do art. 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro último.

A Malta Paz da Silva, guarda III, extranumerário-mensalista, do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, dois (2) meses, com os vencimentos integrais, a partir de 18-12-1939, nos termos do art. 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-1939, combinado com o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

A Prisca Prisca Monteiro Pinto, guarda IV, extranumerário-mensalista do Hospital Psiquiátrico, três (3) meses, a partir de 20 do corrente, com os vencimentos integrais, nos termos do art. 168 do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-1939, combinado com o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

Considerando licenciado com os vencimentos integrais nos termos do artigo 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Francisco de Paula Ribeiro, escriturário, classe D, Quadro I, no período de 5 a 9 do corrente.

— Considerando licenciados com os vencimentos integrais, nos termos do art. 165 do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-39, combinado com o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938:

Maria José de Oliveira, praticante de escriturário VI, extranumerário-mensalista, dos Serviços de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, no período de 10 a 13 do corrente.

Dr. Osvaldo Camargo Abib, médico assistente de 4ª classe, reconduzido para o exercício de 1940 com a categoria de médico XIX, extranumerário-mensalista, do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, no período de 31 de dezembro de 1939 a 13 de janeiro corrente.

Eugênio Francisco Júlio, trabalhador VII, extranumerário-mensalista, do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, no período de 1 a 23 do corrente, em prorrogação da licença que lhe foi concedida por portaria de 13-1-1940.

Departamento Nacional de Educação

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

N. 1.824-40 — Clovis Crisostomo de Oliveira, registro. — Prove que é professor nomeado — 17-1-40.

N. 2.897-38 — Maria Carmelita Jucá, registro. — Indeferido, porque o documento de fls. 3 põe em evidência que a requerente não está em condições de lecionar português. — 22-1-40.

N. 7.851-38 — Lavinia de Arruda Botelho, registro. — Registre-se. — 22-1-40.

N. 40.535-38 — Vitória Rupp, registro. — Idem. — 22-1-40.

(*) Reproduzem-se por terem sido publicados com incorreções.

N. 21.694-38 — Clara Dietrich, registro. — Registre-se, em desenho. — 22-1-40.

N. 44.504-38 — Manuel Koerner, registro. — Registre-se. — 22 de janeiro de 1940.

N. 45.327-39 — Pedro Eziel Cyleno, registro. — O indeferimento não teve por fundamento a menoridade do requerente, mas a conclusão do parecer n. 115-A, de C. N. E. Mantenho, pois, o despacho anterior. — 22 de janeiro de 1940.

N. 35.980-39 — Instituto Menino Jesus, recolhimento de taxa. — Concedo prazo até 15 de fevereiro, findo o qual será cassada a inspeção. — 23-1-40.

N. 12.979-38 — Maria José Burlamaqui Freire, registro. — Registre-se. — 22-1-40.

N. 33.311-38 — Mário Ferrari, registro. — Deferido. — 22 de janeiro de 1940.

N. 22.820-38 — José de Carvalho Barbosa, registro. — Deferido, à vista do parecer da C. E. — 22-1-40.

N. 13.515-38 — Praxedes Popowitch, registro. — Deferido. — 22 de janeiro de 1940.

N. 40.156-39 — Colégio N. S. de Sion, em Curitiba, verificação prévia. — Deferido. — 26 de janeiro de 1940.

N. 40.223-39 — Ginásio Martin Afonso, de São Vicente, verificação prévia. — Proceda-se à verificação prévia. — 26-1-40.

N. 40.131-39 — Colégio N. S. das Dores, de São João del Rei, verificação prévia. — Deferido. — 26-1-40.

N. 218-40 — Colégio São Paulo, de Belo Horizonte, verificação prévia. — Deferido. — 26-1-40.

N. 39.945-39 — Colégio Paula Freitas, Rio, verificação prévia. — Idem. — 26-1-40.

N. 39.230-39 — Colégio Sacré Coeur de Marie, de Ubá, verificação prévia. — 26-1-40.

N. 38.039-39 — Liceu Campograndense, de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, verificação prévia. — Idem. — 26-1-40.

N. 40.137-39 — Ginásio N. S. do Patrocínio, de D. Pedro, Rio Grande do Sul, verificação prévia. — Proceda-se à verificação. — 26 de janeiro de 1940.

EXPEDIENTE DA RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

N. 33.311-39 — Terezina Barou, registro. — Satisfaça as exigências do parecer. — 23-1-40.

N. 39.579-39 — Mário Martineli, matrícula. — Indeferido. O despacho citado não se aplica ao caso do requerente. — 22-1-40.

N. 36.523-39 — Amélia Marlini, retificação de nome. — Reconheça, preliminarmente, as firmas dos documentos apresentados. — 23 de janeiro de 1940.

N. 2.578-40 — Gladys Aparecida Ferraro Boto, 2ª chamada para provas. — Indeferido, por falta de apoio legal. — 24-1-40.

N. 2.649-40 — João Quaggio, revalidação de exames de Carlos Quaggio. — Deferido. Matricule-se no Ginásio do Estado de Araçatuba, mediante apresentação do certificado de exame de admissão prestado no Colégio Diocesano de Lins. — 23-1-40.

N. 2.780-40 — Michele Ferraro, revalidação de curso. — Junte certificado de conclusão de curso e programa dos estudos feitos na Itália. Estes documentos devem ser devidamente legalizados na Embaixada Italiana. — 24-1-40.

N. 2.806-40 — Daisy Carvalho Xavier, requer permissão para frequentar a 2ª série. — Indeferido, por falta de apoio legal. — 24 de janeiro de 1940.

N. 2.887-40 — José Dias da Silva, requer promoção. — Idem. — 24 de janeiro de 1940.

N. 2.501-40 — Solange Marie Chamblay, revalidação de curso. — Legalize os documentos apresentados, na forma do parecer. — 24 de janeiro de 1940.

N. 23.769-39 — Teresa Nardi, retificação de nome. — Deferido. — 23 de janeiro de 1940.

N. 10.282-38 — Luzia Amaral Guimarães, registro. — Satisfaça exigência. — 25-1-40.

N. 27.307-37 — Rosa Ruf, registro. — Idem. — 25-1-40.

N. 37.390-39 — Moisés Burda, registro. — Deferido, em vista da documentação apresentada. — 25-1-40.

N. 27.866-37 — Pedro Vives Bonet, registro. — Satisfaça exigência. — 25-1-40.

Divisão de Ensino Superior

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 25 de janeiro de 1940

N. 3740.266 — Escola de Belas Artes da Bahia (Reconhecimento). — Homologado. 18-1-40. — Capanema. — Parecer n. 345/39 da Comissão de Ensino Superior, favorável ao reconhecimento da Escola e Parecer n. 583/39 da Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimentos Internos determinando modificações nos Estatutos e no Regimento Interno da Escola.

N. 8.020/39 — Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" — Relatório de 1938. — Ao D. N. E. — De ordem do Sr. Ministro, para atender. 30-11-39. — C. Drummond. — Parecer n. 237, de 1939 da Comissão de Ensino Superior, pedindo providências.

eias para que o processo volte ao Conselho acompanhado de "relatório" do inspector.

N. 21.993/39 — Gumercindo Pires Monteiro. — Homologado. 17-1-40. — Capanema. — Parecer n. 241/39 da Comissão de Legislação, contrário ao registro do diploma do interessado.

N. 3.037/40 — Professor Ari de Abreu Lima. — Aguarde-se a reforma do ensino da arquitetura. 20-1-40. — Capanema. — Indicação para a criação de cursos de arquitetura na Universidade de Minas Gerais e na Escola Politécnica da Baía (Aprovada pelo C. N. E. em 10-11-1939).

N. 12.897-39 — Darcil Ribeiro de Castro. — Homologado. 23 de janeiro de 1940. (a) Capanema. — Parecer n. 277-39 da Comissão de Legislação concluindo que o interessado deverá se sujeitar às provas de validação afim de registrar o seu diploma.

N. 185-39 — Walter Baltensberger. — Homologado. 23 de janeiro de 1940. (a) Capanema. — Parecer n. 283-39 da Comissão de Legislação no sentido de não ser autorizado o registro do diploma de engenheiro electricista conferido ao requerente.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Registro de diploma:

- N. 34.188-39 — Francisca de Barros. — Deferido.
 N. 6.252-39 — João Cruz Costa. — Registre-se.
 N. 9.397-39 — Antônio Lopes de Oliveira Torres. — Registre-se, à vista do parecer da Divisão de Ensino Secundário.
 N. 39.998-39 — Dagmar Fernandes de Melo. — Deferido.
 N. 10.025-39 — João Garcez Vieira. — Deferido.
 N. 10.089-39 — Sebastião Gomes Leal. — Deferido.
 N. 662-40 — Fernando da Costa Pena. — Deferido.
 N. 1.743-40 — Olavo Maia Pinho. — Deferido.
 N. 1.821-40 — Raimundo Cândido. — Deferido.
 N. 2.253-40 — Afonso Caruso. — Deferido.
 N. 2.273-40 — Klack Fernandes de Oliveira. — Deferido.
 N. 2.299-40 — Luiz Djaniro de Andrade. — Deferido.
 N. 2.310-40 — Olavo Monteiro Costa. — Deferido.
 N. 2.424-40 — Abel Azevedo Caminha. — Deferido.
 N. 2.425-40 — Geraldo de Camargo Nascimento.
 N. 2.582-40 — José Dias da Silva. — Deferido.
 N. 2.631-40 — Davi Silvino de Sá Benevides. — Deferido.
 N. 2.632-40 — João Batista Esmeraldo de Vasconcelos. — Deferido.
 N. 2.633-40 — Lauro Herbster. — Deferido.
 N. 2.634-40 — Flávio Livino de Carvalho. — Deferido.
 N. 2.635-40 — José Osvaldo Freire. — Deferido.
 N. 2.636-40 — José Freire Modesto Ferraz. — Deferido.
 N. 2.637-40 — Araken Carneiro. — Deferido.
 N. 2.638-40 — Júlio de Queiroz Machado. — Deferido.
 N. 2.639-40 — Valdemar Alves Pereira. — Deferido.
 N. 2.640-40 — Herbert de Maralaoam Castelo Branco. — Deferido.
 N. 2.723-40 — Maria da Conceição Tavares de Souza. — Deferido.
 N. 2.925-40 — Nelson Silveira de Souza. — Deferido.
 N. 38.133/39 — Manuel Carlos Ferraz de Almeida. — Deferido.
 N. 38.138/39 — Roberto João da Silva Medeiros. — Deferido.
 N. 312/40 — Agenor Gomes da Frota. — Deferido.
 N. 343/40 — Hermilo Alves Carneiro Neto. — Deferido.
 N. 344/40 — Clovis da Silva Lopes. — Deferido.
 N. 345/40 — Colbert Brandão Guimarães. — Deferido.
 N. 347/40 — Walter Moniz Barreto. — Deferido.
 N. 348/40 — João Paulino dos Santos Neto. — Deferido.
 N. 349/40 — Carlos Leite Ico. — Deferido.
 N. 350/40 — Washington Mathez. — Deferido.
 N. 351/40 — Alderico Santos Azevedo. — Deferido.
 N. 352/40 — José Gil Moreira. — Deferido.
 N. 353/40 — Jorge de Araujo Magalhães. — Deferido.
 N. 355/40 — Florival Celestine Cunha. — Deferido.
 N. 439/40 — Walfrido Gonçalves da Cunha. — Deferido.
 N. 618/40 — Alderico Monteiro Soares. — Deferido.
 N. 1.676/40 — Otiavo Tostes Filho. — Deferido.
 N. 1.678/40 — Paulo Vieira de Vasconcelos. — Deferido.
 N. 1.683/40 — Lincoln Soares. — Deferido.
 N. 1.685/40 — Osvaldo Mendonça. — Deferido.
 N. 1.765/40 — Walfredo Barreto de Loureiro Maior. — Deferido.
 N. 1.796/40 — Pedro Alberto Serpe. — Deferido.
 N. 1.822/40 — Gilberto Antunes de Almeida. — Deferido.
 N. 1.932/40 — Francisco Monteiro Loyola. — Deferido.
 N. 2.504/40 — Rodrigo Vieira de Moraes Filho. — Deferido.
 N. 2.505/40 — José Isfer. — Deferido.
 N. 2.507/40 — Altamir João Batista Gubert. — Deferido.
 N. 2.509/40 — João Aldemiro Sartori. — Deferido.
 N. 2.510/40 — Hugo Peretti. — Deferido.
 N. 2.511/40 — Marcos Krutner. — Deferido.
 N. 2.681/40 — Rachid Saldanha Derzi. — Deferido.
 N. 2.726/40 — Belmiro Greco Gallotti. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

N. 31.057/38 — Edmundo Pezzi. — Prove que tem curso secundário regular.

N. 31.058/38 — José Osmar Geremia e Firmino Minghelli. — Selem convenientemente a petição de fls. 2 e provem a regularidade do curso secundário.

N. 2.094/40 — Marcio Pena de Andrade. — Sele, devidamente, a procuração que juntou.

N. 2.484/40 — Liguará Espírito Santo. — Não ha o que deferir. O diploma não é registravel nesta Divisão.

N. 2.508/40 — Eynard Brum. — Promova a assinatura do inspector federal no diploma que apresentou.

N. 2.724/40 — Rolf Faria Gugisch. — Sele, devidamente, a procuração que juntou.

N. 2.908/40 — Osvaldo José Vitagliani. — Sele, devidamente, a procuração que juntou.

Ministério das Relações Exteriores

Por portarias de 30 do corrente:

Foram nomeados José Ramos Santiago, Cleto de Moraes Costa e Alvaro Gomes Soares, para exercerem as funções de Auxiliares de Campe de 1ª classe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão, a partir de 1 de janeiro do corrente ano;

Foi nomeada Marina Noronha, para exercer as funções de dactilógrafa da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão, a partir de 1 de janeiro do corrente ano; e

Foi nomeado Henrique Medeiros, para exercer as funções de cinematografista da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão, a partir de 1 de janeiro do corrente ano.

Ministério da Fazenda

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Proc. 6.571/40 — Exposição de motivos n. 80, de 16 de janeiro de 1940, do Gabinete do Sr. ministro da Fazenda — Exmo. Sr. Presidente da República — Artur Ferreira Maia, alegando haver exercido, durante dez anos, o cargo de escriptor da Coletoria das Rendas Federais em Penápolis, no Estado de S. Paulo, e encontrar-se atualmente inválido, pede seja declarado aposentado nesse cargo. O suplicante foi exonerado, a pedido, por Decreto de 23 de janeiro de 1929, abrindo mão de qualquer direito que porventura pudesse ter à aposentadoria que pleiteia, o que, aliás, só foi reconhecido aos exatores federais, a partir do Decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934. Em face do exposto, opino por que se archive o processo. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — A. de Souza Costa. Arquivase. Em 17-1-1940. — GETULIO VARGAS.

Proc. 30.471/39 — Alvaro da Costa Matos, solicitando sua nomeação para o lugar de perito-contador. — A deliberação superior. Havendo o Decreto-lei n. 1.568, de 6 de setembro último, determinado que esses cargos sejam providos mediante concurso, sou de parecer que se archive o processo. — Sim.

N. 53.751/39 — Aldo Rossetti, solicitando sua nomeação para o lugar de perito-contador. — A deliberação superior. Havendo o Decreto-lei n. 1.568, de 6 de setembro último, determinado que esses cargos sejam providos mediante concurso, opino por que se indefira o pedido. — Sim, de acordo com o parecer. Em 24-1-1940. — GETULIO VARGAS.

Proc. 83.401/39 — Samuel Porto, agente fiscal do imposto de consumo, aposentado, solicitando reversão à atividade. — A deliberação superior. O requerente conta 65 anos de idade, não podendo, assim, voltar ao exercício de suas funções, em face do que prescreve o art. 80, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis. Assim, opino que se indefira o pedido. — Sim.

DESPACHOS

Processo n. 98.126-38 — Representação D. F. 88 do D. A. S. P., sobre remoções de funcionários da Diretoria do Domínio da União. — A deliberação superior. O Departamento Administrativo do Serviço Público solicita providências no sentido de serem anulados os decretos de 18 de agosto de 1938, que removeram os engenheiros do Quadro XIII deste Ministério, Clovis Cavalcanti, da Administração do Domínio da União em Pernambuco, para a do Ceará, e Ari O'Leary Pais Leme, desta para aquela. Fundamenta-se o pedido no fato de não constar dos citados decretos o dispositivo legal que permitia a remoção, como exige a circular n. 11, de 18 de junho de 1937, da Secretaria da Presidência da República. O dispositivo cuja omissão foi notada é o constante do art. 32 da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, que diz:

"O Governo atendendo às conveniências dos serviços, e por proposta da Comissão de Eficiência, poderá transferir ou remover qualquer funcionário, de uma para outra localidade ou repartição de cada Ministério, guardadas as ressalvas constitucionais e respeitada a especialização técnica."

As remoções em apreço não poderiam ser feitas mediante proposta da Comissão de Eficiência, que, no momento, não estava constituída, conforme esclarece a informação de fls. 4.

Nestas condições, sou de parecer que não se justifica nem convém a anulação dos dois referidos decretos. Arquive-se.

Processo n. 32.428-38 — Isolina Carvalho, solicitando sua nomeação como contratada da Diretoria do Imposto de Renda. — A deliberação superior. Sou de parecer que a requerente não pode ser atendida, por isso que, nos termos do art. 4º, § 1º, do Decreto-lei número 1.909, de 26 de dezembro último, a admissão para aquele cargo deve ser estabelecida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público. Sim.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

DESPACHOS

Processo n. 61.767-39 — Osmar Girar Monteiro.

Processo n. 87.587-39 — Alvaro Neto Formosinho, solicita nomeação para guarda fiscal, do Quadro IX, deste Ministério. — Foi dado o seguinte despacho nos processos aludidos: O requerente não pode ser atendido porque existem excedentes na carreira e classe indicadas, conforme consta da tabela anexa ao Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro último.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DISPENSA

Portaria n. 2, de 31 de janeiro de 1940:

Dispensando o oficial administrativo, classe 19 do Quadro Suplementar deste Ministério, Antônio Pinheiro de Moraes, da comissão que vinha servindo no Segundo Conselho de Contribuintes.

DESPACHO

Proc. 75.652/39 — Representação do Sr. cartorário do Tesouro Nacional, de 19 de setembro de 1939, sobre pessoal. — A vista do informado pelo S. P., arquive-se.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

DESPACHOS

Processo n. 4.700-40 — Raul Holt, solicitando sua indicação para um dos cargos criados pelo Decreto-lei n. 1.168, de 1939. — A vista do disposto no art. 2º do Decreto-lei n. 1.568, de 6 de setembro de 1939, que incorpora a carreira de Perito-Contador, do Quadro XII deste Ministério, à de Contador do Quadro I, restituam-se ao interessado os documentos de fls. 3 a 24 e, em seguida, arquive-se.

Processo n. 6.914-40 — Nair Soares Pinheiro, contador, classe 23, do Quadro Suplementar, deste Ministério, solicitando registro de diploma de Perito-Contador. — Tratando-se de título expedido por um estabelecimento reconhecido pelo Governo Federal, faça-se o necessário registro na ficha individual do Contador, classe 23, do Quadro Permanente, deste Ministério, Nair Soares Pinheiro, depois do que, restitua-se-lhe o documento de fls. 2, e, em seguida, arquive-se.

Processo n. 3.930-40 — Paulo Afonso de Moraes Lima, nomeado por decreto de 16 de dezembro de 1939, escriturário, classe D, do Quadro IX, devendo ter exercício na Mesa de Rendas de D. Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando prorrogação de prazo para efeito de posse. — Concedo ao requerente a prorrogação de prazo, por 60 dias, para assumir o cargo para que foi nomeado.

Processo n. 4.125-40 — Emiliano Cavalcante Sidrim, nomeado por decreto de 16 de dezembro de 1939, escriturário, classe D, do Quadro IX, devendo ter exercício na Mesa de Rendas em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando prorrogação de prazo, para efeito de posse. — Concedo ao requerente a prorrogação de prazo por 60 dias, afim de assumir a posse do cargo para que foi nomeado.

Processo n. 4.285-40 — Manuel Pereira Ramos Batista, guarda aduaneiro, classe F, do Quadro VIII, removido por decreto de 7 de dezembro de 1939, da Alfândega de Manaus para a da Baía, solicitando prorrogação de prazo, para assumir o exercício do cargo. — Em face do que faculta o § 1º, do art. 29, do Estatuto dos Funcionários Públicos, concedo, tendo em vista que o prazo solicitado já se encontra vencido, a prorrogação de prazo, por 60 dias, contável de 9 de dezembro de 1939, data da publicação no "Diário Oficial", do decreto de remoção, afim de que o suplicante assumo o exercício do cargo para que foi removido.

Processo n. 4.790-40 — Marina de Freitas, nomeada por decreto de 16 de dezembro de 1939, escriturário, classe C, do Quadro VIII, da Alfândega de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando prorrogação de prazo para efeito de posse. — Concedo à requerente a prorrogação de prazo, por 30 dias, afim de tomar posse do cargo para que foi nomeada.

Processo n. 5.534-40 — Zenith Chaves de Sousa, nomeada por decreto de 21 de novembro de 1939, dactilógrafa, classe C, devendo ter exercício na Delegacia Fiscal no Estado de Sergipe, solicitando prorrogação de prazo para efeito de posse. — Concedo, em prorrogação, mais o prazo de 30 dias, para a requerente tomar posse do cargo para que foi nomeada.

Processo n. 5.577-40 — Bráulio Pena Forte de Negreiros, nomeado por decreto de 13 de dezembro de 1939, guarda aduaneiro, classe D, do Quadro VIII, da Alfândega de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando prorrogação de prazo para efeito de exercício. — Concedo ao requerente a prorrogação de prazo, por 30 dias, afim de assumir o exercício do cargo para que foi nomeado.

Processo n. 5.584-40 — Adalberto Tavares dos Santos Lima, escriturário, classe E, da Alfândega de João Pessoa, removido por decreto de 7 de dezembro de 1939, para a Alfândega de São Luiz, solicitando prorrogação de prazo para efeito de exercício. — Concedo ao requerente a prorrogação de prazo por 30 dias, para efeito de posse do cargo para que foi nomeado.

Processo n. 5.630-40 — Aguinaldo Araújo, agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado de Goiás, promovido por decreto de 12 de dezembro de 1939, para o interior do Estado de Alagoas, solicitando prorrogação de prazo. — Concedo ao requerente, a prorrogação de prazo, por 30 dias, contável de 26 de janeiro de 1940, afim de tomar posse do cargo para que foi promovido.

Processo n. 5.967-40 — Ena Montenegro, nomeada por decreto de 16 de dezembro de 1939, escriturário, classe C, do Quadro VIII, da Alfândega de Manaus, solicitando prorrogação de prazo, para efeito de posse. — Concedo à requerente a prorrogação de prazo, por 60 dias, afim de assumir a posse do cargo para que foi nomeada.

Processo n. 6.201-40 — José Raimundo de Macedo, coletor federal, removido por decreto de 21 de dezembro de 1939, da coletoria federal em São Benedito, para a de Maria da Fé, Estado de Minas Gerais, solicitando prorrogação de prazo para efeito de exercício. — Concedo ao requerente a prorrogação de prazo por 60 dias, afim de prestar reforço de fiança e de assumir o exercício do cargo para que foi removido.

(*) Processo n. 5.687-40 — Orlando de Araújo Bernardes, guarda-livros, classe F, do Quadro I, solicitando averbação de diploma de Contador. — Faça-se o necessário registro na ficha individual do guarda-livros da classe F, do Quadro I, deste Ministério, Orlando de Araújo Bernardes, depois do que, restitua-se-lhe o documento de fls. 2 e, em seguida, arquive-se.

(*) Processo n. 6.406-40 — Juraci Pinheiro de Moraes Cavalcanti.

Processo n. 6.412-40 — Carmen Carrera Maese Lira.

Processo n. 6.484-40 — Marília Bastos, a respeito de ser anotado nos assentamentos respectivos, a qualidade de Contador. — O despacho proferido nos processos acima foi o seguinte: Tratando-se de título expedido por um estabelecimento reconhecido pelo Governo Federal, faça-se o necessário registro na ficha individual, depois do que restitua-se o documento de folhas, e, em seguida, arquive-se.

Proc. 5.724/40 — José Aloísio Campos, por seu procurador, solicitando a devolução de documentos. — Restituam-se ao interessado os documentos de fls. 3 a 5 e 2, respectivamente, dos processos anexos, sob ns. 37.869 e 67.510, de 1939, e, em seguida, arquive-se.

Proc. 95.288/38 — Belmiro Tocantins, solicitando devolução de documentos. — Convide-se o interessado a apresentar-se neste Serviço, afim de receber o documento requerido à fls. 2.

Proc. 12.231/39 — Manuel Elias de Almeida Anunciação, solicitando sua nomeação para o lugar de agente fiscal do imposto de consumo. — Para o fim constante do disposto no art. 2º do Decreto-lei n. 1.900, de 20 de dezembro findo, convide-se o interessado a provar que exerce, há mais de um ano, função ou cargo público federal.

Proc. 73.899/39 — Habilitação ao montepio civil da Fazenda, de D. Dermevina de Matias Sousa e outra, na qualidade, respectivamente, de viúva e filha de Manuel Isidoro de Sousa, ex-marinheiro da Alfândega do Rio de Janeiro. — A apreciação do benefício legal, de que se trata, depende, ainda, do preenchimento da exigência regulamentar constante da primeira parte do despacho proferido, em data de 19 de setembro último, a fls. 7, da presente habilitação (Decreto n. 3.607, de 10 de fevereiro de 1866), de vez que a Alfândega desta Capital já deu cumprimento à recomendação exarada na parte final do mesmo despacho, com os dados informativos de folhas 7 v. a 9 (art. 22 do Decreto n. 22.414, de 30 de janeiro de 1933).

Isto posto, faça-se nova publicação do despacho de fls. 7. O despacho referido é o seguinte: Convide-se, preliminarmente, a beneficiária, D. Dermevina de Matias Sousa, a habilitar-se, por si e sua filha menor Isabel de Sousa, à pensão de montepio em apreço, na forma preceituada pelo Decreto n. 3.607, de 10 de fevereiro de 1866.

Proc. 89.488/39 — Jaime Rocha Guimarães, solicitando sua nomeação para a classe inicial da carreira de Desenhista do Quadro I. — Convide-se o requerente a provar, por documento hábil, a sua aptidão para o exercício do cargo que pleiteia.

Proc. 96.165/39 — Cândido de Freitas Chaves, agente fiscal do imposto de consumo, aposentado, solicitando reversão à atividade. — Convide-se, novamente, o interessado a cumprir a exigência constante do despacho supra: O interessado está convidado a apresentar a sua certidão de idade.

Proc. 6.604/40 — Ismael Mateus Borges, guarda-fiscal, classe D do Quadro IX, solicitando sua nomeação para o lugar de polícia fiscal.

*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorreção.

— Arquite-se, uma vez que, em face do disposto no art. 15 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, o pedido não poderá ser atendido, visto haver sido prescrito em 31 de dezembro do ano passado o concurso a que se submeteu o interessado.

Proc. 6.657/40 — João da Silva Pimenta, guarda-livros, classe G do Quadro I, solicitando averbação de seu diploma de Contador. — Tratando-se de título expedido por um estabelecimento reconhecido pelo Governo Federal, faça-se o necessário registro na ficha individual da guarda-livros da classe G do Quadro I deste Ministério. João da Silva Pimenta, depois do que, restitua-se-lhe o documento de folhas 2, por intermédio do D. F., no Estado de Minas Gerais, e, em seguida, archive-se.

Proc. 6.877/40 — Oscar Simões Lopes, corretor de navios, solicitando ratificação de sua nomeação. — Não tendo o requerente sido nomeado pelo Governo Federal e não satisfazendo as exigências dos §§ 1º e 2º do art. 1º do Decreto n. 5.595, de 6 de dezembro de 1928, nada ha que deferir. Archive-se.

Proc. 7.196/40 — José Alves Dias, solicitando sua nomeação, interina, para o cargo de servente deste Ministério. — A nomeação em causa não poderá verificar-se, em face do que dispõe o Decreto-lei n. 1.847, de dezembro último, em cujas tabelas a classe inicial na carreira de Servente, na qual se poderia dar o ingresso do interessado, foi extinta, desde que se consideraram excedentes os cargos que a mesma compõem. Nestas condições, restituam-se ao interessado os documentos de fls. 2 a 16 e, em seguida, archive-se.

Proc. 7.306/40 — Djalma Elói de Medeiros, escriturário, classe 8 do Quadro Suplementar, servindo na Alfândega do Rio de Janeiro, solicitando a restituição do Decreto que o nomeou para o cargo de 2º escriturário da Delegacia Fiscal em Goiás. — Entregue-se ao interessado, mediante recibo, o Decreto solicitado no requerimento de fls. 3.

Proc. 7.431/40 — Paulo Crisóstomo de Castilho, ex-ajudante de despachante aduaneiro, solicitando sua nomeação para o lugar de despachante aduaneiro. — Archive-se, uma vez que o pedido não poderá ser atendido, visto contrariar o disposto no art. 7º do Decreto-lei n. 1.144, de 9 de março de 1939, por não estar o interessado habilitado a exercer o cargo pleiteado, com o necessário concurso.

Proc. 41.775/38 — Luiz Paulo Webber, solicitando devolução de documentos. — Tratando-se de candidato inhabilitado no concurso a que se submeteu, restituam-se-lhe os documentos reclamados, mediante recibo.

Proc. 59.861/39 — Ari de Carvalho Armando, inspetor regional, padrão K do Quadro V do Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitando sua transferência para a carreira de Engenheiro do Quadro I deste Ministério. — A vista do disposto no art. 60 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, convide-se o interessado a apresentar o seu diploma de engenheiro.

Proc. 98.501/39 — Apúlio Sérgio de Sousa, solicitando devolução de documentos. — Tendo os referidos documentos produzido os efeitos legais, restituam-se-lhe, mediante recibo.

Proc. 100.536/39 — A Associação Beneficente "Crédito ao Funcionário Público", solicitando providências, no sentido de ser efetivado o desconto do Sr. José Brum da Silva. — O pedido do requerente já foi atendido com os descontos feitos no salário do funcionário de quem se trata, no período de maio a setembro de 1938. Archive-se.

Proc. 4.477/40 — Iraldo Silva, solicitando devolução de documentos. — Tratando-se de candidato inhabilitado no concurso a que se submeteu, restituam-se-lhe os documentos pedidos, mediante recibo.

Proc. 5.251/40 — Francisco Tinoco Cabral, servente, classe C do Quadro IV do Ministério da Viação e Obras Públicas, solicitando transferência para igual classe e carreira neste Ministério. — Consignando-se as tabelas, anexas ao Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939, 20 excedentes na classe "C" da referida carreira de Servente, deste Ministério, o pedido não poderá ser atendido, de vez que contraria o disposto na letra a da decisão n. 245, de 13 de fevereiro de 1939, do D. A. S. P. Archive-se.

Proc. 6.472/40 — Alfeu Rosas Martins, oficial administrativo, classe L do Quadro Permanente deste Ministério, solicitando seu aproveitamento em cargo da magistratura do Distrito Federal. — O interessado deverá solicitar transferência, dentro das normas estabelecidas no capítulo VIII do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Proc. 6.757/40 — João de Oliveira Monteiro, habilitado em concurso de Polícia Fiscal, solicitando sua nomeação. — Archive-se, uma vez que, em face do disposto no art. 15 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, o pedido não poderá ser atendido, visto haver sido prescrito, em 31 de dezembro do ano passado, o concurso a que se submeteu o interessado.

Proc. 7.495/40 — Manuel Fonseca da Cunha, guarda-fiscal, classe D do Quadro IX, solicitando sua transferência para a carreira de Guarda Aduaneiro. — Archive-se, uma vez que, pelo Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939, os guardas aduaneiros e guardas-fiscais foram classificados, igualmente, com a denominação de Policia Fiscal.

Proc. 7.446/40 — Luiz Ribeiro Guimarães, perito, classe H, interino, do Quadro Permanente, solicitando licença para tratar de interesses particulares. — Indeferido, em face do disposto no artigo 152 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Proc. 7.657/40 — Vicente Guida, oficial administrativo, classe I do Quadro Permanente, solicitando uma certidão. — Dirija-se, que-

rendo, na conformidade do que preceitua a alínea b do item I do artigo 221 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Proc. 7.691/40 — José Saná, oficial administrativo, classe 11 do Q. S., solicitando certidão de tempo de serviço que serviu, em comissão, na Diretoria das Rendas Aduaneiras. — Requeira, querendo, por intermédio de seu chefe imediato. Archive-se.

Proc. 7.925/40 — Joaquim Bezerra de Andrade, artífice de obras e reparos, classe H do Quadro Permanente, lotado na Casa da Moeda, solicitando uma certidão. — O requerente não pode dirigir-se a esta Diretoria, senão por intermédio de seu chefe imediato, na conformidade do disposto no art. 221, n. 1, letra b, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

No Diário Oficial de 30 de janeiro de 1940, página n. 1.783, onde se lê: João Paulo Vinchi de Moraes, leia-se: João Vinelli do Moraes, e onde se lê: Alberto Ision Ponti, leia-se: Alberto Ision Ponte.

APOSTILA

No decreto de 14 de dezembro de 1939, que promoveu o Escrivão Federal em Anchieta (5ª classe), no Estado do Espírito Santo, Ceciliano de Melo Portinho, a Coletor Federal em Santa Teresa (4ª classe), no mesmo Estado, foi feita a seguinte apostila: O cargo para o qual foi promovido o funcionário de que trata o presente decreto é de Escrivão, e não Coletor.

OFÍCIOS

Dia 25 de janeiro de 1940

Ao Sr. Dr. procurador geral da Fazenda Pública:

N. 62 — De ordem do Sr. diretor geral, comunica que deve ter exercício nesta Procuradoria o dactilógrafo, classe C do Quadro Permanente deste Ministério, Diná Xavier de Brito.

PORTARIA

N. 17 — O diretor do Serviço do Pessoal, ao desligar deste S. P. o oficial administrativo, classe 19 do Quadro Suplementar, bacharel José Fernandes Barros, e o escriturário, classe 12 do mesmo Quadro, Durval de Mendonça, mandados voltar à Recebedoria do Distrito Federal, onde se acham lotados, resolve louvar os referidos funcionários e agradecer a colaboração por eles prestada à S. A., devendo esse elogio constar dos seus assentamentos.

OCCORRÊNCIA

Pelo ofício n. 22, de 15 do corrente mês, o Sr. delegado fiscal no Estado do Rio de Janeiro, comunicou o falecimento, ocorrido em data de 31 de dezembro último, do Sr. Mário Ribeiro de Carvalho, escrivão da Coletoria Federal em Valença, no mesmo Estado. (Processo n. 6.301-40).

GRATIFICAÇÕES E AUXÍLIOS

Folha de pagamento de diárias a que fez jus o intendente da classe K, Sr. Eduardo Chermont, do Serviço Regional do Domínio da União no Pará, período de 14 a 25 de dezembro de 1939, inclusive, por serviços prestados em verificações de terrenos de marinha, situados às Praias do Areião, Prainha, do Farol e no norte da ilha do Mosqueiro sobre a Baía do Sol.

Eduardo Chermont, intendente, classe K — 300\$0.

Importa a presente folha na importância de trezentos mil réis (300\$0). S. R. D. U., no Pará, 30 de dezembro de 1939. — José Fleury da Fonseca, escriturário, classe F.

Visto. — Christiano de Moraes Junior, chefe do Serviço.

Dia 27 de janeiro de 1940

Ofícios:

Ao Sr. Diretor Secretário do Tribunal de Contas:

N. 27 — Apresentando Gilda Sportelli, que tomou posse hoje, neste Serviço, do cargo da classe C, da carreira de Dactilógrafo, do Quadro Permanente.

— Ao Sr. Chefe da 1ª Circunscrição de Recrutamento Militar:

N. 47 — Comunicando que o cidadão José Antônio de Sousa Carvalho, designado por decreto de 28 de dezembro último, para exercer as funções de Delegado Fiscal no Estado do Amazonas, tomou posse do respectivo cargo, neste Serviço, tendo satisfeito as exigências de que trata o boletim n. 62, de 10 de novembro de 1933.

SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Expediente do dia 29 de janeiro

Laudo-Portaria n. 74 — Concedendo doze dias de licença, para tratamento de saúde, ao servente, classe C, com exercício no Domínio da União, Antônio Cardoso dos Santos, de acordo com o artigo 162, letra b, do Estatuto.

Laudo-Visita Domiciliar n. 72 — Justificando um dia de ausência ao expediente por motivo de doença, ao servente, classe 4ª, da Diretoria do Imposto de Renda, Nilo Duarte Lisboa.

Laudo-Visita Domiciliar n. 73 — Justificando um dia de ausência ao expediente por motivo de doença, ao escriturário, classe F, com exercício no Imposto de Renda, Helena Abigail dos Santos.

Laudo-Visita Domiciliar n. 74 — Justificando três dias de ausência ao expediente por motivo de doença, ao marinho, classe D, com exercício na Alfândega do Rio de Janeiro, Joaquim Custódio.

Expediente do dia 30 de janeiro

Laudo-Portaria n. 75 — Concedendo noventa dias de licença, ao intendente, classe I, com exercício no Serviço Regional do Domínio da União, no Estado da Bahia, Gastão Fernandes da Câmara. (Processo n. 103.432-39).

Laudo-Portaria n. 76 — Concedendo seis meses de licença, para tratamento de saúde, ao escriturário, classe F, com exercício no Tribunal de Contas, Juvenal José de Araújo, de acordo com o artigo 168, do Estatuto.

Laudo-Portaria n. 77 — Concedendo dez dias de licença para tratamento de saúde, ao conferente, classe D, com exercício na Casa da Moeda, Roberto Osvaldo da Silva Azevedo, de acordo com o artigo 162, letra b, do Estatuto.

Laudo-Portaria n. 78 — Concedendo quinze dias de licença, para tratamento de saúde, ao torneiro mecânico, da Casa da Moeda, Antônio Carlos Trindade Filho, a partir do dia 24 do corrente.

Laudo-Visita Domiciliar n. 75 — Justificando três dias de ausência ao expediente por motivo de doença, ao auxiliar de escrita, classe E, com exercício no Domínio da União, Dulci Nogueira.

Laudo-Visita Domiciliar n. 76 — Justificando um dia de ausência ao expediente por motivo de doença, ao auxiliar de escrita, série VII, servindo no Domínio da União, Deolinda Medeiros Lante.

Laudo-Visita Domiciliar n. 77 — Justificando três dias de ausência ao expediente por motivo de doença, ao auxiliar de escritório, servindo na Estatística Econômica e Financeira, Berenice da Cruz Ribeiro.

Laudo para posse n. 8 — Nelson Melo dos Santos — Extranumerário do Domínio da União — Examinado. — Não foi considerado apto para o serviço público.

Laudo para posse n. 9 — Magnolia Martins Pereira — Escriturário, classe E, Quadro Permanente — Examinada. — Considerada apta para o serviço público. A funcionária deverá submeter-se a tratamento, devendo fazer prova mensalmente, nesta S. S.

Edital — Deverão comparecer a esta S. S., quinta-feira, dia 1 de fevereiro, os funcionários:

1. Georgina Medeiros, oficial administrativo, classe I — Imposto de Renda — As 12 horas.
2. Dulce de Miranda Fortes, oficial administrativo, classe H — Imposto de Renda — As 12,30 horas.
3. Almir Apolinário de Carvalho, oficial administrativo, referência 11 — Quadro Suplementar — Diretoria da Despesa Pública — As 13 horas.
4. Marina Lélia Velasquez, escriturário, classe F — Delegacia Fiscal em São Paulo — As 13,30 horas.

Diretoria das Rendas Aduaneiras

Dia 29 de janeiro de 1940

Ao Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 49 — Comunica, para os devidos fins, que no processo fichado no Tesouro sob n. 92.307-38, de interesse de Garcia, Rojas & Comp. pomicultores e exportadores de frutas nacionais, sobre o pagamento de direitos e multas de revisão na importância de 178:878\$4, o senhor ministro da Fazenda proferiu o seguinte despacho:

"De acordo com os pareceres e, tendo em vista os antecedentes dos requerentes, indefiro o pedido."

Acompanha o processo fichado nessa alfândega sob número 5.528, de 1938.

Diretoria do Domínio da União

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. presidente do 1º Conselho de Contribuintes, 4º andar do edifício da Associação Comercial do Rio de Janeiro, rua da Candelária:

N. 88 — Solicitando providências para a desocupação da sala n. 402 daquele edifício.

— Ao Sr. chefe da Secção de Controle do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 92 — Remetendo boletim de frequência do pessoal efetivo desta Diretoria, correspondente ao mês de janeiro corrente.

N. 93 — Comunicando frequência do protocolista da classe F, Francisco de Oliveira Rodrigues, no corrente mês.

Dia 23

Offícios:

Ao Sr. diretor da Imprensa Nacional:

N. 52-D.A. — Remetendo escala de férias do pessoal com exercício no Serviço Regional desta Diretoria no Estado do Rio de Janeiro, afim de ser publicada no "Diário Oficial".

N. 53-D.A. — Remetendo escala de férias do pessoal com exercício no Serviço Regional desta Diretoria no Espírito Santo, afim de ser publicada no "Diário Oficial".

N. 54-D.A. — Remetendo escala de férias do pessoal com exercício no Serviço Regional desta Diretoria no Rio Grande do Sul, afim de ser publicada no "Diário Oficial".

Dia 24

Offícios:

Ao Sr. chefe da Contadoria Seccional na Policia Civil do Distrito Federal:

N. 56-D.A. — Sobre descontos nos vencimentos do delegado da classe K, Gentil da Silva Moraes, para pagamento de prestações correspondentes ao ano de 1934.

— Ao Sr. chefe do Serviço Regional do Domínio da União no Estado do Maranhão, São Luiz:

N. 97 — Remetendo o decreto de 17 de novembro último, afim de ser entregue, mediante recibo, ao Sr. Francisco Gomes de Carvalho Junior.

— Ao Sr. chefe do Serviço Regional do Domínio da União no Estado de Santa Catarina, Florianópolis:

N. 98 — Remetendo, afim de ser entregue ao interessado, mediante recibo, o certificado de reservista do extranumerário-mensalista, trabalhador de 4ª classe, Sr. Agostinho Laus.

SERVIÇOS AUXILIARES

Almoxarifado

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 27 de janeiro de 1940

Processos despachados:

N. 102.874-39 — Offício n. S.A./503-24, de 12-10-39, do Sr. diretor da Secretaria do Conselho Federal de Comércio Exterior, com que solicita remoção de móveis que faziam parte do extinto Museu Comercial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. — Providenciado. Arquite-se.

N. 4.036-40 — Offício n. 278, de 30-12-39, do Serviço Regional no Estado de Mato Grosso, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de dezembro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

N. 4.096-40 — Offício n. 3, de 2-1-40, do Serviço Regional no Estado da Bahia, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de dezembro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

N. 4.255-40 — Offício n. 277, de 23-12-39, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Amazonas, com que devolve as 2ª e 3ª vias da nota de material. — Arquite-se.

N. 4.365-40 — Offício n. 167, de 28-12-39, do Serviço Regional no Estado de Santa Catarina, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de novembro do ano findo e devolve as 2ª e 3ª vias da nota de material. — Anotado. Arquite-se.

N. 5.538-40 — Offício n. 45, de 13-1-40, do Sr. chefe do Serviço Regional no Estado de Minas Gerais, com que envia o balancete de carga e descarga de material do mês de dezembro do ano findo. — Anotado. Arquite-se.

Dia 25

Offício:

N. 59-D.A. — Ao Sr. diretor do Lloyd Brasileiro, com que solicita informações sobre o transporte de uma lancha a ser encaminhada à Alfândega de Florianópolis.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO ALMOXARIFADO

Dia 24 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. chefe do Serviço Regional no Estado de Pernambuco:

N. 59 — Comunicando substituição do vapor que transportou material destinado àquele Serviço.

— Ao Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Maranhão:

N. 60 — Comunicando o encaminhamento de material.

Dia 25

Ao Sr. chefe do Serviço Regional no Estado do Paraná:

N. 62 — Comunicando o encaminhamento de material.

Dia 27

Ao Sr. chefe do Serviço Regional no Estado de Minas Gerais:
N. 63 — Comunicando o encaminhamento de material.
N. 64 — Ao Sr. chefe do Serviço Regional no Estado de São Paulo:
N. 64 — Comunicando o encaminhamento de material.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de janeiro de 1940

Requerimentos

N. 29.480-39 — Machine Cottons Ltd. — A requerente não fez prova de haver registrado capital de país, estando, pois, sujeita aos emolumentos de registro na conformidade do disposto no art. 11, § 14, do Decreto-lei n. 739, de 24-9-1938. Indefero o pedido de acordo com a informação e o parecer.

Autos:

N. 1.578-1939 contra Vasco Tavares Gonçalves e Manuel Nunes Frade. — Julgado procedente o auto de fls. e imposta a Vasco Tavares Gonçalves e Manuel Nunes Frade a multa de 600\$0, devendo, ainda, pagar o imposto devido de 150\$0, *ex-vi* dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9-11-1932.

Intime-se para o pagamento da quantia devida no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva pelos meios legais, salvo o recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei número 607, de 10 de agosto de 1938.

Idêntico despacho foi proferido nos seguintes processos:

N. 1.579-39 contra Manuel Fernandes — Multa, 600\$0; imposto, 25\$0.

N. 1.580-39 contra A. Mendonça — Multa, 526\$8; imposto, réis 263\$4.

N. 2.609-1939 contra Carlos Rodrigues — Julgado procedente o auto de fls. e imposta a Carlos Rodrigues a multa de 961\$2, devendo ainda pagar o imposto devido de 480\$6, nos termos dos arts. 32 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9-11-1932.

Intime-se para o pagamento da quantia devida no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva pelos meios legais, salvo o recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei número 607, de 10 de agosto de 1938.

Idêntico despacho foi proferido nos seguintes processos:

N. 2.974-39 contra Maria da Conceição Freitas — Multa, 835\$0; imposto, 442\$5.

N. 3.061-39 contra Pedro Joaquim Belinha — Multa, 100\$0.

N. 3.165-1939 contra a Panificação Camará Ltda. — Julgado procedente o auto de fls. 4 e imposta à firma Panificação Camará Ltda. a multa de 2.050\$0, com a obrigação de recolher, por verba, a quantia de 683\$6, de imposto devido, nos termos dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Recomende-se aos autuantes que numerem e rubriquem as folhas do processo, inutilizando as linhas em branco.

N. 3.070-1939 contra Antônio Afonso Sobrinho. — Julgado procedente o auto de fls. 5/6 e imposta à firma Antônio Afonso Sobrinho a multa de 1.320\$4, *ex-vi* do art. 32 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 1.310-1939 contra Alfredo Fernandes e outro. — Julgado improcedente o auto de fls. 3 e determinado o seu arquivamento, na forma da legislação em vigor.

Recomende-se ao autuante e à 3ª Subdiretoria que numerem e rubriquem as folhas do processo.

N. 3.015-1939 contra Mário Bianchi. — Julgado procedente o auto base deste processo e imposta à firma Mário Bianchi a multa de 1.884\$89, com a obrigação de recolher, por verba, a quantia de 628\$3, *ex-vi* do disposto nos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Recomende-se ao autuante que numere e rubrique as folhas do processo, inutilizando as linhas em branco.

N. 2.935-1939 contra Antônio Mendes de Oliveira. — Julgado o auto de fls. 4/5 procedente e imposta à firma Antônio Mendes de Oliveira a multa de 600\$0, com a obrigação de recolher, por verba, a quantia de 152\$2, de imposto devido, nos termos dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20

dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.230-1939 contra João da Silva Ramôa. — Julgado procedente o auto de fls. e imposta à firma João da Silva Ramôa a multa de 300\$0, *ex-vi* do art. 29, § 2º, letra b, da Lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Recomende-se ao agente fiscal incumbido da fiscalização do estabelecimento de que se trata, que compareça ao referido estabelecimento, com a possível assiduidade, afim de compeli-lo a cumprir rigorosamente os preceitos legais vigentes.

N. 2.349-1939 contra o Matadouro Frigorífico para Aves Ltda. — Julgado procedente o auto de fls. 3/4 e imposta ao Matadouro Frigorífico para Aves Ltda. a multa de 200\$0, *ex-vi* do disposto no art. 62, "c", *in-fine* e Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, com a obrigação de pagar, ainda, o selo devido.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.587-1939, contra Francisco R. Barreto & Comp. — Julgado procedente o auto de fls. 5-6 e imposta à firma Francisco R. Barreto & Comp. a multa de 161\$2, *ex-vi* do art. 32 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 3.053-1939, contra C. Gomes & Braga. — Julgado procedente o auto de fls. 4-5 e imposta à firma C. Gomes Braga a multa de 100\$0, *ex-vi* do art. 30 da Lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Recomende-se aos autuantes que numerem e rubriquem as folhas do processo, inutilizando as linhas em branco.

N. 3.010-1939, contra Neves & Troufa. — Julgado procedente o auto de fls. 5-6 e imposta à firma Neves & Troufa a multa de 1.875\$3, com a obrigação de recolher, por verba, a quantia de 625\$1, de imposto devido, nos termos dos arts. 33 e 38 do Decreto número 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Recomende-se ao autuante que numere e rubrique as folhas do processo.

N. 439-1939, contra Marques & Comp. e outros. — Julgado procedente o auto de fls. 3-4 e imposta às firmas Couto & Monteiro, Francisco Poci, Sergi Domenico, Sergi & Irmão, Antônio Teixeira Garrido e Joaquim Marques & Comp., a cada uma, a multa de 200\$0, *ex-vi* do disposto no art. 62, c, *in fine*, e 69, a, do Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, ficando, ainda, obrigadas ao pagamento do imposto devido.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 1.177-1939, contra Abílio Afonso, sucessor de Silva & Jorge Ltda. — Julgado procedente o auto de fls. 5 e imposta à firma Abílio Afonso, sucessora de Silva & Jorge Ltda. a multa de 2.495\$4, com a obrigação de recolher a quantia de 831\$8, de imposto devido, nos termos dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 1.995-1939, contra Mário Mossa de Murtas. — Julgado procedente o auto de fls. 5-6 e imposta à firma Mário Mossa de Murtas a multa de 18.750\$0, além da obrigação de recolher, por verba, a quantia de 6.250\$0, de imposto devido, *ex-vi* dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro de 20 dias, observadas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 1.576-39, contra Abel Borges. — Julgado procedente o auto de fls. 3/4 e imposta a Abel Borges, a multa de 470\$0, com a obrigação de recolher a quantia de 235\$0, de imposto devido, nos termos dos arts. 32 e 38, c, do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.629-39, contra Manuel Pinto de Almeida Guimarães. — Julgado procedente o auto de fls. 4/5 e imposta à Manuel Pinto de Almeida Guimarães, a multa de 100\$0, *ex-vi* do art. 32, do Decreto n. 22.001, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.558-39, contra Heitor Florindo Santoro. — Julgado precedente o auto de fls. 5/6 e imposta a Heitor Florindo Santoro, a multa de 847\$0, *ex-vi* do art. 32 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.505-1939, contra Jacob Cohen. — Julgado o auto de fls. 5/6 e imposta a Jacob Cohen, a multa de 2:030\$2, *ex-vi* do art. 32, do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.492-39, contra José Nunes. — Julgado precedente o auto de fls. 5/6 e imposta a José Nunes, a multa de 293\$4, *ex-vi* do art. 32, do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.820-1939, contra Theodor Wille & Cia. — Julgado precedente o auto de fls. 6/7, e imposta à firma Theodor Wille & Cia. Ltda., a multa de 3:076\$2, *ex-vi* do art. 32 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.786-1939, contra José Joaquim Baltazar. — Julgado o auto de fls. 5/6 precedente e imposta a José Joaquim Baltazar, a multa de 208\$6, *ex-vi* do art. 32 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 2.746-39, contra E. A. dos Santos. — Julgado precedente o auto de fls. 4/5 e imposta a E. A. dos Santos, a multa de 1:085\$8, com a obrigação de recolher, por verba, a quantia de 542\$9, de imposto devido, nos termos dos arts. 32 e 38, do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

N. 331-1940, contra Alvaro Faria. — Julgado precedente o auto de fls. 6/7 e imposta à firma Alvaro Faria, a multa de 500\$0, mínimo do art. 81 do Decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Depositada a importância da multa e adquiridas as estampilhas necessárias ao pagamento da diferença do imposto devido, entregue-se a mercadoria apreendida, bem como as estampilhas e guia constantes de fls. 4 e 5.

Intime-se para o pagamento da multa no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Em 30 de janeiro de 1940

Requerimentos:

N. 26.853-39 — Antônio Lopes. — Proceda-se nos termos propostos, pelo que imponho a José Augusto a multa de 125\$0, médio da lei; igual penalidade a Antônio Lopes, e finalmente a multa de 100\$0 a Benjamin da Silveira Avila, *ex-xi*, do art. 17, § 3º do decreto supra citado.

N. 43.853-39 — Jacob Schneider & Irmão. — Em face da informação e parecer, reformo em parte o despacho de fls. 3, para determinar que a baixa ali ordenada seja a partir do 2º semestre de 1939. Outrossim, providencie a 1ª Sub-diretoria quanto ao cancelamento e juntada ao processo, da certidão referida.

N. 41.596-39 — Miguel João. — Façam-se as transferências. Imponho a Miguel João a multa de 50\$0, mínimo da lei e bem assim a de 30% *ex-vi* do art. 219, § 2º do Decreto 739 de 24/9/38.

N. 24.155-39 — Orlando Tavolieri. — Proceda-se à inscrição proposta no parecer e de conformidade com a informação.

N. 30.156-39 — J. Barrocas. — Dê-se a baixa. A seguir, providencie a 1ª sub-diretoria o cancelamento da certidão.

N. 28.631-39 — Faria & Maia. — Proceda-se nos termos propostos.

N. 45.434-39 — Eurico Cardoso. — Proceda-se nos termos propostos. Imponho a Joaquim Aires de Sousa a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 45.433-39 — Emile Lafond. — Proceda-se pela forma proposta. Imponho a Luiz Vieira a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 28.243-39 — Chil Grynbaum. — Proceda-se pela forma proposta pelo Sr. lançador. Imponho a Nunes Lirota a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 14.251-39 — Luiz Gonçalves Ribeiro. — Faça-se a transferência. Imponho a Jose Pedro Maduro a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 20.999-38 José Fernandes dos Santos. — Proceda-se nos termos propostos. Imponho a Plácido de Sousa Pinto a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 28.004-38 — Nestor Dias da Cunha. — Proceda-se nos termos propostos. Imponho a Nestor Dias da Cunha a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 33.111-38 — Américo Tavares de Azevedo. — Proceda-se pela forma proposta. Imponho ao Sr. Américo Tavares de Azevedo a multa de 125\$0, médio da lei. ..

N. 12.658-39 — Manuel Pinto de Sousa. — Transfira-se. Imponho a Manuel Pinto de Sousa a multa de 200\$0, máximo da lei.

N. 29.132-39 — Constantino Mirsky. — A vista do que consta do processo, e de acordo com o parecer, reconsidero o despacho de 19 de janeiro de 1937, a fls. 2v para o tornar de nulo efeito. A seguir, faça-se o expediente proposto.

N. 37.359-39 — Francisco Ferreira Neves. — Proceda-se como proposto. Imponho a Francisco Ferreira Neves a multa de 100\$0, mínimo da lei.

N. 45.598-39 — Tertuliano Francisco L. Filho. — Dê-se a baixa.

N. 45.781-39 — Eduardo Mendes Gonçalves. — Idem.

N. 44.818-39 — J. Jorge Pereira. — Faça-se a transferência de acordo com o parecer, de fls. 4v. Imponho à firma P. Jorge & Pereira a multa de 50\$0, mínimo da lei.

N. 22.185-38 — Carlos Marques da Silva. — Proceda-se nos termos propostos. Imponho a José Rodrigues Casquilho a multa de 56\$0, e a Carlos Marques da Silva a de 100\$0, mínimos respectivamente dos arts. 47 e 17, § 3º do Decreto 5.142 de 27-2-1904.

N. 20.200-39 — Antônio Pereira da Costa. — Estando o documento de compra de negócio revestido das necessárias formalidades legais, não havendo portanto como impugnar-lhe a legitimidade, o que importaria em repudiar a fé pública de que é merecedor o reconhecimento das assinaturas por serventário legalmente habilitado, não há também porque se recuse deferimento do pedido de transferência maximé quando se atente a circunstância necessária e suficiente de vir o pedido amparado pelo contrato social. Dessa forma, proceda-se de conformidade com os termos do parecer.

N. 35.382-39 — Apartamentos Guarani S/A. — De acordo com a informação e parecer reconsidero o despacho proferido nas representações (três) constando do processo n. 28.807-38 para os tornar de nulo efeito outrossim, averbe-se a mudança proposta no item c) da informação do Sr. lançador pelo que imponho a Apartamentos Guarani S/A. a multa de 125\$0, médio da lei. A seguir à 1ª Sub-Diretoria, o processo, para cancelar as certidões.

N. 45.920-38 — Mário & Augusto. — A vista do que consta do processo, reconsidero o despacho de fls. 2, tornando-o de nulo efeito. A seguir proceda-se nos termos propostos pelo que imponho à firma Mário & Augusto a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 33.755-37 — Antônio Joaquim Ramos. — De acordo com a informação e parecer, reconsidero o despacho de fls. 2, para o tornar de nulo efeito. Em consequência junte-se por cancelamento a certidão respectiva.

N. 36.937-39 — Eduardo & Costa. — De acordo com o parecer, faça-se a transferência. Imponho a Eduardo & Costa a multa de 125\$0, médio da lei.

Notificações:

N. 3.501-39 — Antônio Dias Ferreira, Clarimundo de Melo 121. — A firma notificada confessa a infração referente aos arts. de números 8 e 30, alegando quanto aos demais artigos, pretender adicionar ao seu comércio, no corrente ano de 1940. Volte o processo à 3ª Sub-diretoria para que o notifiquem e se pronuncie a respeito, com mais detalhes.

N. 3.678-39 — M. Ventura & Cia., Buenos Aires 48. — Multa de 325\$0, mais a importância de 325\$0, relativa a emolumentos de registro. Prazo de reconsideração 15 dias. Intime-se.

N. 3.565-39 — Armindo Martins, Paraná 171. — A notificação de fls. 2, versa sobre os arts. de ns. 8, 26, 30 e 41. No pedido de reconsideração de fls. 4, o notificado defende-se relativamente aos artigos de ns. 8 e 41 sem exibir nenhuma prova em favor de suas alegações, silenciando quanto aos arts. 26 e 30. Tendo, pois, em vista o que consta deste processo e de acordo com a informação do notificante e parecer da 3ª Sub-diretoria, mantenho o despacho de fls. 3, pelos seus fundamentos legais. Fica avisado o notificado que não será aceita petição de recurso que exceda o prazo de 20 dias, com o depósito prévio da multa e emolumentos devidos. Intime-se.

Diretoria do Imposto de Renda

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 31 de janeiro de 1940

Ofícios expedidos:

N. 64. — 1ª Vara de Orfãos — Devolvendo os ofícios ns. 64 e 65, de 16 e 17 do corrente mês.

N. 265 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Clara Graciliano dos Santos Cavalcanti.

N. 266 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de José Joaquim Junqueira Galas.

N. 267 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Júlio Gonçalves Ramos.

N. 268 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Manuel Joaquim de Oliveira Seixas.

N. 269 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Francisco José Veloso.

N. 270 — 3ª Vara Civil — Prestando informação sobre o casal José da Costa Sousa Machado e Margarida Rodrigues da Silva.

Dia 31 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados:

Proc. n. 17-39 — Carl Aiden Sylvester — Recuso o fiador apresentado. Substitua-o no prazo de 10 dias.

Proc. n. 972-40 — Jorge da Costa e Sá — Os juros pagos já constam da declaração — Faça-se, no mais, a retificação solicitada.

Proc. n. 3.726-37 — Sociedade Anônima Industrial Santa Isabel — De acordo com o parecer, cancele-se o lançamento.

Proc. n. 4.202-39 — Carl Aiden Sylvester — Recuso o fiador. Apresente outro, no prazo de 10 dias.

Proc. n. 8.661-39 — Ernani Sobral — Faça-se a inclusão solicitada.

Proc. n. 10.595-39 — José Castelar de Carvalho — Torne-se sem efeito o recebimento da declaração 63.437-39 e faça-se na de n. 25.638-39 a retificação indicada no impresso de fls. 7-9, que acompanhou a petição.

Proc. n. 11.980-39 — José Soares Moreira — Por falta de amparo legal, indeferido.

Mantenho a exigência do recolhimento do imposto devido pelo residente no estrangeiro "ex-vi" dos §§ 1º e 6º do art. 171 do regulamento vigente.

A Revisão, para determinação do "quantum" devido.

Proc. n. 11.984-39 — Arthur d A. Castro Neves — "Ex-vi" do expressamente disposto no art. 174 §§ 1º e 6º do regulamento deste imposto, carece de fundamento legal o alegado na petição retro, que indefiro.

Mantendo, pois, a exigência do recolhimento do imposto devido pelo residente no estrangeiro, determino à Revisão a apuração do débito.

Proc. n. 16.944-39 — Frederico Diniz Martins — Prossiga-se na cobrança do débito, de vez que, como faz certo a comunicação constante do ofício retro, não foi apresentada em Santa Catarina a declaração do contribuinte — fato alegado na petição.

N. 401-39 — Alcen de Franca Navarro. — Cumpra-se devidamente o despacho de 4-3-39.

N. 3.504-39 — Ferdinando Tortori. — Não tomo conhecimento da reclamação por ter sido interposta fora do prazo.

N. 4.845-38 — Décio de Paula Machado. — Do despacho desta diretoria, de fls. cabia recurso para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

Considerando, porém, o que consta do parecer de fls., reconsidero o meu despacho de fls. citadas, na parte relativa aos exercícios de 1934 a 1937, para autorizar a retificação dos lançamentos a eles pertinentes, na conformidade da conclusão do mencionado parecer.

N. 6.599-39 — Toufic Cessine Gazele. — Deferido. Retifique-se o lançamento como propõe o parecer.

N. 9.019-39 — Raimundo Cavalcanti de Aragão. — Retifique-se o lançamento pela forma proposta.

N. 10.293-39 — Jorge Correia de Mendonça. — Proceda-se como se propõe.

N. 10.386-39 — Guilherme Moncorvo Arcias. — Indeferido. De acordo com o parecer, mantenho o lançamento.

N. 11.224-39 — Hugo Balloussier. — Indeferido. De acordo com o parecer, mantenho o lançamento.

N. 11.865-38 — Alfredo João da Nóbrega Filho. — Faça-se lançamento com a multa de 50 %, aplicada no cálculo de fls.

N. 15.446-34 — Juan Enrique Arieta. — De acordo. Retifique-se o lançamento pela forma proposta.

N. 16.448-38 — José Pereira Leite Basto. — Por falta de amparo legal, indeferido. Mantenho o lançamento.

N. 18.262-38 — Carlos Análio. — Por falta de amparo legal, indeferido. Mantenho o lançamento, de acordo com o parecer.

N. 18.413-38 — Cícero Ferreira da Costa. — Indeferido. Mantenho o lançamento, de acordo com o parecer.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

N. 8.612-39 — Roberto Faria Lima. — Retifique-se o lançamento, de acordo com o parecer.

N. 20.452-34 — S.A. "A Batalha". — Como se vê da carta de fls., o jornal "A Batalha" era de propriedade da Sociedade Anônima "A Batalha". É isso também o que se depreende do balanço apresentado com a declaração do exercício de 1934. Logo, as notificações entregues na redação do referido jornal, foram bem entregues.

Imponho à Sociedade Anônima "A Batalha", de acordo com o art. 86 do regulamento em vigor, a multa de Rs., por infração do art. 86 do mesmo regulamento.

N. 22.208-37 — Arlindo Costa. — Mantenho o lançamento. O leiloeiro é comerciante, afirma Carvalho de Mendonça e assim já decidiu esta diretoria. A nova disposição do Decreto n. 1.168, não se aplica ao caso, por ser este concernente ao exercício de 1936.

N. 189-39 — Luiz José da Costa. — De acordo. Receba-se a declaração na forma das instruções em vigor e, cancele-se o processo de lançamento "ex-officio".

N. 263-39 — Francisco Ferreira Serpa. — Cumpra-se.

N. 8.929-39 — Tuffi Reis. — Comunique-se a decisão, anote-se e arquite-se.

N. 21.100-36 — Firmo Freire do Nascimento. — Considerando que o revisor aceitou as deduções de juros de dívidas pessoais e encargos de família sem a mais leve objeção:

Considerando que a reclamação versa, apenas, sobre a glosa de livros e jornais técnicos;

Considerando que as deduções solicitadas para jornais e livros técnicos não são exageradas;

Considerando que o requerente exerce e exerce função técnica:

Resolvo mandar cancelar o lançamento feito e arquivar a declaração de vez que o revisor aceitou, em tempo as deduções de encargos de família e juros de dívidas pessoais.

Segundo Conselho de Contribuintes

Pauta suplementar para a sessão ordinária a realizar-se em 2 de fevereiro próximo, sexta-feira, às 14 horas:

RECURSOS

Relator, o senhor Brandão Cavalcanti:

N. 8.233 — Fausto Rosa — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo, "ex-officio".

N. 8.236 — Isidoro Chanski & Comp. — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.289 — S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina.

N. 8.293 — Belli, Pardini & Comp. Ltda. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina.

Relator, o senhor Tobias Rios Filho:

N. 8.678 — Leon Kerro — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco, "ex-officio".

N. 9.039 — J. Manuel e Machine Cottons Limited — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal na Baía, "ex-officio". — Com vista ao senhor Tobias Rios Filho.

Segundo Conselho de Contribuintes, Secretaria, 31 de janeiro de 1940. — Frederico Diniz Martins, secretário.

Pauta para a sessão ordinária, a realizar-se em 2 de fevereiro de 1940, sexta-feira, às 14 horas.

RECURSOS

Relator, Sr. Marcondes da Luz:

N. 7.841 — Joaquim Bandeira & Cia. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco.

N. 8.542 — José Isaias dos Santos — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe.

N. 8.590 — Presgrave, Melo & Cia. — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.788 — S. Sanjad & Irmão — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Pará.

N. 8.816 — Paulo Shose Sirabayaski — Decreto n. 466, de 4 de junho de 1938 — Delegacia Fiscal no Paraná, "ex-officio".

N. 8.937 — Eutíquio Tenório — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco, "ex-officio".

N. 8.983 — José Tabacow & Cia. — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.984 — José de Sousa Ferreira — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 9.074 — Lázaro Baruck e H. Coelho & Cia. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal na Baía, "ex-officio".

N. 9.596 — Alfred Bennet — Imposto de consumo (consulta) — Recebedoria do Distrito Federal, "ex-officio".

N. 9.602 — Mayer & Schaedler — Imposto de consumo (consulta) — Recebedoria Federal em São Paulo, "ex-officio".

Relator, Sr. Vicente Galliez:

N. 8.905 — Dalilo Coutinho — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 8.925 — J. M. Ferraz — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo, "ex-officio".

N. 8.981 — João de Deus Barreira — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.992 — Luiz Eliazar Nicolau — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

Relator, Sr. Brandão Cavalcanti:
 N. 8.969 — José de Carvalho Oliveira — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco.
 N. 8.299 — A. Serra & Cia. Ltda. — Imposto de consumo — Alfândega de Santos, "ex-officio".
 N. 8.303 — A. S. Barbosa — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Espírito Santo.
 N. 8.313 — Ferreira, Filho & Cia. — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal.

Relator, Sr. Nero de Macedo:

N. 8.989 — Wilson Sons & Cia. Ltda. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte.
 N. 9.049 — Leopoldo Hermano de Brito — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Goiás.
 N. 9.054 — Bechara Zarzar e Escorial & Dowsley — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco.
 N. 9.060 — Cutelarias Adaga Ltda. — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.
 N. 9.082 — José da Silva Oliveira & Cia. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Pará.
 N. 9.086 — João Luiz da Silva — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco.
 N. 9.097 — Laura Pereira de Vasconcelos — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte, "ex-officio".
 N. 9.122 — Armindo Alves Angeira — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco.

Relator, Sr. Tobias Rios Filho:

N. 8.785 — Augusto Teixeira Guedes — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.
 N. 8.879 — Antônio de Freitas Menezes — Decreto n. 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em São Paulo.
 N. 8.931 — José Santos & Cia. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe.
 N. 8.980 — Mobadda Haddad & Filhos — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo, "ex-officio".
 N. 9.055 — Pedro Montalvão Amado — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe.
 N. 9.063 — D. Kopenhagen — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.
 N. 9.068 — Pedro Moreira de Barros — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.
 N. 9.081 — Companhia Industrial Pernambucana — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe.
 N. 9.087 — João Bayer S. A. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina.
 N. 9.094 — The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Imposto de consumo — Alfândega do Rio de Janeiro.
 N. 9.117 — F. Nemeró & Cia. Ltda. — Decreto n. 12.475, de 23 de maio de 1917 (imposto sobre prêmios) — Recebedoria do Distrito Federal.
 Segundo Conselho de Contribuintes. Secretaria, 30 de janeiro de 1940. — *Frederico Diniz Martins*, secretário.

Ministério da Marinha

Ao senhor chefe do Estado Maior da Armada — Assunto: Incorporação de navios:

N. 185 — Declaro a V. Excia. que ora resolve mandar incorporar à Base de Navios Mineiros a Flotilha de Instrução constituída pelos Navios Mineiros "Itacurussá", "Itapemirim", "Itajaí" e "Iguape".

Relação do pessoal extranumerário-contratado a ser reconduzido no exercício de 1940

Número do ordem	Repartições, funções e nomes dos contratados	Salário mensal	Despesa Anual	Despesa Total
Estado Maior da Armada				
Estado Maior da Armada:				
1.	1 Foto-Cartógrafo	1:600\$0	19:200\$0	
	1. Raul Eliziário Barbosa.			
Divisão de História Marítima:				
1.	1 Bibliotecário	1:150\$0	13:800\$0	
	1. Henrique Martins.			
Estação Central Rádio-Telegráfica:				
1.	1 Técnico Especializado em Rádio-Telegrafia	1:150\$0	13:800\$0	
	1. José Manuel Branco.			
1.	1 Eletricista	650\$0	7:800\$0	51:600\$0
	1. Arlinda Ribeiro.			

Número do ordem	Repartições, funções e nomes dos contratados	Salário mensal	Despesa Anual	Despesa Total
Escola de Guerra Naval				
1.	1 Foto-Cartógrafo	1:400\$0	16:800\$0	16:800\$0
	1. José Augeri.			
Diretoria de Aeronáutica				
Diretoria de Aeronáutica:				
1.	1 Desenhista Técnico de Aviação	900\$0	10:800\$0	
	1. Narciso dos Anjos Lima.			
Base de Av. N. do Rio de Janeiro:				
1.	1 Encarregado dos Serviços de Raios X, do Pavilhão de Medicina de Aviação....	900\$0	10:800\$0	
	1. Manuel Gonçalves da Silva.			
1.	1 Encarregado dos Serviços de Laboratório do Pavilhão de Medicina de Aviação....	900\$0	10:800\$0	
	1. Mauro Sousa Lima.			
Escola de Aviação Naval:				
1.	1 Técnico de Laboratório....	1:100\$0	13:200\$0	
	1. Dr. Guilherme Rebelo Júnior.			
Officinas Gerais da Aviação Naval:				
1.	1 Engenheiros - Técnicos de Aviação (Engenheiros Aeronautas)	2:500\$0	150:000\$0	195:600\$0
	1. Dr. Artur Soares do Amorim.			
	2. Dr. Augusto Pires e Albuquerque.			
	3. Dr. Fernando Pessoa Rebelo.			
	4. Dr. Heinz Emil Bellingrodt.			
	5. Dr. Jorge da Rocha Fragoso.			
Diretoria de Engenharia Naval				
Diretoria de Engenharia Naval:				
1.	1 Engenheiro Arquiteto	1:150\$0	13:800\$0	
	1. Gerson Pompeu Pinheiro.			
1.	1 Tradutor de Especificações Técnicas	1:000\$0	12:000\$0	
	1. José Tijuca Radcliffe.			
Serviço Químico da Marinha:				
1.	1 Químico Industrial	1:150\$0	13:800\$0	39:600\$0
	1. Abílio Schwab.			
Diretoria do Ensino Naval				
Curso de Educação Física:				
1.	1 Instrutor de Esgrima	2:000\$0	24:000\$0	
	1. Abila Giovanni.			
Escola Almirante Batista das Neves:				
1.	1 Médico	1:100\$0	13:200\$0	
	1. Dr. Alvaro Pessoa.			
Escola de AA. MM. da Bafa:				
1.	1 Médico	1:100\$0	13:200\$0	
	1. Dr. Durval dos Santos Seabra.			
1.	1 Dentista	850\$0	10:200\$0	
	1. Raul Távora da Gama.			
3.	3 Coadjuvantes de Ensino Elementar	350\$0	12:600\$0	
	1. Arnaldo da Costa Lima Braga.			
	2. Bernardo Galvão Castro.			
	3. Epaminondas Alves de Sousa Pinto.			

Número de ordem	Repartições, funções e nomes dos contratados	Salário mensal	Despesa Anual	Despesa Total	Número de ordem	Repartições, funções e nomes dos contratados	Salário mensal	Despesa Anual	Despesa Total
Escola de AA. MM. de Pernambuco:					1 Impressor de Cartas Náuticas				
1	Médico	1:100\$0	13:200\$0		1	Nelson Ferreira de Araújo.	1:150\$0	13:800\$0	
1	Dr. Domingos Cruz.				2	Cartógrafos (Construção de Cartas Náuticas	900\$0	21:600\$0	
1	Dentista	850\$0	10:200\$0		1	João Covino de Moraes.			
1	Leonel Alves Pontes.				2	Miguel Ceruti Rodrigues.			
1	3 Coadjuvantes de Ensino Elementar	350\$0	12:600\$0		1	Reprodutor fotográfico	900\$0	10:800\$0	
1	Alvaro Digier de Moraes.				1	Henrique Gerolimich.	900\$0	10:800\$0	
2	Antônio de Araújo Freitas.				1	Impressor fotográfico	900\$0	10:800\$0	
3	Paulo Alvaro de Sousa.				1	Hermano Campos Amaral.			
Escola de AA. MM. do Pará:					1	Transportador fotográfico ..	900\$0	10:800\$0	
1	Médico	1:100\$0	13:200\$0		1	Mário de Almeida e Silva.	900\$0	10:800\$0	
1	Dr. Evaldo Barros Gouveia.				1	Gravador	900\$0	10:800\$0	
1	Dentista	850\$0	10:200\$0		1	Vinicius José Correia de Melo.			
1	José Amaral.				1	Técnico em reparos de aparelhos radiogoniométricos.	800\$0	9:600\$0	
1	1 Coadjuvante de Ensino Elementar	350\$0	4:200\$0		1	Franklin Canosa Sarmiento.			
1	Jair Natalino Espindola Travassos.				1	Ajudante técnico em gravação de cobre	650\$0	7:800\$0	176:400\$0
Escola de AA. MM. de Santa Catarina:					1. Antônio da Silva Martha.				
1	Médico	1:100\$0	13:200\$0		<i>Directoria do Pessoal</i>				
1	Dr. Nelson de Moraes Guerra.				Gabinete de Identificação da Armada:				
Escola de AA. MM. do R. G. do Norte:					1	Fotógrafo-identificador	1:150\$0	13:800\$0	
1	Médico	1:100\$0	13:200\$0		1	Olímpio Sarquis.			
1	Dr. Antônio de Lima Torres.				Liga de Esportes da Marinha:				
1	3 Coadjuvantes de Ensino Elementar	350\$0	12:600\$0		1	Instrutor de Esgrima	2:000\$0	24:000\$0	
1	Francisco de Assis Batalha.				1	Giuseppe San Martin.			
2	Mozair Leal Campos.				1	Instrutor de Natação e Ginástica	1:600\$0	19:200\$0	
3	Silvio Tavares Ferreira.				1	Manuel Rufino dos Santos.			
Escola Naval:					1	Instrutor de Basket-Ball ...	700\$0	8:400\$0	
1	Técnico Especializado em Atletismo	1:600\$0	19:200\$0		1	André Richer.	700\$0	8:400\$0	
1	Carlos Américo dos Reis Júnior.				1	Nicholas Ladany.			
1	1 Instrutor de Esgrima	1:400\$0	16:800\$0		1	Instrutor de Box	700\$0	8:400\$0	82:200\$0
1	Heládio Camargo Diniz Junqueira.				1	Ermanno Ragazzi.			
1	1 Instrutor de Atletismo	900\$0	10:800\$0	212:400\$0	<i>Directoria de Saúde</i>				
1	José Augusto Santos Silva.				Hospital Central da Marinha:				
<i>Directoria de Fazenda</i>					1	Técnico especializado em pesquisas químicas	1:400\$0	13:200\$0	
Imprensa Naval:					1	Dr. Antônio Meziano.			
1	Desenhista	700\$0	8:400\$0	8:400\$0	1	Laboratorista	900\$0	10:800\$0	
1	João Lício de Jesus Júnior.				1	Amadeu Faragli Poggi.	850\$0	10:200\$0	
<i>Directoria de Marinha Mercante</i>					1	Massagista			
Cap. dos Portos do Estado de Pernambuco:					1	Feliciano Antônio de Mesquita Barros.			
1	Prático de navegação da Costa Norte do Brasil	1:000\$0	12:000\$0	12:000\$0	Sanatório Naval de Nova Friburgo:				
1	José Pedro Alexandrino.				1	Massagista	750\$0	9:000\$0	43:200\$0
<i>Directoria de Navegação</i>					1	Oswaldo Dantas.			
1	Técnico Especializado na Construção de Cartas Náuticas	1:650\$0	19:800\$0		<i>Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras</i>				
1	Hans Berteldo Boelin.				9	Engenheiros	2:500\$0	270:000\$0	
1	Eugenheiro (Serviços de Balisamento e Rádio-Faróis)	1:600\$0	19:200\$0		1	Alberico Rodrigues.			
1	Dr. Oscar Cerqueira.				2	Antônio Alves Noronha.			
2	Cartógrafos (Construção de Cartas Náuticas	1:150\$0	27:600\$0		3	Armando Yazegi.			
1	Carlos Neunteufel.				4	Gerézio Barros de Gouveia.			
2	Redolfo Carlos Jorge Voll.				5	Horácio Pittipaldi.			
1	1 Especialista em reparos de Instrumentos de precisão.	1:150\$0	13:800\$0		6	Joaquim Mory Cavalcanti.			
1	Matias Halper.				7	José Garcia Lopes.			
					8	José Hamann de Rosende.			
					9	Raimundo Eurico Cavalcanti.			
					1	Calculista Técnico Naval	2:400\$0	28:800\$0	
					1	Oswaldo Fuerth.			
					2	Encarregados Especiais de Serviço	2:400\$0	57:600\$0	

Número do ordem	Repartições, funções e nomes dos contratados	Salário mensal	Despesa Anual	Despesa Total
1.	José de Lima Campelo (técnico dirigente do Abastecimento de Energia Elétrica).			
2.	Otávio Marcondes de Castro Rudge (técnico dirigente das Usinas do Dique Rio de Janeiro e de Fabrico de Oxigênio e Acetileno).			
1	Encarregado Especial	1:800\$0	21:600\$0	378:000\$0
1.	Álvaro Cunha Rodrigues (técnico dirigente do Laboratório de Química).			
<i>Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro</i>				
1	Técnico Manobreiro do Dique Flutuante Afonso Pena...	2:800\$0	33:600\$0	
1.	John Jardine.			
1	Técnico Eletricista	1:300\$0	15:600\$0	
1	Técnico Verificador de Aparelhos Elétricos	550\$0	6:600\$0	55:800\$0
1.	Phocion Mascarenhas.			
	Despesa total			1.285:200\$0

Diretoria do Pessoal (D. P. 7), em 31 de dezembro de 1940. — *Frederico Hasselmann*, capitão de Fragata, chefe da Divisão do Pessoal Civil (D. P. 7).

Relação do pessoal a ser contratado no exercício de 1940

Número do ordem	Repartições, funções e nomes dos contratados	Salário mensal	Despesa Anual	Despesa Total
<i>Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras</i>				
1	Técnico especializado em máquinas navais	1:300\$0	15:600\$0	15:600\$0
1	Wilhelm Schaeffer.			
<i>Diretoria de Navegação</i>				
1	Reprodutor fotográfico	650\$0	7:800\$0	7:800\$0
1.	Silvério de Sousa Freitas.			
<i>Diretoria do Ensino Naval</i>				
Escola AA. MM. do Rio G. do Norte:				
1	Dentista	850\$0	10:200\$0	10:200\$0
1.	José Pérciles Leite.			
	Despesa total			33:600\$0

Diretoria do Pessoal (D. P. 7), em 31 de janeiro de 1940. — *Frederico Hasselmann*, capitão de Fragata, chefe da Divisão do Pessoal Civil (D. P. 7).

Ministério da Guerra

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Avisos:

N. 366 — Ficm extensivos aos candidatos à matrícula nas Unidades Quadros as condições estabelecidas em Aviso n. 1.129, de 14 de novembro último, à Secretaria Geral do Ministério da Guerra com referência aos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução.

Dia 30 de janeiro de 1940

Despachos:

Foi autorizada a adição, à Diretoria dos Serviços de Remonta e Veterinária, do 2.º tenente veterinário José Francisco da Silva, que se acha na Capital Federal em trânsito do 3.º para o 8.º Regimento de Infantaria e que vai prestar concurso ao Corpo de Saúde do Exército como médico.

Requerimentos:

Ataliba Pereira da Costa, soldado; Caolino Margotti, 1.º cabo rádio-operador auxiliar; Deraldo Serra Gadelha, 1.º cabo rádio-operador; Dirceu Wollman, 3.º sargento sinaleiro; Eliot Reis, 1.º cabo rádio-operador; Empresa Hidroelétrica da Serra da Bocaina; Grassi & Cia.; Orlando Beloto, 2.º cabo rádio-operador auxiliar; Percei Correia Vieira, 1.º cabo rádio-operador auxiliar; Tito Varela Ramos; pedindo pagamento das quantias, respectivamente, de 403\$0; 1:095\$0; 1:095\$0; 450\$0; 552\$0; 69\$4; 157\$0; 1:095\$0; 1:095\$0; 1:791\$4. — Reconheço as dívidas.

Aparelhos de oxigênio Sociedade Draeger Ltda., distribuidora dos produtos da fábrica Draegerwerk, Heine & Bernh. Draeger, Luebeck (Alemanha), propondo a venda de respiradores artificiais. — Não interessa presentemente ao M.G.

Benedito José da Silva, excluído do I 2.º R.A.M., pedindo asilamento. — Indeferido, de acordo com a informação da D.R. cabendo ao requerente direito a internação num hospital do Governo.

Casa Mayrink Veiga S. A., pedindo que lhe seja permitido importar revólvers e pistolas "Colt" cuja relação envia, destinados à venda a retalho da firma Francisco Sprovieri & Cia. (São Paulo). — Indeferido à vista das informações.

Evaristo Komoszinski, escrevente da classe G, pedindo que lhe seja permitido publicar um trabalho sobre vencimentos de militares e funcionários civis do Ministério da Guerra, denominado "Tabela Ideal". — O interessado deverá anexar a tabela, para melhor julgamento.

José dos Santos Filho, ex-soldado do 1.º Regimento de Aviação, pedindo asilamento cu um emprego compatível com seu estado de saúde. — Instaura-se I.S.O., de acordo com o parecer da D. Saúde do Exército.

Mário de Castro Pinheiro Bittencourt, coronel médico, pedindo a impressão do 2.º volume do Dicionário Onomástico de Medicina e Farmácia, de sua autoria, na Imprensa Militar ou na Imprensa Nacional. — O interessado deverá anexar um exemplar para orçamento.

Estrada de Ferro Santa Catarina; Estrada de Ferro Sorocabana (três processos); Lloyd Brasileiro (dois processos); Rede Mineira de Viação (seis processos); Vição Férrea do Rio Grande do Sul (oito processos), pedindo pagamento, respectivamente, das quantias de 4\$6; 629\$5, 329\$2 e 4\$4; 988\$1 e 5:043\$5; 123\$1, 12:143\$3, 23\$3, 2:028\$8, 36\$7, 520\$0, 2:303\$6, 626\$2, 12:111\$8, 10:461\$6, 722\$9, 3:872\$0, 3:108\$7 e 8:808\$3. — Reconheço as dívidas.

Secretaria Geral do Ministério da Guerra

Terceira Seção

EXPEDIENTE DO EXMO. SR. MINISTRO

Dia 22 de janeiro de 1940

Demissões:

O Sr. Ministro, em nome do Sr. Presidente da República, resolveu demitir:

Mozart Lemos Abdon, a pedido, do lugar de auxiliar de escrita de 5.ª classe, da Fábrica de Bonsucesso. (Portaria n. 627-S-3).

Ivo Rodrigues Brandão, por abandono de emprego, do lugar de trabalhador de 3.ª classe, da Fábrica de Bonsucesso. (Portaria número 628-S-3).

Armilo Rodrigues Monteiro, do lugar de mestre XX, da Fábrica do Andaraí, em virtude de ter sido nomeado para outro cargo (Portaria n. 5-S-3).

Jorge da Silva Moreira, do lugar de auxiliar de artefice III, da Fábrica do Andaraí, a pedido (Portaria n. 5-S-3).

Epaminondas Dias Martins e Florestan Teodoro da Silva, dos lugares de artefices VII, do Arsenal de Guerra do Rio, por abandono de emprego (Portaria n. 6-S-3).

Jorge Zeferino Pereira, do lugar de auxiliar de artefice I, do Arsenal de Guerra do Rio, a pedido (Portaria n. 7-S-3).

Designações:

O Sr. Ministro, em nome do Sr. Presidente da República, resolveu designar:

Aristeu Profeta Ramos, escriturário da classe F, do Quadro I, transferido do Ministério da Viação e Obras Públicas para este, por Decreto de 1-12-939, para ter exercício na Diretoria de Saúde do Exército (Portaria n. 629-S-3).

Gil da Silva Rocha, oficial administrativo da classe I, do Quadro I, promovido por Decreto de 30-12-939, para ter exercício na Escola Técnica do Exército (Portaria n. 1-S-3).

Arnor Guapiassu, oficial administrativo da classe I, do Quadro I, promovido por Decreto de 30-12-939, para ter exercício na Fábrica do Realengo (Portaria n. 2-S-3).

Artur Gomes da Silveira, oficial administrativo da classe I, do Quadro I, promovido por Decreto de 30-12-939, para ter exercício no Arsenal de Guerra do Rio (Portaria n. 3-S-3).

João Alves de Moura, oficial administrativo, da classe I, do Quadro I, promovido por Decreto de 30-12-939, para ter exercício no Colégio Militar do Rio de Janeiro (Portaria n. 4-S-3).

Diretoria de Fundos do Exército**DESPACHOS**

Floribela Ladeira de Matos, pedindo pagamento por exercícios findos da importância de 8:712\$0, de pensão provisória. — O pagamento deve ser pleiteado no Ministério da Fazenda (Prot. 5.917, de 1936).

Trajano Eufrásio dos Santos Leal, pede pagamento de vencimentos e demais vantagens que deixou de receber, de 31 de janeiro de 1916 até 28 de novembro de 1930. — Prove haver interrompido a prescrição. (Prot. 15.887-39).

Francisco Marcondes Meirelles, cabo reservista do Exército, pede pagamento de vencimentos atrasados. — Prove haver interrompido a prescrição. (Prot. 15.110-39).

Manuel Florêncio de Lima, soldado reservista do Exército, pedindo pagamento de vencimentos atrasados. — Preste esclarecimentos pedidos na informação n. 6.515-39. (Prot. 10.702-39).

Moacir Alves, 1º tenente, pede pagamento de vencimentos. — Faça reconhecer as firmas pelo signatário, constante do documento às fls. 15. (Prot. 10.114-36).

Rede de Viagem Paraná-Santa Catarina, pede pagamento de réis 213\$2 de transporte em 1938. — Requeira por exercícios findos. (Prot. 10.195-39).

Guionmar Pereira da Silva, esposa do 3º sargento João Cícero Pereira da Silva, pede pagamento de vencimentos. — Prove a requerente que é a mesma curadora e esposa do sargento João Cícero Pereira da Silva. (Prot. 3.152-36).

Lira Garcia Viana, pedindo pagamento de diferença de vencimentos. — Prove haver interrompido a prescrição. (Prot. 18.574, de 1939).

Heródoto de Andrade, praça, pedindo pagamento da importância de 8:094\$0. — Junte a procuração que o habilite a requerer em nome do interessado. (Prot. 20.160-38).

Bráulio Felipe Santiago, operário da Fábrica do Realengo, pedindo pagamento de diferença de vencimentos. — Prove haver interrompido a prescrição. (Prot. 18.707-39).

Emília Andrade de Oliveira, pede pensão e meio soldo a que se julga com direito. — Compareça a esta Diretoria para prestar esclarecimentos sobre o pedido. (Prot. 9.739-39).

José de Oliveira Santos, pede pagamento de vencimentos do seu finado filho, praça da 1ª Formação de Intendência da 1ª R. M. — Prove a qualidade alegada por meio de certidão de nascimento de seu filho. (Prot. 14.458-39).

Maria Benedita Garcia Luz, pede pagamento por exercícios findos da quantia de 1:166\$0, como herdeira do falecido 2º tenente Durval da Silva Garcia. — Dirija-se ao Ministério da Fazenda, após a expedição do título definitivo do montepio. (Prot. 7.241-938).

Jocelyn Barreto Brasil de Lima, pedindo pagamento de diárias. — O processo a que alude o requerimento foi enviado ao Tribunal de Contas com o ofício n. 442, de 18 de janeiro de 1939. (Prot. 18.007, de 1939).

José Benedito Ferreira, 3º sargento do Exército, pede pagamento de vencimentos atrasados. — Satisfazer as exigências da informação n. 6.216-39, da 1ª Seção. (Prot. 14.313-939).

Alice Vergara Pais Leme, pede pagamento de meio soldo e montepio de seu falecido marido, capitão Natan Pais Leme. — O pagamento deve ser pleiteado no Ministério da Fazenda, após a expedição do título definitivo. (Prot. 4.263-936).

Ambrozina Pinto Ulissea, viúva do major Heitor Cabral de Ulissea, pede restituição de selo. — Prove a qualidade alegada de viúva do major Heitor Cabral de Ulissea. (Prot. 17.300-39).

Celso Bayme, professor do Colégio Militar, pede pagamento de seus vencimentos. — Arquive-se até que seus herdeiros promovam o andamento do processo. (Prot. 16.855-39).

1º tenente farmacêutico Rolando Lengruber, pedindo pagamento de indenização de selo. — Indeferido, de acordo com a informação, às fls. 11. (Prot. 14.176-39).

Leão Ferreira da Silva, 2º tenente reformado do Exército, pedindo pagamento de vencimentos de anistiado. — Satisfazer o interessado a exigência do item VI do parecer da S. 1 desta Diretoria de fls. 8 (Prot. 6.102-39).

The Great Western of Brasil Railway Company Limited, pede pagamento de 443\$930, de transportes. — Requeira o pagamento por exercícios findos. (Prot. 7.336-37).

Diretoria de Intendência da Guerra**ATOS DO SR. DIRETOR**

Em 26 de janeiro de 1940

I — Classificação de oficiais:

Foram classificados, de acordo com o parágrafo único do art. 13, combinado com o parágrafo único do art. 15, tudo do Decreto-lei n. 1.958, de 10 do corrente, os seguinte oficiais:

a) 2º tenente convocado Heli Cavalcanti Gomes Coutinho, na 12ª C. R. (Aracajú);

b) 2º tenente convocado Hildebrando Nogueira de Moraes, no 1º R. C. T. (Santa Maria);

c) 2º tenente convocado Antônio Vieira dos Santos, no 4º R. C. I. (Santo Angelo);

d) 2º tenente convocado Guilherme de Sousa, na 3ª F. S. (Porto Alegre).

II — Transferência de oficial sem efeito:

Foi tornada sem efeito a transferência do 1º tenente Adm., Carlos da Gama Bentes, do 3º Btl. Rodoviário (Vacaria) para o 4º R. C. I. (Santo Angelo).

Ministério da Viação e Obras Públicas**Diretoria de Contabilidade**

PORTARIA N. 42, DE 23 DE JANEIRO DE 1940

O ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Navegação Costeira, e de acordo com o parecer n. 229, de 4 de dezembro de 1939, da Comissão Técnica de Rádio:

Resolve conceder permissão à requerente para instalar, na Ilha de Santa Cruz, uma estação auxiliar com a onda de 170 metros em substituição à que existe na Ilha do Viana, destinada aos serviços de comunicações com os seus escritórios, na Avenida Rodrigues Alves, nesta Capital; devendo, entretanto, a requerente submeter à aprovação, oportunamente, as plantas, orçamento e descrição das instalações.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1940.—*João de Mendonça Lima*.

(C. — 1.156 — 31-1-1940 — 1733)

PORTARIA N. 52, DE 2ª DE JANEIRO DE 1940

O ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Viação Aérea São Paulo S/A (VASP) e de acordo com o parecer n. 9, de 10 deste mês, da Comissão Técnica de Rádio, resolve:

1.º — Conceder permissão à requerente para o estabelecimento na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, de uma estação radiotelegráfica de ondas curtas, equipada com dois transmissores, um de 50 e outro de 100 watts de potência, e destinada aos seus serviços administrativos e de segurança do voo dos seus aviões.

2.º — Aprovar as plantas, especificações técnicas e orçamento que, com esta baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade desta Secretaria de Estado, bem como o local, situado à rua Artista Pittencourt n. 26, na citada cidade, para montagem da referida estação.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940.—*João de Mendonça Lima*.

(CA — 1.217 — 31-1-1940 — 2134)

PORTARIA N. 50

O ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Rádio Cruzeiro do Sul S. A., de São Paulo e de acordo com o parecer n. 1, de 3 deste mês, da Comissão Técnica de Rádio, resolve aprovar as plantas, especificações técnicas e orçamento que com esta baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade desta Secretaria de Estado, relativos ao novo transmissor da estação da requerente, de 5 kws. de potência.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

(C 1.157—31-1-40—1533)

ATOS DO SR. MINISTRO

Expediente do dia 29 de janeiro de 1940

Avisos:

N. 281 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando seja distribuída por conta da subconsignação n. 2(13), letra a, Consignação I, da Verba 5 do orçamento vigente deste Ministério, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná, a importância de 3.000:000\$0, para atender às despesas previstas na aludida rubrica. (1.700-40)

N. 282 — Ao mesmo — Comunicando que delegou competência ao tenente coronel Juarez do Nascimento Fernandes Távora, comandante do 1º Batalhão Rodoviário, para movimentar o crédito de réis 3.000:000\$0, distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná por conta da subconsignação n. 2(13), letra a, Consignação I, da Verba 5 do orçamento vigente deste Ministério. — (2.884-40)

N. 283 — A Delegação do Tribunal de Contas no Estado do Paraná. — Idem, idem.

N. 284 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná. — Idem, idem. (2.884-40)

N. 285 — Ao comandante do 1º Batalhão Rodoviário. — Idem, idem. (2.884-40)

N. 286 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando seja distribuída à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro, por conta da subconsignação n. 2(09), consignação I, da Verba 5 do orçamento vigente deste Ministério, a importância de réis 3.000:000\$0, para atender às despesas com o prosseguimento do trecho de Cabo Frio a Rio Dourado, da E. F. Maricá. 2.011-40)

N. 287 — Ao Tribunal de Contas — Encaminhando, acompanhadas de documentos, cópias dactilografadas do termo de contrato concedendo permissão à Rádio Difusora Matogrossense para estabelecer uma estação radiodifusora com sede na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, celebrado com o Governo Federal em 6 de janeiro de 1940. (1.244-40)

N. 288 — A Inspeção Federal de Obras contra as Secas — Declarando que aprova o orçamento na importância total de 4:381\$960, para a perfuração de um poço tubular, pelo regime de cooperação, em terras da propriedade denominada "Pitombeira", Estado do Ceará. (1.850-40)

N. 289 — A mesma — Idem, de 5:941\$705, em terras da propriedade denominada "Coqueiral", Estado do Ceará. (1.849-40).

N. 290 — A mesma — Idem, de 3:894\$935, em terras da propriedade denominada "Carões", Estado do Ceará. (1.848-40)

N. 291 — A mesma — Idem, de 23:383\$483, em terras da propriedade denominada "Caicara", Estado de Pernambuco. (1.847-40)

N. 292 — A mesma — Idem, de 3:626\$640, em terras da propriedade denominada "Arvoredo", Estado do Rio Grande do Norte. (1.844-40)

N. 293 — A mesma — Idem, de 3:959\$150, em terras da propriedade denominada "Sanecho", Estado do Ceará. (1.843-40)

N. 294 — A mesma — Prestando esclarecimentos referentes ao ofício n. 17-D, de 13 de janeiro de 1940, dessa Inspeção. (1.559-40)

Requerimentos despachados

Dia 30 de janeiro de 1940

Américo Vespúcio de Barros Sousa e Melo, oficial administrativo da classe H, do Quadro II deste Ministério, solicitando concessão da gratificação adicional de 20 %, de acordo com o art. 213, n. II do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939. — Indeferido. — (2.346-40)

Carlos E. J. C. Henriqi, solicitando concessão de franquia postal para a correspondência expedida pela Campanha Patriótica "Madrinhas da Aviação". — Indeferido, por falta de apoio legal. (2.620-40)

ATOS DO SR. DIRETOR

Expediente do dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

N. 598 — Ao Departamento de Aeronáutica Civil — Comunicando que o Tribunal de Contas resolveu negar registro ao pagamento da importância de 9:660\$0 a João Timmers, proveniente de serviços prestados a esse Departamento, por ter sido a mesma empenhada anteriormente ao registro de crédito de que trata o Decreto-lei número 1.921, de 28 de dezembro próximo findo. (P. 1.783-40)

N. 599 — Ao mesmo — Idem, ao pagamento da importância de 9:424\$0, à Companhia Marconi Brasileira. (P. 1.780-40)

N. 600 — Ao mesmo — Idem, ao pagamento da importância de 8:400\$0, à Sociedade Técnica Paulista Ltda. (P. 1.030-40)

N. 601 — Ao mesmo — Idem, ao pagamento da importância de 2:605\$7 a João Timmers. (P. 1.782-40)

N. 602 — Ao Serviço Regional do Domínio da União no Estado da Baía — Comunicando que o DNPN nada tem a opor ao pedido de aforamento do terreno requerido por Oscar Torres, por se achar o terreno fora da zona de concessão do porto. (P. 1.678-40)

N. 603 — Ao mesmo — Idem, do terreno acrescido de marinha requerido por Joaquim Inácio Ribeiro da Rocha, por se achar o terreno em local que não interessa nem poderá vir a interessar aos melhoramentos portuários da cidade do Salvador. (P. 1.680-40)

N. 604 — Ao Serviço Regional do Domínio da União — Rio de Janeiro — D. F. — Comunicando que o aterro do terreno em seguimento ao de n. 61 da praia de S. Cristóvão correspondente ao termo da obrigação assumida em 14 de outubro de 1928, pela S. A. Lagerhaus A. G., ficou concluído em 1929. (P. 1.672-40)

N. 606 — A Superintendência da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina — Comunicando que no pedido de homologação para o ato dessa Superintendência que autorizou a celebração do contrato com a Condoril & Paint S. A., em virtude do resultado da concorrência aberto nessa Rede para o fornecimento de tintas e vernizes para pintura de locomotivas, carros de passageiros e vagões cobertos, gaiolas e plataformas, até 31 de dezembro deste ano, o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho: "Homologo". (P. 1.397-40)

N. 607 — Ao Rev. padre João José Griipa, diretor do Oratório S. José, Campo Grande, Mato Grosso — Solicitando seja indicada a quantidade e a espécie do material para o transporte pleiteado. — (P. 40.355-39)

N. 609 — A Contadoria Geral de Transportes — Comunicando ter o Sr. ministro aprovado as tarifas para cal virgem, em invólucros estanques e café, via Cruzeiro, propostas por essa Contadoria em ofício n. C.T.T. 3181, de 2 do corrente mês. (P. 258-40)

N. 610 — A Prefeitura de Chique-Chique — Estado da Baía — Comunicando que, ouvido o DCT sobre a instalação de uma linha telegráfica entre esse Município e a Fazenda da Pedra, esclarece o mesmo não ser conveniente o lançamento da referida linha, visto que, além de não trazer vantagens de ordem técnica, teriam de ser construídos 70 quilômetros com uma despesa orçada em 50:000\$0. — (P. 1.586-40)

N. 611 — A E. F. Central do Brasil — Comunicando que o senhor ministro, atendendo ao que solicitou a IFE, autorizou essa via férrea a aceitar requisições de passageiros, com direito a leitos, bem como de transporte de bagagem e materiais, em objeto de serviço público, firmadas por Licínio de Sousa Almeida, Artur Pereira de Castilhe e Eduardo Rios Filho, Enzo Carlos Pinto e Flávio Vieira, da mesma Inspeção. (P. 1.421-40)

N. 612 — A Inspeção Federal das Estradas — Idem, idem.

N. 613 — A mesma — Solicitando providências no sentido de ser restituído a esta Secretaria de Estado, devidamente informado, o processo relativo ao pedido de pagamento da importância de £ 282-9-3, requerido por Carlos Teodoro Dannemann, remetido a essa Inspeção com o ofício n. 6.428, de 20 de setembro do ano próximo findo. (P. 1.282-40)

N. 614 — A Despesa Pública — Tesouro Nacional — Comunicando que o DNER trouxe ao conhecimento desta Diretoria Geral que os documentos da aplicação do adiantamento de 1.000:000\$0, recebido no Tesouro Nacional por Jerônimo Alves, daquele Departamento, foram remetidos a essa Diretoria, em 11 deste mês. (P. 1.132-39)

N. 615 — A Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante — Restituindo o processo no qual é interessado Ananias Pinto de Barros, com a informação prestada pela Rede Mineira de Viação, ficando, assim, satisfeita a exigência constante de fls. 20. do mesmo processo. (765-40)

N. 616 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Comunicando que, segundo informa o Tribunal de Contas, só em caso concreto poderá ele se manifestar a respeito, e, ainda assim, em grau de recurso regularmente interposto. (P. 721-40)

N. 618 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Encaminhando o processo no qual é interessada D. Elvira Cardoso da Fonseca Costa, viúva de Carlos Fernando da Fonseca Costa. (P. 405-40)

N. 619 — A E. F. Central do Brasil — Comunicando que o Ministério da Fazenda não concordou com a medida solicitada por este Ministério, em virtude da qual o orçamento para 1939 ficaria alterado com a redução da quantia de 82:370\$0 na subconsignação n. 2102, letra f, da verba 5 e o acréscimo no mesmo item, da letra m, com dotação idêntica, destinada aos estudos do ramal de São Sebastião. (P. 40.654-39)

N. 622 — A E. F. Central do Brasil — Comunicando que o Tribunal de Contas, tendo presente o aviso deste Ministério que lhe remeteu a cópia do Decreto-lei n. 1.887, de 15 de dezembro do ano próximo findo, que altera o orçamento para o exercício de 1939, aumentando 200:000\$0 na subconsignação n. 12108, da verba 2 e reduzindo igual quantia na subconsignação 2-05, letra e da verba 3, resolveu mandar anular o ato constante do referido decreto-lei, com a declaração, porém, que os recursos decorrentes do mesmo não poderão ter aplicação, de vez que não é possível o empenho da despesa no período adicional do exercício. (P. 1.788-40)

N. 623 — A Despesa Pública — Tesouro Nacional — Remetendo o processo no qual foi reconhecido o direito do oficial administrativo classe I. Alfredo Reis Júnior, à diferença de vencimentos por substituição efetuada em 1935. (215-40)

N. 624 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Encaminhando para a devida liquidação o processo n. 31.597-38, da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, de vez que, sendo de 339\$5 a dívida, da qual foi paga apenas a parcela de 100\$0, torna-se necessário processar a parte restante de réis 239\$5, agora requerida em separado pelo interessado José Florentino Medaglia. (P. 274-40)

Serviço do Pessoal

ATOS DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

Em 30 de janeiro de 1940

Samuel D'Ávila Torres, agente de Estrada de Ferro, classe II, do Quadro II deste Ministério, pedindo cancelamento das licenças que lhe foram concedidas em 1937 e 1938, para tratamento de saúde. — Indeferido, por falta de apoio legal. (40.946-39)

Acir Faria e outros, praticantes, extranumerários da E. F. Central do Brasil, solicitando pagamento do abono provisório, a que se refere a lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936. — Indeferido. O assunto já foi resolvido por despacho do Sr. Presidente da República aprovando a exposição de motivos de 13 de agosto de 1937 do extinto Conselho Federal de Serviço Público Civil. (2.310-40.)

ATOS DO SR. DIRETOR

Expediente do dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

N. 605 — A Inspeção Fed. de Obras contra as Secas — Comunicando que os extranumerários-mensalistas e contratados, quando afetados de "tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia", devem ser licenciados na conformidade do art. 168 do Decreto-lei n. 1.713, de 1939, combinado com o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, até o prazo máximo de 24 meses.

Só então, os referidos servidores devem ser submetidos à inspeção de saúde, para fins de aposentadoria. Se, na aludida inspeção, ficar comprovada a invalidez, deve ser aplicada ao caso a resolução constante da circular n. 2.583, de 1939. (P. 1.503-40).

N. 618 — Ao Dept. dos Correios e Telégrafos — Encaminhando processo no qual é interessada D. Elvira Cardoso da Fonseca Costa.

N. 620 — Ao Dept. dos Correios e Telégrafos — Solicitando providências no sentido de ser devolvido a este Serviço, devidamente informado, o processo n. 18.498-39. (P. 3.022-40).

N. 621 — Ao Dept. Administrativo do Serviço Público — Submetendo à consideração desse Departamento a minuta de edital para as nomeações a serem feitas em virtude de concurso. (P. 3.117-40).

N. 629 — Circular — Ao SRP-1 e ao SRP-2, 3, 4 e 5 — "Levo ao conhecimento que o Sr. ministro, por despacho de 24 do corrente, aprovando parecer do consultor jurídico deste Ministério e interpretando o artigo 45, parágrafo 3º do regulamento aprovado pelo Decreto n. 2.290, de 28 de janeiro de 1938 e modificado pelo Decreto n. 3.409, de 6 de dezembro de 1938, decidiu que o exame de boletins de merecimento pela Comissão de Eficiência pode ser feito apenas por dois membros daquele órgão de deliberação coletiva, mesmo quando estiverem em exercício os três membros que o integram". (P. 35.694-39).

N. 630 — Ao Dept. dos Correios e Telégrafos — Comunicando que, na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do art. 4º, do Decreto-lei n. 1.909, de 26 de dezembro do ano passado, a admissão de pessoal extranumerário-mensalista acha-se condicionada à prestação de prova de habilitação, na forma que for estabelecida pelo DASP. (P. 33.190-39).

Requerimento despachado

Em 3 de janeiro de 1940

Maria Petronilha Alexandre, escriturário da classe D, do Quadro XLVI deste Ministério, recorrendo do ato do Sr. diretor dos Correios e Telégrafos que lhe negou licença para tratamento de saúde. — Arquite-se, por já se achar o assunto resolvido favoravelmente à interessada, segundo informa o DCT, em ofício n. 788, de 17 do corrente. (1.930-40).

PROTOCOLO GERAL

RETIFICAÇÕES

(Diário Oficial de 30-1-1940)

A pág. n. 1.813, no ofício n. 543, dirigido ao DASP, onde se lê: na relação nominal do pessoal extranumerário-mensalista do DRC, leia-se: *na relação nominal do pessoal extranumerário-mensalista do DAC.*

O ofício n. 539 publicado à pág. 1.813 é dirigido à Delegacia Fiscal do T. Nacional no E. de Minas Gerais.

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

ATOS DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados:

Joaquim Gonçalves Vieira — Relevação de Multa. — Deferido.
Lúcio de Mendonça — Solicita atestado de serviços profissionais prestados durante a construção da Rio-S. Paulo. — Nada consta. (S/900).

José Lago Fernandes — Solicita relevação de multa. — Deferido. (S/900).

Benjamin Tannenbaum — Idem, idem. — Indeferido. (S/900).

José Gurgel Dantas — Idem, idem. — Indeferido. (S/900).

João Batista Pinto — Idem, idem. — Indeferido. (S/900).

U.T.I.L. Ltda. — Solicita seja suprimida a viagem de 11,20 de domingos e feriados, do Rio para Petrópolis. — Deferido. (SPC-310).

Catta-Preta Companhia Limitada — Solicita autorização para transportar uma tonelada de ferro em vergalhões pela Rio-S. Paulo. — Deferido, satisfeitas as exigências regulamentares. (S/900).

Humberto Petrelli — "Expresso Rodobus Ltda." — Solicita autorização para trafegar na Estrada Rio-Petrópolis. — Deferido enquanto perdurarem, a juízo deste Departamento, os motivos que impossibilitaram a referida empresa a manter o tráfego normal para Caxambu.

Guimarães Neves & Cia. — Solicitam relevação de multa. — Deferido, por se tratar de infração primária. (S/900).

Orázio e Antônio Pagliaro — "Empresa Expresso Turístico" — Solicita aprovação de horário para as linhas Rio-Pirai e Rio-Vassouras. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 3 de janeiro de 1940

Ofícios:

Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 20 — Devolvendo informado o papel n. 35.453-39.

N. 21 — Idem, idem, idem, 39.723/39. (S/700.02).

Dia 10

N. 63 — Idem, idem, idem, 40.222. (SPC/900).

Dia 11

N. 68 — Encaminhando a 2ª. via da prestação de contas, relativa ao adiantamento de 1.997.750\$0.

Ao Sr. diretor da Despesa do Ministério da Fazenda:

N. 69 — Idem, idem, 1ª. via.

— Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 70 — Idem, 2ª. via do adiantamento de 1.000.000\$0.

— Ao Sr. diretor da Despesa do Ministério da Fazenda:

N. 71 — Idem, idem, 1ª. via.

Dia 12

Ao Sr. diretor do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo:

N. 80 — Informando que os caminhões ns. 4.441 e 4.481, são de propriedade do "Transporte Filpo".

— Ao Sr. diretor da Despesa do Ministério da Fazenda:

N. 81 — Encaminhando a prestação de contas do adiantamento de 214.500\$0.

— Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 82 — Idem, idem, idem de 4.060.000\$0 (2ª. via).

— Ao Sr. diretor da Despesa:

N. 83 — Idem, idem, (1ª. via).

— Ao Sr. diretor do SPV:

N.91 — Devolvendo informado o papel 37.561-39 (SRP-11-400).

Dia 13

Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 104 — Devolvendo informados os processos 32.838 e 35.613 de 1939. (SRP-11/400).

Dia 16

Ao Sr. chefe da S.S. do SPV:

N. 113 — Solicitando inspeção médica para o funcionário Lafayette Barreto Pinto. (SRP-11/400).

— Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 114 — Encaminhando a prestação de contas do adiantamento de 1.000.000\$0 (2ª. via).

— Ao Sr. diretor da Despesa:

N. 115 — Idem, idem, (1ª. via).

— Ao Sr. diretor do SPV:

N. 120 — Encaminhando um contrato de empréstimo do funcionário Alberto Gomes de Miranda e Silva.

Dia 19

N. 127 — Solicitando tornar sem efeito as dispensas dos extranumerários-mensalistas, Leonardo Clemente Foster e João de Sousa Paixão.

N. 130 — Remetendo uma relação dos nomes que deverão ser excluídos da tabela de extranumerários-mensalistas do DNER para o exercício de 1940.

— Ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 136 — Respondendo ao ofício 15/G-M.

Dia 22

Ao Sr. diretor do SPV:

N. 146 — Encaminhando um requerimento do desenhista da classe H, Lafayette Barreto Pinto.

— Ao Sr. inspetor geral do Tráfego do Distrito Federal:

N. 148 — Solicitando matrícula provisória ao chauffeur Jaci de Moraes.

N. 149 — Idem, idem, João Sadock.

N. 150 — Idem, idem, Oscar Ferreira de Oliveira.

N. 151 — Idem, idem, Mário Barroso.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 154 — Encaminha a prestação de contas do adiantamento de 3.124.800\$0, referente aos meses de julho a setembro de 1939 (2ª. via).

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 155 — Idem, idem, (1ª. via).

N. 156 — Idem, idem, 3.124.800\$0, referentes aos meses de outubro a dezembro de 1939 (1ª. via).

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 157 — Idem, idem, (2ª. via).

N. 158 — Idem, idem, 1.041.600\$0 (2ª. via).

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 159 — Idem, idem, (1ª. via).

N. 160 — Idem, idem, 5.208.800\$0 (1ª. via).

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 164 — Idem, idem, (2ª. via).

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial:

N. 163 — Encaminhando os documentos que acompanharam o ofício n. 591-39. (S/900).

Dia 23

Ao Sr. ministro da Viagem e Obras Públicas:

N. 171 — Solicitando seja entregue de uma só vez, como adiantamento, a importância de 500:000\$0.

— Ao Sr. diretor da 2.ª Divisão da Comissão Central de Compras:

N. 175 — Acusando o recebimento do ofício n. 932-40 (S/900).

— Ao Sr. diretor do SPV:

N. 177 — Remetendo uma relação suplementar, em aditamento ao ofício n. 130, de 19 de janeiro.

N. 178 — Propondo a dispensa do praticante de escritório VI, Aldemar Raimundo de Santana. (SRP-11/400).

Dia 24

N. 192 — Encaminhando o pedido de dispensa do praticante de escritório V, Hélio Gomes Machado. (SRP-11/400).

— Ao Sr. diretor dos Serviços de Utilidade Pública da P.D.F.:

N. 196 — Comunicando que autorizou a título precário, sem privilégio ou concessão, ao Sr. Humberto Petrelli, da firma "Expresso Rodobus Ltda.", a explorar o transporte de passageiros em auto-ônibus entre o Rio de Janeiro e Petrópolis.

Dia 25

Ao Sr. diretor do SPV:

N. 204 — Encaminha o "Boletim de Frequência" do pessoal do Quadro I, lotado no DNER.

EXPEDIENTE DA SRA. SECRETÁRIA

Dia 30 de dezembro de 1939

Ao Sr. diretor do SPV:

N. 2.942 — Devolvendo informado o papel n. 39.660-39. (SRP-11/400).

N. 2.943 — Consultando se assiste direito aos extranumerários-mensalistas a diárias para despesas de alimentação e pousada.

N. 2.945 — Remetendo uma folha de diárias, do pessoal do Quadro I, que fez jus ao pagamento por serviços prestados fora de sua sede, em dezembro.

N. 2.946 — Idem, idem, novembro.

N. 2.950 — Devolvendo informado o papel 37.344-39.

N. 2.958 — Encaminhando um quadro dos "diaristas de obras" para o exercício de 1940.

Dia 2 de janeiro de 1940

Ao Sr. delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários do Estado do Rio de Janeiro:

N. 2 — Informando o ofício n. 5.490, de 26 de dezembro de 1939. (SRP-11.415.02).

Dia 3

Ao Sr. diretor do SPV:

N. 6 — Propondo a exclusão do almoxarife de 4.ª classe, Augusto Mendes, da tabela de extranumerários-mensalistas.

N. 7 — Encaminhando uma folha de pagamento referente à ajuda de custo por motivo de remoção do dactilógrafo classe "F", Antônio de Sousa Rosas. (SRP-11/400).

N. 12 — Comunicando que foram tomadas as providências solicitadas pelo ofício n. 9.059, de 29 de dezembro de 1939. (SRP-11/400).

— Ao Sr. diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura:

N. 17 — Respondendo ao ofício n. 1.721-39.

Dia 4

Ao Sr. delegado do 22.º Distrito Policial:

N. 25 — Informando o ofício n. 1.293-39. (S/900).

— Ao Sr. diretor da Contabilidade do MVOP:

N. 26 — Devolvendo o processo n. 39.756-39. (C/900).

Dia 5

— Ao Sr. diretor dos Serviços de Utilidade Pública da P.D.F.:

N. 31 — Comunicando que podem ser emplacados os ônibus da empresa de propriedade dos Srs. J. Possinhas & Comp. de motores ns. 72.030, 72.038, 71.970, 72.016 e 71.630.

Dia 6

Ao Sr. diretor do SPV:

N. 41 — Encaminhando 12 exemplares do "Boletim do Pessoal".

— Ao Sr. presidente do DASP:

N. 42 — Encaminhando 8 exemplares do "Boletim do Pessoal".

— Ao Sr. presidente da Comissão de Eficiência:

N. 43 — Idem, idem.

— Ao Sr. diretor do SPV:

N. 46 — Encaminhando uma folha de diárias de funcionário do Quadro I, lotado no DNER.

N. 47 — Idem, idem, idem.

— Ao Sr. diretor dos Serviços de Utilidade Pública da P.D.F.:

N. 49 — Comunicando que pode ser emplacado o ônibus da firma Bianchi & Picorelli Ltda., motor n. 71.913.

— Ao Sr. diretor do SPV:

N. 50 — Informando o ofício n. 9.050, de 29 de dezembro de 1939. (SRP-11/410).

Dia 8

N. 53 — Encaminhando um requerimento de licença do prático de engenharia, classe "G", Joseph Albert Burkhardt. (SRP-11/400).

Dia 11

N. 67 — Respondendo à circular n. 82, de 8 de janeiro de 1940. (SRP-11/900).

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial:

N. 75 — Respondendo o ofício n. 591-39. (SPC/900).

Dia 26

Ao Sr. presidente da Brasil Social:

N. 210 — Respondendo ao ofício n. 702, de 29 de dezembro de 1939.

Departamento de Aeronáutica Civil

PORTARIA N. 4

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, tendo em vista o disposto no art. 5.º da portaria n. 142, de 30 de setembro de 1937, relativamente ao exame de sanidade dos candidatos a tripulantes e dos tripulantes de aeronaves civis, que têm residência fora desta Capital:

Considerando que o desenvolvimento do próprio serviço e o reduzido número de médicos de que dispõe o S.M.A.C. já não permitem o deslocamento dos mesmos para a realização de tais exames, o que impõe a aceitação de laudos subscritos por médicos da localidade; e

Considerando que da aceitação do resultado desses exames decorre para o D.A.C. inequívoca responsabilidade, correndo-lhe, portanto, o dever de adotar as medidas a seu alcance no sentido de assegurar a observância dos requisitos indispensáveis a tais exames;

Determina:

Art. 1.º Sempre que não for possível a designação de médicos do S.M.A.C. para proceder aos exames de sanidade nos candidatos a tripulantes ou tripulantes residentes nos Estados, poderão tais exames ser realizados por médicos da localidade, devidamente autorizados pelo DAC.

Parágrafo único. A autorização constará de ato do diretor e será expedida, a requerimento do médico interessado, mediante parecer do S.M.A.C., de acordo com as informações prestadas pelo requerente na "ficha de qualificação dos médicos cooperadores", modelo n. 413, anexa a presente.

Art. 2.º O exame de sanidade poderá ser realizado por um ou por vários médicos e constará, essencialmente, do exame médico geral de exame oftalmológico aplicado à aviação, do exame oto-rinolaringológico e do equilíbrio, e de exames laboratoriais, sendo entre estes essenciais as reações sorológicas para diagnósticos de sífilis (pelo menos duas reações), o exame completo de urina (físico, pesquisa de elementos anormais e sedimento) e a telerradiografia torácica.

Art. 3.º Os dados do exame de sanidade serão lançados pelo médico examinador em fichas especiais, distribuídas pelo S.M.A.C., de acordo com as recomendações e instruções estabelecidas para o seu conveniente preenchimento, diretamente fornecidas aos médicos cooperadores.

Parágrafo único. As fichas dos diferentes exames de cada tripulante ou candidato a tripulante e bem assim a radiografia torácica ou outras que se fizerem necessárias e os resultados dos exames laboratoriais (sangue, urina e eventualmente outros quaisquer), serão reunidas pelo médico ou médicos cooperadores, e, acompanhadas do parecer final para cada espécie de exame, enviadas, a seguir, para revisão ao S.M.A.C.

Art. 4.º Todos os documentos enviados serão submetidos a minucioso exame no S.M.A.C., que verificará a exatidão do preenchimento das diferentes fichas clínicas. No caso de ser tudo encontrado de acordo com as respectivas instruções, o S.M.A.C. expedirá o laudo de exame de sanidade, o qual, assinado pelo chefe do S.M.A.C., será enviado, a seguir, à Divisão competente para encaminhamento aos interessados.

Art. 5.º Os referidos exames de sanidade serão contratados pelos tripulantes ou candidatos a tripulantes ou pelas entidades interessadas na realização dos mesmos, ficando subentendido que nenhum onus direto ou indireto trarão ao DAC.

Art. 6.º O diretor do DAC poderá cancelar, a qualquer momento, a autorização concedida a um médico cooperador para realizar

exames de sanidade de tripulantes nos Estados, desde que seja apurada a prestação de informações inidôneas, falsas ou tecnicamente deficientes.

Art. 7.º Sempre que julgar conveniente, o diretor do DAC fará inspecionar, por intermédio de médicos do S.M.A.C., os centros locais de exame de sanidade, de modo a assegurar um elevado nível técnico e uma perfeita compreensão dos problemas de Medicina Aeronáutica por parte dos médicos cooperadores.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1940. — *T. Furtado Reis*.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 26 de janeiro de 1940

Nelson Antunes Cordeiro, requerendo carta e licença de mecânico de aeronave. — Deferido. Ref. 88-46.

Carlos Frederico Gazelgrandi, solicitando autorização para tripular aviões do tipo "Fleet". — Deferido. Ref. 92-40.

Paulo Cintra Lobo, juntando diploma de piloto aviador da Reserva Naval Aérea, requer carta de piloto de aeronave mercante. — Deferido. Ref. 6.193-39.

Portaria n. 20, de 29 de janeiro de 1940

Designando os funcionários e extranumerários, Amauri Gonçalves Rocha, Bianor Lafayette Bezerra e Ernani Ferreira de Carvalho, para constituírem a Comissão encarregada de efetuar o balanço anual do Almoxarifado do D.A.C. Ref. 325-40.

Offícios expedidos

Dia 26 de janeiro de 1940

Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 320 — Restituindo telegrama da Associação Comercial de Guaiabá ao Sr. Presidente da República, solicitando seja duplicado o tráfego aéreo do Sindicato Condor Ltda., na linha de São Paulo-Corumbá-Guaiabá. Ref. 262-59.

— Ao Sr. diretor gerente do Sindicato Condor Ltda.:

N. 321 — Solicitando prorrogação dessa empresa sobre a minuta de termo de contrato da linha aérea São Paulo-Corumbá-Guaiabá, a qual acompanhou o ofício n. 3.887, de 11 de dezembro findo. Ref. 262-39.

— Ao Sr. general chefe do Estado Maior do Exército:

N. 322 — Consultando sobre a possibilidade de serem revelados por esse Estado Maior, filmes apreendidos do Sr. Raimundo Torretorre quando desembarcava no aeroporto de Manguinhos. Ref. 396-40.

— Ao Sr. presidente da "Associação Comercial e Industrial de Joinville":

N. 323 — Acusando o recebimento do ofício de 18 de dezembro findo, pelo qual foi solicitada a intensificação das obras do Aeroporto de Joinville. Ref. 6.628-39.

— Ao Sr. prefeito municipal de Caldas Novas:

N. 324 — Respondendo à consulta formulada no ofício n. 3, de 5 do corrente, declara que a assistência técnica do DAC é prestada gratuitamente e quais os encargos que nela estão compreendidos. Ref. 295-40.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 326 — Restituindo carta com a qual o presidente da Liga Aérea Americana, Sr. Henry Woodhouse, transmitiu ao Sr. Presidente da República um exemplar da Menção Honrosa concedida a Alberto Santos Dumont, por motivo da celebração do Dia de Santos Dumont e da Aviação Pan-Americana. Ref. 5.469-39.

Dia 27

Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 329 — Propondo a nomeação interina de Lauro Pires de Sá, para uma das vagas de escriturário do Quadro I do M.V.O.P.

— Ao Sr. representante da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro:

N. 331 — Respondendo ao ofício n. G-772, de 26 de dezembro findo, relativo ao concerto e renivelamento do cano geral de gás, de 150mm, situado na Ponta do Calabouço. Ref. 2.614-39.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 332 — Solicitando seja posto à disposição da Comissão Central de Compras a quantia de 20:000\$0, por conta da subconsignação número 12-05. Ref. 382-40.

— Ao Sr. gerente do *Jornal do Comércio*:

N. 333 — Solicitando assinatura desse jornal para o corrente exercício. Ref. 326-40.

Dia 29

Ao Sr. diretor de seguros do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado:

N. 340 — Respondendo ao ofício n. 46.977, de 26 do corrente, comunica que a solicitação constante do mesmo deve ser dirigida ao Serviço do Pessoal do Ministério da Viação. Ref. 381-40.

— Ao Sr. prefeito do Distrito Federal:

N. 341 — Solicitando providências no sentido de ser a Delegacia Fiscal de Inflamáveis dessa Prefeitura cientificada oficialmente da resolução de que trata o ofício n. 3.712, de 27 de outubro findo, dessa Prefeitura ao Conselho Nacional de Aeronáutica. Ref. 19-40.

— Ao Sr. diretor-gerente do Sindicato Condor Ltda.:

N. 342 — Comunicando que o DAC já providenciou a respeito do que trata o ofício n. 6.748, de 10 do corrente, dessa empresa. Ref. 19-40.

— Ao Sr. vice-presidente da Panair do Brasil, S.A.:

N. 343 — Respondendo ao ofício n. 25-40, de 22 do corrente, comunica que já providenciou junto ao Sr. prefeito do Distrito Federal relativamente ao assunto constante do mesmo. Ref. 19-40.

Ministério da Agricultura

PORTARIA N. 12

O Ministro de Estado:

Outorga à Companhia Sul Paulista, autorização para construir uma linha de transmissão, comprar energia à S. A. Força e Luz de Cambará e distribuir dita energia em várias cidades do Norte do Estado do Paraná.

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, tendo em vista o disposto no art. 5.º do Decreto-lei n. 852, de 11 de novembro de 1938 resolve:

Art. 1.º É outorgada à Companhia Sul Paulista autorização para construir uma linha de transmissão entre as cidades de Santo Antônio da Platina e Joaquim Tavora, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A linha de transmissão a que se refere o presente artigo, transportará a energia que a Companhia Sul Paulista adquirirá à S. A. Força e Luz de Cambará, e que será distribuída para melhoria dos serviços, nas seguintes cidades do Estado do Paraná: Siqueira Campos, Quatinga, Joaquim Tavora, Salto de Itararé, Wenceslau Braz, Tomasina, Pinhalão, Barra Bonita, Iapira, Jaboti e Carlópolis.

Art. 2.º O projeto da linha de transmissão aprovado pelo Ministério da Agricultura, deverá ser executado em todos os seus detalhes, sendo vedada, na construção da referida linha, a introdução de modificações que não tenham sido submetidas a exame da Divisão de Agias e a aprovação do Ministro da Agricultura.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1940. — *Fernando Costa*.

Departamento de Administração

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional, em Pernambuco:

N. 1.502 — De acordo com o disposto nos arts. 26, e 264, do R.G.C.P., declara que resolveu delegar competência aos chefes de repartição e seus substitutos legais, do D.N.P.V., deste Ministério, nesse Estado, indicados na inclusa relação, para requisitarem pagamentos e adiantamentos, na forma do art. 267, do citado Regulamento, por conta dos créditos das verbas 1.ª Pessoal, 2.ª Material e 3.ª Serviços e Encargos, art. 3.º, anexo 7, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, distribuídos ou que o venham a ser a essa Delegacia Fiscal para as despesas das respectivas repartições, durante o corrente exercício. (D.C.M.36.002-39).

Relação que acompanha o aviso n. 1.502, de 30 de janeiro de 1940:

Estado de Pernambuco

Verbas: 1.ª Pessoal — 2.ª — Material — 3.ª — Serviços e Encargos:

D.N.P.V. — D.D.S.V., em Pernambuco

José Alves de Albuquerque, agrônomo fitossanitarista, classe "J", e Nercio Martini, agrônomo, classe "H", ambos do Posto de D.S.V. em Recife.

— Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional, na Bahia:

N. 1.503 — De acordo com o disposto nos arts. 263 e 264, do R.G.C.P., declara que resolveu delegar competência aos chefes de repartição e seus substitutos legais, do D.N.P.V., deste Ministério, nesse Estado, indicados na relação inclusa, para requisitarem pagamentos e adiantamentos, na forma do art. 267, do citado Regulamento, por conta dos créditos das verbas 1.ª Pessoal, 2.ª Material e 3.ª Serviços e Encargos, art. 3.º, anexo 7, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, distribuídos ou que o venham a ser a essa Delegacia Fiscal para as despesas das respectivas Repartições durante o corrente exercício. (D.C.M. 36.002-39).

Relação que acompanha o aviso n. 1.503, de 30 de janeiro de 1940:

Estado da Baía

Verbas: 1.º Pessoal — 2.º Material — 3.º Serviços e Encargos:

D.N.P.V. — D.D.S.V. na Baía

João Pedro da Silva Lopes, agrônomo, classe "J", do Posto de D.S.V. na cidade do Salvador.

— Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo:

N. 1.504 — De acordo com o disposto nos arts. 263 e 264, do R.G.C.P., declara que resolveu delegar competência aos chefes de repartição e seus substitutos legais, do D.N.P.V., deste Ministério, nesse Estado, indicados na inclusa relação, para requisitarem pagamentos e adiantamentos, na forma do art. 267, do citado Regulamento, por conta dos créditos das verbas 1.º Pessoal, 2.º Material e 3.º Serviços e Encargos, art. 3.º, anexo 7, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, distribuídos ou que o venham a ser a essa Delegacia Fiscal para as despesas das respectivas Repartições, durante o corrente exercício. (D.C.M. 36.002-39).

Relação que acompanha o aviso n. 1.504, de 30 de janeiro de 1940:

Estado de São Paulo

Verbas: 1.º Pessoal — 2.º Material — 3.º Serviços e Encargos:

D.N.P.V. — D.D.S.V., em São Paulo:

Eugênio Germano Bruck, agrônomo-fitosanitarista, classe "K", e Raul Gomes Pinheiro Machado, agrônomo, classe "J", ambos do Posto de D.S.V., em Santos.

— Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional, no Rio Grande do Sul:

N. 1.505 — De acordo com o disposto nos arts. 263 e 264, do R.G.C.P., declara que resolveu delegar competência aos chefes de repartição e seus substitutos legais, do D.N.P.V., deste Ministério, nesse Estado, indicados na inclusa relação, para requisitarem pagamentos e adiantamentos, na forma do art. 267, do citado Regulamento, por conta dos créditos das verbas 1.º Pessoal, 2.º Material e 3.º Serviços e Encargos, art. 3.º, anexo 7, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, distribuídos ou que o venham a ser a essa Delegacia Fiscal para as despesas das respectivas Repartições, durante o corrente exercício. (D.C.M. 36.002-39).

Relação que acompanha o aviso n. 1.505, de 30 de janeiro de 1940:

Estado do Rio Grande do Sul

Verbas: 1.º Pessoal — 2.º Material — 3.º Serviços e Encargos:

D.N.P.V. — D.D.S.V., no Rio Grande do Sul:

João Hígino de Carvalho, agrônomo, classe "I", e Francisco Dandolo de Seta, agrônomo-fitosanitarista, classe "J", ambos do Posto de D.S.V. nos Portos de Porto Alegre e Rio Grande.

— Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional, no Pará:

N. 1.506 — De acordo com o disposto nos arts. 263 e 264, do R.G.C.P., declara que resolveu delegar competência aos chefes de repartição e seus substitutos legais, do D.N.P.V., deste Ministério, nesse Estado, indicados na inclusa relação, para requisitarem pagamentos e adiantamentos, na forma do art. 267, do citado Regulamento, por conta dos créditos das verbas 1.º Pessoal, 2.º Material e 3.º Serviços e Encargos, art. 3.º, anexo 7, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, distribuídos ou que o venham a ser a essa Delegacia Fiscal para as despesas das respectivas repartições, durante o corrente exercício. (D.C.M. 36.002-39).

Relação que acompanha o aviso n. 1.506, de 30 de janeiro de 1940:

Estado do Pará

Verbas: 1.º Pessoal — 2.º Material — 3.º Serviços e Encargos:

D.N.P.V. — D.D.S.V., em Belém:

José Travassos Vieira, agrônomo, classe "I", do Posto de D.S.V., em Belém.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

A Comissão Central de Compras:

N. 1.490 — Acusa o recebimento de dois blocos de talões para requisição de material a essa Comissão, sob os ns. 102.001/102.100.

A vista do art. 3.º, anexo n. 7, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, que consigna dotações na verba "Material", para cada uma das Divisões de Contabilidade, do Pessoal, do Material e de Comunicações, deste Departamento, inclusive para o gabinete do respectivo diretor geral, solicito vossas providências no sentido de serem também remetidos àquelas Divisões blocos para seus pedidos de material, ficando os acima indicados para uso deste gabinete.

— Ao agente da Estação Pedro II, da E.F.C. do Brasil:

N. 1.496 — Requisita a entrega, livre de frete e armazenagem, de uma encomenda contendo amostras de feijão, procedente de Pirassununga, Estado de São Paulo, e endereçada ao Dr. Fernando Costa, ministro da Agricultura, conforme o inclusa conhecimento número 285, correndo a despesa por conta deste Ministério.

— A E.F. Central do Brasil:

N. 1.512 — Solicita providências no sentido de ser fornecida uma assinatura de passageiros de 1.ª classe, durante o corrente ano, entre Pedro II e Deodoro, em proveito do serventário deste Ministério, Frederico Santana, que viaja em objeto de serviço, correndo a despesa por conta deste Ministério.

— A Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 1.514 — Solicita providências no sentido de ser desembarcada, livre de direitos de importação e armazenagem, a encomenda postal n. 50.756, procedente dos Estados Unidos e enviada pelo Sr. Leo R. Kische, tendo chegado em 28 de dezembro último, pelo vapor "Mormackark".

A referida encomenda veio consignada ao Dr. Guilherme de Almeida, chefe da Seção de Tecnologia de Produtos Florestais e destina-se ao Serviço Florestal, deste Ministério. (D.C.M. 2.582, de 1940.)

— A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do D.A.S.P.:

N. 1.518 — Apresenta a portadora deste — Jessie Serra Franca — dactilógrafa, classe G, do Quadro único deste Ministério, com exercício neste Departamento, que deseja inscrever-se na Prova de Habilitação para o preenchimento de 3 vagas de Técnico de Administração (extranumerário-mensalista) desse Departamento.

Divisão de Comunicações

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao tesoureiro deste Ministério:

N. 1.508 — Apresenta o portador deste, Sr. Carlos Garcia Guimarães, procurador do funcionário desta Divisão, Arquivista classe II, Anfilóbio Pio Barauna, que se acha licenciado e ausente desta Capital, conforme procuração anexa.

— Ao Departamento de Administração:

N. 1.509 — Solicita providências no sentido de ser esta Divisão autorizada a fazer uma concorrência administrativa para, no corrente ano, executar os serviços de encadernações de minutas e de diários oficiais.

— A Divisão de Contabilidade:

N. 1.510 — Solicita providências no sentido de ser empenhada a importância de tres contos de réis (3:000\$00) a favor da Companhia Carris, Força e Luz do Rio de Janeiro, para atender ao pagamento, durante o corrente exercício, de iluminação, força motriz e gás.

N. 1.511 — Solicita providências no sentido de ser empenhada a importância de tres contos de réis (3:000\$00) a favor da Companhia Telefônica Brasileira, para atender ao pagamento, durante o corrente exercício, de telefones, telefonemas, etc.

— Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal:

N. 1.517 — Não tendo acompanhado o ofício n. 31, de 4 de janeiro do corrente ano, o processo referente à situação do Prático Rural, Jorge Cavalcante, solicita providências para que seja o mesmo remetido a esta Divisão com a máxima urgência. (D.C.M. 751-40.)

Divisão de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. chefe do Fomento Agrícola Federal em São Paulo:

N. 1.479 — Em referência ao ofício n. 4.037, de 26 de dezembro último, remetendo os documentos de comprovação do adiantamento de 6:000\$00 (seis contos de réis), recebido pelo agrônomo — classe I, José Lacerda Soares, solicita providências no sentido de ser informado o motivo da não observância da portaria n. 3, de 13-8-38, sobre o uso de automóveis particulares como meio de transporte. (D.C.M. 32-46).

A Despesa Pública:

N. 1.485 — Restitue o processo (primeiras vias) de comprovação do adiantamento de 157:180\$00, recebido no Tesouro Nacional, em 31-8-937, pelo desenhista classe I, do Serviço de Águas, Alexandre Hamilton Sabóia Ribeiro, tendo sido cumpridas as formalidades exigidas por essa Diretoria, conforme parecer de fls. do referido processo. (D.C.M. 2.292-40).

Ao Departamento de Administração:

N. 1.513 — Solicita providências no sentido de ser fornecida ao servente desta Divisão, Frederico Santana, uma assinatura de passageiros na E. F. Central do Brasil, para o corrente ano, entre Pedro II e Deodoro, afim de poder o mesmo viajar em objeto de serviço.

Divisão do Pessoal

Por Portaria n. 38, foram concedidos a Alberto Pinto Pereira, gravador, classe G, com exercício no Serviço de Publicidade Agrícola, trinta dias de licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 175 do Decreto-lei 1.713, de 28 de outubro de 1939.

— Por Portaria n. 39, foram concedidos a Francisco Oliveira Macedo, Auxiliar de escritório VII, com exercício na Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, noventa dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 162, letra, do Decreto-lei 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o art. 34 da Lei n. 240, de 4-2-938.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Foi feita a seguinte apostila na portaria n. 189, de 26 de janeiro de 1939, extranumerário mensalista da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, Zemira de Castro:

O nome da extranumerária mensalista a que se refere a presente portaria é Zemira de Castro Portugal, em virtude de haver contratado nupeias em 24-6-39, conforme documento habil apresentado nesta data. (DCM. 3.155-940).

— Foi dispensado a pedido e a partir de 16 de dezembro próximo passado, Erico Machado Rosas, extranumerário mensalista, Estacionário de 3ª Classe do Serviço de Meteorologia. (DCM. 35.643-39).

Offícios expedidos

Dia 30 de janeiro de 1940

A Divisão de Caça e Pesca:

N. 1.478 — Comunica que, atendendo a chamado telegráfico, foi visitado Tarcisio Braga de Magalhães, auxiliar de escritório VIII, por médico da Secção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, é justificável a falta dada ao serviço no dia 19 do corrente. (DCM. 2.881-40).

Ao Chefe da Secção de Fomento Agrícola — Vitória:

N. 1.480 — Transmite a portaria n. 18 de 22 de janeiro de 1940, concedendo sessenta dias de licença ao agrônomo, classe G, Volnei Junqueira Passos.

Ao D. N. P. A.:

N. 1.481 — Remete afim de ser transmitida à I. R. da D. D. S. A. em Fortaleza, a portaria que considera licenciado, nos termos do art. 8º do Decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, no período compreendido entre 16 de dezembro de 1938 e 31 de maio de 1939, o veterinário sanitalista Pedro Herbsier Merescau. (D. C. M. 32.013, de 1939).

— Ao S. E. R.:

N. 1.482 — Restitue, devidamente apostilados, os títulos dos classificadores de produtos vegetais João Profázio Bogéia, João Fabricio Marques, Antônio Alves Fombo, Álvaro Fernandes, Evilásio Araújo de Rezende, Baij Demétrio, Heitor Fróis da Cruz e José Garibaldi Dantas.

Comunica que os títulos de Júlio Torres e Casemiro Guimarães Júnior deixaram de ser apostilados, porquanto as carreiras especializadas não sofreram alteração. D.C.M. 31.891-39

— A D. F. P. U.:

N. 1.483 — Comunica que, tendo em vista o resultado do inquérito administrativo constante do processo DCM. 29.668-39, o Sr. ministro, pelas portarias ns. 6, 7, 13 e 14, as duas primeiras de 15 e as demais de 17 do corrente mês, suspendeu por 60 dias o classificador de produtos vegetais, classe J, Orlando Aragão; 30 dias, os escriturários: Sílvia de Albuquerque Castro, José Augusto Duarte e dactilógrafo, classe F, Edmundo Morandi Bizzagio; 60 dias o agrônomo caféicultor, classe L, Dirceu Duarte Braga, e 15 dias, o servente classe C, Nelson de Andrade. D.C.M. 29.668-39

— A Inspeção Regional em Belo Horizonte, da D.I.P.O.A., do D.N.P.A.:

N. 1.484 — Em referência ao ofício n. 3.805, de 8 de dezembro de 1939, informa que a penalidade imposta ao prático rural, classe F, Osmar Campos Guimarães só poderá ser convertida em multa quando autorizada pelo Sr. ministro. D.C.M. 33.625-39

— A Divisão do Extranumerário do D.A.S.P.:

N. 1.486 — Convenientemente informado, transmite o processo D.C.M. 15.933-39, no qual Mário de Aguiar Pereira pede seu aproveitamento no quadro de funcionários titulados. D.C.M. 15.933-39

A D. I. P. O. A.:

N. 1.487 — Restitue os documentos abaixo relacionados, que foram, nesta Divisão, devidamente anotados em ficha, dos seguintes extranumerários dessa Divisão:

Raul Euclides de Sousa

1 — Certificado de reservista.
Euclides de Almeida

1 — Certificado de reservista.
João Previtera

1 — Certificado de reservista.
José Previtera

1 — Certificado de reservista.
José Gomes Vieira

1 — Certificado de reservista.
Rui Pena Mota.

1 — Certificado de reservista.
Antônio Mendes de Carvalho

1 — Caderneta Militar 1.399.
Geraldo Arruda Espigola

1 — Caderneta Militar 6.647 Reg. 25.054.
João Antônio Nunes da Cunha

1 — Carteira de reservista E. I. M. 175.
Jair Alexo Marchetti

1 — Certificado Militar da 4ª R. M. 18-8-939.
Raimundo Gomes dos Santos

1 — Certificado Militar.
Luiz Renato Brescia

1 — Certificado de Reservista 4ª R. M. 4ª D. I. (D. C. M. 23.943-39).

Ao D. N. P. V.:

N. 1.488 — Restitue devidamente apostilado, o decreto de efetivação do agrônomo, classe H, Jeová do Wally Rosa. (D. C. M. 2.565-40).

— Ao Serviço de Meteorologia:

N. 1.489 — Transmite a portaria n. 21 de 22 de janeiro de 1940, concedendo sessenta dias de licença, ao dactilógrafo, classe G, Cipriano da Rocha Azevedo. (DCM. 1.993-40.)

— Ao S. E. R.:

N. 1.495 — Restitue, devidamente apostilados, os títulos dos classificadores de produtos vegetais, Olavo Nogueira, Hamilton de Almeida, Odílio Pinheiro Lobo, Edgar Martins, Felix Aires, Elder Coelho, Aderbal Lobo de Almeida, Lupércio de Sousa Branco, Alberto Miranda Henriques, Osman de Oliveira, Azul da Costa Vilar, Nicolau Tolentino da Costa, Virgílio Veloso Freire, Luiz Borba de Medeiros e Manuel do Amaral Varela. (D. C. M. 33.698-39.)

— Ao D. N. P. A.:

N. 1.498 — Remete a portaria n. 31, de 25 de janeiro, pela qual são concedidos 30 dias de licença, em prorrogação, a partir de 14 do corrente, ao oficial administrativo, classe I, Afonso Gonçalves Correia. (D. C. M. 847-40.)

— Ao delegado do Tribunal de Contas junto a este ministério:

N. 1.499 — Comunica que o Tribunal de Contas em sessão de 12 do corrente mês, resolveu ordenar o registro do termo de prorrogação com modificação de contrato, firmado em 30 de dezembro de 1939 entre a União e o senhor Paulino Ponce Silveira, para utilização dos seus serviços, como auxiliar de cinematografista do Serviço de Publicidade Agrícola, deste ministério.

Informa, outrossim, que o referido termo foi publicado no *Diário Oficial* de 3 de janeiro de 1940. (D. C. M. 2.317-40.)

— Ao C. N. E. P. A.:

N. 1.500 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado Isaac Amaral Lima, laboratorista V, por médico da Secção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, são justificáveis as faltas dadas ao serviço, nos dias 18 e 19 do corrente. (D. C. M. 2.837-40.)

— Ao D. N. P. V.:

N. 1.501 — Comunica que, atendendo a chamado telefônico, foi visitado Jamir de Abreu Duarte, auxiliar de Escrita de quinta classe, por médico da Secção de Assistência Social desta Divisão, e, segundo parecer do mesmo, são justificáveis as faltas dadas ao serviço, nos dias 17 e 18 do corrente. (D. C. M. 2.745-40.)

— A D. D. S. V.:

N. 1.507 — Apresenta o oficial administrativo, classe L, do Quadro único deste ministério, José da Silveira Camargo, que, nesta data, foi desligado desta Divisão, para o efeito de passar a servir na repartição a vosso cargo, onde está lotado.

— A Secção de Fomento Agrícola em Minas Gerais

N. 1.515 — Transmite a portaria n. 189 e a certidão de casamento pertencentes à extranumerária mensalista, D. Zemira de Castro Portugal, praticante de escritório V, dessa Secção. (D. C. M. 3.155-40.)

— Ao inspetor regional da Divisão de Defesa Sanitária Animal — São Salvador:

N. 1.516 — Com referência ao officio n. 8, de 3 do corrente, cabe-me informar que, de acôrdo com o artigo 271, do decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, os prazos nele previstos "serão, todos, contados por dias corridos". Assim sendo, o prazo da licença concedida a Otávio Rodrigues Pimenta deverá ser de 90 dias e não de três meses.

Muito agradeceria o obséquio de remeter a esta divisão cópia da Portaria que concedeu a licença, depois de devidamente apostilada. (D. C. M. 1.830-10.)

Serviço de Meteorologia

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de janeiro de 1940

Offícios:

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Juazeiro:
N. 310 — Referente às irregularidades verificadas na produção técnica daquela estação, relativa ao mês de agosto último.

Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 311 — Com referência à justificativa da marca determinada para o material do pedido n. 132.006.

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 312 — Encaminhando o formulário do I.P.A.S.E., referente ao auxiliar de escritório IX (extranumerário-mensalista), Antônio Alves Braga, bem como cópia da respectiva fé de officio.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Palmeira:

N. 313 — Acusando o recebimento do officio n. 890, de 1 de novembro daquela estação, o qual diz respeito à doação do terreno onde se acha instalado aquele posto.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Palmeira dos Índios:

N. 314 — Referente à inspeção de saúde a que deve se submeter o estacionário classe A, José Benevides Canuto.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Manaus:

N. 315 — Remetendo a certidão de idade pertencente ao Sr. Pedro Ribeiro de Campos.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Campos:

N. 316 — Remetendo duas certidões de casamento, pertencentes aos Srs. Paulo Muijaert Tinoco e Gastão de Almeida Lima.

Ao Sr. diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 317 — Comunicando que foram entregues pelo escriturário classe F, Cipriano Lacerte, os documentos comprovantes da aplicação dada ao adiantamento de \$5.000\$0, recebido em 12 de dezembro findo.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Vassouras:

N. 318 — Remetendo o cartão de inscrição do I.P.A.S.E., referente à mensalista Maria da Glória Ribeiro.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Florianópolis:

N. 319 — Remetendo o cartão de inscrição do I.P.A.S.E., pertencente à mensalista Haydée Nascimento Machado.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Caruaru:

N. 320 — Remetendo o cartão de inscrição do I.P.A.S.E., pertencente à mensalista Nadija Diniz Damasceno.

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 321 — Restituindo o processo n. 35.591-39, no qual é interessada a Sra. Clotilde Grathwohl Montenegro.

N. 322 — Restituindo o processo n. 7.974-39, referente à licença solicitada, para tratamento de saúde, pelo estacionário classe A, José Benevides Canuto.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Parathuna:

N. 323 — Remetendo cartões de inscrição do I.P.A.S.E., pertencente aos mensalistas Dulcídio Amar e Guiomar Nogueira dos Santos.

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 324 — Restituindo o processo n. 35.876-39, encaminhado a este Serviço afim de ser anexado ao de n. 3.765-36.

N. 325 — Relativo à licença de três meses, nos termos do artigo 172, parágrafo 1º do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-939, concedida ao estacionário da classe B, Zaira Santana Rios.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Olinda:

N. 326 — Referente ao crédito para o custeio de serviço de telefone daquela estação, no corrente exercício.

Ao Sr. diretor da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos — D. F.:

N. 327 — Com referência aos registrados ns. 533 e 534, procedentes da Agência do Correio em Unbuzeiro, Paraíba.

Ao Sr. superintendente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul:

N. 328 — Com referência à 1ª via do conhecimento de empenho n. 448, de 24 de abril do ano findo, encaminhada àquela Viação Férrea com o officio n. 445, de 22-5-939.

Ao Sr. diretor da Divisão do Pessoal:

N. 329 — Com referência à visita médica solicitada pelo calculista da classe G, Rosita Lopes de Sousa.

Ao Sr. encarregado da Estação Meteorológica de Sena Madureira:

N. 330 — Referente às irregularidades verificadas na produção técnica daquela estação, relativa ao mês de setembro último.

Portarias:

N. 13 — Designando o Sr. Adalberto Barranjar Serra, engenheiro meteorologista classe K, para regularizar a adoção, neste Serviço, nas reduções das pressões aos diferentes níveis em metros geodímicos, do novo processo pelo mesmo proposto, em colaboração com o meteorologista da classe H, Lauro Durão Barbosa.

N. 14 — Designando o meteorologista classe H, Carlos Menezes Rocha, para fiscalizar e reorganizar os trabalhos de preparo de telegramas sinóticos e observações de nuvens, do posto meteorológico de Friburgo.

N. 15 — Concedendo ao estacionário classe B, Zaira Santana Rios, três meses de licença, a partir de 1 de janeiro corrente, nos termos do artigo 172, parágrafo 1º, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Departamento Nacional da Produção Mineral

SECÇÃO DE EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Requerimentos despachados:

Dia 22 de janeiro de 1940

Miguel Lefundes Deiró — Concessão de lavra. — Sele os documentos. (DGPM. 4.732-39.)

Dia 24

Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia — Pedido de autorização para pesquisa. — Satisfaça o depósito legal. (DGPM. 4.474-39.)

Alcides Vieira Pinheiro — Pedido de autorização para pesquisa. — Junte nova planta, de acordo com as exigências da DFPM. (DGPM. 5.450-39.)

Elmano Oliveira Real — Prorrogação de autorização para pesquisa. — Compareça à Imprensa Nacional para pagar a taxa de publicação do Decreto n. 5.072, de 27 de dezembro último. (DGPM. 5.113-39.)

Dia 26

Jaimé dos Santos Figueiredo — Pedido de autorização para pesquisa. — Satisfaça o depósito legal. (DGPM. 5.089-39.)

Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia — Pedido de autorização para pesquisa. — Satisfaça o depósito legal. (DGPM. 5.092-39.)

Serviço de Economia Rural

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 12 de janeiro de 1940

Ao diretor da Divisão do Pessoal:

N. 144 — Processo 58/40 — Solicitando pagamento a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, conta D-230, 121\$0, transportes efetuados mês abril de 1939.

— Ao tesoureiro do Ministério da Agricultura:

N. 145 — Processo 4.807-38 — Comunicando para efeito recebimento salários por procuração, que o extranumerário mensalista, Salvador Alsina Lemos, serve ao Estado do Rio Grande do Sul.

— Ao diretor da Despesa:

N. 146 — Processo 484-39 — Comunicando para efeito recebimento por procuração de vencimentos e gratificação de função, que o agrônomo do ensino agrícola, classe "K", Antônio Câmara, está ausente desta Capital.

— Ao tesoureiro do Ministério da Agricultura:

N. 177 — Comunicando para efeito de recebimento por procuração que os extranumerários mensalistas João Mendes Godoe, Francisco Diniz Bessa e José Gonçalves Santana servem na Agência do Estado de São Paulo.

Dia 15

Ao Sr. ministro:

N. 178 — Processo 12.428-39 — Submetendo a apreciação de S. Excia., solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, o requerimento em que o ajudante técnico de 3.ª classe, doutor Luiz de Sousa Vaz pede sua nomeação para o cargo de agente fiscal de consumo, por ter logrado classificação no concurso prestado em 1925.

— Ao diretor do Departamento de Administração:

N. 179 — Processo 484-39 — Solicitando pagamento ao Banco do Brasil, dos salários do extranumerário mensalista, Salvador Alsina Lemos, relativos aos meses de junho a novembro de 1939.

Dia 18

Ao diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 188 — Processo 9.610-39 — Transmitindo em três vias, os documentos comprobatórios das despesas efetuadas pelo classificador, classe "J", José Garibaldi Dantas, por conta do adiantamento de vinte contos de réis, entregue em 12 de dezembro de 1939.

— Ao diretor do D.A.C. — São Paulo:

N. 189 — Processo 175-40 — Devolvendo cheque 317.402, do Banco de São Paulo cujo pagamento foi negado pela Agência nesta Capital.

— Ao diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 222 — Processo 3.565-39 — Transmitindo em três vias, os documentos comprobatórios das despesas efetuadas pelo engenheiro rural, classe "J", Alberto Ravache, por conta do adiantamento de réis 5.000\$00 entregue em 1 de junho de 1939.

Dia 19

Ao diretor da Divisão de Contabilidade:

N. 238 — Processo 11.458-39 — Transmitindo em três vias, os documentos comprobatórios das despesas efetuadas pelo classificador de rótulos vegetais, classe "I", Jacques Pierre Brocá, por conta do adiantamento de 5.000\$00, entregue em 23 de dezembro de 1939.

— Ao Sr. ministro:

N. 239 — Sugerindo a S. Excia. a organização de uma comissão de técnicos do D.N.P.A., da Saúde Pública e deste Serviço, com o fim de examinar o assunto concernente à produção, distribuição e consumo do leite nesta Capital, habilitando o Ministério da Agricultura a aplicar as medidas necessárias à sua solução.

N. 240 — Processo 6.826-39 — Submetendo a S. Excia. a criação no Estado de São Paulo, dos Postos de Classificação e Inspeção de café, de matérias primas e de produtos alimentares.

N. 241 — Processo 37-40 — Submetendo a aprovação de S. Excia. minuta de acordo a ser firmado com o Estado do Amazonas.

N. 242 — Processo 222-40 — Submetendo a apreciação de S. Excia. a designação do agrônomo José Augusto de Oliveira Gusmão, para estudar nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, a industrialização e a padronização de frutas destinadas a exportação.

N. 243 — Processo 11.430-40 — Submetendo a aprovação de S. Excia. a criação de postos de fiscalização e classificação de matérias primas e produtos alimentares, destinados à exportação, nos Municípios de Aracati e Camocim, no Estado do Ceará.

Dia 20

Ao guarda-mór do Porto do Rio de Janeiro:

N. 249 — Solicitando seja facultado o ingresso a bordo dos navios atracados ou não, ao Sr. Gustavo Dallier Pereira, auxiliar técnico de 2.ª, encarregado da fiscalização de frutas.

— Ao diretor do Serviço de Publicação Agrícola:

N. 253 — Processo 244-40 — Solicitando impressão 48 folheos para requisição de passagens e de transporte.

— Ao Belfort de Oliveira:

N. 255 — Processo 211-40 — Respondendo assunto officio 32/S.P., 10/1/39, informa que em officio 81-5-40, dirigido ao diretor do Serviço de Contabilidade solicitou renovação assinaturas "Diário Oficial", para Agências deste Serviço Estados, incluindo Dr. Paulo de Deus M. Monteiro de Barros, agente de Santa Catarina, tornando sem efeito officio 53, de 3 do corrente.

— Ao diretor do Serviço de Publicidade Agrícola:

N. 262 — Processo 12.013-39 — Remetendo 8.000 folhas papel apertaminhado, branco, BB. 24 quilos, destinado confecção trabalhos solicitados officio n. 4.293, de 29 de dezembro de 1939.

Dia 22

— Ao Sr. Ministro:

N. 266 — Processo n. 10-40 — Submetendo à apreciação de S. Ex. a indicação dos agrônomos fruticultores, classe K e J, Luiz de Moura Brasil e Eduardo Manhães, para irem ao Estado do Rio Grande do Sul pesquisar economicamente o desenvolvimento da fruticultura naquele Estado.

— Ao Diretor do Lloyd Brasileiro:

N. 267 — Solicitando concessão à senhora do agrônomo, classe I, José de Oliveira Gusmão, de passagem, ida e volta, com interrupção em Pernambuco, até Ceará, com abatimento de 30 %, para pagamento à vista.

Dia 24

— Ao Diretor do Departamento Administrativo:

N. 295 — Solicitando seja facultada delegação competência para requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos créditos orçamentários do corrente exercício, aos funcionários indicados em relação anexa.

N. 303 — Processo n. 867-40 — Solicitando providências sentido serem recebidas como oficiais, pelas Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos, a correspondência e telegramas apresentados pelos funcionários indicados em relação anexa.

Secção de Padronização de Matérias Primas

Dia 12 de janeiro de 1940

Ao chefe da Agência do Serviço de Economia Rural — S. Paulo:

N. 174 — Processo n. 12.557-39 — Enviando, para ser entregue ao interessado, certificado de classificação do algodão, cujas amostras foram encaminhadas pelo officio n. 604, de 27 de dezembro de 1939; enviando ainda, recibo n. 9, importância 202\$00. Notificando estar providenciando quanto a devolução dos sacos de lona.

Secção de Padronização dos Produtos Alimentares

Dia 12 de janeiro de 1940

Ao Diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal:

N. — Processo n. 151-40 — Solicitando contribuição estudo para embalagem frutas destinadas comércio exterior.

Dia 23

Ao Agente do Serviço de Economia Rural — São Paulo:

N. 269 — Processo n. 12.137-39 — Comunicando competir à Divisão de Defesa Sanitária Vegetal a expedição do certificado de origem e sanidade vegetal e a este Serviço, a concessão do certificado de classificação, devendo os postos de fiscalização nessa capital e em Santos sustar a concessão do certificado de origem e de sanidade vegetal.

N. 270 — Processo n. 9.670-39 — Remetendo processo número 9.670, de 1939.

Secção de Propaganda e Organização das Sociedades Cooperativas

Dia 18 de janeiro de 1940

Ao Diretor do D. A. C. — Pernambuco:

N. 192 — Processo n. 12.413-39 — Solicitando a remessa do relatório dos liquidantes da Cooperativa Banco Rural de Pernambuco.

N. 194 — Processo n. 5.286-39 — Remetendo processo 5.286-39, para investigação quanto ao despacho de fls. 12, do processo anexo n. 10.935, de 1939.

— Ao Diretor da Secção de Organização Assistência e Fiscalização do Trabalho — Minas Gerais:

N. 209 — Processo n. 65-39 — Com referência ao assunto do officio n. 13.846, de 9 de novembro de 1939, pondera que: a Sociedade Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada — Banco do Rio Preto — deveria ter reformado seus estatutos mediante assembléia geral extraordinária e não em reunião ordinária conforme cópia da ata remetida; concedendo por isso, 30 dias de prazo para que se enquadre à lei vigente, conforme art. 44, Lei n. 22.239, de 1932, devendo a ata da assembléia ser arquivada, remeter cópia a este Serviço juntamente com prova da publicação da certidão do arquivamento.

— Ao Delegado Técnico no Estado do Paraná:

N. 210 — Processo n. 12.316-39 — Solicitando esclarecer si Sociedade Cooperativa de Açougueiros de Curitiba não incide o que preceitua art. 42, Lei n. 22.239, revigorada pelo Decreto-lei n. 581, de 1 de agosto de 1938.

N. 211 — Processo n. 11.731-39 — Referindo-se ao assunto dos telegramas de 7 e 11 de dezembro de 1939, comunica dever partir da Federação das Cooperativas Hervateiras, providências sobre criação taxa sugerida, por intermédio do Instituto do Mate e deste ao senhor Presidente da República.

— Ao Sr. Edison Cavalcanti Maia — Porto Alegre:

N. 216 — Processo 6-37 — Solicitando retificação estatutos Cooperativa "Indústria Pedritense de Carnes" nos artigos 18 e 19. — Impossível a renovação pelo terço, por ser de 5 o número de membros do conselho de administração; 58, § 3º: não satisfaz ao que determina o art. 6º, item 12 do Decreto n. 22.239; 44: a percentagem de 70 %, creditada ao capital dos associados para integralização do mesmo, deve ser proporcional às operações realizadas por cada um (reses abatidas).

— Ao presidente do Primeiro Conselho de Contribuintes — Ministério da Fazenda:

N. 220 — Proc. 10.598-39 — Restituindo processo 12.332, 1939, da Delegacia Fiscal da Baía, informa que o funcionamento da Cooperativa Instituto de Pecuária, do mesmo Estado, é perfeitamente regular, por estar registrado neste Serviço desde 19-8-936, tendo-se constituído na vigência do Decreto 24.647, e por não ter o Decreto-lei n. 581, estabelecido novo registro para as entidades já registradas e nem obrigado a se adaptarem à legislação vigente.

Dia 24

Ao presidente do Banco Crédito Popular de Pernambuco:

N. 285 — Proc. 751-39 — Comunicando registro esse Banco sob n. 857, 17-1-40, ficando sujeito fiscalização Ministério da Fazenda.

Ao diretor comercial Cooperativa Produção de Mate de Rebouças — Paraná:

N. 288 — Proc. 8.329-39 — Remetendo cópia do officio do presidente do Instituto Nacional do Mate.

SECÇÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Dia 12 de janeiro de 1940

Ao diretor do D.A.C. de Pernambuco:

N. 143 — Proc. 5.240-38 — Remetendo certificados de registro n. 140, da série A, da Cooperativa Agro-Pecuária de Custódia; n. 142, série A, da Cooperativa Agro-Pecuária de Triunfo; n. 144, série A, idem, idem, de São Vicente; n. 145, série A, idem, idem, de Canhotinho; n. 146, série A, idem idem de Flores; n. 154 série A, idem, idem, de Boa Vista, e n. 225, série B, idem idem, de Vila Bela.

— Ao agente S. E. R. — Estado do Espírito Santo:
N. 146 — Proc. 11.076-39 — Enviando certificado de registro n. 184, série A, da Cooperativa Agrária Mixta de Antônio Caetano.
— Ao diretor D. A. C. — João Pessoa — Paraíba:
N. 147 — Proc. 12.501-39 — Comunicando que os certificados de registro das Cooperativas de Crédito Agrícola de Serra do Cuité e Entre Rios, foram remetidos pelo officio n. 3.932, de 30-11-39.
N. 148 — Proc. 11.255-39 — Comunicando registro sob n. 841, 5-1-940, da Caixa Rural de Ipanarana, ficando sujeita à fiscalização deste Ministério.
— Ao presidente da Caixa Rural de Ipanarana — Campina Grande:
N. 149 — Proc. 11.255-39 — Vide officio n. 148.
— Ao diretor D. A. C. — São Paulo:
N. 150 — Proc. 11.266-39 — Comunicando registro Cooperativa Escolar do 1º Grupo Escolar de Cruzeiro, sob n. 842, 5-1-940, ficando sujeita à fiscalização deste Ministério.
— Ao presidente Cooperativa Escolar do 1º Grupo Escolar de Cruzeiro:
N. 151 — Proc. 11.306-39 — Vide officio n. 150.
— Ao diretor D. A. C. — São Paulo:
N. 152 — Proc. 5.571-39 — Solicitando esclarecimentos sobre situação jurídica do Banco Agrícola de Palmeiras, afim poder informar Delegacia Fiscal Federal esse Estado.
— Ao procurador Delegacia Fiscal Tesouro Nacional — São Paulo:
N. 153 — Proc. 5.571-39 — Respondendo officio 101, 23-6-39, informa que o Banco Agrícola de Palmeiras, não está registrado neste Serviço.
— Ao agente S. E. R. — Sergipe:
N. 154 — Proc. 11.355-39 — Comunicando registro sob n. 840, 5-1-940, da Sociedade Cooperativa "União Textil" e solicitando providências quanto à remessa selos necessários para que possa ser expedido o certificado. Ficar sujeita fiscalização Ministério Trabalho.
— Ao diretor Departamento Nacional de Indústria e Comércio:
N. 155 — Proc. 11.355 — Enviando cópia da ata da constituição, lista nominativa dos associados, certificado de arquivamento dos documentos e estatutos sociais da Sociedade cooperativa "União Textil", registrada em 5-1-940 sob n. 840.
— Ao presidente Sociedade Cooperativa "União Textil" — Estância — Sergipe:
N. 156 — Proc. 11.355-39 — Vide officios ns. 154-155.
— Ao diretor Departamento Assistência Cooperativismo — Recife — Pernambuco:
N. 191 — Proc. 11.925-39 — Remetendo 10 exemplares contendo legislação e portaria ministerial n. 26. Declarando dever esse Departamento solicitar estatutos todas cooperativas existentes Estado. Comunicando que a lei estabelece seja a fiscalização cooperativas feita por esse Departamento juntamente com representantes Ministérios Fazenda e Trabalho.
— Ao chefe Secção Cooperativas do Departamento Agricultura, Viação e Obras Públicas — Natal — Rio Grande do Norte:
N. 193 — Proc. 11.933-39 — Referindo-se officio 441, 30-11-39, declara dever exigir duas vias documentos exigidos letras a, b e c, artigo 8º Decreto-lei n. 581, arquivando uma e remetendo a este Serviço a outra, podendo nestas condições exercer melhor fiscalização e prestar qualquer esclarecimento solicitado por este Serviço.
— Ao Agente S. E. R. — Rio de Janeiro:
N. 195 — Processo n. 110/39 — Afim cumprir exigências Portaria 26, de 29/8/38, solicita remessa urgente, cópias balancetes meses novembro e dezembro próximo passado, do Banco Agrícola de Mendes.
— Ao Diretor D. A. C. — São Paulo:
N. 197 — Processo n. 12.486/39 — Comunicando registro sob n. 855, Cooperativa dos Plantadores de Mandioca de Santa Cruz dos Poses dependendo expedição certificado de remessa dos selos necessários.
N. 198 — Processo n. 9.573/39 — Comunicando registro durante mês dezembro próximo passado, das Cooperativas: Agrícolas de Marília, Laticínios de Rio Claro, de Trabalho dos Transportadores de Cargas de Santos, de Consumo dos Operários e Empregados do Engenho Central de Piracicaba, Agrícola de Paraguassu, Agrícola de Presidente Bernardes, de Consumo dos Ferroviários da E. F. Sorocabana, dos Fruticultores de São Bento do Sapucaí, S. A. União Cooperativa Humanitária Beneficente dos Chauffeurs e Cooperativa dos Profissionais dos Automóveis de São Paulo. Comunicando ainda que não foi expedido certificado de registro da Cooperativa dos Fruticultores de São Bento do Sapucaí por não ter este Serviço recebido selos necessários.
— Ao Agente S. E. R. — Estado do Ceará:
N. 199 — Processo n. 9.572/39 — Comunicando que durante mês dezembro próximo passado, foram registradas neste Serviço as Cooperativas: dos Plantadores de Mandioca e Cereais do Ceará, Bancária de Consumo, de Crédito de Barbalho, dependendo expedição certificado das duas primeiras da remessa dos selos necessários.
— Ao Diretor D. A. C. — João Pessoa — Paraíba:
N. 200 — Processo n. 9.573/39 — Comunicando registro durante mês dezembro da Cooperativa de Alimentação de Campina Grande, dependendo expedição certificado da remessa dos selos necessários.
— Ao Agente S. E. R. — Rio Grande do Norte:
N. 201 — Processo n. 9.573/39 — Comunicando registro mês dezembro Cooperativa Agr-Pecuária de São Tomé e Caixa Rural e Oncária de Natal.

— Ao Agente S. E. R. — Espírito Santo:
N. 202 — Processo n. 9.573/39 — Comunicando registro dezembro Cooperativa Agrária Mixta de Antônio Caetano.
— Ao Diretor D. A. C. — Recife — Pernambuco:
N. 203 — Processo n. 9.573/39 — Comunicando registro mês dezembro Cooperativa Agro-Pecuária de Serrinha, dependendo expedição certificado da remessa dos selos necessários.
— Ao Agente S. E. R. — Rio de Janeiro:
N. 204 — Processo n. 9.573/39 — Comunicando registro dezembro Cooperativa Agrária de Consumo Saturnino Braga.
— Ao Diretor D. A. C. — Recife — Pernambuco:
N. 205 — Processo n. 1.287/37 — Comunicando registro nesta data Cooperativas Agro-Pecuária de Itambé, Timbaúba, Pesqueira, Belo Jardim e de Floresta, sob ns. 845, 843, 847, 848 e 849.
— Ao Diretor da Diretoria de Rendas Internas:
N. 206 — Processo n. 418/33 — Comunicando registro sob n. 858, 5/1/940, Banco dos Sindicatos de Pernambuco, e enviando cópia da ata da constituição, lista nominativa dos associados, certificado de arquivamento dos documentos e estatutos sociais.
— Ao Diretor D. A. C. — Recife — Pernambuco:
N. 208 — Processo n. 418/33 — Comunicando registro sob n. 838, 5/1/940, do Banco dos Sindicatos de Pernambuco, que fica sujeita fiscalização do Ministério da Fazenda. Solicitando providências quanto à remessa de selos necessários para expedição de certificado.
— Ao Presidente do Banco dos Sindicatos de Pernambuco:
N. 207 — Processo n. 418/33 — Vida officios ns. 206/208.
— Ao Agente S. E. R. — Estado do Rio:
N. 212 — Processo n. 597/36 — No sentido de ser transferida do Ministério da Fazenda para o da Agricultura a fiscalização da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada "Banco de Paraíba do Sul", solicita informar se foram satisfeitas as exigências da portaria ministerial n. 26, 29/8/38, devendo remeter cópia minuciosa do exame procedido.
— Ao Presidente da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Banco Agrícola da Paraíba do Sul:
N. 213 — Processo n. 597/36 — Remetendo certificado registro n. 10.
— Sr. Edison Cavalcanti Maia — Porto Alegre:
N. 215 — Processo n. 11.160/39 — Comunicando aguardar remessa dos documentos referentes reforma Cooperativas de Rio Pardini, Sinimbu e Linha Santa Cruz.
— Ao Agente S. E. R. — Rio Grande do Sul:
N. 221 — Processo n. 3.237/36 — Comunicando depender de expedição certificado registro Cooperativa Viti-Vinicola São Vicente Ltda., n. 850, da remessa dos selos necessários.
— Ao Diretor D. A. C. — São Paulo:
N. 271 — Processo n. 12.419/39 — Enviando certificado registro n. 853, 16/1/940, da Cooperativa Escolar do Grupo Escolar de Tabatinga.
— Ao Presidente Cooperativa Escolar do Grupo Escolar de Tabatinga:
N. 272 — Processo n. 12.419/39 — Vide officio n. 271.
— Ao Diretor Departamento Assistência às Cooperativas — João Pessoa — Paraíba:
N. 273 — Processo n. 12.484/39 — Comunicando depender a remessa do certificado de registro n. 856, da Cooperativa de Crédito Agrícola de Monteiro, do recebimento dos selos necessários; notificando da necessidade de reforma dos estatutos no Capítulo III e Artigo 44 — Parágrafo único.
— Ao diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo — São Paulo:
N. 274 — Processo n. 7.286/39 — Enviando certificado de registro n. 53, Série I, de 21 de setembro de 1939 da Cooperativa Escolar do Grupo Escolar Conde Moreira Lima.
— Ao diretor da D. A. C. — João Pessoa — Paraíba:
N. 275 — Processo n. 9.737/39 — Enviando certificados de registro n. 2, Série E, da Caixa Rural de Caiole do Rocha, e n. 20, Série C, da Cooperativa de Crédito Agrícola de Brejo da Cruz.
— Ao diretor da D. A. C. — Pernambuco:
N. 276 — Processo n. 12.403/39 — Enviando certificado de registro n. 854, de 16 de janeiro de 1940, da Cooperativa Escolar Ateneu Pernambucano. Chamando a atenção para que essa entidade complete capital subscrito em relação capital mínimo.
— Ao presidente da Cooperativa Escolar do Ateneu Pernambucano:
N. 277 — Processo n. 12.403/39 — Vide officio n. 276.
— Ao diretor do Departamento de Assistência Cooperativas — Pernambuco:
N. 278 — Processo n. 12.404/39 — Enviando certificado de registro n. 852, de 16 de janeiro de 1940, da Cooperativa Escolar do Ginásio da Madalena. Comunicando dever essa entidade completar capital subscrito, atingindo o mínimo estipulado nos estatutos.
— Ao presidente da Cooperativa Escolar do Ginásio da Madalena — Pernambuco:
N. 279 — Vide officio n. 278.

Dia 24 de janeiro de 1940

— Ao presidente da Cooperativa de Produção Avícola Escola Experimental do Ministério da Agricultura:

N. 284 — Processo n. 10.769/39 — Comunicando ter sido entregue ao senhor Geraldo Moretzhon, o certificado de registro dessa entidade n. 109, Série A, de 26 de dezembro de 1939, haver necessi-

dade de modificar estatutos nos artigos 33, 43 e 48, por contrariarem, o 1º e o 3º, o Decreto n. 22.239, art. 15 e 43 e, o segundo, o Decreto-lei n. 581. Quanto ao que dispõe seu art. 11.

— Ao diretor das Rendas Internas:

N. 286 — Processo n. 751/39 — Enviando cópia da ata da constituição, lista nominativa dos associados, certificado de arquivamento dos documentos e estatutos sociais do Banco de Crédito Popular de Pernambuco, registrado sob o n. 857, em 17 de janeiro de 1940.

— Ao diretor do D.A.C. — Pernambuco:

N. 287 — Processo n. 751/39 — Solicitando remessa de selos necessários para expedição de certificado de registro do Banco Popular de Pernambuco, n. 857, de 17 de janeiro de 1940 e providenciar quanto à informação dos estatutos, seus artigos 55 e 56, parágrafo 2º.

— Ao senhor Edison Cavalcanti Maia — Porto Alegre — Rio Grande do Sul:

N. 289 — Processo n. 11.913/39 — Comunicando depender expedição certificado de registro n. 858, da Cooperativa Castilhenze, da remessa de selos necessários; ter certificado essa entidade da necessidade de reformar os estatutos;

— Ao diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio:

N. 290 — Processo n. 11.521/39 — Enviando cópia da ata de constituição, lista nominativa, dos associados, certificado de arquivamento dos documentos e estatutos sociais, da Cooperativa de Consumo Internacional da Lapa, registrada sob o n. 851, de 15 do corrente mês.

— Ao diretor do D.A.C. — São Paulo:

N. 291 — Processo n. 11.521/39 — Enviando certificado de registro n. 851, de 15 de janeiro de 1940, da Cooperativa de Consumo Internacional da Lapa, que fica sujeita à fiscalização do Ministério do Trabalho.

— Ao presidente da Cooperativa de Consumo Internacional da Lapa — São Paulo:

N. 292 — Processo n. 11.521/39 — Vide officios números 290 e 291.

Expediente publicado no "Diário Oficial" de dia 23 de janeiro de 1940

RETIFICAÇÕES

A página 1.331 — Officio n. 137 — 10.070/39 — Onde se lê: Remetendo 1ª e 2ª vias certificado registro via do da, leia-se: Remetendo 1ª e 2ª vias certificado registro Cooperativa Viti-Vinícola Guaporense, de n. 175, Série A, e 2ª via do da.

Comissão de Abastecimento

EXPEDIENTE DO SR. SUPERINTENDENTE

Dia 29 de janeiro de 1940

Requerimentos despachados:

Administradora de Bens Imóveis Ltda., pedindo aumento de aluguel do prédio situado à rua Pereira Barreto n. 38 — Deferido. (CA 971-39).

Administradora Imobiliária Ltda. solicitando aumento de aluguel do 2º andar do prédio à rua Primeiro de Março n. 116 — Deferido. (CA 1.017-39).

Equitativa dos Estados Unidos do Brasil — Nada ha que deferir à vista do parecer. (CA 282-40).

José Joaquim Moreira, solicitando aumento de aluguel — Comprove a anuência do locatário e a alteração de declaração na Prefeitura. (CA 303-40).

J. A. Godinho & Comp., solicitando cancelamento de auto de infração — A Comissão resolveu manter a multa imposta. (CA 366, de 1939).

Antônio da Costa Alves — A Comissão do Abastecimento resolveu manter a multa imposta. (CA 1.023-39).

Porfírio Maria Gonçalves — A Comissão de Abastecimento resolveu manter a multa imposta. (CA 68-40).

Manuel Carvalho de Oliveira — A Comissão do Abastecimento resolveu manter a multa imposta. (CA 1.020-39).

Retificação

Dia 25 de janeiro de 1940

José Paz Salgado, solicitando permissão para aumentar o aluguel do sobrado sito à rua Senhor dos Passos n. 158 — A Comissão concede o aluguel de 500\$0 mensais (CA 295-40).

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portaria de 18 de janeiro de 1940, foi designada Marília Ferreira, nomeada, por decreto dessa mesma data, Escriurário, de classe E, do quadro único deste Ministério, para, uma vez empossada no referido cargo, ter exercício no Serviço do Pessoal.

Por portaria de 26 de janeiro, foi designado Sílvia Niemeyer Barreira Cravo, nomeado, por decreto dessa mesma data, Escriurário, de classe E, do quadro único deste Ministério, para, uma vez empossado no referido cargo, ter exercício no Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Por portaria de 14 de dezembro de 1939, o Diretor do Serviço do Pessoal, usando da atribuição que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e à vista do que dispõe o art. 54 do Decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938; resolveu, de acordo com a alínea a do art. 162 e nos termos da primeira parte do art. 165 do referido Decreto-lei, conceder a Zeno de Faria Cardoso, Auxiliar de Escrita de 3ª classe da Secretaria de Estado, com exercício no Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 45 (quarenta e cinco) dias de licença, para tratamento de saúde, a contar de 14 de novembro último. (Processo n. M.T.I.C. 26.436-39).

Por portaria de 30 de janeiro de 1940, o Diretor do Serviço do Pessoal, usando da atribuição que lhe confere o n. IX do art. 153 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, resolveu, de acordo com a alínea a e o § 3º do art. 162 e nos termos da primeira parte do art. 165 do referido Decreto-lei, conceder ao Oficial Administrativo, classe I, Alvaro de Moura e Melo, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação à que lhe foi concedida por portaria de 12 de janeiro corrente. (Processo MTIC 774-40).

Dia 26 de janeiro de 1940

Processos despachados:

Processo n. 3.107-40, relativo ao pedido de licença, para tratamento de saúde, do Escriurário XII, Mário do Carmo de Negreiros Saia Lobato. — Resolvo conceder sessenta (60) dias de licença, a partir de 29-1-40.

Processo n. 3.103-40, relativo ao pedido de licença do Servente V, Carlos Rodrigues Segura, para tratamento em pessoa de sua família. — Resolvo conceder oito (8) dias de licença, a partir de 24-1-40.

Processo n. 3.088-40, relativo à inspeção médica, do artífice de 3ª classe Joaquim Gomes de Carvalho. — Resolvo conceder sessenta (60) dias de licença, a partir do dia 2 de janeiro corrente.

Processo n. 3.089-40, relativo à inspeção médica do escriurário XII, extranumerário, João Ferreira Leite Júnior. — Resolvo conceder quarenta e cinco (45) dias de licença, a partir de 26-1-40.

Dia 30

Moisés de Andrade, Contínuo de classe G, solicitando sejam abonadas as faltas dos dias 20 a 26 do corrente mês, uma vez que as mesmas foram causadas por motivo de nojo. (Processo n. 3.076 de 1940). — Defiro, de acordo com o parecer.

Dia 20

Offícios:

Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional do Trabalho:

N. 1-SP-188 — Apresentando o Praticante de escritório VI, Edite Cunha Magalhães, designada para ter exercício naquele Departamento.

Dia 29

Ao Diretor do Departamento Nacional do Trabalho:

N. 1-SP-236 — Comunicando que a licença concedida a Carlinda Martins, Auxiliar de escritório XIII, terminou a 2 e não a 4 de dezembro último.

— Ao Sr. Diretor do Serviço de Contabilidade:

N. 31SP-242 — Remetendo a comprovação da aplicação dada ao adiantamento da importância de 110:000\$0 (cento e dez contos de réis), recebido em 11 de novembro do ano próximo passado pelo Oficial administrativo, classe J, do quadro I do Ministério da Educação e Saúde, Antônio Argemiro Swenson, para atender ao pagamento das despesas decorrentes do comparecimento do Brasil à 2ª Conferência do Trabalho dos Estados da América Membros da Organização do Trabalho, realizada em novembro último, em Havana.

— Ao Sr. Inspetor da 18ª Inspetoria Regional:

N. 1-SP-245 — Apresentando o praticante de escritório Célio Aires da Bôa Morte, que passará a ter exercício naquela Inspetoria, devendo ser designado para servir em Juiz de Fora.

— Ao Sr. Director do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho:

N. 1-SP-246 — Comunicando, de ordem do Sr. Ministro, que o auxiliar de escritório X, Tecla Fernandes da Costa, foi designada para estagiar na 18ª Inspeção Regional, afim de auxiliar os serviços de estatística que se processam naquella Inspeção.

— Ao Sr. Director do Departamento Nacional da Propriedade Industrial:

N. 1-SP-247 — Remetendo a portaria de 22 de janeiro corrente pela qual foram concedidos ao Escriurário, classe F, Gustavo Alberto Accioli Doria, 90 dias de licença para tratamento de interesses particulares.

— Ao Sr. Presidente da Comissão de Eficiência:

N. 1-SP-243 — Remetendo 91 boletins de merecimento e solicitando restituição.

RETIFICAÇÃO

No officio n. 1-SP-232, publicado no "Diário Oficial" de 30-1-40 pág. 1.819, onde se lê: "Official Administrativo, classe J, bacharel Aristofanes Monteiro de Barros Lima", leia-se: Oficial Administrativo, classe J, bacharel Aristofanes Monteiro de Barros Barbosa Lima.

Dia 19 de janeiro de 1940

Processos despachados:

Processo n. 3.100-40, relativo a licença do Merceologista, Moacir Correia Macedo. — Concedo cinco (5) dias de licença, a partir do dia 19-1-40.

Dia 26

Processo n. 3.094-40, relativo a licença do Oficial Administrativo K, Amado Benigno. — Concedo vinte (20) dias de licença, a partir do dia 22-1-40.

Processo n. 3.095-40, relativo a licença do auxiliar de 1ª classe, Alzira Stela Monteiro. — Concedo cinco (5) dias de licença, a partir do dia 24-1-40.

Por portaria n. 2, de 8 de janeiro de 1940, o Inspetor da 14ª Inspeção Regional, tendo em vista o disposto no art. 233, Capítulo III do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, resolveu reprimir o auxiliar de 1ª classe, contratado, Gilberto de Lima Guimarães, por haver desobedecido ordens emanadas daquela Inspeção.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. DIRECTOR

Dia 23 de janeiro de 1940

Antônio da Conceição, reclamando férias contra Pimenta de Melo & Comp. (DNT. 1.696-40 — P. 12.430-39); Paládio Francisco Cintra, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio contra Companhia Fiação e Tecidos Confiança Industrial (DNT. 1.700-40 — P. 11.845-39); Luiza Ferreira Gusmão, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio e férias contra Davi Mendes (DNT. 1.705-40 — P. 9.105-39); Alcides Rufino, reclamando salários contra Empresa Conservadora de Predios e Assistência Predial (DNT. 1.699-40 — P. 5.935-39); Osório Pinheiro da Gávea, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio e férias de um período contra Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha (DNT. 1.698-40 — P. 3.067-39); Otávio Policarpo do Nascimento, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio e pagamento das férias contra José Bouças (DNT. 1.689-40 — P. 2.781-39); Demerval Carlos do Val, reclamando dispensa sem aviso prévio contra J. Gomes (DNT. 1.697-40 — P. 2.617-39); João Cardoso, reclamando férias contra Manuel Ferreira de Lemos (D.N.T. 1.695-40 — P. 2.295-39); José de Melo Madeira, reclamando suspensão injusta sem tempo determinado contra Panificadora Andaraí Limitada (DNT. 1.690-40 — P. 1.995-39); Alair Muniz, reclamando dispensa sem justa causa contra Antônio Moreira de Sousa (DNT. 1.694-40 — P. 911-39); Antônio Nazaré Pinto, reclamando dispensa sem justa causa, sem aviso prévio e férias contra Adriano Batista de Carvalho (DNT. 1.694-40 — P. 485, de 1939); Antônio Gomes de Santana, reclamando dispensa sem aviso prévio e pagamento de salários atrasados contra Artur Negri (DNT. 1.706-40 — P. 8.805-38); Luiz Franca, reclamando dispensa sem aviso prévio contra Antenor Barcelos (DNT. 1.704-40 — P. 8.919-37); Fernando Goni Calvo, reclamando contra A Construtora Manuel Pereira, Ltda. (DNT. 1.693-40 — P. 121-39); José Silva, reclamando dispensa sem aviso prévio contra Renato Lira (DNT. 1.692-40 — P. 19-39); Américo Dias, reclamando dispensa sem aviso prévio contra Esteves & Simões (DNT. 1.687-40 — P. 10.825-38); Fernando Benvenuto, reclamando férias contra Dr. Jacinto Alves da Silva (DNT. 1.688-40 — P. 8.657-38); Arnaldo Lopes Clemêncio, reclamando dispensa sem justa causa, salários atrasados e férias contra União Panificadora Leopoldinense, Ltda. (DNT. 1.701-40 — P. 7.519, de 1938) e Jandira Jardim Kobylinski, reclamando dispensa sem justa causa contra José Maria Campos (DNT. 1.703-40 — P. 499-36). —

"Não tendo a reclamada cumprido a decisão nem satisfeito o pagamento da taxa legal de 2 % como destes autos consta, imponho-lhe, de acordo com o disposto na letra a) do art. 2º do Decreto n. 24.732, de 14 de julho de 1934, a multa de 200\$00 (duzentos mil réis) grau mínimo. A Procuradoria, para os devidos fins".

Felishino da Mota Freire, reclamando dispensa sem justa causa aviso prévio e férias contra Sociedade Brasileira de Urbanismo S.A. (DNT. 1.702-40 — P. 5.783-39). — "Não tendo o reclamante satisfeito o pagamento da taxa legal, condeno-o, nos termos do art. 2º, alínea b), do Decreto n. 24.742, de 14-7-34, à perda, pelo prazo de seis meses, a contar da data da intimação deste despacho, do direito de apresentar reclamação ou queixa a qualquer órgão deste Ministério, com excessão do recurso relativo ao julgamento em questão. Comuniquem-se a quem de direito, inclusive o sindicato, e intimem-se o reclamante. A Procuradoria".

EXPEDIENTE DO SR. PROCURADOR GERAL

Processos despachados

Dia 20 de janeiro de 1940

Teidolino Nolasco Soares, reclamando dispensa e percentagens contra Alfredo Siqueira & Comp. (P. 11.74-39). — "Arquive-se, por findo".

Adolfo Pereira Ferreira, reclamando suspensão contra Anglo-Mexican Petroleum Co. Ltda. (P. 11.846-39). — "Instaure-se o inquérito competente, sendo designado para presidir-lo o Procurador Adjunto Miliades Gonçalves, servindo como escrevente o esuriturário Lúcio de Andrade".

Dia 19 de janeiro de 1940

A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, pedindo extração de guia (D.N.T. 13.363-39/P. 6.423-38). — Defiro o pedido de fls. 11, na conformidade do parecer retro. Expeça-se a guia requerida.

A. J. Teixeira & Cia., comunicando que o Sr. Carlos Moller abandonou o serviço (D.N.T. 23.455-39 P. 12.097-39). — Instaure-se o inquérito competente, sendo designado para presidir-lo o procurador adjunto Henrique Camargo, servindo como escrevente o oficial administrativo José Bento Queiroz.

União dos Operários em Fábricas de Tecidos, reclamando contra Companhia Fábrica S. Salvador (D.N.T. 603-39/P. 5.132-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

João Pereira da Costa, envia esclarecimentos. (D.N.T. 28.414 de 1939 P. 12.242-39). — De acordo. Archive-se.

Dia 22

Manuel Luiz Caldas, reclamando pagamento de meses de salários atrasados contra Santa Fé Laboratórios (P. 5.311-39). — De acordo. Cumpra-se a lei do selo.

Cia. Imobiliária Kosmos, pedindo abertura de inquérito. (D.N.T. 22.306-39/P. 5.678-39). — De acordo com o parecer supra, archive-se.

Jorge Antunes Rosa, reclamando o cumprimento do disposto no artigo 10 do Decreto 22.035 contra a firma Cia. Nacional de Propaganda. (D.N.T. 12.241-37 P. 5.438-37). — Aguarde-se. Em virtude do despacho do Sr. procurador geral fica o processo aguardando o comparecimento do reclamante para que tenha andamento.

Arnaldo Estrela e outros, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio, salários atrasados e férias contra S/A Rádio Tupi (P. 5.823-38). — Archive-se, de acordo com a informação supra.

Instituto de Socorros Médicos, comunicação (D.N.T. 22.005-39 P. 773-40); Lab. J. Goulart Machado & Cia. Ltda., comunicação (D.N.T. 24.202-39 P. 771-40); Lab. J. Goulart Machado & Cia., comunicação (D.N.T. 25.607-39 P. 770-40); Lab. J. Goulart Machado & Cia. Limitada, comunicação (D.N.T. 25.303-39 P. 752-40); Netoyosol Ltda., comunicação (D.N.T. 26.631-39 P. 746-40) e Antônio Lopes de Amorim Diniz, reclamando dispensa sem justa causa, salários atrasados e comissões contra Casino Balneário Atlântico. (D.N.T. 1.072-40 P. 743-40). — Cumpra-se a lei do selo.

Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, comunicação (D.N.T. 28.648-39 P. 12.314-39); Luiz Derene & Irmãos, comunicação relativa ao empregado Francolino Moacir Santos (D.N.T. 28.660-39 P. 12.312 de 1939); Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, pedindo informações relativas à Madeleine Grenir Schayer (D.N.T. 29.832-39 P. 485-40); J. P. Chaves, comunicação relativa ao empregado Rubens Teixeira Mendes (D.N.T. 28.048-39 P. 12.016-39); Cia. Calçado Bordalo, comunicação (D.N.T. 26.323-39 P. 12.319-39); Braga & Woolman Ltda., comunicação (D.N.T. 25.414-39 P. 12.320 de 1939); Companhia Sousa Cruz, comunicação (D.N.T. 24.266-39 P. 12.323-39); Bernard Tatter & Companhia, comunicação (D.N.T. número 24.264-39 P. 12.324-39); Coelho Duarte & Cia., comunicação (D.N.T. 23.667-39 P. 12.326-39); Carlos Laubisch & Hirth, comunicação (D.N.T. 23.064-39 P. 12.328-39); Bárbara Sociedade Anônima, comunicação (D.N.T. 22.811-39 P. 12.329-39); Antônio P. Correia Vargues, comunicação (D.N.T. 23.344-39 P. 12.330-39); Frederico Meissl, comunicação (D.N.T. 23.550-39 P. 12.331-39). — Archive-se, como proposto.

Dia 23

Abram Brinkman & Cia., pedindo audiência para o pagamento de custas (2%) do processo n. 10.974-39 (D.N.T. 659-40 P. 10.974 de 1939). — Defiro o pedido retro, nos termos do parecer supra. Ao Serviço de 2%, para os devidos fins.

João José Pereira, reclamando dispensa sem justa causa, pagamento das férias contra Seminário São José (P. 11.222-39); Antônio Custódio da Silva, reclamando dispensa sem justa causa e férias contra M. Vodret & Cia. (P. 11.217-39); Mariano de Oliveira Teixeira, reclamando dispensa sem aviso prévio e diferença de salários contra Auto Viação do Cruzeiro do Sul (P. 11.172-39); Moisés Grava, reclamando dispensa sem justa causa, pagamento de 2 períodos das férias contra Pedro Pinheiro Jobim (P. 11.323-39); José Pinto Flores, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio e férias contra Fraifeld & Gleiser (P. 11.558-39); Antônio Barbosa da Silva, reclamando suspensão por tempo indeterminado contra Aragão & Alves (P. 11.752-39); Jorge Alves de Sousa e outros, reclamando salários atrasados contra Soc. Cooperativa dos Chauffeurs do Rio de Janeiro (P. 11.800-39) e Mário Fernandes Pires, reclamando dispensa sem justa causa, aviso prévio e salários retidos contra Osvaldo Schuback (P. 11.933-39). — Arquite-se, por findo.

Morgira Neto & Cia. Ltda., comunicação (D.N.T. 29.811-39 P. 616-40); José Gonçalves, comunicação (D.N.T. 26.835-39 P. 624 de 1940); Sociedade Industrial de Máquinas Fekima Ltda., comunicação (D.N.T. 27.342-39 P. 626-40); Paulo Proença & Cia. Ltda., comunicação (D.N.T. 22.794-39 P. 631-40); Mercedes do Brasil Ltda., comunicação (D.N.T. 27.258-39 P. 643-40); Zamponi Filho & Cia., comunicação (D.N.T. 28.187-39 P. 654-40) e Muszynski, Ferreira & Cia., comunicação (D.N.T. 22.813-39 P. 696-40). — Cumpra-se a lei do selo.

Dias & Andrade, comunicação (D.N.T. 22.787-39 P. 12.143 de 1939); Cruz Filho & Cia. Ltda., comunicação (D.N.T. 26.647-39 P. 12.399-39); Comercial Metropolitana S/A., comunicação (D.N.T. 22.439-39 P. 12.377-39); F. P. Veiga & Faro Filho, comunicação (D.N.T. 21.649-39 P. 12.372-39); Davi da Costa, comunicação (D.N.T. 22.199-39 P. 12.141-39); Carlos Wehrs & Cia., comunicando abandono de emprego do Sr. Alvaro da Cunha (D.N.T. 28.533-39 P. 12.309-39); Natália Neuhert, comunicação (D.N.T. 26.748-39 P. 12.148-39) e Alvaro P. da Silva, comunicação (D.N.T. 27.022 de 1939 P. 12.451-39). — Arquite-se, como proposto.

Dia 24

Jose Anjos de Almeida, pedindo vista do processo n. 6.174-39 (D.N.T. 1.271-34 P. 3.449-38). — Dê-se à vista requerida.

EXPEDIENTE ASSINADO PELO SR. PROCURADOR GERAL

Primeiras notificações

Dia 26 de janeiro de 1940

Aos Srs. Rezende & Justino Ltda.:

N. 99 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis), pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter cumprido a decisão da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento, nem pago as custas relativas ao Processo 10.135-38, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Aos Srs. Paulo Proença & Cia. Ltda.:

N. 100 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis), pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter pago as custas relativas ao Processo 5.575-38, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Empresa Circo Liliptutiano Ltda.:

N. 101 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis), pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter cumprido a decisão da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento, nem pago as custas relativas ao Processo 11.512-39, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Srs. Dolabela Portela & Cia. Ltda.:

N. 102 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis), pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter cumprido a decisão da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, nem pago as custas relativas ao Processo 1.145-38, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Aos Srs. Oliveira & Moraes:

N. 103 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis), pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter cumprido a decisão da Quinta Junta de Conciliação e Julgamento, nem pago as custas relativas ao Processo 8.927-38, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Laboratório Imex Ltda.:

N. 104 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis), pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter cumprido a decisão da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, nem pago as custas relativas ao Processo 8.409-38, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Ao Sr. Valter Doring:

N. 105 — Comunicando que foi multada em 200\$0 (duzentos mil réis) pelo Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho por não ter cumprido a decisão da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, nem pago as custas relativas ao Processo 8.577-38, cabendo recurso nos termos do Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, combinado com o art. 2º parágrafo único, do Decreto-lei n. 1.743, de 4 de novembro de 1939.

Segundas notificações

Ao Sr. Antônio Hermínio dos Santos:

N. 6 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao Processo 10.853-38.

Ao Sr. José Spinelli:

N. 7 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao Processo 6.831-38.

Ao Sr. A. Américo Antônio Pinha:

N. 8 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao Processo 10.629-38.

Ao Sr. Manuel Alves de Oliveira:

N. 9 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao Processo 8.593-38.

Ao Sr. Cruz Junior:

N. 10 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao Processo 7.377-38.

Ao Sr. A. Pedro:

N. 11 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao Processo 9.014-38.

— Ao Sr. José Nunes da Silva:

N. 12 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativo ao processo n. 6.395-38.

— Ao Sr. Osvaldo Schuback:

N. 13 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 1.325-38.

— Ao Sr. José Horácio:

N. 14 — Solicitando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 6.259-38.

— Ao Sr. Leopoldo Ferreira:

N. 15 — Solicitando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 1.063-39.

— Sra. Naie Prebost:

N. 16 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 3.771-39.

— Ao Sr. Jaime Valdemar Camanho:

N. 17 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 1.719-39.

— Ao Sr. J. V. de Araújo:

N. 18 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 10.927-38.

— Aos Srs. Eduardo Carú & Cia.:

N. 19 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 10.057-38.

— "A Nação":

N. 20 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 8.197-38.

— Ao Sr. Vicente Businaro:

N. 21 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 5.773-38.

— Ao Sr. Miguel Lirang:

N. 22 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 8.783-38.

— Ao Sr. Adriano Vieira:

N. 23 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 6.661-38.

— Sociedade Mineira de Transporte:

N. 24 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 7.857-38.

— Construtora Continental Ltda.:

N. 25 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 8.519-38.

— Aos Srs. G. Barreto & Cia.:

N. 26 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 9.195-38.

— Ao Sr. J. A. Dantas:

N. 27 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 5.021-38.

— Sucursal "La Prensa":

N. 28 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 1.638-39.

— Ao Sr. André Bezerra dos Santos:

N. 29 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa que lhe foi imposta pelo Sr. diretor, relativa ao processo n. 10.299-38.

INSPETORIA

EXPEDIENTE DO SR. INSPETOR CHEFE

Multas impostas:

De acordo com o art. 5.º do Decreto n. 24.637, de 10-7-34.

DNT. 27.329-39 — Osvaldo Nunes — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com os arts. 5.º e 36.º do Decreto n. 24.637, de 10-7-34:

DNT. 26.936-39 — Antônio Adão Pereira — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com o art. 1.º do Decreto n. 22.033, de 29-10-32:

DNT. 25.877-39 — A. L. Correia & Cia. — 100\$0 (cem mil réis). Em 24-1-40.

DNT. 25.882-39 — A. Caldeiras — 100\$0 (cem mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com o art. 32 do Decreto n. 22.033 de 29-10-32.

DNT. 27.290-39 — D. V. Galvão & Cia. — 100\$0 (cem mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com os arts. 6.º e 32.º do Decreto n. 23.104, de 19-8-33:

DNT. 21.092-39 — R. Gomes & Ferreira — 100\$0 (cem mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com o art. 1.º do Decreto n. 24.696 de 12-7-34:

DNT. 26.671-39 — Crisostomo & Costa Ltda. — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com o art. 3.º do Decreto n. 24.696, de 12-7-40:

DNT. 27.101-39 — Pereira & Peco — 100\$0 (cem mil réis). Em 24-1-40.

De acordo com o art. 32 do Decreto n. 20.291, de 12-8-31:

DNT. 16.723-39 — H. Palatinic & Cia. — 100\$0 (cem mil réis). Em 24-1-40.

DNT. 18.172-38 — José Maria dos Santos — Cumpra-se a Lei do Selo nos documentos de fls. 3 e 6. Em 24-1-40.

DNT. 23.660-39 — R. Pereira — Cumpra-se a Lei do Selo nos documentos de fls. 5, 6 e 7. Em 24-1-40.

DNT. 845-40 — F. Moraes & Gomes. — Cumpra-se a Lei do Selo. Em 24-1-40.

DNT. 12.704-39 — Adriano & Azevedo. — Cumpra-se a Lei do Selo. Em 24-1-40.

DNT. 8.532-39 — Academia Científica de Beleza Mme. Campos Ltda. — Retifique a relação de empregados, afim de produzir os efeitos legais. Em 24-1-40.

DNT. 15.968-39 — Normando Castelo Branco Araujo — Em vista das informações, torno improcedente o auto de fls. 2, determinando o arquivamento do processo. Em 24-1-40.

DNT. 14.848-39 — Luiz Gonçalves Segundo — Em vista das informações, torno improcedente o auto de fls. 2, determinando o arquivamento do processo. Em 24-1-40.

DNT. 835-39 — A. Dias Ribeiro — Em vista das informações, torno improcedente o auto de fls. 2, determinando o arquivamento do processo. Em 24-1-40.

DNT. 27.975-39 — Pereira & Ribeiro — Em vista das informações, torno improcedente o auto de fls. 2, determinando o arquivamento do processo. Em 24-1-40.

DNT. 27.705-39 — Benedito da Silva Pereira. — Em vista das informações, torno improcedente o auto de fls. 2, determinando o arquivamento do processo. Em 24-1-40.

Convenções deferidas:

De acordo com o art. 10 do Decreto n. 22.033, de 29-10-32:

DNT. 29.508-39 — F. Oliveira & Cia. Ltda. — Em 24-1 de 1940.

DNT. 452-40 — Pirie, Vilares & Cia. Ltda. — Apresente a requerente, instrumento de mandato. Em 24-1-40.

Convenções indeferidas:

DNT. 1.056-40 — D. Lima Costa & Cia.

Convenções arquivadas:

DNT. 26.774-39 — M. Machado da Rocha.

DNT. 27.303-39 — João Siqueira & Cia.

DNT. 23.555-39 — M. T. Flores.

DNT. 26.759-39 — Manuel Maia & Cia.

DNT. 28.213-39 — Rocha Júnior & Irmão.

DNT. 28.938-39 — Augusto Miguez.

Processos arquivados:

DNT. 23.226-35 — Pedro Lopes Ribeiro.

DNT. 51.023-36 — Damasceno & Salembi.

DNT. 48.581-37 — Silva Nunes & Cia.

DNT. 20.109-39 — Matos Rocha & Cia.

DNT. 20.340-39 — Basenclever & Cia.

DNT. 609-40 — Fluminense Foot-ball Club.

DNT. 5.387-39 — Cervejaria Ocidental Ltda.

DNT. 12.310-38 — D. Lima Costa & Cia.

DNT. 28.036-39 — Banco do Brasil.

DNT. 28.180-39 — 3.ª Junta de Conciliação e Julgamento.

DNT. 29.098-39 — Pereira Lima & Cia. Ltda.

DNT. 29.651-39 — A. M. Fernandes.

DNT. 30.103-39 — Banco da Província do Rio Grande do Sul.

DNT. 30.124-39 — Banco de Crédito Geral.

DNT. 30.128-39 — Banco Nacional de Descontos.

DNT. 30.131-39 — The National City Bank of New York.

DNT. 30.178-39 — The Royal Bank of Canada.

DNT. 30.181-39 — H. Fontoura.

DNT. 30.183-39 — F. Póvoas & Cia.

DNT. 30.188-39 — The National City Bank of New York.

DNT. 170-40 — Banco Hipotecário Lar Brasileiro.

DNT. 227-40 — Machine Cottons Ltd.

DNT. 229-40 — Banco de Nova York.

DNT. 249-40 — Banco Comercial do Estado de São Paulo.

DNT. 661-40 — Ana Paiva Holanda.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 20 de dezembro de 1939

Solicitando identificação:

SIP. 42.587/39 — Apresente autorização do C.I.C. para trabalhar no perímetro urbano.

Solicitando vista de processo:

SIP. 35.223/39 — Concedo a vista requerida. A Quarta Divisão para aguardar por 5 dias.

Dia 23

SIP. 1.417/40, 32.260/39. — Arquite-se.

Dia 24

Ns. 18.832/39 — 13.818/39 — 15.681/39 — 16.300/39 — 45.484/39 — 43.600/39 — 42.884/39 — 18.852/39 — 18.794/39 — 19.345/39 — 19.298/39 — 19.265/39 — 19.077/39 — 18.861/39 — 19.055/39 — 12.809/39 — 1.125/40 — 61/40 — 775/40 — 24.808 de 1939 — 24.611/39 — 24.793/39 — 24.680/39 — 24.821/39 — 24.666 de 1939 — 24.762/39 — 14.893/38 — 12.381/39 — 12.803/39 — 12.990/39 — 12.424/39 — 12.323/39 — 12.329/39 — 12.324/39 — 12.169/39 — 17.631/38 — 38.462/39. — Arquite-se.

Dia 24

Joaquim Vieira da Silva, reclamando contra a firma Companhia Luz Steárica. (SIP. 43.095/39). — Tendo em vista o disposto no artigo 13 do Decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, e o que ficou apurado neste processo, imponho à "Companhia Luz Steárica", estabelecida à rua Benedito Ottoni, n. 19/23, a multa de 200\$0 (duzentos mil réis), prevista no parágrafo 2º do art. 10, do Decreto número 22.035, de 29 de outubro de 1932, por ter se recusado a anotar devidamente a carteira profissional pertencente a Joaquim Vieira da Silva.

SIP 29.809-39 — Deferido, arquivando-se a seguir.

Solicitando registro de livros:

SIP 38.071-39 — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

Dia 25

Solicitando transferência de firma:

SIP 42.050-39 — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

Solicitando transferência de firma e de local:

SIP 1.261-40 — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

Solicitando transferência de firma e substituição de livros:

SIP 46.339-40 — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

Solicitando transferência de firma e substituição de livros:

SIP 42.407-39 — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

Solicitando registro de jornalista:

SIP 23.367-39 — Deferido, em face das informações.

Dia 26

Solicitando transferência de firma e continuação de registro:

- SIP 2.454-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando transferência de firma e de local:
 SIP 2.790-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando transferência de firma:
 SIP 2.704-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando transferência de firma e substituição de livros:
 SIP 2.534-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando transferência de local:
 SIP 2.607-40, 2.798-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando transferência de firma:
 SIP 2.795-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando registro de livros:
 SIP 2.372-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando registro de livros:
 SIP 2.366-40 — Aguarde-se o comparecimento do interessado. Solicitando continuação de registro:
 SIP 2.824-40. — Providencie-se como proposto. Solicitando registro de livros:
 SIP 2.166-40. — Preliminarmente apresente o instrumento de mandato. Solicitando substituição de livros:
 SIP 545-40. — Deferido. Feitas as anotações, archive-se. Solicitando registro de livros:
 SIP 2.479-40, 2.471-40, 2.478-40, 2.460-40. — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

Notificações expedidas:

Ao Sr. Vicente Olivetti:
 N. 9 — Notificando ter sido multada em 200\$0 (duzentos mil réis), nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, por infração do mesmo artigo 10 (SIP 36.421 de 1939).

A Sra. Olga Azanha d'Oliveira:
 N. 10 — Notificando ter sido multada em 200\$0 (duzentos mil réis), nos termos do § 2º do art. 22 do Decreto n. 57 de 20 de fevereiro de 1935, por infração do mesmo artigo 22 (SIP 31.374-39).

Arrecadação efetuada pela Tesouraria em 20 de janeiro de 1939, a saber:

Decreto n. 22.035 de 29-10-1932 (Carteiras profissionais)

Art. 5º	435\$0
Art. 9º	35\$0
Art. 9º parágrafo único	70\$0
	540\$0

Decreto n. 22.489 de 22-2-1933 (Registro de livros)

Art. 4º	50\$0
---------	-------

Decreto n. 23.581 de 13-12-1933

Art. 2º	9\$0
Total	599\$0

Dia 22

Decreto n. 22.035 de 29-10-1932 (Carteiras profissionais)

Art. 5º	1:010\$0
Decreto n. 22.489 de 22-2-1933 (Registro de livros)	
Art. 4º	130\$0

Decreto n. 23.581 de 13-12-1933

Art. 2º	111\$0
---------	--------

Decreto n. 57 de 20-2-35 (Registro de quinquês)

Art. 3º	30\$0
---------	-------

Total	1:314\$0
-------	----------------

Dia 23

Decreto n. 22.035 de 29-10-1932 (Carteiras profissionais)

Art. 5º	620\$0
Art. 9º	75\$0
Art. 9º parágrafo único	70\$0
	765\$0

Decreto n. 22.489 de 22-2-1933 (Registro de livros)

Art. 4º	155\$0
---------	--------

Decreto n. 23.581 de 13-12-1933

Art. 2º	76\$0
---------	-------

Total	996\$0
-------	--------------

Confere. — Alfredo Lima Gomes.

Visto. — Antonio Bento, intendente em comissão.

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de janeiro de 1940

Offício n. 106, de 19 de janeiro de 1940, do Sr. diretor do S. E. P. T., solicitando providências para que o estatístico, classe I, Ari Carlos dos Reis e Sousa, seja considerado em serviço externo, afim de que possa colaborar nos trabalhos do levantamento do Cadastro Predial desta capital. — Falar o S. P.

José Teixeira de Carvalho, auxiliar da Comissão de Salário Mínimo do Estado do Rio Grande do Norte, pleiteando sua transferência para o Estado da Paraíba (processo S. E. P. T. n. 91-40). — Como parece ao diretor do S. E. P. T. Transmite-se ao interessado.

Associação de Imprensa Periódica Paulista solicitando a remessa de publicações (processo S. E. P. T. n. 90-40. — Arquivar-se. Este despacho refere-se à informação seguinte: "Cumprido que foi o respeitável despacho de fls., conforme se vê na informação supra, tenho a honra de propôr a V. Ex. o arquivamento do presente processo."

Departamento Nacional de Indústria e Comércio

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Offícios expedidos

Dia 18 de janeiro de 1940

Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal:

Ns. 69 e 70 — Comunicando que os escriturários G e F Marino Lemgruber Neto e Carlos Gerasso, entraram no exercício de suas funções nos dias respectivos.

N. 71 — Comunicando férias funcionários.

N. 72 — Remetendo o requerimento do escriturário E, deste Departamento, Léo Lima e Silva Afonseca requerendo de S. Ex. o Sr. ministro do Trabalho, sua exoneração do quadro dos funcionários deste Ministério.

N. 73 — Comunicando que o servente C deste Departamento, Otávio Cerqueira, ora servindo no Conselho Federal de Comércio Exterior, deixou de assinar o ponto no dia 30 e de rubricar a saída do dia 29 de dezembro último, por se encontrar em serviço externo em proveito do mencionado Conselho.

— Ao Sr. ministro:

N. 75 — Sugerindo troca dos serventes, João Silva Borges e Jacinto Bernardino de Sena.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal:

N. 76 — Sugerindo transferir para este Departamento o escriturário F Pedro Paiva.

— Ao Sr. Virgílio Nazareli, São Paulo:

N. 77 — Remetendo dados estatísticos.

— Ao Sr. P. Cappio & Comp. — São Paulo:

N. 78 — Informando o valor mensal da folha de pagamento solicitada por esta Repartição.

— Ao Sr. Morjá Silva — Nilópolis, E. do Rio:

N. 79 — Remetendo questionário de Registro Industrial.

— Ao Sr. diretor do Serviço de Contabilidade:

N. 80 — Remetendo boletim da renda arrecadada por este Departamento.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Material:

N. 81 — Comunicando que os cartazes de propaganda do Serviço de Seda ainda não chegaram a este Departamento.

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial:

N. 83 — Remetendo o ofício da Companhia Telefônica Brasileira.

— Ao Sr. diretor do Departamento de Estatística e Publicidade:

Offício n. 81.

Dia 19

Aos Srs. inspetores das Alfândegas de Santos, São Paulo; Rio de Janeiro; Paranaguá, Paraná:

Ns. 85 a 97 — Remetendo marca de exportação apresentada pelas firmas Fritz Johansen; Faber & Co. Ltda.; Antônio Gonçalves; Sabel & Comp.; Max Wirth e Fritz Sumbeck.

Dia 20

Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial:

N. 98 — Comunicando relação das cópias fotostáticas necessárias à 1ª Seção deste Departamento.

Departamento Nacional de Imigração

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de janeiro de 1940

Processos despachados:

Sorani Armando (8.572-39). — Cumpra a portaria 2.676, de 26-9-939.

Dia 24

Antonieta Finzi (8.662-39), Clélia Almágia Beer (8.664-39). — Compareçam para esclarecimentos.

Hans Krauchi (8.663-39). — Satisfaca as exigências do art. 5º da portaria 2.676, de 26-9-939.

Sandor Horti (8.588-39). — Cumpra a portaria 2.676, de 26-9-939.

Dia 25

Charles Dona Mc. Coy (8.564-39), Wolf Heinz Silberberg (8.665-39), Chaim Benelowiez (8.676-39), Siegfried Mueller (8.679-939), Joseph Berend (8.709-39), Estevão Gaspar (8.717-39). — Cumpram a portaria 2.676, de 26-9-939.

Franz Eisenstein (8.526-39), Nicolau Hage Chain (8.670-39), Alfred Sternberg (8.671-39), Kurt Karol Pollak (8.672-39). — Satisfacam a portaria 2.676, de 26-9-939.

Lona Samaschkewitz (7.527-39). — Restitua-se o passaporte ao interessado.

Margarida Levi Frankenthal (8.669-39). — Aguarde-se o parecer do DNI. 8.668-39.

Marguerita Polacco Corinaldi (8.708-39). — Aguarde o processo de permanência do marido.

Hugo Frankenthal (8.668-39). — Compareça para esclarecimentos, a respeito do termo de contrato.

Eva Mang (8.678-39), Rosália Barla (8.718-39). — Compareçam para esclarecer a situação do marido, no território nacional.

Erminia Levi Beer (8.666-39). — Compareça para apresentar esclarecimentos a respeito da situação do marido, no território nacional.

Auna Klappholz-Oya (8.700-39). — Compareça para esclarecer qual a situação do marido no território nacional.

Dia 26

Pierina Ghiglini (8.674-39), Barakat Jorge Safady (8.719-39). — Compareçam para esclarecimentos.

Baruelho Sonntag (8.673-39). — Cumpra o art. 5º da portaria 2.676, de 26-9-939.

Dia 27

Gerhad Orgler (8.720-39). — Cumpra a portaria 2.676, de 26-9-939.

Erich Angustin (8.732-39), Léo Faldini (8.728-39). — Satisfacam a portaria 2.676, de 26-9-939.

Jorge Gaspar (8.722-39). — Satisfaca a exigência.

Edith Orgler (8.729-39). — Compareça para esclarecer a situação do marido no território nacional.

Hans Rosenfeld (8.522-39). — Satisfaca a exigência.

Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização

EXPEDIENTE DO SR. SECRETÁRIO GERAL

Dia 12 de janeiro de 1940

Ao Sr. diretor-gerente da Metrópole, Companhia Nacional de Seguros de Acidentes do Trabalho:

S.G. 83 — Comunicando classificação de lesão relativa ao acidente sofrido pelo operário Joaquim S. Coelho, devendo ser aplicado ao caso o número cento e cinco (105), índice oito (8). (Proc. n. 7.606-39.)

— Ao Sr. inspetor de Seguros da 5ª Circunscrição — S. Paulo:

S.G. 84 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido pelo operário Joaquim S. Coelho, devendo ser aplicado ao caso o número cento e cinco (105), índice oito (8). (Proc. n. 7.606-39.)

— Ao Sr. gerente da Meridional, Companhia Nacional de Seguros de Acidentes do Trabalho:

S.G. 85 — Comunicando classificação de lesão sofrida pelo operário Augusto Machado da Silva, devendo ser aplicado ao caso o número vinte e nove (29), índice dezessete (17). (Proc. número 7.613-39.)

Dia 16

Ao Sr. diretor da Garantia Industrial Paulista:

S.G. 87 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma Elekeiroz S. A., à taxa de 2,8 % para o pessoal operário e da tarifa para o de escritório. (Proc. n. 110-40.)

— Ao Sr. gerente da firma Elekeiroz S. A. — S. Paulo:

S.G. 88 — Idem.

— Ao Sr. diretor da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

S.G. 89 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à Companhia Brasileira de Eletricidade "Siemens Schuckert S. A.", à taxa de 2,1 % para o pessoal operário. (Proc. n. 141-40.)

— Ao Sr. gerente da Companhia Brasileira de Eletricidade "Siemens Schuckert S. A.":

S.G. 90 — Idem.

— Ao Sr. gerente da firma Paulo Azevedo & Comp. — Nesta:

S.G. 91 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual àquela firma, à taxa de 1 % para o pessoal operário. (Proc. n. 138-40.)

— Ao Sr. gerente da Companhia Garantia Industrial Paulista — S. Paulo:

S.G. 92 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma Paulo Azevedo & Comp., à taxa de 1 % para o pessoal operário. (Proc. n. 138-40.)

— Ao Sr. gerente da firma Otis Elevator Company — Nesta:

S.G. 93 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual àquela firma, à taxa de 3 % para o pessoal operário e da tarifa para o de administração. (Proc. número 143-40.)

— Ao Sr. diretor da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

S.G. 94 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma Otis Elevator Company, à taxa de 3 % para o pessoal operário e da tarifa para o de administração. (Proc. n. 143-40.)

— Ao Sr. diretor da Garantia Industrial Paulista:

S.G. 95 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à Fábrica Condor, à taxa de 3 % para o pessoal operário e da tarifa para o de escritório. (Proc. n. 139-40.)

— Ao Sr. Paul F. Buckup — Fábrica Condor — S. Paulo:

S.G. 96 — Idem.

— Ao Sr. diretor da Companhia de Seguros Minas-Brasil — Belo Horizonte — Minas:

S.G. 97 — Comunicando retificação de classificação de lesão, em aditamento ao ofício n. 1.543, ficando a mesma alterada para o número noventa e sete (97), índice três (3). (Proc. n. 6.169-39.)

— Ao Sr. gerente da S. A. White Martins — Nesta:

S.G. 98 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual àquela firma, à taxa de 3 % para o pessoal operário e da tarifa para o de escritório. (Proc. número 142-40.)

— Ao Sr. diretor da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

S.G. 99 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma S. A. White Martins, à taxa de 3 % para o pessoal operário e da tarifa para o de escritório. (Proc. n. 142-40.)

— Ao Sr. gerente da Companhia Cervejaria Brahma — São Paulo:

S.G. 100 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual àquela companhia, à taxa de 2,5 % para os operários, e taxas da tarifa para os empregados de escritório (processo n. 6.118-39).

— Ao Sr. diretor-gerente da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros:

S.G. 101 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à Companhia Cervejaria Brahma, à taxa de 2,5 % para operários e taxas da tarifa para empregados de escritório (processo n. 6.118-39).

— Ao Sr. diretor-gerente da Meridional — Companhia Nacional de Seguros:

S.G. 102 — Solicitando informações sobre a natureza do trabalho executado na firma Nestor Carvalho, para ser classificada a lesão sofrida pelo operário Constantino Carvalho (processo n. 7.837, de 1939).

— Ao Sr. inspetor regional do Trabalho — Niterói — Estado do Rio:

S.G. 113 — Comunicando que os acordos referentes aos acidentes ocorridos naquela cidade, deverão ser visados pelos fiscais deste Departamento (processo n. 6.130-39).

Dia 18 de janeiro de 1940

Ao Sr. inspetor regional do Trabalho — Belo Horizonte — Minas Gerais:

S.G. 118 — Comunicando classificação de lesão sofrida pelo operário Manuel Gonçalves Rocha, devendo ser aplicado ao caso o número duzentos e quarenta e seis, índice seis (processo n. 7.506-39).

— Ao Sr. diretor-gerente da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros — Nesta:

S.G. 119 — Comunicando classificação de lesão sofrida pelo operário Manuel Gonçalves Rocha, devendo ser aplicado ao caso o número duzentos e quarenta e seis (246), índice seis (6) (processo n. 7.506-39).

— Ao Sr. diretor-gerente da Cooperativa de Seguros de Acidentes do Trabalho — Nesta:

S.G. 120 — Comunicando classificação de lesão em referência à consulta constante do ofício n. 251, devendo ser aplicado ao caso

o número duzentos e vinte (220), índice seis (6) (processo n. 7.495, de 1939).

— Ao Sr. gerente da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros:

S.G. 121 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido pela operária Eunice Arruda, devendo ser aplicado ao caso o n. 165 e o respectivo índice da 1ª Divisão das Tabelas de Invalidéz Permanente (processo n. 7.703-39).

— Ao Sr. diretor da Sociedade Cooperativa de Seguros Operários em Fábricas de Tecidos — Nesta:

S.G. 122 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido pelo operário Saturnino Ferreira, devendo ser aplicado ao caso o número cento e sessenta e oito (168), índice três (3) (processo n. 7.863-39).

— Ao Sr. gerente da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros:

S.G. 123 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido por Djalma de Sousa, devendo ser aplicado ao caso o número duzentos e quarenta e sete (247), índice três (3) (processo n. 7.839-39).

— Ao Sr. gerente da Segurança Industrial:

S.G. 124 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido pelo operário Osvaldo Ramos, devendo ser aplicado ao caso o número trezentos e sessenta e três, índice um (processo n. 7.394-39).

— Ao Sr. inspetor de seguros da 6ª Circunscrição — Porto Alegre — Rio Grande do Sul:

S.G. 125 — Comunicando que, em relação ao ofício n. 548, daquela Inspetoria, sobre classificação de lesão, o resultado paradoxal encontrado provém de um erro de impressão das Tabelas de Invalidéz Permanente (processo n. 3.550-39).

Dia 19

— Ao Sr. diretor da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

S.G. 126 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma Irmãos Sence, à taxa de 2,1 % mais o adicional local de 20 % para o pessoal operário (processo n. 147-40).

— Ao Sr. gerente da firma Irmãos Sence — Canopus — Estado do Rio:

S.G. 127 — Idem.

— Ao Sr. gerente da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros:

S.G. 128 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma Surugy e Colle, a taxa de 10 %, mais o adicional local de 20 % para o pessoal operário. (Processo n. 150-40).

— Ao Sr. gerente da firma Surugy & Colle — Curitiba, Paraná:

S.G. 129 — Idem. (Proc. n. 150-40).

— Ao Sr. inspetor de Seguros da 1ª Circunscrição — Belém, Pará — 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Circunscrições:

S.G. 130 — Circular — Comunicando incursão nas sanções previstas no Decreto-lei n. 5, de 13 de novembro de 1937, à firma Mauricio Rozenbrach, ficando assim, a mesma proibida de transigir com as repartições públicas. (Proc. n. 1.258-40).

— Ao Sr. gerente da Comp. Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

S.G. 131 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à firma Corneta & Comp., às taxas de 3,2 % para o pessoal operário e da tarifa para o de escriturário. (Proc. n. 145-40).

— Ao Sr. gerente da firma Corneta & Comp. — São Paulo:

S.G. 132 — Idem. (Proc. n. 145-40).

— Ao Sr. inspetor de Seguros da 5ª Circunscrição — São Paulo:

S.G. 133 — Transmitindo despacho do Sr. diretor geral, relativo à férias regulamentares do fiscal de seguros Gontau Costa, as quais o mesmo terá direito depois de completado um ano de exercício das funções que exerce. (Proc. n. 8.057-39).

— Ao Sr. gerente da Comp. Fábrica de Botões e Artefatos de Metal — Nesta:

S.G. 134 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual àquela Comp., à taxa de 2,5 % para o pessoal operário. (Proc. n. 146-40).

— Ao Sr. diretor da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes:

S.G. 135 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à Comp. Fábrica de Botões e Artefatos de Metal, à taxa de 2,5 % para o pessoal operário. (Proc. número 146-40).

Dia 20

— Ao Sr. inspetor de Seguros da 2ª Circunscrição — Recife, Pernambuco:

S.G. 138 — Devolvendo fichas de declaração de família afim de serem as mesmas completadas. (Proc. n. 7.308-39).

— Ao Sr. gerente da Comp. Comércio e Construções S.A. — Nesta:

S.G. 139 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual àquela Comp., à taxa de 9,5 % para o pessoal operário. (Proc. n. 151-40).

— Ao Sr. diretor da Segurança Industrial — Comp. Nacional de Seguros:

S.G. 140 — Comunicando homologação da decisão da C.P.T., concedendo tarifação individual à Comp. Comércio e Construções S.A. à taxa de 9,5 % para o pessoal operário. (Proc. n. 151-40).

— Ao Sr. inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição — Porto Alegre, Rio Grande do Sul:

S.G. 141 — Comunicando nomeação de José Andino Monaco e Oliveira Pereira, para agentes da Comp. Adriática de Seguros, no Estado do Rio Grande do Sul. (Proc. n. 5.839-39).

Dia 22

Ao Sr. inspetor de Seguros da 5ª Circunscrição — São Paulo:

S.G. 144 — Solicitando remessa a este Departamento dos documentos comprovantes das despesas recolhidos por aquela Inspetoria, devendo os mesmos ser acompanhados de ofícios para cada natureza de despesa. (Proc. n. 3.761-39).

Dia 23

Ao Sr. inspetor de Seguros da 1ª Circunscrição — Belém, Pará:

S.G. 150 — Solicitando informações das escriturações da Agência da Companhia "Segurança Industrial", sobre apólice de acidente do trabalho emitida a favor de Ferreira de Oliveira & Sobrinho. (Proc. n. 298-40).

— Ao Sr. inspetor de Seguros da 1ª Circunscrição — Belém, Pará:

S.G. 151 — Comunicando classificação de lesão relativa a consulta constante do ofício n. 566 daquela Inspetoria, devendo ser aplicado ao caso o número trezentos e quarenta e quatro, índice três. (Proc. n. 7.537-39).

— Ao Sr. gerente da Metrópole Comp. Nacional de Seguros:

S.G. 152 — Comunicando classificação de lesão em referência a consulta constante do ofício de 27 de novembro último daquela Comp., devendo ser aplicado ao caso o número noventa e seis (96), índice três (3). (Proc. n. 7.361-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 5ª Circunscrição — São Paulo:

S. G. 153 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido pelo operário João Barbuio, devendo ser aplicado ao caso o número noventa e seis (96), índice três (3). (Processo 7.361-39).

— Ao Sr. Inspetor Regional do Trabalho — Niterói — Estado do Rio:

S. G. 154 — Comunicando classificação de lesão referente ao acidente sofrido pelo operário João Alves, devendo ser aplicado ao caso o número duzentos e quarenta e nove, índice três. (Processo 7.966-39).

— Ao Sr. Diretor da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros:

S. G. 155 — Idem.

— Ao Sr. Gerente da Cooperativa de Seguros de Acidentes no Trabalho:

S. G. 157 — Comunicando classificação de lesão em referência à consulta constante do ofício n. 258, daquela Companhia, devendo ser aplicado ao caso o número cento e quarenta e oito (148), índice um (1). (Processo 7.590-39).

— Ao Sr. Diretor da Segurança Industrial — Companhia Nacional de Seguros:

S. G. 158 — Comunicando classificação de lesão relativa ao acidente sofrido pelo operário Manuel Luiz, devendo ser aplicado ao caso o número trezentos e quarenta e um (341), índice quinze (15). (Processo 8.073-39).

S.G. 159 — Comunicando classificação de lesão relativa ao acidente sofrido pelo operário Manuel Sousa Ferreira, devendo ser aplicado ao caso o número duzentos e onze (211), índice um (1). (Processo 7.781-39).

S. G. 160 — Comunicando classificação de lesão relativa ao acidente sofrido pelo operário Anadeu Pires Ribeiro, devendo ser aplicado ao caso o número trinta e um (31), índice dois (2). (Processo 7.704-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição — Porto Alegre — Rio Grande do Sul:

S. G. 161 — Comunicando classificação de lesão relativa ao acidente sofrido pelo operário Antônio Bravatto, devendo ser aplicado ao caso o número cento e dois (102), índice vinte e um (21). (Processo 40-40).

S. G. 162 — Comunicando classificação de lesão em referência ao ofício de 4 de dezembro daquela Inspetoria, devendo ser aplicado ao caso o número trezentos e sete (307), índice vinte e três (23). (Processo 8.058-39).

Dia 25

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição — Porto Alegre — Rio Grande do Sul:

S. G. 167 — Comunicando nomeação de Carlos P. Baunhardt, para Inspetor de Riscos da Companhia de Seguros "Protetora". (Processo 321-40).

S. G. 168 — Comunicando nomeação de Pedro Moraes Filho, para Inspetor de Riscos da Companhia de Seguros "Protetora". (Processo 274-40).

S. G. 169 — Comunicando nomeação de Manoelito F. Soares para Inspetor de Riscos da Companhia de Seguros "Protetora". (Processo 273-40).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 2ª Circunscrição — Recife — Pernambuco:

S. P. 170 — Comunicando nomeação de Ventura & Comp., para agentes no Estado do Ceará, da Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho "Atlântica". (Processo 5.335-39).

S. G. 171 — Comunicando nomeação de J. Castro para agente da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado de Alagoas. (Processo 5.335-39).

S. G. 172 — Comunicando nomeação da firma Bonfim & Comp., para agentes da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado de Amazonas. (Processo 5.335-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 6ª Circunscrição — Porto Alegre — Rio Grande do Sul:

S. G. 173 — Comunicando nomeação de Lotário Hermann, para agente da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado de Santa Catarina. (Processo 5.335-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 3ª Circunscrição — Salvador — Bahia:

S. G. 174 — Comunicando nomeação de Vivaldo Freiras, para agente da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado de Sergipe. (Processo 5.335-39).

S. G. 175 — Comunicando nomeação de Alfredo Joaquim de Carvalho, para agente da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado da Bahia. (Processo 5.335-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 2ª Circunscrição — Recife — Pernambuco:

S. G. 176 — Comunicando nomeação de Amadeu Sousa, para agente da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado da Paraíba. (Processo 5.335-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 5ª Circunscrição — São Paulo:

S. G. 177 — Comunicando nomeação das Fábricas Fontana Limitada, para agentes da "Atlântica", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, no Estado do Paraná. (Processo 5.335-39).

— Ao Sr. Inspetor de Seguros da 2ª Circunscrição — Recife — Pernambuco:

S. G. 178 — Comunicando nomeação de Abelardo Alves Fernandes para agente da Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho "Atlântica", no Estado de Pernambuco. (Processo 5.335, de 1939).

Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal

RESUMO DA AUDIÊNCIA DO DIA 30 DE JANEIRO DO ANO DE 1940

Bacharel Newton da Silva Lima, presidente — Antônio Monteiro Garcia, vogal dos Empregadores — Cori Peixoto, vogal dos Empregados — Tina Vita, secretária.

Processos:

DNT. 581-J-1932 — João Rodrigues reclamando contra Lamas & Matos, por dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 180\$0. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 763-A-1932 — Aurelino da Silva Cardoso reclamando contra Gráfica Kosmos, salários vencido. — Arquivar em 1:600\$0. Ambas as partes deixaram de comparecer. Pagas as custas pelo reclamante.

DNT. 640-J-1932 — José Camanho Peres reclamando contra Albino J. André, dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 93\$3. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 72-F-1933 — Francisco Lourenço Martins reclamando contra Eurico Amorim, por dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 200\$0. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 7.010 de 1933 — Moacir do Nascimento reclamando contra M. Pereira de Castro, por dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 300\$0. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 9.025 de 1933 — Luiz Torres reclamando contra a firma São Jorge S/A, dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 80\$0. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 410-F-1933 — Francisco José de Matos Guaiba reclamando contra Garcia & Lopes, dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 300\$0. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 15.982 de 1933 — Joaquim da Silva Cristo reclamando contra Peres Soares, dispensa sem prévio aviso. — Arquivar em 270\$0. Pagas as custas pelo reclamante. Ambas as partes deixaram de comparecer.

DNT. 25.389 de 1935 — Avelino J. da Costa reclamando contra Antônio Gonçalves, por abandono de emprego. — Arquivar em 250\$0. Pagas as custas pelo reclamado. O reclamado deixou de comparecer.

DNT. 15-A-1932 — Artur Araújo Machado reclamando contra José Carvalho, dispensa sem prévio aviso. — Notificar ambas as partes por edital.

DNT. 868-A-1932 — Aladino Ribeiro reclamando contra Flores Alves, por dispensa sem prévio aviso. Notificar ambas as partes por edital.

DNT. 136-J-1932 — João Alexandre de Sousa reclamando contra Santelinho & Valério, dispensa sem prévio aviso. Notificar ambas as partes por edital.

DNT. 79-R-1932 — Roberto Jirowetz reclamando contra Luiz José Esteves, dispensa sem prévio aviso. — Notificar ambas as partes por edital.

DNT. 49-J-1932 — José Portes Saraiva reclamando contra Oliveira & Esteves, dispensa sem prévio aviso. — Notificar ambas as partes por edital.

Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto do Rio de Janeiro

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

RESUMO DA AUDIÊNCIA DO DIA 22 DE JANEIRO DE 1940

Presidente, capitão de mar e guerra Luiz de Barros Falcão — Vogal dos empregadores, Dr. Armando Redig de Campos — Vogal dos empregados, Amauri Duque Estrada — Secretário, Júberto Pires Banqueira de Melo.

Processo: D.T.M. 254-39.

Reclamante: Filomena Belo dos Santos.

Reclamada: Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Decisão: A Junta de Conciliação e Julgamento decidiu, presentes as partes e não havendo conciliação, julgar improcedente o pedido de indenização, por despedida injusta, porquanto o tripulante desembarcou pela causa 8ª do art. 415, do Regulamento das Capitânicas ou seja por estar terminado o seu contrato de engajamento, não tendo os atos de indisciplina a que se refere o processo servido fundamento para o seu desembarque. O reclamado fez-se representar por seu advogado doutor Carlos Garvia de Sousa. Para o efeito da taxa de 2% dá à causa o valor de trezentos mil réis (300\$0). Os interessados tiveram ciência desta decisão na própria audiência.

RESUMO DA AUDIÊNCIA DO DIA 29 DE JANEIRO DE 1940

Processo: D.T.M. 344-39.

Reclamante: Estaciano Lima.

Reclamado: Francisco Santos Viana.

Decisão: A Junta de Conciliação e Julgamento decidiu à revelia do reclamante e não havendo conciliação, julgar improcedente o pedido de indenização por despedida injusta, porquanto o tripulante desembarcou pela causa oitava, do artigo quatorze e quinze, do Regulamento das Capitânicas dos Portos ou seja por estar terminado o seu contrato de engajamento. Para o efeito da taxa de dois por cento (2%) dá à causa o valor de um conto e quatrocentos mil réis (1:400\$0). O reclamado teve ciência desta decisão na própria audiência.

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA N. 4 — SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 12 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira, — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, Bacharel Djalma Monteiro.

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Ofícios:

N. 76, de 3 de janeiro da Divisão do Pessoal, distribuição do crédito de 700\$0, ao Tesouro Nacional, à conta da Verba 1ª — Pessoal, consignação IV — subconsignação 11 — Vencimentos: Para atender, etc. do orçamento para 1939, destinado ao pagamento ao engenheiro meteorologista, classe M. Herminio Malheiros Fernan-

des. da Silva (PG. 40.553). — O Tribunal mandou anotar a distribuição do crédito ao Tesouro Nacional.

N. 77, de 3 do corrente mês, da Divisão do Pessoal, sobre o destaque de 1:567\$7, do crédito "em ser" e sua distribuição à Delegacia Fiscal em Pernambuco, à conta da Verba 1ª-Pessoal — subconsignação I, do mesmo Ministério (PG. 40.535). — O Tribunal mandou anotar a distribuição do crédito, e feito o destaque.

Idem, 904, de 25 de outubro próximo findo, da mesma Divisão, sobre a distribuição do crédito de 3:612\$8, à Delegacia Fiscal em São Paulo, à conta da verba 1ª-Pessoal — subconsignação I do mesmo Ministério (PG. 40.527). — O Tribunal resolveu que se proceda a incorporação do crédito à verba própria, feita a anulação indicada.

N. 13.986, de 26 de dezembro findo, do Departamento de Administração, sobre a anulação e distribuição à Delegacia Fiscal no Estado do Maranhão, dos créditos de 170\$0 e 200\$0, à conta da verba 2ª-Material — subconsignação 34 e 33 quota 09 e 08 (PG. 30.766).

N. 5, de 2 do corrente, do mesmo Departamento, pagamento de 499.980\$0, à Companhia Brasileira de Construções, de obras executadas na Escola Nacional de Agronomia. (PG. 35.296).

N. 10.035, de 9 de outubro último, do Departamento citado, sobre a anulação na Tesouraria do Ministério, e distribuição às Delegacias Fiscais no Pará e Mato Grosso dos créditos de 2:400\$0 e 2:400\$0 à conta da verba 2ª — Material, subconsignação 28, quota 01 (PG. 40.034).

O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

Ministério da Educação e Saúde:

Promoção n. 2, de 8 do corrente, sobre o contrato celebrado pela Escola de Aprendizes Artífices do Rio de Janeiro, com Antônio Gomes Caetano, para execução de obras complementares e de adaptação da mesma escola (PG. 31.134). — O Tribunal mandou arquivar o processo, de vez que o julgamento do contrato é da competência da Delegação no Estado do Rio de Janeiro.

Offícios:

Ns. 41.608, 55 e 64, de 29 de dezembro último e 5 do corrente, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 2.060:092\$3, à Empresa de Construções Gerais Ltda.; 436:700\$0, a Aristides Araújo & Comp., e de 168:204\$6, a Sousa Vieira & Comp., para serviços prestados e fornecimentos (PG. 39.185, 35.456 e 31.108). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 1.757, de 30 de dezembro, da Diretoria do Domínio da União, com o processo relativo ao contrato de constituição de "emphyteuse" do lote n. 370, da quadra 39, de terrenos acrescidos de marinha, à avenida Rodrigues Alves, nesta capital, celebrado com Bernardino Lopes de Almeida (PG. 31.014). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que aludem os pareceres.

Ns. 717 e 921, deste mês, da Comissão Central de Compras, pagamento de 614:037\$7, a Standard Oil Company of Brasil e réis 619:763\$9 a Sousa Sampaio & Comp. Ltda., por fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 40.444 e 38.564). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas, *sob reserva*.

Ns. 715, 861, 1.101, 863, 913, 953 e 1.668, deste mês, da Comissão Central de Compras, pagamento de 444:320\$0 a Standard Oil Company of Brasil, 108:000\$0 a J. A. Sardinha, sucessores, réis 157:500\$0 a Alexandre Ribeiro & Comp., 138:166\$3 a Aços Fenix Ltda. e outros, 123:611\$2 a Castro Sobral & Comp., 359:500\$0 a Mendes Junior & Comp., e de 368:700\$0 a Barros Batista & Comp., de fornecimentos a repartições dependentes dos Ministérios da Viação, Justiça, Fazenda e Educação (PG. 40.442, 40.505, 39.507, 40.509, 38.650, 39.179 e 40.609). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processos:

De concessão:

De melhoria de pensão a Aurea Aparecida de Almeida, filha do 3º sargento do Exército, Valfrido Ribeiro de Almeida e a Diná Oliveira Brandão, viúva de Alvaro F. Brandão, capitão da reserva de 1ª classe (PG. 35.204 e 35.206).

De aposentadoria a Benedito Francisco das Chagas, servente de 1ª classe da Fábrica de Pólvora sem Fumaca (PG. 30.205);

De montepio civil a Teresa de Jesus de Sousa Leão Passo, filha solteira maior de José Rodrigues do Passo Neto, 3º escrivão da Alfândega de Recife; a Izabel Campos Mancebo, viúva de Huascar Barata Mancebo, ex-agente da Estrada de Ferro Central do Brasil; a Leonor Ribeiro Coutinho, viúva de Antenor Esposel Coutinho, oficial administrativo, do Quadro IV do Ministério da Viação; a Dalila Fernandes de Campos e outros, viúva e filhos de Rubem Monteiro de Campos, ex-agente da Estrada de Ferro Central do Brasil; e Edressina Perpetua Brant e outros, viúva e filhos de Antônio Ferreira Brant, chefe de seção, aposentado da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Minas Gerais e a Julieta da Costa Camboa,

filha de Hermínio Moreira Campos, 1º marinheiro aposentado da Patromoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (PG. 40.247, 38.475, 40.077, 40.071, 40.241 e 36.720).

De montepio e meio sôdo a Consuelo Piá de Assis Távora, filha casada de Felisberto Piá de Andrade, tenente coronel do Exército (PG. 35.979);

De montepio militar a Henriqueta Van Den Bulek Soares, viúva do 2º sargento do Exército, Elpidio Soares (PG. 35.975).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De pagamento:

De 3.158:833\$1 a Estrada de Ferro Sorocabana, nos termos do Decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933 (PG. 30.083). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa, tendo se declarado impedido o Sr. Ministro Rubem Rosa.

De 132:000\$0 e 108:000\$0 a S. A. Serviços Hollerith, por serviços prestados (PG. 40.068 e 40.058). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas, tendo assumido a Presidência o Sr. Ministro Rubem Rosa, vice-presidente por se haver declarado impedido o Sr. Presidente.

Ministério da Guerra:

Ofício n. 44, de 18 do mês findo, da Subdiretoria de Transmissões do Exército, sobre a restituição da caução de 28:000\$ depositada pela Sociedade Técnica Paulista, como garantia da execução do contrato (PG. 40.037). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.595, de 30 de dezembro próximo findo, pagamento de réis 152:888\$600 a Ferreira Filho & Comp., proveniente de fornecimento a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (PG. 38.434). — O Tribunal recusou registro à despesa, de vez que o empenho respectivo teve lugar antes do registro do crédito pelo Tribunal.

N. 4, de 9 do corrente, sobre o pagamento de 3:846\$900 a S. A. do Gaz, do Rio de Janeiro, por serviços prestados (PG. 13.245). — O Tribunal ordenou o registro da citada despesa.

Ministério das Relações Exteriores:

Avisos:

N. DA25/303.31, de 8 do corrente, sobre o registro do crédito de 200:000\$ e sua distribuição ao Tesouro Nacional à conta do Decreto-lei n. 1.347, de 15 de junho de 1939 (PG. 40.532). — O Tribunal recusou registro à despesa, de acordo com o parecer.

N. CT/771/303.3, de 14 do corrente, sobre o Decreto-lei número 1.851, do dia 9 de dezembro último, que altera sem aumento de despesa o vigente orçamento do mesmo ministério (PG. 34.636). — O Tribunal ordenou o registro do ato constante do Decreto-lei n. 1.851, de 9 de dezembro último e recusou esse expediente à distribuição solicitada, de vez que se acha encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Offícios:

N. 106, de 10 do corrente mês, do Serviço do Pessoal, com a folha de pagamento de gratificações por serviços fora das horas do expediente no mês de agosto último a Tibirigá Beszedita, na importância total de 38\$700 (PG. 40.521). — O Tribunal deixou de ordenar o registro da despesa, de acordo com o parecer, levando-se o fato ao conhecimento do Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministério da Fazenda.

N. 1.098, de 26 de dezembro de 1939, do Conselho de Imigração e Colonização, sobre a distribuição do crédito de 6:300\$ ao Tesouro Nacional, à conta da verba 4ª — Pessoal — III — Ajuda de custo — Anexo 2 (PG. 40.874). — O Tribunal recusou registro à distribuição solicitada, de vez que não é possível o empenho da despesa no período adicional da exercício.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

Ns. 38, 100, 98 e 104, deste mês, pagamento de 732:487\$100 a S. A. do Gás do Rio de Janeiro, 575:000\$000 à Companhia Nacional de Navegação Costeira, 362:500\$000 a The Amazon Telegraph Company Limited e de 814:563\$900 a Companhia Carbonífera de Araranguá, de subvenções e serviços prestados (PG. 39.173, 38.724, 39.564 e 40.837). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

N. 46, de 5 do corrente, comunicando haver sido feito o empenho da despesa decorrente do Decreto-lei n. 1.921, de 28 de dezembro findo, que alterou o orçamento do mesmo Ministério sem aumento de despesa (PG. 35.282). — O Tribunal manteve a decisão denegatória do registro, de vez que o empenho não podia ser realizado antes do registro do crédito respectivo.

N. 4.298, de 30 de dezembro, sobre o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Companhia

Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, para fornecimento de carvão àquela Estrada (PG. 31.036). — O Tribunal recusou registro ao termo aditivo, de vez que está encerrado o ano financeiro dentro do qual deveria ser realizado o fornecimento.

Offício n. 74, de 6 do corrente, do Serviço do Pessoal, sobre o pagamento de 2:893\$400 a Wiggberto de Menezes e outros, funcionários extranumerários da Secretaria de Estado, de gratificações (PG. 38.504). — O Tribunal ordenou o registro da despesa, *se-reserva*.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Offício n. SA. 302-31, de 8 do corrente, da Comissão de Defesa da Economia Nacional, com a cópia do decreto-lei n. 1.945, de 30 de dezembro último, que abre o crédito de 600:000\$000, para despesa da mesma Comissão, no exercício de 1940 (PG. 31.140). — O Tribunal ordenou o registro do crédito e o da sua distribuição ao Tesouro Nacional.

Ministério da Agricultura:

Avisos:

N. 238, de 4 de janeiro, relativo ao termo de prorrogação com modificação do contrato celebrado em 30 de dezembro de 1939 com o Sr. Paulino Ponce Silveira, para utilização dos seus serviços como auxiliar de cinematografista do Serviço de Publicidade Agrícola. (PG. 31.106). — Ordenou-se o registro.

N. 102, de 4 do corrente, sobre prazo para remessa ao Tribunal das tabelas de distribuição de crédito para o corrente exercício (PG. 39.009). — O Tribunal resolveu que oportunamente seja este junto ao processo relativo às tabelas de distribuição de crédito do Ministério da Agricultura.

Offícios:

N. 11.649, de 11 de novembro último, do Departamento de Administração, sobre o Decreto-lei n. 1.702, de 24 de outubro do ano findo, que altera sem aumento de despesa o vigente orçamento (PG. 36.266). — O Tribunal mandou anotar o ato constante do aludido Decreto-lei com a declaração de que já não é mais possível o empenho da despesa, de vez que se acha encerrado o ano financeiro de 1939.

N. 261, de 6 do corrente, do Departamento de Administração sobre a incorporação do crédito de 20:000\$0 ao crédito "em ser" da subconsignação n. 1-Obras Novas da verba 5ª — Pessoal (PG. 35.398).

N. 564, de 10 do corrente, do Departamento de Administração, solicitando reconsideração da decisão proferida sobre o Decreto-lei n. 1.702, de 24 de outubro do ano findo, e solicitando a necessária movimentação de crédito (PG. 38.718).

— O Tribunal mandou baixar os processos à Diretoria para serem devidamente informados, de vez que, em sessão de hoje, foi mandado anotar o ato constante daquele Decreto-lei.

— Ministério da Educação e Saúde:

Offício n. 11.464, de 19 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, distribuição do crédito de 91:016\$3 à Delegacia Fiscal no Estado de Santa Catarina, para pagamento de auxílio, no exercício de 1939, ao Governo do Estado de Santa Catarina, destinado às despesas de instalação do Leprosário do mesmo Estado (PG. 38.953). — O Tribunal ordenou o registro da distribuição de crédito.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 5:920\$0 a Fadlo Fiany e de 2:875\$0 a Renato Guimarães de Sousa Lopes, de dívidas de exercícios findos; de 3:094\$4 ao Lloyd Brasileiro, de transportes em proveito da Diretoria do Domínio da União; de 4:290\$0 a A. Rodrigues Costa, por fornecimentos à Recebedoria do Distrito Federal e de 196\$0 a Dionísio Custódio de Almeida, de restituição (PG. 14.923, 37.084, 37.017, 36.846 e 27.723). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

De 13:520\$0 a Maria Guimarães Ribas, nos termos do Decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933 (PG. 40.255). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa, de acordo com o voto do Sr. Ministro Relator.

De concessão:

De montepio militar a Lídia Salgado de Carvalho, viúva do 1º tenente do Exército Benedito Carvalho (PG. 40.281);

De montepio e meio soldo a Maria Gurgel Lima, filha do 1º tenente reformado da Armada, Francisco Pordeus da Costa Lima (PG. 38.447);

De montepio civil a Otacília Saldanha Abranches, viúva de José Abranches; telegrafista classe H, do Departamento dos Correios e Telégrafos; a Olinda Barbosa Campos e outras, viúva e filhos de Firmino Pereira Campos, condutor de trem aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil, e a Ana Isabel Ferreira, viúva de Ricardo Ferreira Guimarães, ajudante aposentado da Agência dos Correios e Telégrafos de Três Corações; a Edite Duarte Nunes, filha solteira do escrivão da classe K, da Polícia Civil do Distrito Fe-

deral, Nilo Amazonas Duarte Nunes; a Maria Jesuina Pinto dos Santos e outros, filhos de Antônio Pinto dos Santos, 1º escriturário do Tesouro Nacional; a Josefa Alexandrino Rego Monteiro, viúva de José da Costa Rego Monteiro, coletor federal em Goiana, no Estado de Pernambuco, e a Laura Ribeiro Guimarães, viúva de Luiz de Freitas Guimarães, 1º oficial do Supremo Tribunal Federal (PG. 40.051, 40.079, 40.065, 40.524, 34.132, 40.245 e 38.479);

De melhoria de pensão a Didia Machado Fontes, viúva de Enéias C. Fontes, tenente-coronel do Exército; a Branca Rocha Dias Vieira, viúva do 1º tenente comissário da Armada, Joaquim Dias Vieira; a Lucília Esmeralda de Oliveira e Sousa, filha de Manuel da Silva Oliveira, enfermeiro de 1ª classe da Armada; a Isaura Sá e outras, filhas de Manuel Secundino de Sá, tenente-coronel graduado reformado do Exército; a Cristina Gabriela da Costa, viúva do general de brigada e de divisão graduado, reformado, José Laureano da Costa; a Elisa Müller da Rocha, viúva do 2º tenente da reserva de 1ª classe do Exército, Otacilio de Miranda Rocha; a Aspásia de Faria Malcher Serzedelo e outras, viúva e filhas do capitão de fragata da reserva de 1ª classe José Gama Malcher Serzedelo; e a Maria Elisa Drummond Bittencourt, viúva do capitão de corveta reformado Armando Régis de Bittencourt (PG. 35.566, 35.572, 38.129, 35.276, 35.977, 35.202, 35.260 e 35.280).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Aviso n. 1, de 6 do corrente, sobre a distribuição ao Tesouro Nacional do crédito de 20:000\$0 do Decreto-lei n. 912, de 10 de dezembro de 1938, Anexo n. 2 — Conselho de Segurança Nacional (PG. 39.067). — O Tribunal recusou registro à despesa, preliminarmente, por estar encerrado o ano financeiro de 1939.

Offícios:

N. 1.758, de 30 de dezembro, da Diretoria do Domínio da União, com o processo relativo ao termo de constituição de aforamento assinado pelo capitão Adolfo Pereira Maia, do terreno situado em Praia Formosa, distrito de Cabedelo, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba (PG. 31.016). — Convertu-se o julgamento em diligência, para o fim a que alude o Sr. Dr. Procurador.

N. 180, de 3 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 9:248\$0 a Alberto de Araújo & Comp., por fornecimentos ao Ministério da Justiça (PG. 35.176). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, de acordo com os pareceres.

Ns. 360, 470, 718, 465, 474, 864, 866 e 1.065, deste mês, da mesma Comissão, pagamentos de 101:360\$0 a M. J. de Almeida & Comp.; 211:185\$0 e 969:800\$0 à Companhia SKF do Brasil; 107:182\$0 a M. Almeida & Comp.; 548:550\$0 a José Mercadante & Comp.; 142:659\$0 a Willmann Xavier & Comp.; 321:555\$0 a M. H. Rezende & Comp.; e 117:786\$0 a Rodrigues Costa & Comp., por fornecimentos a repartições dependentes dos ministérios da Justiça e da Viação (PG. 39.525, 40.012, 39.223, 40.004, 40.018, 40.511, 40.345 e 39.435). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Telegrama n. 95, de 30 de dezembro último, da Delegação no Estado da Bahia, consultando, em face de ato do Departamento dos Correios e Telégrafos, si é permitido a aquisição de máquinas de escrever e mimeógrafos, à conta da subconsignação n. 1 — Mobiliário, etc., da verba "Material" (PG. 31.048). — O Tribunal resolveu responder à consulta de acordo com o voto do Sr. Ministro Relator.

De pagamento de 99:899\$2 a Willmann Howarth, de dívida de exercícios findos (PG. 32.548). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. SP-1.553, sem data, com a cópia do Decreto-lei n. 1.796, de 22 de novembro último, sobre o crédito especial de 28:800\$0, para pagamento dos vencimentos de 24 oficiais de justiça padrão E (PG. 39.041). — O Tribunal ordenou o registro da distribuição do crédito solicitado.

N. 1.531, de 28 de dezembro findo, adiantamento de 600\$0 a Antônio de Magalhães Bastos, servente D do Arquivo Nacional, para despesas a seu cargo em dezembro próximo findo (PG. 30.037). — O Tribunal recusou registro à despesa, de acordo com o parecer.

N. 12, de 4 do corrente, pagamento a João Luiz Gomes Júnior, de fornecimentos à Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (PG. 38.432). — O Tribunal recusou registro à despesa, de vez que o empenho não podia ser feito antes do registro do crédito respectivo pelo Tribunal.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso 2-SP-177, de 28 de dezembro findo, sobre a distribuição do crédito de 450\$0 às Delegacias Fiscais nos Estados de Alagoas e Pernambuco, para ajuda de custo (PG. 39.059). — O Tribunal recusou registro à despesa, de acordo com o parecer.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Offícios:

N. 46, de 5 do corrente, submetendo à apreciação do Tribunal o assunto a que se refere o art. 9º do Decreto-lei n. 1.909, de 26 de

dezembro findo (PG. 39.001). — O Tribunal resolveu que se proceda de conformidade com o voto proferido pelo Sr. Ministro relator.

N. 2-T, de 5 do corrente, do tesoureiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sobre o pagamento de 643.160\$0 a Gabriel Cardoso Ramalho e outros, fornecedores de lenha e dormentes à mesma estrada, à conta da renda, por ordem da diretoria exarada nos processos ns. 4.957, 4.941, 4.942 e 4.933, de 20, 21 e 22 de dezembro findo, arquivados na tesouraria (PG. 30.195). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de vez que a comunicação de fls. 2 não está assinada pelo próprio tesoureiro da estrada.

N. 940, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, em aditamento ao telegrama n. 3, comunicando autorização ministerial para que a mesma diretoria lance mão das importâncias de 51.300\$0 e 73.400\$0 à conta da renda (PG. 38.470). — O Tribunal resolveu que seja junto o processo a que se refere o parecer.

N. 62, de 6 do corrente, da Diretoria do Pessoal, pagamento de 666\$3 ao Lloyd Brasileiro, de transportes em proveito do Departamento Nacional de Navegação (PG. 39.594). — O Tribunal recusou registro à despesa, pelo fundamento a que alude o parecer.

Avisos:

N. 66, de 6 do corrente, pagamento de 462\$5 à Companhia Paulista de Estrada de Ferro, de transportes (PG. 40.552). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, de acordo com os pareceres.

N. 2.345, de 10 de agosto de 1939, sobre a anulação e distribuição à Delegacia no Rio Grande do Sul, do crédito de 4.644\$7, para pagamento de um escriturário E da Fiscalização dos Portos (PG. 21.107). — O Tribunal nada tem a deliberar, à vista do Decreto-lei n. 1.755, de 9 de novembro último.

N. 80, de 8 do corrente, pagamento de 237.100\$0 à Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, proveniente de medição efetuada em dezembro (PG. 40.546). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

N. 4.299, de 30 do mês findo, com o termo aditivo ao contrato celebrado em 8 de julho de 1939 entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e as companhias Nacional de Mineração do Carvão do Bacro Branco e Brasileira Carbonífera de Araranguá, para o fornecimento de carvão àquela estrada (PG. 31.038). — O Tribunal recusou registro ao aludido termo, por estar encerrado o ano financeiro de 1939, dentro do qual deveria se realizar o fornecimento.

N. 99, de 1 do corrente, pagamento de 460.000\$0 à Companhia Navegação Costeira, de subvenção (PG. 38.720). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para que seja provada a aquisição da quota do carvão nacional, de acordo com o voto proferido pelo Sr. Ministro relator.

N. 4.305, de 30 de dezembro, com a cópia do Decreto-lei número 1.911, de 27 do mesmo mês, que anula as quantias de 150.000\$0 e 250.000\$0 na dotação prevista para o Ministério da Viação no crédito aberto por art. 30 do Decreto-lei n. 1.059, de 19 de janeiro de 1939, referentes às letras a e e do aviso n. 25-gm, de 25 de fevereiro de 1939, dirigido à Estrada de Ferro Central do Brasil e que abre o crédito especial de 40.000\$0 para as despesas feitas por conta das quantias anuladas (PG. 38.258). — Convertem-se o julgamento em diligência, afim de que, previamente, seja feita a necessária anulação no crédito já distribuído.

Relatados pelo Sr. Ministro José Américo:

Ministério da Agricultura:

Offícios:

N. 303, de 8 do corrente, do Departamento de Administração, pagamento de 145.000\$0 a F. Martins de Almeida, proveniente de construção de casas para colônias nos Núcleos Coloniais São Bento e Santa Cruz. (PG. 35.444). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offício n. 11.850, de 30 de dezembro findo, da Divisão de Contabilidade, sobre a distribuição do crédito de 38.253\$6 a Delegacia Fiscal da Baía, à conta a sub-consignação 22 — Verba 1 — Pessoal — Anexo 6 (PG. 35.396). — O Tribunal recusou registro a distribuição por isso que o empenho da despesa foi realizado antes do registro do crédito suplementar.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 488, de 5 de janeiro, da Comissão Central de Compras, relativo ao contrato n. 384, de 16 de novembro de 1939, celebrado entre a Comissão e a firma Marques Couto & Cia., para fornecimento de cobre eletrolítico à Casa da Moeda, com a Exposição do Ministério da Fazenda, em que se encontra o despacho de 2 de janeiro corrente, ao Exmo. Sr. Presidente da República (PG. 31.100). — O Tribunal resolveu que, por intermédio do Ministério da Fazenda, seja dado conhecimento ao Sr. Presidente da República da impossibilidade que há em dar cumprimento ao despacho de S. Ex., de vez que já se acha encerrado o ano financeiro de 1939, dentro do qual deveria se realizar o fornecimento.

N. 18, de 8 de janeiro, da Diretoria do Domínio da União, com o processo relativo aos termos de novação de aforamento, assinados em 27 de novembro último, pela Companhia Construtora e Imobiliária do Rio de Janeiro, dos terrenos acrescidos de marinha dos lotes ns. 578-A, 578-B, 578-C, 578-D, 578-E e 579, da quadra 25, situados a Avenida São Sebastião, Urca, nesta Capital (PG. 31.122). — O Tribunal ordenou o registro.

N. 1.278, de 22 de dezembro, da Delegação no Estado da Baía, com o processo relativo ao contrato celebrado entre a Fazenda Nacional e a Companhia Maragogipana de Eletricidade S. A., para a arrecadação do imposto de energia elétrica (PG. 31.050). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim a que aludem os pareceres.

Ns. 1.102, 716, 461, 714, 475, 815, 1.100, 862 e 1.066, deste mês, da Comissão Central de Compras, pagamento de 102.700\$0 a Alexandre Ribeiro & Cia.; 503.000\$0 a Willmann Xavier & Cia.; 105.000\$0 a Cia. AGA do Brasil; 302.615\$7 a Norton Megaw & Cia.; 1.644.000\$0 a Belmiro Rodrigues S. A.; 182.300\$0 a Cia. Lanston do Brasil S. A.; 142.740\$7 a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas e outros; 116.818\$0 a Pirelli S. A. Companhia Nacional de Condutores Elétricos e de 655.538\$3 a Castro Sobral & Cia., por fornecimentos a dependências dos Ministérios da Viação, Justiça e Fazenda (PG. 33.493, 39.221, 40.002, 40.440, 40.020, 40.415, 39.505, 40.507 e 35.458). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processos:

Da concessão:

De montepio e meio soldo a Anadir Rocha Dantas e outros, filhas do general do Exército Silvério Rocha e a Maria Olga Lassance de Abreu Cruz e outros, filhas do capitão médico do Exército Antônio Francisco dos Santos Abreu (PG. 33.046 e 38.799).

De montepio militar a Maria da Conceição e outro, filhos menores de Adroaldo Paraguassú de Sousa Martins, 3º sargento do Exército e a Maria Joanna do Espírito Santo, 3º sargento do Exército (PG. 40.233 e 38.461).

De montepio civil a Corinta de Melo, filha natural reconhecida de Manuel Tranquino de Melo, escriturário classe F, aposentado, do Quadro VII do Ministério da Fazenda e a Maria de Castro e Sousa, viúva de Teodoro José de Sousa, 2º escriturário aposentado da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (PG. 34.482 e 40.085).

De melhoria de pensão a Brígido Silva dos Santos, viúva do mecânico naval de 2ª classe Antônio Gentil dos Santos; a Adelina de Alvarenga Zaní, viúva de Júlio Ramos Zaní, capitão de mar e guerra; a Estefania Freire de Brito viúva de Flaviano de Brito capitão do Exército reformado; e a Henriqueta Cavalcanti Lima, viúva de Luiz C. Lima, capitão do Exército (PG. 35.270, 35.266, 35.272 e 38.210).

De aposentadoria a Noé de Florambel Pinto Peixoto, consul de 2ª classe; a Ismael Teodoro da Silva, cunhado classe II, do Quadro V do Ministério da Fazenda e a Alvaro Ferreira Cardoso impresso classe G, do Quadro V, do Ministério da Fazenda (PG. 37.429, 40.275 e 40.277).

De pagamento:

De 132.253\$0 a João Leal e 240\$0 a Raimundo Donato, de acordo com o Decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933;

De 6.380\$0 aos herdeiros de Miguel Schaeffer, de indenização (PG. 38.818, 28.100 e 40.253).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

De 406\$5 ao Lloyd Brasileiro, de dívida de exercícios findos (PG. 16.003). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de acordo com o parecer.

De 2.400\$0 ao escriturário "G" do Quadro VII, João Evangelista de Oliveira, de diárias pela designação para coletor federal em São Francisco de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, no período de 18 de abril a 15 de agosto de 1939 (PG. 38.446). — O Tribunal recusou registro a despesa, de acordo com o parecer.

De 132.000\$0 e de 132.000\$0 a S. A. Hollerith, por serviços prestados (PG. 40.062 e 39.153). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas, tendo assumido a presidência o Sr. Ministro Ruben Rosa, vice-presidente por se haver declarado impedido o Sr. presidente.

De concessão de montepio civil a D. Francisca Moreira Caldas, na qualidade de viúva de José Ferreira Caldas, 2º oficial da Escola Militar do Realengo do Distrito Federal, da quota parte que lhe compete (PG. 38.465). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência de acordo com o parecer.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.563, de 27 de novembro último, adiantamento de 3.000\$0 a Alberto Fonseca de Mendonça, chefe de portaria da Imprensa Nacional, para despesas a seu cargo em dezembro findo (PG. 35.418). — O Tribunal recusou registro a despesa, de acordo com o parecer.

N. 17, de 9 do corrente, sobre o pagamento de 9.811\$3 a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro, por serviços prestados (PG. 35.592). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério das Relações Exteriores:

Aviso n. CT-779-303, de 19 de dezembro findo, com a cópia do Decreto-lei n. 1.875, de 14 do mesmo mês, para registro e anulação do

crédito de 50:000\$0 distribuído à Delegacia do Tesouro em Londres, por conta da verba 3ª Sub-consignação n. 4,01 e distribuído a mesma Delegacia de igual importância à conta da verba 1 — sub-consignação 10, 02 (PG. 35.321). — O Tribunal mandou anotar o ato constante do Decreto-lei n. 1.875 de 14 de dezembro último e recusou o registro a distribuição solicitada, de vez que se acha encerrado o ano financeiro de 1939.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofício n. 77, de 8 de janeiro, do Serviço do Pessoal, relativo ao pagamento de 318\$2 a D. Neréa Marques de Andrade Bandeira, auxiliar de escrita de 1ª classe e outros, extranumerários-menzalistas da Secretaria de Estado, proveniente de gratificação (PG. 40.519). — O Tribunal ordenou o registro da despesa *sob reserva*.

Ofícios:

N. 9, de 4 do corrente, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamento de 327:250\$0 a Casa Mayrink Veiga S.A., proveniente da entrega de 7 aviões (PG. 35.406). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

N. 73, de 6 do corrente, do Serviço do Pessoal, sobre o pagamento de 7:463\$0 a Alberto Gomes de Miranda e Silva e outros, funcionários do mesmo Ministério, de gratificações por serviços extraordinários (PG. 38.502). — O Tribunal ordenou o registro da despesa *sob reserva*.

N. 2.628, de 29 de dezembro, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Uberaba, Estado de Minas Gerais, relativo ao contrato celebrado entre a mesma Diretoria e Mozart Machado de Rezende, para arrendamento do prédio situado à rua Horizonte, esquina da rua Mariano de Avila em Araxá, para o funcionamento da agência postal telegráfica da mesma cidade (PG. 29.696). — O Tribunal resolveu continuar o julgamento em diligência, para o fim a que aludem os pareceres.

Relatados pelo Sr. ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Agricultura:

Ofícios:

N. 1.088, de 26 de dezembro findo, da Delegação no Ministério da Agricultura, consultando si a Delegação deve tomar conhecimento e registrar *a posteriori* as ajudas de custo por comissões extraordinárias concedidas anteriormente ao Decreto-lei n. 1.755, de 9 de novembro de 1938 e sobre as quais ainda não se manifestou, ou si essas ajudas de custo, no exercício, já estão subordinadas ao regime do mesmo decreto-lei, isto é, devem ser devolvidos para que a sua apreciação si faça por ocasião da tomada de contas dos tesoureiros e pagadores (PG. 39.935). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao Sr. Dr. procurador.

N. 12.983, de 7 do mês findo, sobre movimentação, de crédito à conta da verba 2ª — Material — II — Material de consumo, 24 semestres etc., na importância total de 9:000\$0 (PG. 8.386). — O Tribunal recusou registro a despesa de acordo com os pareceres.

N. 14.125, de 28 de dezembro findo, do Departamento de Administração, pagamento de 200:000\$0 a Dalabela & Comp. Ltda., pela execução de obras do Aeroporto do Parque do Iguaçu em 1939 (PG. 38.222). — Ordenou-se o registro.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 7, de 2 do corrente, da Divisão do Pessoal, sobre o pagamento de 58\$7 ao médico sanitário Dr. Alcides Figueiredo da Silva Jardim, de diárias (PG. 38.700). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência afim de que seja observado o disposto no art. 32, n. 5 do Decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938, quanto à indicação da importância a pagar, no ofício requisitório.

Ns. 11.390, 11.552, 12.383, 181 e 246, de 14 e 21 de dezembro último, 9 e 10 do corrente, sobre os pagamentos de 425\$3 à Companhia Telefônica Brasileira, 9:580\$0 a Virgílio Guimarães & Comp. Ltda., 2:000\$0 a Rubens Fortes Bustamante Sâ, 163:800\$0 a H. Simon e de 3:010\$0 a Alcebades Portela e outros, de fornecimentos, serviços prestados e gratificações (PG. 34.866, 35.663, 34.990, 34.144 e 34.934). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

Ns. 1.478, 466, 467, 468, 471, 473, 719, 865, 1.420 e 943, deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre os pagamentos de 2:000\$0 a Casa Sousa Batista Ltda., 120:000\$0 a Lincoln Nodari, 120:000\$0 ao mesmo, 152:468\$4 a Companhia Minas do Rio Carvão, 217:404\$0 a José Mercadante & Comp., 277:500\$0 a Fonseca Almeida & Comp. Ltda., 1.134:512\$0 a Standar Oil Company of Brasil, 1.128:897\$0 e 116:460\$0 a Castro Sobral & Comp., por fornecimentos a repartições dependentes dos Ministérios da Viação e Justiça. (PG. 27.491, 40.006, 40.008, 40.010, 40.014, 40.016, 40.446, 40.513, 40.474 e 39.527). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

N. 315, de 4 deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre o levantamento da caução prestada por Petersen, Michalolles &

Comp. Ltda., para garantia de contrato n. 66 e aditivos 312 e 453. (PG. 38.368). — O Tribunal autorizou o levantamento da aludida caução.

Processos:

De pagamentos:

De 178:020\$04 a Martins Júnior & Comp. e outros, por fornecimentos feitos em 1939 a Diretoria do Domínio da União (PG. número 31.306). — Ordenou-se o registro.

De 3:024\$0 ao diretor da Casa da Moeda, José Serôa da Mota, de indenização (PG. 37.992). — O Tribunal recusou registro a despesa, de acordo com o parecer.

De 2:000\$0 a Alvaro Dantas Carilho, de dívida de exercícios findos (PG. 38.412). — O Tribunal recusou registro a despesa de vez que a dívida não foi reconhecida por autoridade competente.

De 418\$6 ao Lloyd Brasileiro, de dívida de exercícios findos (PG. 15.236). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo de vez que não foi interposto pedido de reconsideração dentro do prazo legal.

De 132:000\$0 a Serviços Hollerith S.A., de serviços prestados (PG. 10.056). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa, tendo assumido a presidência o Sr. ministro Ruben Rosa vice-presidente por ser haver declarado impedido o Sr. presidente.

De concessão:

De montepio civil:

A Anadir Alves dos Santos Costa, filha do ex-2º oficial da Administração dos Correios da Baía Poneciano Alves da Costa; a Maria Augusta da Luz e outra viúva e filha de João Antônio da Luz, guarda fidei-jussor da extinta Repartição Geral dos Telégrafos e a Maria de Quadros Lopes e outros, viúva e filhos de Antônio Lopes Filho, telegrafista classe H, do Departamento dos Correios e Telégrafos (PG. 40.243, 40.081 e 32.268). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

A Alzira do Couto Barros Gondim, e outros, viúva e filhos de Raimundo Gomes Gondim, oficial administrativo classe L, do Quadro VII do Ministério da Fazenda (PG. 38.473). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada, oficiando-se ao Tesouro Nacional de acordo com os pareceres.

De melhoria de pensão a Mariana Eugênia da Cunha, viúva do capitão de fragata reformado Manuel Soares da Cunha; a Maria Madalena de Carvalho Machado, viúva do 2º tenente comissionado do Exército, Cromwell Machado; a Luiz Nonato e outro, filhos do 2º sargento João Minas da Silva; a Angelina Garcez Montenegro e outras, filhas do 2º tenente reformado do Exército; a Teófila de Sousa Silveira, viúva do capitão do Exército, João Manuel da Silveira; a Otília Brandão de Oliveira, mãe, viúva do 1º tenente reformado do Exército, José Armando de Oliveira e a Donátia Vilanova Brum e outras, irmãs de Eugênio Porto Vilanova, 2º tenente do Exército (PG. 38.463, 38.485, 38.457, 38.459, 40.083, 35.274 e 35.200).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Guerra:

Ofício n. 8, de 7 do corrente, da Diretoria de Engenharia sobre os contratos celebrados com as firmas R. H. Schroeter e Fonseca Almeida & Comp., para fornecimento de material de sapa (PG. 34.054). — O Tribunal recusou registro ao contrato, por estar encerrado o ano financeiro de 1939, dentro do qual deveria se realizar o fornecimento.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reforma a Jacinto de Holanda Cavalcanti, 1º sargento da Polícia Militar do Distrito Federal (PG. 35.330). — Ordenou-se o registro da concessão.

Aviso DG/2ª-S/11, de 4 de janeiro, pagamento de 154:396\$0 a Soares Lavrador & Comp. Ltda., por fornecimentos a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal em 1939 (PG. 38.430). — O Tribunal recusou registro a despesa porque parte da mesma foi empenhada no período adicional do exercício de 1939.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 178, de 28 do mês findo, distribuição do crédito de 450\$0 à Delegacia Fiscal no Estado de São Paulo, por conta da verba 1ª — Pessoal IV — Gratificações e Auxílios — 7 Ajudas de custo e diárias 02) (PG. 35.300). — O Tribunal recusou registro à despesa por se achar encerrado o ano financeiro de 1939.

Ofício n. 707, de 10 do corrente, do Serviço do Pessoal, sobre o pagamento de 4:629\$6 a Pedro Nolasco Fragoço e outros, oficiais administrativos, de gratificações (PG. 40.523). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa *sob reserva*.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Offícios:

N. 8.204, de 25 de novembro, do Serviço do Pessoal, sobre o Decreto-lei n. 1.647, de 3 de outubro, que reduz de 138:105\$6 a dotação do item 02, sub-consignação 56, consignação IV — da verba 1ª, anexo 8, do orçamento para 1939 e acresce a sub-consignação 51 da mesma consignação item 07) — Departamento de Portos e Navegação com a referida importância (PG. 27.078 e 38.714). — O Tribunal recusou registro ao ato constante do referido decreto-lei, de vez que não existe saldo na verba a que se refere o parecer.

Offício n. 4, de 3 do corrente, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil comunicando que, à conta da renda foi efetuado o pagamento, em virtude de autorização superior, da importância de 47:175\$0 a Leôncio Conceição Néri (PG. 38.436). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de vez que a comunicação de fls. 2, não foi assinada pelo próprio tesoureiro da Estrada.

N. 54, de 6 do corrente, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamento de 114:072\$0 à Companhia Nacional de Navegação Costeira, por serviços prestados (PG. 38.728).

N. 4.109, de 30 do mês findo, do Departamento de Aeronáutica Civil, pagamento de 157:675\$0 a Panair do Brasil S. A., de subvenção pelas viagens realizadas na linha aérea Manaus-Porto Velho, durante os meses de janeiro a abril do ano findo (PG. 39.796).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Avisos:

N. 4.297, de 30 do mês findo, com o termo de 21 do mesmo mês, aditivo ao contrato assinado em 21 de outubro do ano findo, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Companhia Carboífera Rio Grandense (PG. 31.034). — O Tribunal recusou registro ao termo aditivo por estar encerrado o ano financeiro de 1939, dentro do qual deveria se efetuar o fornecimento.

N. 123, de 10 do corrente, sobre o crédito suplementar de réis 100:000\$0, aberto pelo Decreto-lei n. 1.902, de 21 de dezembro último (PG. 31.148). — O Tribunal recusou registro a distribuição do crédito, solicitada, por não ser mais admissível o empenho da despesa, visto estar encerrado o ano financeiro.

N. 103, do corrente mês, pagamento de 1.056:800\$0 à Companhia Carbonífera de Araranguá, de fornecimento de material rodante à Estrada de Ferro D. Teresa Cristina (PG. 40.839). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

Relatados pelo Sr. Ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento:

De 44:152\$0 ao estatístico, classe L. Léo Afonseca, de adicionais e diferenças de quotas de 1934 a 1937 (PG. 35.228). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa tendo sido voto vencido o do Sr. Ministro Ruben Rosa.

De 5:800\$0 ao Dr. Sálvio de Mendonça, de dívida de exercícios findos, a que está junto o ofício n. 400, de 28 de novembro de 1939, da Diretoria da Despesa, pedindo reconsideração da decisão anterior denegatória de registro (PG. 20.328). — O Tribunal reconsiderou a sua decisão anterior para o fim de ordenar o registro da despesa.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. DC/2ª-S/1.100, de 11 de novembro do ano findo, pagamento de 224\$0 a João Artur de Sousa Oliveira, de indenização de despesas feitas (PG. 25.970). — O Tribunal mantém a decisão denegatória de registro, preliminarmente, por ter sido o pedido de reconsideração interposto fora do prazo legal.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Ministro Presidente designou o dia 15 do corrente, às 12 horas, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada

ATA N. 5 — SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 15 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. Ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, Bacharel Djalma Monteiro.

Presentes os Srs. Ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. Ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Offícios:

N. 497, de 9 do corrente, do Departamento de Administração, com a cópia do Decreto-lei n. 1.931, de 29 de dezembro último, que cria a gratificação a ser paga aos membros da Comissão Especial a que se refere o artigo 2º do Decreto-lei n. 893, de 26 de novembro de 1938, e abre o crédito especial de 36:000\$0, para atender às despesas no exercício de 1940. (P. G. 41.073). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito e o da sua distribuição a Diretoria de Contabilidade do mesmo Ministério.

N. 13.787, de 20 do mês findo, da Divisão do Material, sobre a restituição da caução de 50:000\$0 em apólices prestada por Brândão Magalhães & Comp. Ltda., como garantia da execução do contrato (P. G. 39.539). — O Tribunal resolveu que o levantamento da caução independe de sua autorização, uma vez que o contrato respectivo não foi por ele registrado.

N. 727, de 10 do corrente, do Departamento de Administração, relativo ao movimento de créditos a conta da verba 2ª — Material (P. G. 35.632). — O Tribunal resolveu manter sua anterior decisão por subsistirem seus fundamentos.

N. 14.195, de 11 de dezembro findo, do Departamento de Administração, solicitando a distribuição do crédito de 500\$0, à Delegacia Fiscal em Pernambuco, por conta da verba 2ª — Material, Consignação 3ª — Diversas despesas, Sub-consignação 41-09, mediante anulação na Tesouraria do mesmo Ministério (P. G. 31.312).

N. 11.316, de 3 de novembro último, sobre a distribuição do crédito de 2:090\$0 à Delegacia Fiscal em Goiás, por conta da verba 2ª — Material, consignação III — Diversas Despesas — Sub-consignação 39-05) mediante anulação na Tesouraria do mesmo Ministério (P. G. 41.045).

— O Tribunal recusou registro as aludidas despesas de acordo com os pareceres.

N. 2.032, de 10 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 114:917\$3, a Alexandre Ribeiro & Comp. e outros, por fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 40.709). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ns. 1.467 e 1.468, de 10 do corrente, da mesma Comissão, sobre os pagamentos de 410:609\$4 e de 575:446\$2, a N. V. Machinefabriek de Hollandsche IJssel v/h de Jongh & Co., Oudewater Holanda, representada por sua procuradora Sociedade de Máquinas Limitada e outro, por fornecimentos ao Departamento Nacional de Portos e Navegação à Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 35.750 e 35.752). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas sob reserva.

N. 11, de 8 do corrente, do Serviço Regional da Diretoria do Domínio da União, no Estado do Rio de Janeiro, com o processo fichado sob o n. 377-39, relativo ao aforamento do terreno de marinha, desmembrado do lote n. 322, situado na Praia João Caetano, antiga das Flexas, 2º Distrito de Niterói, concedido a Aires Cunha de Andrade (PG. 31.118). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para os fins a que aludem os pareceres.

Processos:

De concessão:

De montepio civil a Maria de Araujo Cardoso e outras, viúva e filhos de Manuel Mauricio Cardoso, escriturário da Estrada de Ferro de S. Francisco; a Licinia Soares de Freitas Tati, viúva de Belarmino Felice Tati, oficial administrativo classe J, da Diretoria Regional dos Correios e Telegrafos do Distrito Federal; a Izolina Gomes Brasinha, viúva de Manuel Licio da Silva Brasinha, porteiro cartorário aposentado da Anfandega de Florianópolis; a Rute Salgado de Matos e outros, viúva e filhos de Gastão Soares de Matos, oficial administrativo classe H, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda e a Maria Sales Pereira, viúva do bagageiro de primeira classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Estação José Pereira (PG. 24.506, 31.298, 40.257, 35.560, e 35.556).

De melhoria de pensão à Mercedes Clemência Teixeira, viúva do sub-oficial da Armada, Horácio Felix Teixeira; Clotilde de Sousa Correia, viúva do major do Exército, Agenor de Medeiros Correia, Lidia Portugal Lorete, filha do capitão intendente de guerra, Gumerindo Portugal Lorete e a Poranci Gonçalves Gameira, filha do General de Divisão, Julio Gonçalves de Azevedo (PG. 31.300, 40.999, 31.290 e 39.577).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De pagamento:

De 2:259\$5 a Tasso Ivo de Oliveira, de vencimentos como preposto de coletor (PG. 41.050). — A Tribunal registrou a despesa de acordo com o parecer.

De distribuição do crédito de 159:597\$9, à Tesouraria da Casa da Moeda, por conta da verba 1ª Pessoal — IV — Gratificações — 25 — Serviços Extraordinários (PG. 39.308). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 1.527, de 30 do mês findo, distribuição do crédito de 7:881\$1, à Delegacia Fiscal no Estado do Ceará, por conta da sub-consignação 14 — Consignação III da verba 1ª — Pessoal (PG. 31.322). — O Tribunal mandou anotar a distribuição de crédito.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

Ns. 138, 139, e 40, de 10 do corrente, pagamento de 9:424\$0, à Companhia Marconi Brasileira; 8:400\$0 à Sociedade Técnica Paulista Limitada e de 2:605\$7, a João Timmers, por serviços prestados (PG. 40.888, 40.890, e 40.892). — O Tribunal recusou registrar as aludidas despesas de acordo com o parecer.

Offício n. 56, de 6 do corrente, do Departamento de Aeronautica Civil, pagamento de 25\$ à S. Paulo Railway Company, por transportes (PG. 38.770). — O Tribunal recusou registro a despesa de vez que não foi junto ao processo o respectivo documento comprobatório.

Relatados pelo Sr. Ministro José Américo:

Ministério da Agricultura:

Offício n. 812, de 10 do corrente, do Departamento de Administração, pagamento de 4:325\$0 à Casa Flora, de fornecimento de coleção de plantas frutíferas à Escola Nacional de Agronomia (PG. 35.986). — O Tribunal recusou registro a despesa de acordo com o parecer.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

Ns. 831 e 832, de janeiro corrente, da Comissão Central de Compras, relativos aos pagamentos de 272:269\$0 a M. A. Avelar e 281:324\$6, a M. H. Rezende & Comp., por fornecimentos feitos em 1939, ao Ministério da Justiça (PG. 40.445 e 40.447). — O Tribunal ordenou o registro das despesas.

Processos:

Do pagamento de 266\$7, a Wilson Krause, de vencimentos relativos a outubro último, como coletor interino, em Lambari, Estado de Minas Gerais (PG. 41.068).

De 1:380\$6 a D. Ester Martins, de vencimentos relativos a julho último, como coletor interino em Rio Negro, Estado do Paraná (PG. 41.064).

De 1:113\$8 a Irineu Mário Budant, de vencimentos relativos a agosto último, como escrivão interino, em Canoinhas, Estado do Paraná (PG. 41.070).

De 527\$2 a D. Julieta Bitencourt Andrade, de vencimentos relativos a julho último, como coletor interino em Rio Branco, Estado do Paraná (PG. 41.062).

O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De 338\$7 à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, por exercícios findos, de transportes efetuados em 1937, em proveito da Inspeção Federal das Estradas (PG. 28.746). — O Tribunal manteve a decisão denegatória do registro, por subsistirem os seus fundamentos.

De concessão:

De aposentadoria ao bacharel Luiz Pinto Duarte e Silva, curador de menores da Justiça local do Distrito Federal; a Artur Oscar Guimarães, inspetor de Previdência, classe L, do Quadro único do Ministério do Trabalho e a Lúcia Barbosa Chaves, telegrafista, classe II, do Quadro III, do Ministério da Viação (PG. 32.410, 31.302 e 4.872).

De pensão especial a Ernestina Gomes, viúva de Bernardino Gomes, mestre de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 40.335).

De melhoria de pensão:

A Dorceina Teixeira Martinez, esposa do 2º tenente convocado do Exército, Oscar Martinez; a Vítia Leão, viúva do 2º tenente do Exército, Emilio Leão; a Wilson Nunes de Menezes e outra, filhos menores do capitão do Exército, Floriano de Menezes; a Olga Bitencourt de Carvalho, viúva do capitão de fragata reformado Otávio Tacito de Carvalho; a Joaquina Rosa Bornhorst, filha do serralheiro

de 1ª classe do Corpo de sub-oficiais da Armada, Manuel Martins da Rosa (PG. 35.278, 40.995, 35.261, 35.262 e 38.145). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

A Iracema de Paula Chaves, irmã do 1º tenente médico do Exército, Francisco de Paula Chaves (PG. 40.229). — O Tribunal ordenou o registro da concessão, recusando esse expediente a despesa classificada, de vez que foi ordenada em importância menor do que a devida.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 880, de 7 de julho último, pagamento de 992\$4 à Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro proveniente de luz fornecida ao Tribunal de Apelação do Distrito Federal (PG. 23.813). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de vez que o pedido de reconsideração foi interposto fora do prazo legal.

N. SP/1.533, de 28 de dezembro do ano findo, sobre a distribuição do crédito de 14:392\$5 à Delegacia Fiscal do Tesouro no Estado de S. Paulo, a conta do Decreto-lei n. 1.231, de 29 de abril do ano findo, da verba 1ª — Pessoal — consignação III — (PG. 31.320). — O Tribunal mandou anotar a distribuição de crédito.

N. 881, de 7 de julho último, pagamento de 121\$5 à Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltd., de fornecimentos de luz ao Tribunal de Apelação do Distrito Federal (PG. 23.811). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de vez que o pedido de reconsideração foi interposto fora do prazo legal.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos ns. 141, 142 e 143, de 10 do corrente, pagamento de réis 8:700\$0 e de 9:660\$0 a João Timmers e de 2:200\$0 a Wilh. Eickhoff, por serviços prestados ao Departamento de Aeronautica Civil (PG. 35.880, 35.882 e 35.884). — O Tribunal recusou registrar as aludidas despesas de acordo com os pareceres.

Offício n. 113, de 10 de janeiro, do Departamento de Aeronautica Civil, relativo ao pagamento de 266:000\$0 à Companhia Nacional de Navegação Aérea, pela entrega de sete aviões "Porterfield" (PG. 31.178). — O Tribunal ordenou o registro da citada despesa.

Relatados pelo Sr. Ministro Bernardino de Souza:

Ministério da Fazenda:

Offícios:

Ns. 1.315, 1.723, 1.933 e 2.090, deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre os pagamentos de 138:500\$0 a Herra Stoltz & Comp., 500\$0 à Empresa Comercial e Importadora Ltda., réis 303:086\$7 à Companhia Carbonífera Rio Grandense e de 117:043\$5 a B. Herzog & Comp. e outros, por fornecimentos ao Ministério da Educação e Viação (PG. 41.204, 41.016, 41.159 e 40.983). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processos:

De pagamento:

De 118:454\$0 a Migueis & Comp., de dívida de exercícios findos. (PG. 21.206). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De 11:032\$5, 13:257\$5, 2:700\$0 e 1:840\$0 a Lino & Comp., por fornecimentos à Casa da Moeda (PG. 41.066, 41.076, 41.090 e 31.318).

De 1:142\$5 a Maria Amélia Lins de Almeida, de 1:272\$7 a Maria Freire Bezerra de Menezes; 2:446\$9 a Atina Noé; 1:808\$6 a Maria Freire Bezerra de Menezes; 333\$3 a Corina Mascarenhas Polonio; 1:130\$0 a Irineu Mário Budant, de vencimentos como prepostos de coletores (PG. 31.354, 31.342, 31.316, 31.356, 31.358, 39.306 e 41.023). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com os pareceres.

De adiantamento de 500\$0 a Milton Rodrigues Dantas, escrivão, classe D, com exercício na Diretoria das Rendas Internas, para despesas a seu cargo no 4º trimestre de 1939 (PG. 30.183). — O Tribunal mandou dar baixa na responsabilidade e determinou se faça a reversão do saldo à verba própria.

De concessão:

De melhoria de pensão a Nair Ferreira Justo Pinheiro e outros, viúva e filhos do Capitão do Exército, Mário Costa Braga, a Maria José Nogueira d'Elly, viúva de Fausto Ferraz d'Elly, major do Exército e a Adelina Guimarães de Faria e Silva, viúva de Artur de Faria e Silva, major reformado do Exército. (PG. 35.568, 31.286 e 40.279). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De aposentadoria a José Aíves Baia, guarda civil de 1ª classe da Polícia do Distrito Federal (PG. 38.738). — O Tribunal ordenou

o registro da concessão constante da apostila lançada no título de inatividade, *sob reserva*.

De montepio civil a Caetana Chaves Leão e outros, viúva e filhos do oficial administrativo, classe I, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, Américo Pinto Leão (PG. 40.229). — O Tribunal ordenou o registro da concessão e o da despesa classificada, oficiando-se ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer da Diretoria.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 1.935, de 27 deste mês, pagamento de 209\$7 ao Lloyd Brasileiro, de transportes (PG. 30.646). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

N. 78, de 10 de janeiro findo, pagamento de 4.044\$2 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (PG. 31.368). — Recusou-se registro à despesa por insuficiência de saldo.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 2.296 de 7 de outubro do ano findo, sobre a anulação no Tesouro Nacional e distribuição à Delegacia Fiscal do mesmo Tesouro no Estado do Ceará, do crédito de 3.600\$0, à conta da verba 1 — Pessoal — sub-consignação 1 (PG. 31.306). — O Tribunal mandou anotar a distribuição do crédito, feita a anulação indicada.

Ofícios:

Ns. 12.224, 3.733 e 1667, de 20 de outubro e 24 de novembro últimos, e de 11 do corrente, da Diretoria do Pessoal, sobre a folha de pagamento de 200\$0 a Paulo Ovídio Gomes, de gratificação por serviços extraordinários (PG. 30.905). — O Tribunal ordenou o registro *sob reserva*.

N. 1.296 de 30 de dezembro findo, da Diretoria do Pessoal, sobre a folha de gratificação de 490\$3 por serviços extraordinários em dezembro ao oficial administrativo K. Júlio Xavier da Silva Moura (PG. 38.929). — O Tribunal ordenou o registro da despesa.

Relatados pelo senhor ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

N. 1.589, de 10 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 127.037\$6 a N. V. Machinefabriek de Hollandsche IJssel v/h de Jongh & Co. Oudewater, Holanda, representada por sua procuradora Sociedade Fornecedora de Máquinas Ltda., e outro, de fornecimentos ao Departamento Nacional de Portos e Navegação (P. G. 38.970). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

N. 1.590, de 10 de janeiro corrente, da mesma Comissão, pagamento de 760.966\$5 a N. V. Machinefabriek de Hollandsche IJssel v/h de Jongh & Co. Oudewater, Holanda, representada por sua procuradora Sociedade Fornecedora de Máquinas Ltda., por fornecimento ao Departamento Nacional de Portos e Navegação (PG. 38.972). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa *sob reserva*.

Processos:

De pagamento de 1.782\$5 a Cláudio Ferreira de Sena, 4.366\$4 a Elvira Ferreira, 551\$5 a Julieta Bittencourt de Andrade, 2.134\$0 a Camilo Batista de Carvalho, 761\$3 a Geraldo Pinheiro de Lima, de vencimentos como prepostos de coletores (PG. 31.346, 41.408, 41.406, 41.404 e 41.092). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com o parecer.

De anulação na Delegacia Fiscal no Estado de Mato Grosso e transferência para o Tesouro Nacional do crédito de 16.787\$6 por conta da verba 1ª — Pessoal — V — Outras despesas de pessoal — 90 — Vencimentos 01) — (PG. 39.300). — O Tribunal mandou anotar a distribuição do crédito ao Tesouro Nacional feita a anulação indicada.

Da concessão:

De aposentadoria a Manuel Lourenço de Magalhães, oficial administrativo classe J, do Quadro III, do Ministério da Justiça (PG. 32.444).

De melhoria de pensão a Zulmira Barradas de Maia Monteiro, viúva do capitão tenente da Armada Joaquim Maia Monteiro e à Ana Pavão de Oliveira, viúva do general de divisão graduado reformado, José Marques Guimarães. (PG. 35.558 e 31.288).

De montepio civil, a Maria de Araujo Tocantins e outros, viúva e filhos do arquivista classe F, do Quadro VII do Ministério da Fazenda; a Cândido de Sousa Rangel e outros, netos de Cândido de

Sousa Rangel, inspetor farmacêutico do Departamento Nacional de Saúde; a Maria Serra do Vale Pereira e outros, viúva e filhos de Vital do Vale Pereira, oficial administrativo classe L, do Ministério do Trabalho; a Alice Cammordelli Mena Barreto, viúva do agente fiscal do imposto de consumo, José Luiz Mena Barreto e a Sarah de Lourdes Pires e outros, filhas de Joaquim Francisco Pires, conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 38.812, 40.225, 40.223, 34.500, 39.304).

O Tribunal ordenou registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Idem, idem à Maria da Conceição da Silveira Feital, viúva de João Batista de Almeida Feital, oficial administrativo classe K, da Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos (PG. 41.098). — O Tribunal ordenou o registro da concessão e o da despesa classificada, oficiando-se ao Tesouro Nacional de acordo com os pareceres.

Idem, idem a Laurinda Avelar Moraes e outras, filhas do servente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Inácio de Moraes (PG. 40.231). — O Tribunal ordenou o registro da concessão e o da despesa classificada em "pensões novas" recusando esse expediente a quota classificada em exercícios findos porque foi ordenada em importância inferior à devida.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 18, de 9 do corrente, sobre o pagamento de 1.708\$5 como indenização ao adjunto do promotor público, do 3º Termo da Comarca de Rio Branco, Território do Acre, Sídney de Moraes e Castro (PG. 39.290). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa *sob reserva*.

N. 47, de 9 do corrente, pagamento de 18.480\$0 a Mesbla S. A., por fornecimentos (PG. 41.075). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa de acordo com os pareceres.

N. 1.543, de 30 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 10.857\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Norte, por conta da verba 1ª — Pessoal — III — Pessoal em disponibilidade, 14 — Disponibilidade, etc. (PG. 31.324). — O Tribunal mandou anotar a distribuição de crédito.

N. 733, de 30 de dezembro último, com a cópia do Decreto-lei n. 1.872, do dia 14 do mesmo mês, que altera sem aumento de despesa o orçamento de 1939 (PG. 35.979). — O Tribunal mandou anotar o ato constante do aludido Decreto-lei oficiando-se ao Ministério de acordo com os pareceres.

N. 1.551, de 30 de dezembro último, sobre a distribuição do crédito de 400.000\$0 à Contadoria do Corpo de Bombeiros, em virtude do ato constante do Decreto-lei n. 1.872, de 14 do mês citado (PG. 38.508). — O Tribunal mandou anotar a distribuição do crédito, de vez que em sessão de hoje, foi anotado o ato constante do aludido decreto-lei.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 47, de 5 do corrente, do Serviço do Pessoal, sobre o pagamento de 1.553\$3 ao engenheiro classe L, do Quadro I, Onório Bicalho Hungria, de ajuda de custo (PG. 40.572). — O Tribunal mandou devolver o processo ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer.

Relatados pelo senhor ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Agricultura:

Aviso n. 1.137, de 12 do corrente, sobre o contrato celebrado entre a Estação Experimental de Cana de Açúcar de Campos e Benedito Belo, para execução de obras (PG. 31.462). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência de acordo com os pareceres.

Ofício n. 9.964, de 6 de outubro último, da Diretoria do Pessoal, sobre a anulação na Delegacia Fiscal no Estado do Paraná, da importância de 2.240\$0 à conta da verba 1ª — Pessoal — 1 — Pessoal Permanente — 1 — Quadro único (PG. 31.310). — O Tribunal determinou a incorporação ao crédito "em ser", feita a anulação indicada.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 12.222, de 7 de dezembro último, da Divisão de Contabilidade sobre a anulação de créditos em diversas delegacias fiscais no total de 372.400\$0 à conta da verba 1ª — Pessoal — consignação I — Pessoal Permanente — sub-consignações 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (PG. 41.025). — O Tribunal determinou que se proceda de acordo com os pareceres.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

Ns. 829, 1.217 e 1.316, de 8 e 9 do corrente, da Comissão Central de Compras, sobre os pagamentos de 127.418\$3 a J. R. Pires & Cia., 180.625\$0 a Fonseca Almeida & Cia. e outros, 204.935\$0 a W.

Mitchell, por fornecimentos a dependências dos Ministérios da Justiça e da Fazenda (PG. 20.445, 41.271 e 40.665). — O Tribunal recusou o registro das aludidas despesas.

Ns. 1.071, 1.364 e 2.010, de 9 e 10 do corrente, da mesma Comissão, pagamento de 48:374\$0 a Egídio Pereira, 13:227\$5 a F. M. Moreira & Cia. e outros e de 7:440\$0 a Olivetti do Brasil S. A., por fornecimentos a dependências dos Ministérios do Trabalho, da Viação e da Fazenda (PG. 20.445, 41.273 e 40.665). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas por impropriedade de classificação.

Processos:

De pagamento:

De 23:277\$0 a Ramão Fagundes de Sousa, nos termos do Decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933 (PG. 36.395). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De 1:300\$1 a Maria Argentina de Albuquerque Moreira, de vencimentos como prepostos de coletor (PG. 23.340). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa, de acordo com os pareceres.

De distribuição do crédito de 24:000\$0 proporcionalmente às Delegacias Fiscais nos Estados do Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por conta do Decreto-lei n. 1.842, de 7 de dezembro último (PG. 31.304). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão:

De aposentadoria a Marino Claudino de Sousa, 1º faroleiro da Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha, e a Rodolfo Montenegro, guarda-fios da classe D, do Quadro III, do Ministério da Viação (PG. 32.379 e 32.592);

De montepio militar a Maria do Carmo da Silva Borges, esposa de Henrique Borges, ex-2º sargento do Exército (PG. 40.237);

De montepio civil a Deolinda Chaves Campos e outros, viúva e filhos de Alfredo de Sousa Campos, remador da Alfândega do Rio de Janeiro, e a Maria Anunciata Fernandes Caldas e outros, filhos de Alecbiades Pereira Caldas, telegrafista de 3ª classe da extinta Repartição Geral dos Correios e Telégrafos (PG. 31.552 e 15.206);

De melhoria de pensão a Amélia Jardim de Matos, viúva de Leopoldo Jardim de Matos, coronel do Exército (PG. 40.997).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Avisos:

N. 20, de 10 do corrente, sobre o pagamento de 54\$5 ao Lloyd Brasileiro, de transportes (PG. 41.420). — O Tribunal manteve a decisão anterior denegatória do registro, de vez que o pedido de reconsideração foi interposto fora do prazo legal.

N. 726, de 5 do mês findo, pagamento de 293\$0 ao Lloyd Brasileiro, de transportes (PG. 34.469). — O Tribunal manteve a decisão denegatória do registro por não ter sido cumprida a diligência anteriormente ordenada.

Processos de concessão de reforma ao 3º sargento Oscar José Pinto, ao cabo Luiz Cúrcio e ao soldado Antônio Cerqueira Rocha, os dois primeiros do Corpo de Bombeiros e o último da Polícia Militar do Distrito Federal. — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. ministro presidente designou o dia de hoje, às 17 horas, para a seguinte sessão, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai subscrita e assinada.

ATA N. 6 — SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 15 DE JANEIRO DE 1940

Presidente do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretária, Bacharel Djahna Monteiro

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ofício n. 13, de 15 do corrente, do Conselho de Imigração sobre a distribuição do crédito de 6:300\$0 ao Tesouro Nacional, por conta da verba 1.ª — Pessoal — IV — Gratificações e auxílios — 3 — Ajudas de custo. (PG. 35.999). — O Tribunal reconsiderou sua anterior decisão para o fim de ordenar o registro da despesa, tendo sido voto vencido o Sr. ministro Rubens Rosa.

Ministério da Agricultura:

Ofício n. 14.326-A, de 30 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 50:000\$0 à Delegacia Fiscal no Estado da Baía, por conta

da verba 3.ª — Serviços e Encargos, mediante anulação na Tesouraria do mesmo Ministério. (PG. 35.338). — O Tribunal mandou anotar a distribuição de crédito feita a anulação indicada.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

Ns. 121 e 122, de 8 do corrente, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 415\$6 e 373\$3 à Rodo Mineira de Vição, de transportes. (PG. 35.926 e 35.930). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas por impropriedade de classificação.

N. 114, de 6 do corrente, da Divisão de Contabilidade pagamento de 157\$2 à Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro, por serviços prestados. (PG. 41.142). — O Tribunal recusou registro à despesa de vez que não foram juntos ao processo os documentos comprobatórios da mesma despesa.

N. 12.851, de 29 de dezembro último, da Divisão do Pessoal, pagamento de 2:532\$0 ao professor catequético Augusto Paulino Soares de Sousa, de diferença de gratificação adicional no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1938. (PG. 31.544). — O Tribunal resolveu mandar devolver o processo ao Tesouro Nacional de vez que o crédito já foi distribuído.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

Ns. 1.191, 1.648, 1.669, 1.903 e 1.963, de 9 e 10 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 1:193\$5 a Heitor Ribeiro & Comp. e outros, 1:190\$5 a Magalhães Suecira & Comp. Ltda., 515:280\$0 a Marques Couto & Comp., 185\$1 a Luiz Hermann Filho & Comp. e de 970\$7 a Moreno Borlido & Comp. e outros, por fornecimentos à Presidência da República e a Repartições dependentes dos Ministérios da Fazenda e Educação. (PG. 41.284, 41.194, 31.234, 41.103, 40.729). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas pelos fundamentos constantes dos pareceres.

N. 1.735-A, de 10 do corrente, da mesma Comissão, pagamento de 74:820\$0 a N. Machinefabriek de Hollandsche Ijssel v/h de Jogh & Comp. Oudewater, Holanda, representada por sua Procuradora Sociedade Fornecedora de Máquinas Ltda., por fornecimentos ao Departamento Nacional de Portos e Navegação. (PG. 41.042). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa, *sob reserva*.

Processos:

De distribuição do crédito de 436:295\$5 a diversas Delegacias Fiscais, por conta da verba 1.ª — Pessoal — v. Outras despesas de pessoal — 30 — Vencimentos 01). (PG. 39.232). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão:

De aposentadoria a Salathiel Assunção, impressor classe "G", do Quadro V, do Ministério da Fazenda e a Francisco Vicente Soares, desenhista do Quadro I do Ministério da Viação. (PG. 35.562 e 4.280). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada.

De montepio civil a Déa de Lara Cerqueira, nete solteira de Maria Eugênia Portugal Cerqueira, agente de 1.ª classe aposentada dos Correios do Distrito Federal. (PG. 31.294). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência de acordo com os pareceres.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 16, de 5 do corrente, pagamento de 30.570\$0 a Otis Elevator Company, por serviços prestados. (PG. 40.382). — O Tribunal recusou registro à despesa, por decorrer de contrato que não foi oportunamente registrado.

Processos de concessão de reforma ao cabo Antônio Pereira; ao soldado Afrânio Ferreira e ainda ao soldado Modesto Francisco de Sousa, os primeiros da Polícia Militar do Distrito Federal e o último do Corpo de Bombeiros. (PG. 40.551, 38.756 e 38.756). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 2, de 3 do corrente, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, comunicando haver efetuado, por conta da renda e em virtude de ordem superior, pagamento no total de 643:60\$0. (PG. 39.495). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do processo, de vez que a comunicação de fls. 2 não está assinado pelo próprio tesoureiro da Estrada.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 11.080, de 27 de novembro último, da Divisão de Contabilidade pagamento de 2:100\$0 à Companhia Nacional de Navegação Cos-

teira, de transportes. (PG. 34.034). — O Tribunal recusou registro à despesa de vez que não foi cumprida a diligência até o último dia do período adicional do exercício financeiro.

N. 11.067, de 30 de novembro último, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 710\$00 a Lloyd Brasileiro, de transportes. (PG. 33.982). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa de acordo com os pareceres.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 180, de 3 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 9:218\$00 a Alberto Araújo & Comp., por fornecimentos à Polícia Civil. (PG. 35.176). — O Tribunal ordenou o registro da despesa, de acordo com o voto do Sr. relator.

N. 1.266, de 9 do corrente, da mesma Comissão, pagamento de 55:649\$60 a Companhia Usinas Nacionais e outros, por fornecimentos à Assistência a Psicopatas. (PG. 39.016). — Foi recusado registro à despesa de acordo com o voto do Sr. relator.

N. 295, de 7 de dezembro último, da Comissão Especial de Comissões, sobre a representação da Contadoria Seccional junto à Comissão Central de Compras, relativamente ao recolhimento da importância de 165:261\$55 devolvida pela firma Buarque & Comp., pela liquidação das contas de fretamento de vapores (PG. 31.966). — O Tribunal deixou de atender o expediente solicitado, por isto que não foi satisfeita a diligência ordenada e ainda por não constarem do processo os elementos necessários à sua elucidação.

N. 1.201, de 9 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 35:079\$86 a Ferreira Filho & Comp. e outros, de fornecimentos ao Preventório Paula Cândido (PG. 41.304). — O Tribunal recusou registro à despesa de vez que a despesa classificada às fls. 23 verso, não corresponde à da fatura de fls. 23 e a dos empenhos respectivos.

Offícios:

Ns. 1.646, 1.647, 1.667, 1.685, 1.761, 1.838, 1.867, 2.089 e 2.170, de 10 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 115\$53, 1:000\$99, 89:510\$00, 15:476\$11, 9:026\$55, 88\$00, 12:269\$82, 6:665\$87 e 10:020\$00, respectivamente, a Companhia Usinas Nacionais e outros, International Machinery Company, Dias Garcia & Comp. Ltda., Companhia Fazendas Reunidas Normandia, S. A. e outros, Moreira Barbosa & Comp. Ltda., M. Ventura & Comp., Luiz Pestana & Comp. e R. Veiga & Comp. Ltda. e outros, Pestana & Comp. e R. Veiga & Comp. Ltda. e outros, de fornecimentos a Assistência a Psicopatas, Serviço Hospitalar do Distrito Federal, Serviços de Águas e Esgotos, Estrada de Ferro Central do Brasil, Escola 15 de novembro e Escola Ana Néri (PG. 31.190, 31.192, 31.232, 31.266, 39.458, 35.758, 35.816, 40.721 e 40.796). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Offícios:

N. 66, de 6 do corrente, da Diretoria do Pessoal, pagamento de 35:188 e 410\$70 a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, de transportes em proveito do Departamento de Aeronáutica Civil (PG. 40.552). — O Tribunal recusou registro à despesa de vez que não foi cumprida até o último dia do período adicional ao exercício, a diligência anteriormente ordenada.

N. 2-D, de 2 do corrente, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, sobre o pagamento de 51:500\$00 e 75:400\$00 à conta da remota da mesma Estrada (PG. 38.470). — O Tribunal mandou arquivar o processo, de acordo com o voto do Sr. Ministro-Relator.

Aviso n. 99, de 9 do corrente, pagamento de 460:000\$00 à Companhia Nacional de Navegação Costeira, de subvenção pelo serviço de navegação Rio Grande-Belem (PG. 31.492). — O Tribunal ordenou o registro da despesa. — Foi voto vencido o do Sr. Ministro Otávio Tarasinski de Sousa.

Relatores pelo Sr. Ministro José Américo:

Ministério da Agricultura:

Offício n. 41.278, de novembro, do Serviço do Pessoal, sobre a anulação de 5:000\$00 na Tesouraria do Ministério e distribuição à Delegacia Fiscal no Paraná, para atender ao pagamento de diárias (PG. 38.957). — O Tribunal mandou anotar a distribuição de crédito, feita a anulação indicada.

Ministério da Educação e Saúde:

Offício n. 10.478, de outubro, do Serviço do Pessoal, pagamento de 400\$00 a Germano Gonçalves Jardim, estatístico da Diretoria de Estatística, de gratificações (PG. 34.103). — O Tribunal recusou registro à despesa, de acordo com o parecer.

N. 1.553, de 26 de dezembro, do Departamento de Administração, pagamento de 166\$50 a The Western Telegraph Co. Ltd., proveniente de telegramas expedidos (PG. 40.145). — O Tribunal recusou registro à despesa de acordo com o parecer.

N. 11.614, 11.632 e 11.644, de 29 e 30 de dezembro, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 21\$3 a Rede Mineira de Viação, 732\$60 a Companhia Nacional de Navegação Costeira e 6:880\$00 a General Elétric, por transportes e fornecimentos feitos em 1939 (PG. 35.366,

35.294 e 35.376). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 18.811 e 2.302, de 13 de janeiro, da Comissão Central de Compras, relativos ao termo de rescisão n. 438, do contrato n. 231, celebrado com Mendes Junior & Comp. Ltda., para fornecimento de papel em bobina ao Departamento dos Correios e Telégrafos (PG. 31.372). — O Tribunal ordenou o registro.

Ns. 2.264 e 2.317, de 12 e 15 de janeiro, da Comissão Central de Compras, solicitando reconsideração dos atos do Tribunal pelos quais foi negado registro aos pagamentos de 8:906\$00 a Ferreira Filho & Comp. e outros e 44:771\$80 a Companhia Usinas Nacionais e outra, por fornecimentos ao Ministério da Educação e Saúde (PG. 31.374 e 31.494). — O Tribunal reconsiderou as suas anteriores decisões, para o fim de ordenar o registro das aludidas despesas.

N. 2.194, de 10 de janeiro, da Comissão Central de Compras, relativo ao pagamento de 6.186:277\$83 a Brezilya Kahvesi T. A. S., por fornecimento ao Ministério da Viação e Obras Públicas em 1939 (PG. 41.081). — O Tribunal ordenou o registro.

N. 1.855, 1.901 e 1.907, de 10 de janeiro, da Comissão Central de Compras, relativos ao pagamento de 669\$50 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda., 141\$80 a Produtos Lysoform Ltda. e 474\$50 a Mário Amado & Comp., por fornecimentos ao Ministério da Educação e Saúde (PG. 35.792, 35.099 e 41.161). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

N. 2.301, de 13 de janeiro, da Comissão Central de Compras, relativo ao termo n. 459, de rescisão do contrato n. 320, celebrado com a Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert, S. A., para fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 3.147). — O Tribunal ordenou o registro do termo.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De concessão de melhoria de pensão a D. Capitulina Zuloika Santos Reis e outras, filhas do major reformado do Exército, Manuel Simeão dos Santos (PG. 40.993). — O Tribunal ordenou o registro da concessão, recusando, porém, esse expediente quanto a despesa classificada, pelo fundamento do parecer da Diretoria.

De montepio a D. Maria Calipsa Barbosa de Melo e outras, viúva e filhos de Carlos Policarpo de Melo, guarda-mór aposentado da Alfândega de Natal (PG. 31.292). — O Tribunal ordenou o registro da concessão e o da despesa classificada, oficiando-se ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer da Diretoria.

De reversão de montepio a D. Branca Duarte Hall e outra, filhas do capitão tenente da Armada, Viriato Duarte Hall, por motivo do falecimento de sua madrastra D. Clara da Mota Hall (PG. 31.073). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão e o da despesa classificada.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processos:

De concessão de reforma a Sebastião Nicolau de Oliveira, cabo de esquadrão do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (PG. 38.748) e a Vicente Marinho da Silva, soldado da Polícia do Distrito Federal (PG. 38.750). — Ordenou-se o registro das concessões.

Relatados pelo Sr. Ministro Bernardino de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Aviso n. 1.178, de 15 de janeiro corrente, pedindo, à vista das razões que apresenta, reconsideração da decisão de 12 do mesmo mês, proferida no ofício n. 5, de 2 anterior, do Departamento de Administração, pela qual foi negado registro à despesa de 499:998\$00 com o pagamento à Companhia Brasileira de Construção, por execução de obras na Escola Nacional de Agronomia (PG. 38.296). — O Tribunal resolveu manter a decisão anterior.

Offício n. 50, de 13 do corrente, da Delegação do Tribunal nesse Ministério, transitando o aviso n. 1.167, da mesma data, em que o Sr. ministro recorre do ato daquela Delegação que recusou registro a despesa de 101:460\$00 com o pagamento a firma Ugo Bernardini, proveniente de fornecimento de material no ano passado, ao Laboratório Central de Emologia (PG. 31.486). — O Tribunal deu provimento ao recurso, para que a Delegação recorrida registre a despesa, tendo em vista a autorização do Sr. Presidente da República.

Ministério da Educação e Saúde:

Offício n. 10.708, de 8 de novembro do ano próximo findo, da Divisão de Contabilidade, pedindo a anulação de 200\$00 na escrituração da Comissão Central de Compras, para efeito do disposto no § 2º do art. 69 da Constituição (PG. 32.801). — O Tribunal recusou registro ao destaque, por estar encerrado o ano financeiro de 1939, o que não permito fazer empenho de despesa.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

Ns. 1.532, 1.610, 2.168 e 1.763, deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre os pagamentos de 24:250\$00 a Santos & Ventura Ltda., e outro, 36\$3 a Companhia Usinas Nacionais, 5:380\$00 a M. Ventura & Comp. e de 16:123\$88 a Castro Sobral & Comp., por fornecimentos a repartições dependentes dos Ministérios da Educação e da Justiça (PG. 31.420, 41.167, 40.792 e 39.462). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas de acordo com os pareceres.

Ns. 713 e 850, deste mês, da Comissão Central de Compras, sobre

os pagamentos de 117:239\$1 a Arthur Donato & Comp. e outros e de 34:060\$0 a Rocha Couto & Comp., por fornecimentos a repartições dependentes do Ministério da Viação (PG. 40.438 e 40.483). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processos:

De pagamento de 37:956\$0 a Marcos Barreto da Azambuja, de dívida apurada pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante (PG. 40.860). — Foi ordenado o registro da despesa.

De montepio civil a Marcolina Paulina de Menezes Ehrich, viúva de Francisco Henrique Eurich e a Otilia e Magnólia Aquino de Sousa (PG. 41.102 e 40.259). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processo de concessão de reforma ao soldado da Polícia Militar do Distrito Federal Francisco de Oliveira Sousa (PG. 38.744). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessão.

Avisos:

N. 1.526, de 28 de dezembro, pedindo a distribuição de 240\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas, para pagamento de diferença de vencimentos ao oficial administrativo da Secretaria do Tribunal de Apelação, Carlos Alberto de Gusmão Lobo, em 1939 (PG. 31.311). — Foi ordenado o registro da distribuição de crédito.

Ns. 1.540, 1.548 e 35, de 28, 29 de dezembro próximo findo e 9 de janeiro corrente, pedindo os pagamentos de 49:312\$0 a Mesbla S.A. pelo fornecimento de dois automóveis à Secretaria de Estado (PG. 39.039) 98\$900 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (39.109) e 42\$6 a Rede Mineira de Viação (38.840), por passagens concedidas no ano próximo findo. — O Tribunal recusou registro às despesas de acordo com os pareceres.

Relatados pelo Sr. ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Agricultura:

Ofício n. 8.608, de 11 de setembro do ano findo, do Departamento de Administração, distribuição do crédito de 500\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Espírito Santo, mediante anulação na Tesouraria do mesmo Ministério por conta da verba 2ª — Material — III — Diversas despesas, sub-consignação 33 — Quota 04) (PG. 38.951). — O Tribunal recusou registro a distribuição solicitada de acordo com os pareceres.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

Ns. 11.646 e 11.647, de 30 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, pagamento de 7:500\$0 a Estaleiros Malwine Junko e de 3:301\$0 a M. Ferreira Reis, por fornecimentos (PG. 35.370 e 39.091).

N. 12.446, de 7 e 26 de dezembro último e 2 do corrente, da Divisão do Pessoal, sobre os pagamentos de 600\$0 ao Dr. Silvio Lemgruber Sertão, extranumerário-tarefeiro da Escola Ana Neri e de 58\$7 ao médico sanitarista classe II, Dr. Alcides Figueiredo da Silva Jardim, de salários em dezembro último e gratificações por serviços extraordinários (PG. 38.036 e 38.700).

— O Tribunal recusou registro as aludidas despesas de acordo com os pareceres.

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 276, de 12 do janeiro corrente, da Delegação deste Tribunal no Estado do Espírito Santo, encaminhando o recurso interposto pelo presidente da Comissão de salário mínimo no mesmo Estado, do ato da mesma Delegação que recusou registro ao pagamento de 7:876\$0, proveniente de gratificações aos Membros da referida Comissão (PG. 41.241). — O Tribunal deixou de tomar conhecimento do recurso por ter sido interposto fora do prazo legal.

Ns. 686, 1.385, 1.625, 1.680 e 2.055, de 6, 9 e 10 do corrente, da Comissão Central de Compras, pagamento de 15:023\$4 a Atlantic Refining Company of Brazil, 784\$9 a Erich Elehner & Cia. Ltda. e outros, 2:258\$4 a mesma firma, 8:226\$6 a Atlantic Refining Co. of Brazil e de 1:518\$6 a Alves Mendes & Comp. e outros, por fornecimentos a repartições dependentes dos Ministérios do Trabalho, Viação e Educação (PG. 40.384, 41.266, 41.197, 41.256 e 40.313). — O Tribunal recusou registro as aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

Processos:

De pagamento:

De 1:728\$7 a Companhia Nacional de Navegação Costeira, de transportes (PG. 38.912). — O Tribunal recusou registro a aludida despesa, de acordo com os pareceres.

De 571\$0 ao bel. Inácio Xavier de Carvalho, de dívida de exercícios findos (PG. 18.370). — O Tribunal mandou devolver o processo ao Tesouro Nacional.

De 6:108\$2 ao Instituto Nacional de Previdência pelo consumo de luz nas repartições do mesmo Ministério, instaladas no edifício do mesmo Instituto (PG. 31.446). — O Tribunal recusou registro a aludida despesa de acordo com os pareceres.

De 36:846\$2 a Firmino de Oliveira e outro, pela Delegacia Fiscal no Estado do Paraná, por conta da verba 3ª — Serviços e Encargos (PG. 851). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao Sr. doutor procurador.

De concessão:

De aposentadoria a Hernani Moleiros Melo, fundidor de metal, classe II, do Quadro V, do Ministério da Fazenda (PG. 35.561).

De montepio civil a Mariana Pais Leme Dória e outra, viúva e filha de Francisco Manuel Chagas Dória, professor catedrático aposentado da extinta Escola Politécnica do Rio de Janeiro (PG. 40.227).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 1.487, de 19 do mês findo, sobre o pagamento de 7:132\$0 a M. Ventura & Comp., de fornecimentos (PG. 35.435). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa, de acordo com os pareceres.

Processos de concessão de reforma ao soldado Manuel Ferreira Flores e ao sargento José Ávila Leal, ambos da Polícia Militar do Distrito Federal (PG. 40.549 e 41.237). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofício n. 208, de 12 do corrente, do Serviço do Pessoal, sobre o contrato celebrado com Ernesto Frederico de Oliveira, para prestação dos serviços profissionais à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (PG. 31.460). — O Tribunal recusou registro ao contrato, de vez que perdeu a vigência a verba por conta do qual corre a despesa.

Relatados pelo Sr. Ministro José de Castro Nunes:

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 63, de 5 de janeiro de 1940, da Divisão de Contabilidade desse ministério, pagamento de 13:000\$0 à firma Rodolfo Fierz, de fornecimento de material para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no mês de dezembro (PG. 40.624). — O Tribunal recusou registro à despesa, por insuficiência do saldo na verba própria.

N. 11.293, de 18 de novembro do ano findo, remetendo a folha suplementar da pessoal extranumerário tarefeiro da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, na importância de 3:250\$8, relativo ao mês de agosto próximo passado (PG. 32.901). — O Tribunal recusou registro à despesa, de acordo com o parecer.

Ministério da Fazenda:

Offícios:

Ns. 1.038, 1.705, 1.743 e 2.156, deste mês, da Comissão Central de Compras, pagamento de 92\$5 a Magalhães Cunha & Comp.; 503\$0 à Casa Mayrink Veiga S. A. e outros; 308\$0 a J. G. Pereira & Companhia, por fornecimentos a dependências dos ministérios da Justiça, Viação e Educação (PG. 39.381, 39.453, 39.422 e 40.768). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, de acordo com os pareceres.

Ns. 1.310 e 1.929, deste mês, da mesma Comissão, pagamento de 175:000\$0 a Mesbla S. A. e de 2:367\$3 a O. Coelho Filho e outros, por fornecimentos à Polícia Civil do Distrito Federal e à Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 41.194 e 41.151). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Processos de concessão:

De aposentadoria a Bento Freire Pedrosa, servente braçal do Serviço Central de Transportes do Exército, e a Manuel Neto Barreiros, condutor de trem classe J, do Quadro II, do Ministério da Viação (PG. 32.404 e 4.278).

De montepio e meio soldo a Geracina Nunes Neto, viúva de Antônio da Silva Neto, 2º tenente reformado do Exército (PG. 40.063).

De montepio a Marciliano e Alda Ferreira Guimarães, filhos de Marciliano Ferreira Guimarães, tenente-coronel reformado do Corpo de Bombeiros (PG. 40.069).

De montepio civil a Brasília Portela de Almeida Couto e outros, viúva e filhos de João Paulo de Almeida Couto, juiz de direito da comarca de Xapuri (PG. 31.296), e a Adelina de Jesus Tavares Soares, viúva de Henrique José Soares, condutor de trem de primeira classe, aposentado, da 2ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (PG. 28.582).

De montepio militar a Maria Abdond de Castro, viúva do 3º sargento do Exército, Ataíde Pereira de Castro (PG. 35.971).

De montepio, em reversão, a Lucinda Augusta Leite Pinto de Sousa e outras, filhas do capitão da Polícia Militar do Distrito Federal José Pinto de Sousa (PG. 24.866).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 4.122, de 22 de dezembro findo, remetendo cópia do Decreto-lei n. 1.887, de 15 de dezembro citado, que altera sem aumento de despesa o vigente orçamento do Ministério da Viação (PG. 37.970). — O Tribunal mandou anotar o ato constante do aludido decreto-lei, oficiando-se de acordo com a parte final do parecer.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Ministro Presidente designou o dia 16 do corrente, às 13.30 horas, para a seguinte sessão ordinária, encerrando os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai subscrita e assinada.

ATA N. 7 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 16 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo da Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro.

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Offício n. S.C.T. 1/40, de 9 do corrente, do Departamento de Imprensa e Propaganda, encaminhando as tabelas gerais de distribuições de créditos das verbas relativas ao mesmo Departamento (PG. 14.408). — O Tribunal resolveu sejam as tabelas devolvidas à repartição de origem para que as encaminhe ao Tribunal por intermédio do Ministério da Fazenda.

Ministério da Fazenda:

Aviso n. 2, de 11 do corrente, encaminhando as tabelas de créditos das diversas verbas do Conselho do Petróleo, para o exercício de 1940 (PG. 7.204). — O Tribunal mandou anotar a distribuição dos créditos que dizem respeito a vencimento tabelado, às gratificações de função e às ajuda de custo em face do Decreto-lei n. 1.755, de 9 de dezembro do ano findo, e ordenou o registro da distribuição ao Tesouro Nacional dos demais créditos, de acordo com o parecer.

Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. 23, de 10 do corrente, encaminhando as tabelas gerais dos créditos relativos ao orçamento do mesmo Ministério, para o exercício de 1940 (PG. 1.801). — O Tribunal resolveu mandar devolver as tabelas à repartição de origem para que sejam encaminhadas ao mesmo Tribunal por intermédio do Ministério da Fazenda.

Processos de pagamento de 21:636\$0 a João Rolin de Moura, 21:085\$0 a José e Osório Guerreiro e de 25:520\$0 a David Albuquerque de Sousa, de acordo com o Decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933 (PG. 35.866); (35.868 e 35.872). — O Tribunal recusou registro às aludidas despesas, preliminarmente por se achar encerrado o exercício financeiro de 1939.

Relatado pelo Sr. ministro José Américo:

Ministério da Fazenda:

Processo de pagamento de 43:964\$0 a Gaspar Barreto de Azambuja, nos termos do Decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933 (PG. 35.860). — O Tribunal recusou registro à aludida despesa, preliminarmente, por se achar encerrado o exercício financeiro de 1939, tendo se declarado impedido o Sr. ministro Ruben Rosa.

Relatado pelo Sr. ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Offício n. 78, de 6 do corrente, do Departamento de Aeronáutica Civil, sobre o pagamento de 26:352\$0 ao Sindicato Condor Ltda., de subvenção (PG. 40.692). — O Tribunal recusou registro à despesa, preliminarmente, por se achar encerrado o exercício financeiro de 1939.

Nada mais havendo a tratar o Sr. ministro-presidente designou o dia 23 do corrente às 13,30 para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar lavrou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

ATA N. 8 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 16 DE JANEIRO DE 1940

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, doutor Leopoldo da Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro.

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e José de Castro Nunes, foi aberta a sessão.

Compareceram os Srs. auditores A. Oliveira Lima, Rogério de Freitas e Ernesto Claudino.

Relatados pelo Sr. auditor A. Oliveira Lima:

Offícios n. 3.484, de 7 de dezembro de 1939, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, no Estado do Espírito Santo, encaminhando o processo relativo ao inquérito respectivo para ser junto ao processo de tomada de contas n. 32.880, relativo a Antônio Lino de Sousa Mata, tesoureiro da agência postal telegráfica de Cachoeiro do Itapimirim, no mesmo Estado. — O Tribunal mandou abrir vista do processo ao Sr. procurador adjunto.

Processos:

De baixa de fiança de João Marinho Fagundes, ex-coleitor federal de Atibaia, no Estado de São Paulo. — O Tribunal autorizou o levantamento da fiança de que se trata

De tomada de contas:

N. 1.557, de Felício Fioravante Lucas, almoxarife da Casa da Moeda, no período de 31 de dezembro de 1937 a 12 de janeiro de 1938;

N. 1.555, de Severina Tavares Gaú, tesoureira da agência postal telegráfica de Santo Antônio, Recife, Estado de Pernambuco, no período de 16 de novembro de 1937 a 31 de dezembro de 1938.

O Tribunal mandou lavrar acordãos considerando quites os responsáveis de quem se trata.

N. 34.859, de Flaviano Amado de Sousa, coleitor da 1ª Coletoria Federal de Maragogipe, no Estado da Bahia, no período de 1 de janeiro de 1933 a 18 de dezembro de 1936, com quem serviu o escrivão Crescenciano de Melo Albuquerque. — O Tribunal resolveu converter o julgamento em diligência, para o fim a quem alude a informação, devendo a Delegação no Estado da Bahia designar um funcionário para, nas horas do expediente, examinar os documentos que precisar, apresentando, afinal, seu relatório circunstanciado.

N. 26.726, de José Romualdo de Sousa, ex-agente do correio de São Joaquim da Serra Negra, no Estado de Minas Gerais, no período de 1 de dezembro de 1894 a 30 de setembro de 1899. — O Tribunal resolveu baixar o processo em diligência à Diretoria de Tomada de Contas, para informar relativamente ao período certo da responsabilidade.

N. 33.622, de Guiomar Evangelista da Silva, agente do correio de Santa Rosa, no Estado da Bahia, no período de 14 de julho de 1930 a 25 de abril de 1933. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para que seja esclarecida a razão porque se declara que o alcance foi verificado em 1935 (fls. 18-24 e 33), quando, do processado, consta que a gestão é relativa ao período de 4 de julho de 1930 a 25 de abril de 1933.

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 300\$0 pelo porteiro da Alfândega de Maceió, Antônio Marinho Falcão, em 14 de julho de 1939; 250\$0 pelo chefe regional do Domínio da União, no Estado de Alagoas, Alvaro Nogueira de Melo, em 30 de maio, idem; 4:600\$0 pelo agrônomo do D. N. P. V., no Estado do Maranhão, Antônio Carvalho de Oliveira Neto, em 12 de junho, idem; e de 750\$0 pelo auxiliar agrônomo do Aprendizado Agrícola "Floriano Peixoto", Manuel Gentil do Vale Bentes, em 24 de agosto, idem. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos.

De 200\$0 pelo escriturário classe D, da 3ª Insuetoria Regional do Ministério do Trabalho, no Estado do Maranhão, Antônio Alves Tavares, em julho de 1937. — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, para o fim a que aludem os pareceres.

De 60:000\$0 pelo sub-chefe da Contabilidade da Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, com sede na capital do Estado do Maranhão, João Pedro Mendes, em 4 de maio de 1939. — O Tribunal julgou ilegal a aplicação dada ao adiantamento em sua totalidade, de vez que foi concedido para as despesas do primeiro trimestre, mas, só no segundo trimestre foram efetuados os pagamentos.

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 7.500\$0 pelo bibliotecário-arquivista do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, Ruben Pereira da Costa, em 21 de agosto de 1939; 15:000\$0 pelo tecnologista classe M, do Instituto Nacional de Tecnologia, Eraldo de Sousa Matos, em 12 de julho, idem; 6:000\$0 pelo chefe da Divisão da Biblioteca e Mapoteca, do Ministério das Relações Exteriores, ministro Protásio Batista Gonçalves, em 8 de setembro, idem; 400\$0 pelo servente classe D, do Arquivo Nacional, Antônio de Magalhães Bastos, em 16 de agosto, idem; de 3:750\$0 e 7:250\$0 ao diretor do Instituto Sete de Setembro, Melton de Alencar Neto, em 14 de agosto, idem; 324:440\$0 pelo agrônomo do Fomento Agrícola, classe J, Antônio Rabelo de Moura Serra, em 2 de maio, idem; 300\$0 pelo escriturário classe F, do Quadro VII, do Ministério da Fazenda, José Murilo Junqueira Santos, em 20 de setembro, idem; 750\$0 pelo guarda livros classe F, da Contadoria Central da República, com exercício na Contadoria Seccional da Polícia Civil, Paulo Sampaio Correia, em 30 de outubro, idem; 750\$0 pelo mesmo funcionário, em 5 de setembro, idem; 4:870\$0 pelo escriturário classe G, do Quadro I, do Ministério da Educação, Américo Diniz Carneiro, em 8 de agosto, idem; 195:000\$0 pelo diretor classe N, do mesmo Ministério, Augusto Meyer, em 24 de agosto, idem; 15:000\$0 pelo roupeiro classe E, do Quadro I, do mesmo Ministério, José Maria Pereira, em 18 de agosto, idem; 3:500\$0 pela secretária da Faculdade Nacional de Filosofia, Dulce de Almeida, em 11 de agosto, idem; 4:600\$0 pelo oficial administrativo classe J, do Quadro I do Ministério da Educação, Reinaldo Barreto Pinto, em 20 de setembro, idem; 7:930\$0 pelo diretor do Observatório Nacional, Sebastião Sodré da Gama, em 23 de outubro, idem; 5:000\$0 pelo chefe de portaria classe I, do Ministério da Educação, José Calheiros da Silva, em 1 de agosto, idem; 6:000\$0 pelo sub-administrador do Hospital Psiquiátrico, Oldemar Coelho de Andrade, em 3 de outubro, idem; 6:000\$0 pelo escriturário classe D, do Quadro I, do Ministério da Educação, Roberto Pires Lima, em 7 de agosto, idem; 8:750\$0 pelo oficial administrativo classe I, do Quadro I, do mesmo Ministério, Avelino Godói, em 28 de abril, idem; 3:000\$0 pelo escriturário classe D, do Quadro I, do mesmo Ministério, Ivete von Lasperg Cardoso, em 8 de agosto, idem; 1:800\$0 pelo servente classe E, do Quadro I, do mesmo Ministério, Jaime de Almeida, em 3 de agosto, idem; 1:500\$0 pelo servente classe G, do Quadro I, do mesmo Ministério, João Teixeira de Carvalho, em 9 de maio, idem; 10:000\$0

pelo prático de farmácia classe E, do Quadro I, do mesmo Ministério, Aroldo Barros Freire, em 21 de agosto, idem; e de 500:000\$0 pelo almoxarife classe J, do Quadro I, do mesmo Ministério, Teófilo Ottoni Maurício de Abreu, em 25 de julho, idem. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos.

De 13:000\$0 pelo escriptorário classe D, do Quadro I, do Ministério da Educação, Demóstenes dos Santos Milanez, em 1 de setembro de 1939 e de 6:000\$0 pelo escriptorário classe F, do Quadro I, do mesmo Ministério, José de Avelar Calvet, em 26 de julho idem. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos e determinou que se façam as reversões dos saldos recolhidos às verbas próprias.

Relatados pelo Sr. Auditor Rogério de Freitas:

Aviso n. 399, de 28 de setembro de 1935, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, remetendo relação dos funcionários que administraram bens em 1934. — O Tribunal resolveu mandar devolver o processo ao Ministério de origem para o fim a que alude o parecer do Sr. procurador.

Processos:

De tomada de contas:

N. 1.651, de Jonas d'Oliveira Paredes, capitão tenente, em serviço no N. E. "Almirante Saldanha", no período de 1 de abril a 19 de maio de 1939;

N. 1.647, de Fábio de Sá Earp, 2º tenente em serviço do C. T. "Alagoas", idem de 15 a 30 de julho de 1916;

N. 1.634, de Antônio Rodrigues da Costa Cabral, operário classe E, em serviço na Oficina de Modeladores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, idem de 30 a 31 de dezembro de 1938;

N. 1.636, de Diogo Borges Fortes, 1º tenente, em serviço no C. T. "Alagoas", idem de 4 de agosto de 1922 a 1 de janeiro de 1923;

N. 1.650, do mesmo responsável, em serviço no citado C. T. idem, de 20 de fevereiro a 11 de abril de 1923;

N. 1.633, de Alvaro Pereira, sub-oficial mestre, em serviço no C. T. "Alagoas", idem de 31 de março a 26 de abril de 1939.

N. 1.635, de Frederico Everton Pinto, 1º tenente, em serviço no C. T. "Alagoas", idem de 2 de janeiro de 1923 a 19 de janeiro de 1924;

N. 1.652, do mesmo responsável, em serviço no citado C. T., idem de 12 de abril de 1923 a 10 de janeiro de 1924;

N. 1.653, do 1º tenente Américo Jaques Mascarenhas Silveira em serviço no C. T. "Alagoas", idem de 11 de janeiro a 5 de março de 1924;

N. 1.498, de João Batista, tesoureiro da agência postal telefônica de Baurú, no Estado de São Paulo, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1938 — O Tribunal mandou lavrar acordãos considerando quites os aludidos responsáveis e determinando que nesse sentido sejam expedidas as competentes provisões.

N. 29.574, de Mário da Gama Bentes e Antônio da Cunha Azevedo, coletor da Coletoria Federal em Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 14 de março de 1933 a 31 de março de 1934. — O Tribunal determinou que a decisão que negou provimento ao recurso conste do respectivo acordão.

N. 37.308 de Felix Odebrecht, coletor federal em Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936, com quem serviu o escrivão Dante Pellizzetti. — O Tribunal mandou lavrar acordão considerando quite o coletor e em crédito o escrivão pelo importância de 1:161\$7.

N. 37.537, de José Maria de Carvalho Ramos, coletor interino da 1ª Coletoria Federal em Joinville, no Estado de Santa Catarina, no período de 1 de janeiro a 1 de junho de 1936 — O Tribunal mandou lavrar acordão considerando o responsável em crédito pela importância de 6\$9.

N. 35.511, de Arnaldo da Rocha Miranda, ex-porteiro do extinto Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, responsável pelos adiantamentos de 3:000\$0 e 3:000\$0 recebidos em 18 de dezembro de 1933 e 5 de março de 1934;

N. 33.649 de Orozimbo Correia Lirio, coletor das rendas federais em Cachoeiro de Itapimirim, no Estado do Espírito Santo, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1935, com quem serviu o escrivão José Azeredo de Sousa.

O Tribunal resolveu admitir os recursos de revisão interpostos pelo Sr. procurador.

N. 37.690, de Josino de Oliveira oelho, agente interino do Correio de São João do Matipó, no Estado de Minas Gerais, no período de 22 de outubro de 1933 a 23 de setembro de 1936 — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Sr. procurador para o fim de ser o responsável considerado em crédito pela quantia de 84\$0, e não como consta do acordão de 30 de maio do ano findo.

N. 311, de Francisco Antônio da Cruz, escriptorário classe D, agente da Capitania dos Portos em Vila Nova, no Estado de Sergipe, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1938. — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso de revisão interposto pelo Sr. procurador geral, afim de que seja retificado o acordão de 13 de junho último, quanto ao período da responsabilidade.

N. 1.974, de José Elias de Moraes da Fonseca Portela, 2º tenente cirurgião dentista, servindo no Hospital Naval de Ladário, no Estado de Mato Grosso, no período de 1 de janeiro a 8 de junho de 1938 — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Sr. procurador geral para o fim de ser retificado o acordão de 28 de dezembro de 1938, quanto ao mês em que terminou o período da responsabilidade.

N. 13.508, de Alexandrina de Freitas Pinto, agente do Correio de Monte Alegre, no Estado de Minas Gerais, no período de 21 de junho de 1918 a 31 de janeiro de 1920 — O Tribunal resolveu mandar arquivar o processo de acordo com os pareceres.

N. 32.351, de João Reis Rodrigues, coletor federal em Taquaratinga, no Estado de São Paulo, no período de 16 de maio de 1924 a 30 de abril de 1925. — O Tribunal resolveu reiterar o ofício a que aludem os pareceres.

N. 30.433, de Leonel Teodorico Alvim, ex-coletor federal em Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 27 de novembro de 1922 a 31 de dezembro de 1931. — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Sr. procurador geral para o fim de, reformado o acordão de 7 de março último, ser o responsável considerado em crédito pela quantia de 182\$025, mantidos os demais termos do referido acordão.

N. 25.339, de Ana Francisca Galácio, ex-agente do Correio de Itauna no Estado de São Paulo, no período de 1 de janeiro a 16 de dezembro de 1929;

N. 74.449, de Leopoldo Frederico Pereira, tesoureiro do Lloyd Brasileiro, no período de 1 de janeiro a 11 de novembro de 1921;

N. 38.442, de Eudora Lima Pereira, agente do Correio de Marhumarna, no Estado de Minas Gerais, no período de 8 de maio de 1926 a 7 de janeiro de 1931.

O Tribunal resolveu que se faça a intimação dos responsáveis citados de acordo com os pareceres.

N. 26.151, de Ulisses Pereira Nonat, ex-delegado do Serviço da Indústria Pastoral, no Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 36:192\$2, recebido em 1922 — Havendo sido recolhida aos cofres públicos a importância de 2:200\$0 a cujo pagamento fora o responsável condenado por acordão de 30 de outubro de 1935, deliberou o Tribunal que se expeça provisão de quitação em favor do responsável.

N. 27.798, de Alfredo Chavegato, agente do correio na estação de Jaguarí, no Estado de São Paulo, no período de 20 de abril de 1929 a 31 de dezembro de 1932. — Havendo sido recolhida aos cofres públicos a importância de 112\$567, a cujo pagamento fora o responsável condenado por acordão de 15 de agosto de 1939, deliberou o Tribunal que se expeça provisão de quitação em favor do responsável.

N. 32.975, de Rui Monteiro Lobato, ex-agente do correio da Vila Militar Florianópolis, no período de 7 de setembro a 13 de dezembro de 1935. — Havendo sido recolhida aos cofres públicos a importância de 2:400\$0, a cujo pagamento fora o responsável condenado por acordão de 15 de março de 1938, deliberou o Tribunal que se expeça provisão de quitação em favor do responsável.

Ns. 36.905 e 36.906, de Ventura Viola, ex-coletor federal de São Pedro, no Estado do Rio Grande do Sul, nos períodos de 3 de fevereiro de 1928 a 31 de março de 1934, em quem serviram os escrivães Benjamim Levina e Dorival Lampert. — Havendo sido recolhida aos cofres públicos a importância de 1:776\$101, a cujo pagamento fora condenado o coletor por acordão de 30 de maio último, deliberou o Tribunal que se expeça provisão de quitação em favor do responsável, Ventura Viola. Quanto ao escrivão Dorival Lampert, e mesmo que se ao Tesouro haver sido recolhido o seu débito de 1:792\$3 a que fora condenado pelo citado acordão.

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 1:500\$0 pelo oficial administrativo classe I, do Quadro III, do Ministério da Fazenda, com exercício na Diretoria das Rendas Internas, Virgílio Carneiro da Cunha, em 21 de setembro de 1939; e de 1:200\$0 pelo chefe de Portaria classe F, do Laboratório Bromatológico, Hermenegildo Caldeira de Sousa, em 16 de agosto idem; 3:750\$0 pelo guarda sanitário classe E, do Quadro I, do Ministério da Educação, Franxavier Valadares Porto, em 10 de agosto idem; 25.000\$0 pelo chefe dos Serviços Auxiliares do Departamento Administrativo do Serviço Público, Paulo Vidal, em 6 de setembro idem; 22.500\$0 pelo escriptorário classe D, do Quadro I do Ministério da Educação, Graci Santiago Serra, em 27 de junho idem. — O Tribunal julgou boa e legal a comprovação da aplicação dada aos citados adiantamentos.

De 32:500\$0 pelo oficial administrativo classe F, do Quadro I, do Ministério da Fazenda, exercendo interinamente o cargo de tesoureiro geral da Recebedoria Federal, Aluizio Alves Dantas le Araújo, em 19 de agosto do ano findo. — O Tribunal julgou boa e legal a aplicação do adiantamento e determinou se faça a reversão do saldo recolhido à verba própria.

Recebido na Delegacia Fiscal em São Paulo:

De 100:000\$0 pelo agrônomo diretor da Estação Experimental Central do Café em Bofundatú, Arari Prudente Corrêa, em 10 de junho de 1935. — O Tribunal julgou boa e legal a aplicação dada ao citado adiantamento.

Relatados pelo Sr. ministro Ernesto Claudino:

Processos:

De tomada de contas:

N. 1.501, do 2º tenente intendente naval Jaime Machado, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de \$8:650\$0, recebido em 8 de maio de 1938 por intermédio da Agência do Banco do Brasil em Natal. — O Tribunal mandou lavrar acordão considerando o responsável em débito pela importância total do adiantamento.

N. 27.773, de Ernesto Eulálio da Silva, ex-coletor federal em Cambuquira, no Estado de Minas Gerais, no período de 31 de outubro de 1929 a 31 de maio de 1931. — O Tribunal mandou lavrar acordão considerando o citado responsável em crédito pela importância de 400\$043 e o escrivão Alvaro Rodrigues da Costa pela de 276\$7.

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 5:000\$0 pelo almoxarife do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, Alfredo Leite Loureiro, em 12 de junho de 1939;

De 2:500\$0 pelo porteiro do Pretório, Ademar de Castro Guimarães, em 11 de julho idem;

De 1.000:600\$0 pelo engenheiro classe N, do Quadro I, do Ministério da Educação, Marcelo Teixeira Brandão;

De 2:700\$0 pelo secretário da Procuradoria Geral da República, Plínio Gomes Cardim, em 16 de agosto idem;

De 1:560\$0 pelo oficial administrativo classe J, do Ministério da Educação, Reinaldo Barreto Pinto, em 4 de setembro idem;

De 475\$0 pelo chefe da Contadoria Seccional na Imprensa Nacional, Aderbal Alves, em 17 de novembro idem;

De 250\$0 pelo contador seccional no Ministério da Marinha, Henrique Alberto Orcinoli, em 17 de agosto idem;

De 55:000\$0 pelo contabilista classe I, do Ministério da Educação, Thiers de Godoi, em 9 de junho idem;

De 750\$0 pelo médico veterinário classe J, com exercício no Serviço de Fiscalização de Carnes, Francisco Câneo Pontes Neto, em 26 de outubro de 1938;

De 475\$0 pelo chefe da Contadoria Seccional na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal, Jaime Melo Santos, em 5 de maio de 1939;

De 3:000\$0 pelo diretor da Escola João Luiz Alves, Sebastião A. de Azevedo, em 31 de março idem;

De 21:500\$0 pelo consul João Batista Pereira, em 5 de julho idem;

De 2:500\$0 pelo guarda sanitário classe E, do Quadro I, do Ministério da Educação, Adriano Marcondes Lessa, em 2 de agosto idem;

De 10:000\$0 pelo almoxarife classe J, do Ministério da Educação, Teófilo Ofoni Maurício de Abreu, em 21 de agosto idem;

De 500\$0 pelo servente classe C, do Quadro I, do Ministério da Educação, João Bruno de Oliveira, em 6 de novembro idem;

De 475\$0 pelo chefe da Contadoria Seccional no Serviço de Águas e Esgotos, Mário Gonçalves Ferreira, em 24 de agosto idem;

De 460\$0 pelo veterinário classe J, do Quadro I, do Ministério da Educação, Paulo Alfredo Gissoni, em 11 de agosto idem;

De 1:500\$0 pelo oficial administrativo classe I, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Luiz José Pereira das Neves, em 25 de setembro idem;

De 85:000\$0 pelo consul Raul Popp, em 14 de agosto idem.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos.

De 13:000\$0 pelo engenheiro classe J, do Departamento de Aeronáutica Civil, Gerd Stollenberg, em 24 de outubro de 1939; 250\$0 pelo guarda-livros classe E, com exercício na Contadoria Seccional do Ministério da Educação, Brasília Galvão, em 15 de maio idem;

25:500\$0 pelo oficial administrativo classe J, do Ministério da Fazenda, Nicomedes Dias, em 30 de agosto idem, e de 475\$0 pelo chefe da Contadoria Seccional na Caixa de Amortização, Oscar Rodrigues de Almeida, em 24 de agosto idem. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos citados adiantamentos, determinando se faça a reversão dos saldos recolhidos às verbas próprias.

De 52:500\$0 pelo engenheiro classe J, do Departamento Nacional da Produção Mineral, Sindoro Carneiro de Sousa, em 24 de abril último. — O Tribunal julgou boa e legal a aplicação dada ao adiantamento, tendo-se declarado impedido o Sr. ministro Bernardino de Sousa.

De 18:750\$0 pelo chefe da Portaria do Ministério da Justiça, José Nunes Ramalho, em 10 de outubro de 1938. — O Tribunal resolveu se faça a intimação dos herdeiros dos responsáveis de acordo com os pareceres.

Recebidos nas delegacias fiscais:

De 39:600\$0 pelo assistente técnico de 1ª classe da Estação Experimental em União, no Estado de Alagoas, José Dantas Mendes, em 5 de setembro de 1939; 1:400\$0 pelo sub-classificador do Serviço Técnico do Café, no Estado de São Paulo, Tácito de Almeida Sampaio, em 31 de agosto de 1936; 30:000\$0 pelo funcionário da Fiscalização dos Portos no Estado do Maranhão, Armando Ramos Mendes, em 20 de abril de 1939; 150\$0 pelo escriturário classe E, da 3ª Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, Antônio Alves Tavares, em 28 de setembro findo; 337\$0 pelo guarda-livros classe G, com exercício na Contadoria Seccional da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de Alagoas, Geruza Amaral Ataíde, e de 260:000\$0 pelo tesoureiro da Estrada de Ferro de Bragança, Guilherme Gonçalves

Sampaio, em 25 de março de 1938. — O Tribunal julgou boa e legal a comprovação da aplicação dada aos citados adiantamentos.

Foi, finalmente, aprovada a redação do acordão mandado lavrar em sessão de 28 de setembro de 1939, no processo de tomada de contas n. 13.085 de Arrigo Werneck Bossi e apresentado pelo Sr. auditor Ernesto Claudino, considerando o mesmo responsável quile para com a Fazenda Nacional e mandando que nesse sentido seja expedida a competente provisão.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. ministro presidente designou o dia 23 do corrente, às 14 horas, para a seguinte sessão ordinária do julgamento de processos da mesma natureza, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai subscrita e assinada.

ATA N. 51

DECISÕES DO SR. MINISTRO SEMANÁRIO DR. RUBEN ROSA — SECRETARIO, ANÍSIO STORRY DOS SANTOS

De 11 a 15 de dezembro de 1939

Presidência da República.

Departamento Administrativo do Serviço Público.

Ofícios:

N. 2.077 de 6-12-39 — Adiantamento de 30:000\$0 a Arnor Cua-piassú para despesas de transportes e condução no 4º trimestre do corrente ano (36.958).

N. 2.015, de 27-11-39 — Pagamento de 789\$0 à Livraria Civilização Brasileira, por fornecimentos feitos (33.949).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 2.042 de 30-11-39 — Pagamento de 959\$9 a Carmélia Ribeiro dos Reis em virtude de prorrogação no mês de novembro p. p. (33.704).

A Diretoria para informar qual o período anterior a este processo que diz referência a prorrogação.

N. 2.042 de 30-11-39 — Pagamento de 959\$9 a Carmélia Ribeiro dos Reis em virtude de prorrogação no mês de novembro último (33.704).

Registe-se a vista da decisão do Tribunal em sessão do dia 8 deste in processo 96.871-39 do Tesouro.

Ministério da Fazenda.

Avisos:

N. 120 de 2-12-39 — Solicitando pagamento de 8:810\$1 a Laura Lira Neiva e outros de gratificações no mês de novembro p. findo (36.917).

Ofícios:

N. 657 de 16-11-39 — Idem, idem de 718\$ à The Leopoldina Railway Co. Ltd., proveniente de passagens fornecidas no corrente ano (36.835).

N. 11.420, de 25-11-39 — Idem, idem de 2:010\$0 a Agência Internacional de Publicações proveniente de assinaturas de revistas (36.711).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 656, de 16-11-39 — Pagamento de 184\$5 ao Lloyd Brasileiro por transportes no corrente exercício (34.151).

Aviso n. 121, de 2-12-39 — Pagamento de 916\$7 a Clélia Augusta Guimarães de Bacelar e outro por serviços extraordinários prestados durante o mês de novembro último (36.915).

Pagamento de 464\$1 ao Lloyd Brasileiro proveniente de passagem concedidas no corrente exercício (36.901).

Ofício n. 1.296 de 24-10-39, pagamento de 1:479\$9 proveniente de pensão de montepio (29.011).

Ordenou-se o registro das despesas.

Distribuição de créditos.

Ofício n. 671 de 23-11-39, solicitando distribuição às Delegacias no Pará — São Paulo — Rio Grande do Norte dos créditos de 583\$0, 583\$0, 83\$0, para pagamento de vencimentos do pessoal extranumerário do Imposto de Renda.

Ordenou-se o registro da distribuição.

Pagamento de 392\$0 a Virgílio Jorge Sales (35.269); de réis, 1:005\$0 a Celino Barbosa Cabral (33.210); de 1:689\$4 a Pedro Tinoco do Amaral (33.278); de 850\$0 a Raul M. Leão Veloso (36.267); de 1:840\$0 a Sydney A. de Carvalho (36.589); de 28\$6 a Luiz dos Santos (36.499); de 168\$2 a José de O. Bonaparte (36.497); de 2:271\$9 a Bartolino B. da Silva (36.491); de 121\$3 a Benedito de O. Cesar (36.297); de 1:440\$0 a Armênia de Campos Nicol (36.293); de 320\$0 a Ubaldino M. Soares (33.787); de 119\$5 a João Pedro Gardês Neto (33.794); de 230\$0 a João Severiano da Silva (33.196); de 366\$0 a João Mendes Pereira (33.216); de 22\$4 a Eduardo H. Cesar (33.192); de 288\$7 a Alberto Mezomo (36.279); de 144\$4 a Oto Emy (36.275); de 1:496\$5 a José L. Galvão (36.273); de 134\$2 a Jacob José da Silva (36.493); de 100\$0 ao Dr. Carlos Firas Júnior (36.457) e de 1:524\$3 a Juvenal Bastos da Silva (36.255), de exercícios findos.

Ordenou-se o registro da despesa

Offício 659, de 16-11-39, pagamento de 1:481\$9 proveniente de passagens fornecidas no corrente exercício a Diretoria do Serviço do Pessoal (36.839).

Convertido em diligência para retificação de número de passagens fornecidas.

Offício n. 651 de 16-11-39, pagamento de 90\$0 a Migueis & Comp. proveniente de passagens fornecidas a funcionário da Diretoria da Despesa Pública (31.177) — Convertido em diligência para que seja retificada a divergência do número do empenho.

Offício 658 de 16-11-39 pagamento de 372\$1 a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, proveniente de transportes concedidos a Diretoria do Imposto de Renda (34.173).

Offício 660 de 16-11-39 pagamento de 521\$9 a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro proveniente de luz elétrica no mês de setembro p. findo (34.175). Imposto de Renda.

Pagamento de 215\$0 ao Lloyd Brasileiro, proveniente de passagens fornecidas à Diretoria do Domínio da União (36.719).

Offício n. 242, de 17-10-39, pagamento de 100\$0 ao Dr. Sílvio Curvo, por ter tomado parte em junta médica para inspeção de saúde para aposentadoria (36.669).

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 488\$4 a José Pereira de Sousa Filho (33.276); de 351\$0 a José Euclides Caraca (36.503); de 330\$0 a Paulino Pereira de Barros (33.336); de 165\$3 a José Gregório (33.340); de 3:451\$3 a Fideleino Teixeira Coelho Filho (36.929); de 150\$0 a Odalgrino Rodrigues de Faria (36.927); de 1:344\$0 a João Cipriano de Araujo (33.832); de 850\$0 a Balbino de A. Santos (36.257) e de 116\$1 a Venâncio Mendes (36.495) de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 600\$0 a Maria Pinto de Andrade (33.757); de 217\$7 a Domingos Francisco Frazão (32.852) e de 235\$5 a Fredolino José Soares (33.753), de exercícios findos.

Ao M. Ministério Público para nos termos da lei, dizer sobre a prescrição.

Pagamento de 4:510\$7 a Alair Saraiva de Paula Dias, proveniente de pensões atrasadas (36.201). — Preliminarmente, prove o signatário de fls. 39 o mandato em termos hábeis.

Pagamento de 37:810\$7 a Artur Carlos Ferrão (30.400) proveniente de exercícios findos.

A plenário.

Offício n. 2.697, de 18-11-39, pagamento de 600\$0 a João Nesi Filho, de diárias para assistir a tomada de contas. (36.829).

Offício 423 de 4-12-39 pagamento de 6:550\$0 aos membros da Junta Administrativa e funcionários para assinatura de título da Dívida Pública (37.092).

Ordenou-se o registro da despesa.

Pagamento de 33:816\$2 a José da Rocha Wanderley (36.919); de 24:023\$9 a Cláudio A. de Lima (33.338); de 3:784\$6 a João Henrique Praxedes (30.398); de 1:511\$1 a Edmundo Jordão Amorim do Vale (36.982); de 684\$0 a Cândido Reis dos Santos (33.214); de 42:684\$4 a Cristiano Gomes da Silva (37.056); de 82:141\$6 a Sílvio de Noronha (36.845); de 825\$0 a Pedro Alves da Silva (36.794); de 5:833\$3 a Antônio A. C. de Castro (34.087) e de 4:179\$0 a Alberto Mendes Guimarães (36.966) de exercícios findos.

A plenário.

Pagamento de 2:253\$3 a Aurino Barbosa Santos (31.215); de 16:863\$7 a The Wester Telegraph Co. Ltd. (32.279); de 69\$7 a Valtér Rodrigues Fortes (32.838); de 1:500\$0 a Francisco Flávio Fontana (37.060); de 19\$9 a Manuel Aprígio de Cristo (33.329); de 1:900\$0 a José H. das Chagas (34.083); de 125\$0 a Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Barra do Pirai (33.345); de 149\$4 a Amantino Gomes (33.391); de 255\$5 a Maximiliano Ghirelo (33.393); de 266\$7 a Marcelino J. Jorge Filho (33.472); de 120\$0 a Manuel Pereira dos Santos (33.399); de 600\$0 a Oscar Torres (36.806); de 936\$0 a Pedro Rodrigues das Chagas (33.374); de 4:592\$0 a Cid Apolinário de Moraes (32.828); de 1:227\$6 a Djalma Antônio Mazim (33.384); de 592\$6 a João Ramos da Silva (33.388); de 534\$6 a Arnaldo Vinido Lopes Ribeiro (36.458); de 188\$8 a Manuel João do Nascimento (33.685); de 6:846\$7 a Augusto de Oliveira Góes (33.695); de 438\$9 a Hime & Cia. (33.749); de 2:192\$0 a José Ferreira Viana (33.691); de 146\$3 a João da Silva Ramos (36.456); de 1:422\$6 a Hereulano Hugo Kopp (33.735); de 1:200\$0 a Albertina Streit de Vasconcelos (33.759); de 20\$0 a Sílvio Tavares. (36.483); de 83\$2 a Companhia Telefônica Brasileira (36.417); de 1:354\$0 a Alvaro M. Soares (33.795); de 50\$0 a Brasiliano Lima (33.785); de 480\$0 a Reinaldo Gusmão (36.481); de 57\$0 a Geraldo Bispo Loyola (33.789); de 960\$0 a Oscar Rocha (34.079); de 10:000\$0 a Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Serãozinho (33.588); de 975\$6 a Leonel Seára (36.808); 975\$6 a Raul Stuart (36.804); de 3:166\$7 a Valdemar de Sá Earp (36.305); de 2:750\$0 a Cesar C. de Sousa (36.802); de 456\$0 a Mário Leite (36.037); de 197\$0 a Antônio Nunes Galvão (34.039); de 1:800\$0 a Zacarias L. Bezerra (34.103); de 3:600\$0 a Agripino Mascarenhas (34.081); de 307\$2 a Companhia Telefônica Brasileira (33.586); de 429\$3 a Teodoro M. Gercopelo (34.199); de 533\$4 a Otávio de A. F. Xavier (34.203); de 111\$2 a Companhia Telefônica Brasileira (36.444); de 570\$0 a Emilio Wolf (36.287); de 101\$6 a Alfredo Graciliano da Fonseca (33.775); de 92\$9 a Manuel Camargo

(36.448); de 62\$0 a João Pires Ferreira (36.450); 246\$0 a Rêde Mineira de Viação (34.205); de 1:283\$3 a Ataíde F. Rocha (34.209); de 106\$0 a São Paulo Railway Comp. (34.211); de 771\$0 a Carlos Agritelli (24.972); de 3:600\$0 a José de Acampura (36.923); de 15:360\$0 a Manuel A. de Andrade (37.056); de 1:288\$0 a Narciso Brasil (32.836) e de 2:156\$7 a Guilherme de Carvalho Witacker, proveniente de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Educação e Saúde:

Of. n. 11.028, de 27-11-39, pagamento de 1:460\$0 a Otto Schu back & Cia. Ltda., proveniente de aluguel do prédio sito à rua d. Assembléia, ocupado nos meses de setembro e outubro do corrente exercício pelo Depósito e Tesouraria do Instituto Oswaldo Cruz (33.780).

Of. n. 11.023, de 27-11-39, pagamento de 1:000\$0 ao Dr. Joaquim de Oliveira Botelho, proveniente de aluguel do prédio número 169 à rua General Polícáro ocupado no mês de outubro último pelo 7º Distrito do S. A. E. do Distrito Federal (34.127).

Of. n. 11.017, de 27-11-39, pagamento a firma Dias Amorim & Cia. Ltda. de 11:350\$7, relativo a fornecimentos feitos ao S. A. E. do Distrito Federal no mês de novembro p. findo. (36.848).

Of. n. 11.030, de 27-11-39, pagamento a A. Barros & Cia. Ltda., de 1:194\$0 proveniente de fornecimentos feitos no mês de outubro ao S. A. E. do Distrito Federal. (34.131).

Of. n. 11.029, de 27-11-39, pagamento a Soares Lavrador & Cia. de 3:248\$0 relativo a fornecimentos feitos no mês de outubro último ao S. A. E. do Distrito Federal. (36.863).

Of. n. 11.046 e 10.998, de 29-11-39 e 24-11-39, pagamentos a Transmotor Oficina Electro-Mecânica de 3:600\$0 e 250\$0 relativo a reforma da instalação elétrica do Pavilhão Viana do Castelo na Colônia Juliano Moreira do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal (34.137) e conserto numa bomba elétrica. (Número 36.865).

Of. n. 11.045, de 29-11-39, pagamento ao Dr. Joaquim Martagão Gesteira, diretor do Instituto de Puericultura da U. B. como adiantamento da importância de 1:750\$0. (34.135).

Of. n. 11.657, de 28-11-39, pagamento de 1:533\$2 ao Dr. Luiz Antônio da Costa Carvalho, relativa a gratificação do mês de novembro findo. (33.794).

Of. n. 11.020, de 27-11-39, pagamento de 3:700\$0 ao Sr. Otacilio Rainho Carneiro relativo a trabalhos bibliotecários prestados no mês de novembro p. findo. (36.850).

Of. n. 11.011, de 27-11-39, pagamento ao Lloyd Brasileiro de 791\$7 proveniente de fornecimentos de passagens no mês de setembro último. (33.788).

Of. n. 11.021, de 27-11-39, pagamento de 1:600\$0 a Vítor Frederico da Silveira Nascimento, proveniente de 15 desenhos e dois mapas regionais do Brasil para publicação do Museu Nacional. (36.856).

Of. n. 11.016, de 27-11-39 pagamento de 670\$0 a Alcides Pereira Peixoto, relativa a sessões cinematográficas realizadas em outubro último na Colônia Gustavo Riedel. (36.854).

Of. n. 10.998, de 24-11-39, pagamento de 6:500\$0 ao Dr. Jaime Graboís, diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil como adiantamento. (33.802).

Ordenou-se o registro da despesa

Comissão Central de Compras.

Offícios:

Ns. 17.410, de 24-11-39, pagamento de 7:000\$0 a Martins Júnior (33.873); 17.583, de 28-11-39, de 2:280\$0 a Casa Sousa Batista Ltda. (36.930); 17.579, de 28-11-39, de 695\$0 a G. Pereira Carvalho & Cia. (36.922); 17.573, de 28-11-39, de 220\$0 a Paula Galati & Cia. Ltda., (36.910); 17.571, de 28-11-39 de 190\$0 a J. G. Pereira & Cia. e outro (36.906); 17.569, de 28-11-39 de 136\$0 a Alvaro P. Silva (36.902); 17.582, de 28-11-39 de 1:849\$6 a M. Ventura & Cia. (36.928); 17.584, de 28-11-39 de 1:531\$1 a Equipamentos Científicos Ltda. e outros (36.926); 17.578, de 28-11-39, de 583\$1 a Paredes & Cia. e outros (36.920); 17.572, de 27-11-39, de 219\$9 a Jorge Pereira & Cia. Ltda. (36.908); 17.570, de 28-11-39 de 174\$0 a Moreira Barbosa & Cia. Ltda. (36.904); 17.580, de 28-11-39 de 1:358\$8 a Mário Amado & Cia. e outro (36.924); 17.361, de 24-11-39 de 6:305\$0 a Francisco Leal & Cia. e outro (36.751); 17.576, de 28-11-39 477\$8 a Civilização Brasileira S. A. (36.916); 17.757, de 28-11-39 de 405\$6 a M. M. Rezende & Cia. (36.914) proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério.

Ordenou-se o registro da despesa.

N. 11.861, de 6-12-39, pagamento de 3:165\$0 a José Ferreira Bouças e outros, proveniente de gratificações em novembro (Número 34.111).

N. 11.026, de 27-11-39, pagamento de 532\$8 a Humberto Soares & Cia. proveniente de fornecimentos no mês de outubro à Colônia Gustavo Riedel (33.772).

N. 11.002, de 24-11-39, idem de 87\$7 a The Rio de Janeiro City Improvements Co Ltd. relativa a fornecimentos e reparos feitos em novembro, na rede de esgotos do Hospital Psiquiátrico. (36.869).

N. 11.001, de 24-11-39, idem de 938\$4 a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, proveniente de consumo de gás no mês de agosto no Departamento Nacional de Saúde. (36.867).

N. 11.038, de 29-11-39, idem 2:534\$2 a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro proveniente de consumo de gás e luz elétrica na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil no mês de setembro (34.133);

N. 11.025, de 27-11-39, idem de 1:028\$2 a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro proveniente de consumo de gás no mês de setembro na Colônia Gustavo Riedel (34.129);

N. 11.015, de 27-11-39, idem de 241\$6 a Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro de consumo de luz elétrica nos meses de agosto e setembro do corrente ano no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (33.792);

N. 11.658, de 28-11-39, idem de 25:297\$8 a Benjamim Vieira e outros proveniente de vencimentos do mês de novembro, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (33.786);

N. 10.980, de 23-11-39, idem de 560\$2 a Societé Anonyme du Gaz de consumo de gás da S.A.E. do Distrito Federal em agosto e setembro (33.642);

N. 11.051, de 29-11-39, idem de 829\$1 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro de consumo de energia elétrica no mês de setembro na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (34.139);

N. 10.978, de 23-11-39, idem 1:094\$9 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro de energia elétrica do Hospital São Francisco de Assis em agosto (33.644);

N. 10.988, de 23-11-39, idem de 34\$7 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro de luz elétrica do Observatório Geofísico de Vassouras, no mês de setembro (33.646);

N. 11.013, de 27-11-39, idem 666\$8 ao Lloyd Brasileiro de fornecimento de passagens em novembro próximo findo ao Ministério (33.780);

N. 10.935, de 21-11-39, idem de 97\$9 a Estrada de Ferro Central do Brasil, proveniente de fornecimento de passagens (33.126);

N. 11.018, de 27-11-39, idem de 418\$9 a Companhia Telefônica Brasileira, de assinatura de telefones ao Instituto Nacional do Cinema Educativo do mês de outubro próximo passado (36.840);

Ordenou-se o registro da despesa.

N. 17.783, de 1-XII-39, pagamento de 220\$0 a M.M. Gomes & Companhia Ltda., (37.000); 17.790, de 1-12-39, pagamento de 883\$7 a J. G. Pereira & Comp. (37.011); 17.795, de 1-12-39 pagamento de 1:200\$7 a Heitor, Ribeiro & Comp. e outros (37.024); de 1-12-39 idem de 1:111\$7 a J. G. Pereira & Comp. (37.022); 17.792 de 1-12-39, idem de 1:027\$4 a M. Ventura & Comp. e outros (37.018); 17.777 de 1-12-39 idem de 52\$0 a Vilas Boas & Comp. (36.988); 17.796 de 1-12-39 idem de 1:527\$4 a J. G. Pereira & Comp. e outros (37.026); 17.781, de 1-12-39 idem de 118\$8 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (36.996); 17.802, de 1-12-39 idem de 11:900\$0 a Cesar El-Yachar & Comp. (37.038); 17.801, de 1-12-39 de 11:418\$5 a Ferreira Filho & Comp. e outros (37.036); 17.799, de 1-12-39 idem de 2:202\$7 a B. Saraiva & Comp. e outros (37.032); 17.798, de 1-12-39 idem de 2:169\$3 a J.G. Pereira & Comp. e outro (37.030); 17.797, de 1-12-39 idem de 1:686\$2 a Paula, Galati & Comp. Ltda. e outros (37.028); 17.786, de 1-12-39 idem de 350\$5 a J. G. Pereira & Comp. (37.006); 17.780, de 1-12-39 idem de 103\$7 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (34.994); 17.779, de 1-12-39 idem de 85\$0 a Alvaro P. Silva (36.992); 17.778, de 1-12-39 de 69\$5 a Fonseca Almeida & Comp. Ltda. (36.990); 17.803, de 1-12-39, idem de 42:352\$4 a Santos Martins & Comp. e outros (37.049); 17.785, de 1-12-39 idem de 304\$3 a J. G. Pereira & Comp. (37.001); 17.782 de 1-12-39 idem 219\$0 a J. G. Pereira & Comp. (36.998); 17.793, de 1-12-39 idem de 1:062\$0 a B. Saraiva & Comp. (37.020); 17.787, de 1-12-39 idem de 360\$0 a Martins Gomes & Comp. (37.008); de 1-12-39 idem de 17\$6 a J. G. Pereira & Comp. (36.986); 17.800, de 1-12-39 idem de 3:569\$2 a Paula, Galati & Comp. Ltda. (37.034); 17.791, de 1-12-39 idem de 950\$0 a Casa Sousa Batista Ltda. (37.016); 17.784, de 1-12-39 idem de 246\$0 a Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (37.002); 17.788, de 1-12-39 idem de 521\$8 a Alexandre, Ribeiro & Comp. Ltda. e outros (37.010) e 17.789, de 1-12-39 idem de 636\$8 a M. Ventura & Comp. e outros (37.012) proveniente de diversas matérias fornecidas às diversas repartições do Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Ofícios:

N. 1.439, de 28-11-39, pagamento de 2:439\$5 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro proveniente de consumo de energia elétrica nos meses de junho e agosto último (36.881);

N. 1.445, de 28-11-39, idem de 372\$1 ao Lloyd Brasileiro proveniente de transportes concedidos a Imprensa Nacional nos meses de junho, julho e setembro últimos (36.879);

N. 1.384, de 27-11-39, idem de 14\$8 a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro de consumo de luz elétrica no mês de agosto último pelo Depósito Público (36.877);

N. 1.382, de 27-11-39, idem de 10:080\$2 a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro de consumo de energia e aluguel de dois transformadores, referentes ao mês de maio último, pela Imprensa Nacional (36.873);

N. 1.389, de 27-11-39, idem de 2:070\$9 a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro consumo de energia elétrica na Casa de Detenção nos meses de maio a julho últimos (36.871).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 1.432, de 24-11-39, idem de 34:007\$0 a Virgílio Guimarães & Cia. de material e trabalhos fornecidos e prestados no Instituto Sete de Setembro no mês de setembro último (33.418).

Convertido em diligência para que seja encaminhado ao Tribunal o processo de concorrência.

N. 2.993, de 30-11-39, pagamento de 10:174\$0 a Carlos Caldas e mais 125 funcionários proveniente de gratificação por serviços extraordinários prestado fora das horas do expediente normal no período de 13-0 a 12-11 (37.027);

N. 2.992, de 30-11-39, idem de 6:580\$8 a Booz Belfort de Oliveira e mais 41 funcionários, proveniente de serviços extraordinários prestados fora das horas do expediente normal no período de 13-10 a 12-11 (37.029);

N. 1.434, de 28-11-39, idem de 11:168\$0 a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro proveniente de consumo de gás e luz na Imprensa Nacional no mês de agosto último (36.866);

N. 1.444, de 28-11-39, idem de 1:451\$7 a Companhia Telefônica Brasileira proveniente de assinaturas telefônicas do Tribunal de Apelação no período de 1-7 a 30-9 (36.864);

N. 1.440, de 28-11-39, idem de 6:359\$7 a Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro de consumo de gás e luz na Secretaria do Ministério nos meses de junho a agosto últimos (36.862);

N. 1.441, de 28-11-39, idem de 9:864\$3 a Companhia Telefônica Brasileira proveniente de serviços telefônicos nos meses de abril a junho último na Secretaria do Ministério (36.860);

N. 1.409, de 28-11-39, idem de 1:115\$3 a Companhia Telefônica Brasileira, de assinatura de telefones e serviços telefônicos no 1º semestre do corrente ano à Escola João Luiz Alves (36.858);

N. 1.430, de 28-11-39, idem de 171\$5 a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro de consumo de energia elétrica no mês de agosto último no Instituto 7 de Setembro (34.151);

N. 1.378, de 27-11-39, idem de 1:248\$0 a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro de consumo de energia elétrica, no mês de abril último pelo Tribunal de Apelação (34.149);

N. 1.408, de 28-11-39, idem de 3:139\$3 a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, de consumo de energia elétrica no mês de julho a agosto na Escola João Luiz Alves (34.147);

N. 1.376, de 27-11-39, idem de 3:700\$0 a Ermelindo Ferreira por serviço prestado e fornecimento ao Arquivo Nacional (34.145);

N. 1.428, de 28-11-39, idem de 877\$9 a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro de consumo de gás e luz no Instituto 7 de Setembro no mês de agosto último (33.800);

N. 1.431, de 28-11-39, idem de 78:213\$5 a Companhia Telefônica Brasileira, de serviços telefônicos prestado ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural nos meses de janeiro e de março a junho último (33.798);

N. 1.429, de 28-11-39, idem de 551\$8 a Companhia Telefônica Brasileira, de assinaturas telefônicas ao Instituto 7 de Setembro no período de 1 de janeiro a 30 de junho último (33.796).

Ordenou-se o registro das despesas.

Comissão Central de Compras:

Ofícios:

N. 17.367, de 24-11-39, pagamento de 2:970\$3 a Fonseca Almeida & Cia. Ltda. e outros (36.761); 17.584, de 28-11-39 de 101\$9 a Liga de Proteção aos Cegos do Brasil e outros (36.932); 17.585 de 28-11-39 de 279\$0 a Abílio F. Magalhães & Cia. (36.934); 17.586, de 28-11-39 de 1:399\$2 a Companhia Usinas Nacionais (36.936); 17.804, de 1 de dezembro de 1939 de 1:164\$0 a B. Herzog & Cia. e outros (37.042); de 1-12-39 de 1:472\$9 a Homero & Cia. Ltda., e outro (37.044); 17.587, de 28-11-39 de 2:405\$0 a Companhia Aga do Brasil S. A. e outros (36.938) e 17.682 de 30-11-39 de 39:140\$0 a Ferreira, Filhos & Cia. e outros (36.556) proveniente de fornecimentos feitos a diversas repartições do Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas:

Ministério das Relações Exteriores:

Comissão Central de Compras:

Ofícios:

N. 17.365, de 24-11-39, pagamento da conta de 642\$0 a Vilas Boas & Cia. (36.757) proveniente de fornecimento de materiais feito ao Ministério. — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério do Trabalho Indústria e Comércio:

Avisos:

N. 635, de 28-11-39, adiantamento de 1:000\$0 a Laerth Gonçalves Pinto para novembro e dezembro de 1939 (36.885);

N. 623, de 28-11-39, adiantamento de 30:000\$0 a Maria de Lourdes Modiano para novembro e dezembro de 1939 (36.883);

N. 634, de 28-11-39, pagamento de 37:541\$2 ao Lloyd Brasileiro proveniente de serviços prestados ao Departamento Nacional de Imigração.

Ordenou-se o registro da despesa.

Pagamento de 4:076\$7 a Empresa Progresso Ltda. proveniente de fornecimento feito ao Ministério (20.756). — A plenário

Ministério da Viação e Obras Públicas.

Ofícios:

N. 3.800 de 29-11-39, encaminhando folha de gratificação por serviços extraordinários de Viriato Nunes da Costa, na importância de 183\$3 (36.843).

Devolvido a Diretoria para informar qual o total de dias de expediente prorrogado, neste exercício, que porventura tem o beneficiado constante deste processo.

N. 3.792, de 28-11-39, idem conta de 99\$0 da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. de consumo de energia

elétrica da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense no mês de setembro último (34.161);

N. 3.727, de 25-11-39, idem, idem de 7:960\$0 de G. Ferreira & Filhos, sucessores de G. Pereira Carvalho & Comp. de fabricação e instalação de 2 armários de aço no edificio n. 1 do Aeroporto Santos Dumont (34.153);

N. 3.731, de 25-11-39, idem, idem de 1:730\$8 da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro de consumo de luz no Departamento de Aeronáutica Civil em setembro último (34.153);

N. 3.790, de 28-11-39, idem, idem de 23:113\$8 de Bernardino Vilar Barbosa, proveniente de serviços prestados a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.857);

N. 3.742, de 25-11-39, idem, idem de 799\$1 da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, de fornecimento de luz elétrica ao Departamento Nacional de Portos e Navegação no mês de setembro último (36.870);

N. 3.791, de 28-11-39, idem, idem, de 1:123\$0 de Erich Eichner & Comp. Ltda. de assinaturas de revistas técnicas e de engenharia fornecidas ao Departamento de Saneamento da Baixada Fluminense no corrente exercício (36.845);

N. 3.736, de 25-11-39, idem, idem de 501\$3 da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro de fornecimento de energia elétrica ao Departamento de Aeronáutica Civil em setembro último (36.868);

N. 3.784, de 28-11-39, idem, idem de 527\$8 da Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, de fornecimento de luz elétrica a Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense em setembro último (36.855);

N. 3.772, de 28-11-39, idem, idem de 75:400\$0 de Mário R. Pereira, de serviços prestados a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.849);

N. 3.774, de 28-11-39, idem, idem de 34:830\$0 de Alcebiades de Azevedo de serviços prestados a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.853);

N. 3.773, de 28-11-39, idem, idem, de 35:162\$0 de Aurélio Soares de serviços prestados a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (36.851);

N. 3.764, de 27-11-39, idem, idem de 5:925\$0 da Companhia Imobiliária do Castelo S. A. de aluguel da sala n. 4 e sobre-loja e 101 e 110 do 1º andar do edificio Raldia, sede da Inspeção Geral de Iluminação (34.159).

Ordenou-se o registro das despesas.

Comissão Central de Compras.

Offícios:

N. 17.807, de 1-12-39, remetendo conta de 292\$3 de Paredes & Comp. (37.048); 17.806, de 1-12-39 de 262\$5 de A. Ramada & Comp. Ltda. e outros (37.046); 17.809, de 1-12-39 de 4:246\$0 do Instituto Pinheiro e outros (37.052); 17.808, de 1-12-39 de 3:897\$4 de Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. e outros (37.050); 17.439 de 26-11-39 de 41:521\$4 de Fonseca Almeida & Comp. Ltda. e outros (33.931); 17.596, de 28-11-39 de 90:000\$0 da Empresa Comercial Importadora Ltda. (34.191); 17.594, de 28-11-39 de 56:420\$0 da Fábrica de Aço Paulista S. A. (36.952); 17.593, de 28-11-39 de 38:879\$3 de Manfredo Costa & Comp. (36.950); 17.592 de 28-11-39 de 35:900\$0 de Rocha Couto & Comp. (36.948); 17.591, de 28-11-39 de 24:000\$0 de Rocha Couto & Comp. (36.946); 17.590, de 28-11-39 de 16:881\$1 da Fábrica de Aço Paulista S. A. (36.944); 17.589, de 28-11-39 de 7:906\$0 de Paulo Monteiro Machado (36.942); 17.588, de 28-11-39 de 7:228\$3 de J. O. Machado & Comp. Ltda. (36.940); 17.695, de 30-11-39 de 49:328\$7 de Armando Busseti & Comp. e outros (36.582); 17.694 de 30-11-39 de 44:549\$0 de Fonseca Almeida & Comp. Ltda. (36.580); 17.693, de 30-11-39, de 41:050\$0 de Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (36.578) e 17.692 de 30-11-39, de 22:800\$5 de Alexandre Ribeiro & Comp. Ltda. (36.576) proveniente de materiais fornecidos às diversas repartições do Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas.

Dia 12 de dezembro de 1939

Ministério da Fazenda.

Pagamento de 1:355\$5 Nelsina de Matos Pragana e outras, proveniente de melhoria de pensão de montepio correspondente ao período de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 1938, por exercícios findos (31.065);

Pagamento de 1:669\$4 a Júlia Walker de Andrade, proveniente de pensão de montepio correspondente ao período de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 1938 (31.063).

Ordenou-se o registro da despesa.

Offícios:

N. 426, de 6 de dezembro de 1939, solicitando pagamento de réis 11.620\$0 correspondente a gratificação pelo serviço de assinatura de papel moeda realizado em novembro próximo findo por Afonso Ramos Gomes e outros (34.321);

N. 1.586, de 14 de novembro de 1939, idem, adiantamento de 5:000\$04 a Odorico Correia de Faria, para água, asseio e higiene no 4º trimestre do corrente ano (30.442);

N. 489, de 5 de dezembro de 1939, idem, adiantamento a Manuel José Gonçalves Filho, para atender a despesas miúdas no mês de dezembro corrente (37.059).

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamentos de 625\$0 a Olhon Drummond F. de Mendonça (número 33.351); 400\$0 a Teodora Vaz de Abreu Assunção (33.343) e de 173\$3 a Idalina Franco Moreira (33.357), de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 1:521\$4 a D. Maria da Conceição Costa Braga, correspondente a pensão de montepio no período de 22 de abril a 31 de dezembro de 1939 (22.547). — Ordenou-se o registro da despesa.

Pagamento da quantia de 572\$2 à Companhia Telefônica Brasileira (37.142); idem de 808\$2 à Rede Mineira de Viação (37.071); idem, idem de 51\$6 à Rede Mineira de Viação (37.138); idem, idem de 54\$8 à Rede Mineira de Viação (37.140); idem, idem de 106\$5 à Rede Mineira de Viação (37.073), de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 11:000\$0 ao capitão de corveta Aurélio Linhares, proveniente de exercício findo (33.952). — Registre-se, à vista da decisão proferida pelo Tribunal.

Ministério da Agricultura:

Offícios:

N. 8.768, de 14 de setembro de 1939, solicitando seja anulada na Tesouraria do Ministério e na Delegação deste Tribunal o crédito de 12:000\$0, transferindo-o para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo para atender ao pagamento de salário no corrente exercício, ao biólogo Otto Schubart (24.731).

Registre-se, feita a anulação indicada no parecer.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 11.027, de 27 de novembro de 1939, solicitando pagamento de 1:761\$0 a Ferreira Filho & Comp., proveniente de fornecimento feito à Colônia Gustavo Riedel, no mês de outubro último (33.778). — Registrou-se.

N. 11.358, de 20 de novembro de 1939, idem, idem de 3:316\$4 a Silvia Vacani da Mota Rezende, proveniente de gratificações nos meses de junho, julho, agosto e setembro últimos (36.385). — Registrou-se.

N. 11.896, de 7 de dezembro de 1939, idem de 288\$8 a Joaquim Fontinha e outros, proveniente de serviços extraordinários prestados fora das horas de expediente do Serviço de Comunicações (34.311);

N. 11.301, de 11 de dezembro de 1939, idem, idem da conta de 9:780\$0 de Augusto Carlos de Caldas, proveniente de vários serviços executados na Escola Nacional de Belas Artes (37.192).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 11.999, de 11 de dezembro de 1939, solicitando pagamento de 606\$0 a José Maria Joice Paranhos da Silva e Alzira Gualbana Moura, proveniente de serviços extraordinários prestados no Internato do Colégio Pedro II em novembro próximo passado (37.183);

N. 11.071, de 30 de novembro de 1939, solicitando pagamento da conta de 20:000\$0 a Luiz Alves de Sousa, por decifração e impressão dos manuscritos "Documentos Históricos", no mês de novembro findo (37.123);

N. 11.055, de 30 de novembro de 1939, idem, idem da conta de 1:200\$0 a Zacarias Pereira Campos, de aluguel do prédio sito à praça do Engenho Novo ns. 30 e 32, de outubro (37.109);

N. 11.088, de 30 de novembro de 1939, idem, idem de 750\$0 a José Joaquim Carneiro, proveniente de aluguel do prédio à rua Farma de Amoco n. 66, no mês de outubro último (37.124).

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

N. 633, de 28 de novembro de 1939, solicitando adiantamento de 30:000\$0 a Maria de Lourdes Modiano para despesas nos meses de novembro e dezembro (36.883). — À vista ao que consta da informação, registre-se.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Offícios:

N. 3.800 de 29/11/1939, solicitando pagamento de 183\$3 a Viriano Nunes da Costa proveniente de gratificação por serviços extraordinários prestados no Departamento Nacional de Portos e Navegação no mês de outubro último (36.843).

Ordenou-se o registro da despesa.

Dia 13 de dezembro de 1939

Ministério da Fazenda:

Pagamento de 2:319\$4 a dona Eimar Ivete Carneiro da Cunha de Gouveia Leite (34.449); idem, de 12:000\$0 a Augusto Romano (34.068) de exercícios findos. — Ordenou-se o registro das despesas.

Offícios:

N. 2.710, de 23/11/1939, solicitando pagamento de 135\$0 a Antônio Sabóia Santos, relativa a vencimentos do mês de novembro próximo findo (36.832). — Ordenou-se o registro das despesas.

N. 3.759, de 21/11/1939, idem, idem, da conta de 4:290\$9 a A. Rodrigues Costa proveniente de fornecimento de uniformes (36.846). — Convertido em diligência para que sejam sanadas as irregularidades apontadas.

(Razura na ordem de pagamento e assinatura do atestado na fatura e o certificado de prestação de serviço pelo mesmo funcionário.)

Pagamento de 6:464\$4 a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, proveniente de fornecimento de luz elétrica a diversas dependências do Ministério no mês de outubro próximo passado (34.353). — Ordenou-se o registro da despesa.

Comissão Central de Compras:

Offícios:

N. 18.171, de 9/12/1939, remetendo conta de 63:110\$4 a Castro Sobral & Comp. por fornecimentos feitos. — Ordenou-se o registro da despesa.

Pagamento de 9:676\$5 a Amaro José de Lima (23.715); de 300\$0 a Maurício de Barros Nunes (34.475); de 1:000\$0 a Orieta e Liseta

Dias Maciel (28.798) e de 49:878\$1 a Companhia Nacional de Navegação Costeira (37.066) de exercícios findos. — Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 15:674\$4 ao bacharel Eugênio Gracie Cata Preta, proveniente de diferença de vencimentos a que fez jus no ano de 1938 (34.451). — A plenário.

Ofício n. 354/A, de 27/11/1939, solicitando pagamento da conta de 732\$9 da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, proveniente de energia elétrica no mês de outubro último (37.033). — Ordenou-se o registro da despesa.

Pagamento de 35:572\$4 a Emília Augusto Gomes dos Reis e outros (21.100) de exercícios findos. — Ordenou-se o registro da despesa.

Pagamentos de 16:000\$0 a Luiz G. Leite & Comp. (34.509); de 600\$0 a Maria Pinto de Andrade (33.757); de 66\$5 a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro (34.040); de 3:850\$0 a José F. Nabuco de Gouveia (37.145); de 1:753\$7 a Antônio Lobo (36.446); de 1:036\$6 a Aristides M. de Oliveira (36.637); de 177\$9 a Rede Mineira de Viação (34.207); de 6:557\$1 a Antônio Vilela Filho (36.985); de 2:600\$8 a Raimundo Lobo Palheta (33.761); de 500\$0 a Apario Gonçalves Roma (33.334); de 217\$7 a Domingos Francisco Frazão (32.832); de 255\$5 a Fredolino José Soares (33.753); de 753\$3 a João C. Martins Filho (36.475); de 55\$1 a Eugênio Fernandes da Silva (33.355); de 130\$6 a Guilherme Antônio Alves Gomes (36.477); de 899\$0 a Américo dos Santos Barreto (36.479); de 139\$7 a Carlos Monteiro Alves (36.434); de 1:329\$9 a João de Sousa Bermudas (36.271); de 910\$8 a Júlio H. da Silva (33.206); de 818\$9 a José Manuel Pita (36.631); de 128\$5 a Juvêncio Honório da Silveira (33.401); de 6:396\$9 a João Cipriano de Araújo (33.812); de 310\$0 a Antônio J. da Silva (33.204); de 461\$3 de Artur Napoleão Gomes Pereira (33.751); de 193\$2 a Dauzacker da Silveira Marques (36.442); de 950\$0 a Cesalpina Vaz da Silva (28.776); de 820\$0 a Geonísio Curvelo de Mendonça (33.228); de 1:566\$6 a Valdemir Salem (34.115); de 209\$0 a Avelino de S. Correia (36.501); de 100\$0 a Roberto Neri Stelling (33.397); de 609\$5 a Benedito A. de Andrade (37.007); de 53\$3 a Alberto A. dos Santos (33.344) e de 977\$3 a José Ribeiro (36.925) proveniente de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamentos de 6:250\$0 a Manuel Maria Del Castillo (37.139); de 6:250\$0 a Mário Carneiro de Campos Esposel (33.998); de réis 4:051\$0 a José Francisco da Silva (37.025) de 84:030\$7 a Juvenal Greenhalg Ferreira Lima (37.131); de 748\$5 a José Gomes de Lima (36.809); de 1:238\$3 a Jesuino Dória (33.910) e de 5:833\$3 a Jaime Carneiro de Campos Esposel (34.000) de exercícios findos.

A vista da decisão proferida pelo Tribunal em sessão do dia 8 deste mês. — Registre-se.

Ofícios:

N. 1.640, de 27/11/1939, solicitando pagamento de 692\$2 a Luiz Polli, proveniente de vencimentos correspondentes ao mês de novembro próximo findo (37.062). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 11.888, de 2-XII-39, solicitando pagamento de 972\$0 a Teófilo Ottoni Maurício de Abreu e outros, proveniente de gratificação por prorrogação de expediente a que fizeram jus no período de 1 a 19 de setembro p. findo. (37.141);

N. 11.169, de 5-XII-39, solicitando pagamento da conta de 1:209\$1 da Companhia Industrial Minas Gerais, relativa ao consumo de luz elétrica nos andares e salas dos edifícios "Rex" e "Regina", no período de 24-10 a 24-11-39. (37.257);

N. 11.168, de 5-XII-39, idem, idem, idem de 46:450\$0 da Companhia Industrial de Minas Gerais, relativo ao aluguel das salas e andares dos edifícios "Rex" e "Regina", no mês de novembro p. findo. (37.255);

N. 11.141, de 4-XII-39, idem, idem, idem de 3:457\$3 de J. C. Mendonça, proveniente de fornecimentos feitos à Divisão do Material no mês de novembro p. findo. (34.309);

N. 11.070, de 30-11-39, solicitando entrega do adiantamento de 6:000\$0 a D. Regina Carneiro Rodrigues para despesas no 4º trimestre do corrente ano. (37.034).

Ordenou-se o registro das despesas

Comissão Central de Compras:

Ofícios:

N. 17.858, de 4-XII-39 de 410\$0 a Bernardino Gomes & Companhia e outros (37.209); 17.853, de 4-XII-39 de 124\$8 a Lutz Fernando & Comp. Ltda. (37.199); 17.856, de 4-XII-39 de 279\$8 a Sociedade Comercial de Alimentação Ltda. (37.205); 17.854, de 4-XII-39 de 123\$5 a J. G. Pereira & Comp. (37.201); 17.859, 4-XII-39 de 700\$0 a Mendes Júnior & Comp. Ltda. (37.851, 4-XII-39 de 57\$3 a Alvaro P. Silva (37.195); 17.863, de 4-XII-39 de réis 3:190\$0 a Ferreira Agostinho & Comp. e outros (37.219); 17.850, de 4-XII-39 de 38\$1 a Sociedade Farmacêutica Silva Araújo Limitada (37.193); 17.855, de 4-XII-39 de 270\$0 ao Instituto Pinheiros (37.203); 17.849, de 4-XII-39 de 21\$5 a J. G. Pereira & Companhia (37.191) e 17.857, de 4-XII-39 de 366\$9 a J. G. Pereira & Comp. proveniente de fornecimento feito ao Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ofícios:

N. 11.721, de 30-11-39, solicitando pagamento de 5:820\$0 a Agamen Loria e outros proveniente de diárias a que fizeram jus no mês de novembro p. findo. (37.117);

N. 11.191, de 6-XII-39, solicitando adiantamento de 20:000\$0 a Alzira Guaibano Moura, para despesas no 4º trimestre de 1939 (37.181).

Ordenou-se o registro das despesas.

Distribuição de crédito:

N. 11.063, de 30-11-39, solicitando distribuição de crédito na importância de 5:760\$0 para pagamento de vencimentos no corrente ano a Francisco Antônio Lopes e José Pedro Xavier da Veiga. (37.115). — A plenário.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Ofícios:

N. 7.329, de 1-XII-39, solicitando pagamento da conta de 19:819\$4 à Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, proveniente de consumo de luz e gás no mês de outubro p. findo. (37.090). — Ordenou-se o registro da despesa.

Comissão Central de Compras:

Ofício n. 17.976, de 6-XII-39 de 46:500\$0 a Máquinas de Escritório Ltda. (34.453); proveniente de fornecimentos feitos. — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério das Relações Exteriores:

Ofícios:

N. 725/321, de 25-11-39, solicitando pagamento da conta de 271\$9 a Willmann Xavier & Comp. Ltda. proveniente de fornecimento de material feito ao Ministério. (36.897);

N. 729/347, de 27-11-39, idem, idem, idem de 588\$0 à Companhia Telefônica Brasileira, referente a serviços prestados ao Ministério no 3º trimestre do corrente ano. (33.974).

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério do Trabalho Indústria e Comércio:

Ofícios:

N. 1.101, de 29-11-39, solicitando pagamento da conta de réis 1:342\$6 da Companhia Carris Luz e Força do Rio de Janeiro proveniente de serviços prestados e energia elétrica fornecida ao Instituto Nacional de Tecnologia no mês de outubro último. (33.956);

N. 1.099, de 29-11-39, idem, idem, idem de 1:458\$4 da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro proveniente de consumo de luz e gás pelo Instituto Nacional de Tecnologia no mês de outubro último. (33.972);

N. 2.584, de 7-XII-39, solicitando pagamento da folha de auxílio "pró-labore" de 22:350\$0 a Francisco Barbosa de Rezende e outros por serviços prestados no período de 7 a 30 de novembro findo. (30.434).

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas.

Ofícios:

N. 3.858, de 4-XII-39, solicitando pagamento da conta de réis 14:921\$4 da Companhia Construtora e Industrial Brasileira, Limitada, proveniente de serviços prestados a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (37.114);

N. 3.819, de 1-XII-39, idem, idem, idem, de 46:575\$0 de Crisanto Henrique de Sousa, proveniente de serviços prestados à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (34.339);

N. 3.828, de 2-XII-39, idem, idem, idem de 36:460\$0 de Alfredo Aires Fernandes, proveniente de serviços prestados à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (33.962);

N. 3.854, de 4-XII-39, idem, idem de 11:500\$0, do Instituto Técnico de Organização e Controle Serviço Hollerith S. A., por serviços executados no mês de outubro último (33.976);

N. 3.896, de 7-XII-39, solicitando pagamento de 352\$7 a Edson Rafael de Magalhães, proveniente de vencimentos correspondentes aos meses de setembro e outubro próximos passados (37.089);

N. 3.905, de 8-XII-39, idem, idem, de 1:967\$7, a Joaquim Lício de Sousa Almeida, proveniente de diárias a que fez jus nos meses de outubro e novembro próximos findos (34.323);

N. 3.895, de 7-XII-39, idem, idem, de 712\$5, a Ângelo de Moraes Vieira e outro, extranumerários mensais da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, proveniente de salários correspondentes ao mês de outubro p. p. (37.091).

Ordenou-se o registro das despesas.

Dia 14 de dezembro

Ministério da Fazenda:

Pagamentos de 542\$6 e 97\$1 à Rede Mineira de Viação (34.399), 33.314; de 1:971\$7 a Agostinho da Cunha e Castro (37.214); de 34\$1 a Antenor José de Castilho (36.461); de 176\$0 a Feliciano Alves Coutinho (36.465) e 226\$6 a Oscar Antônio de Almeida (36.467) de exercícios findos. — Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamentos de 280\$0 a José Gabriel Marecondes Machado (33.320); de 304\$0 a Quirino de Oliveira (33.322); de 109\$2, a Romulo da Silva Pinto (33.326) e de 872\$3 a Orlando Costa (33.212) de exercícios findos.

Ao Ministério Público para nos termos da lei, dizer sobre a prescrição.

Pagamentos de 1:506\$6 a Manuel Francisco do Nascimento (36.801); de 397\$8 a Carlos Pedro Barbosa (33.324); de 1:867\$3 a Eumenes Peixoto Guimarães (33.200); de 68\$7 à Rede Mineira de Viação (32.830); 1:533\$3 a Antônio Nunes Galvão (37.015); 42\$4 à Companhia Telefônica Brasileira (34.397); 1:720\$3 a Fernando Augusto de Araújo (33.347); 1:825\$8 a Manuel de Sousa Bacelar (34.021); 3:611\$1 a João B. Rangel (36.440); 624\$5 à Rede Mineira de Viação (33.316); 81\$8 à Rede Mineira de Viação

(33.318); 31.524\$6 a Ruben Nelson Pacheco (34.085); 600\$0 a José Telas de Aquino (36.447); 93\$1 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (36.441); 69\$7 a Moema de Menezes Calaga (36.435); 2.271\$9 a Milton de Lira Bivar (36.433); 215\$0 a João Pedro Pinheiro (36.443); 213\$3 a Galdino Pimentel Duarte (36.463); réis 4.600\$0 a Júlio Cesar Machado da Fonseca (37.049); 57\$5 a Rêde Mineira de Viação (33.328); 7.223\$7 a Viação Ferreira do Rio Grande do Sul (33.330); 1.860\$0 a Artur Donato & Comp.,.... (33.991); 100\$0 a Edilberto da Veiga Jardim (36.455); 269\$8 a The Amazon River Steam Navigation Company Limited (33.908); de 272\$8 a Miguel de Palma Pitaluga (32.826); 139\$3 a Carlos Teodoro Pessoa Monteiro (34.010); 3.672\$0 a Dário Pereira (36.384); de 469\$3 a Antônio Vieira e de 66\$0 a Horácio Joaquim Vieira (36.449) e de 535\$3 a Maria de Almeida Gomes (36.025) de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamentos de 6.250\$0 a Antônio Braz da Silva (34.004); 5.833\$3 a José Garnier Simões (34.137); 56.296\$4 a Frederico Ewerton Pinto (30.444); 28.684\$7 a João Caetano do Rosario (37.236); 5.833\$3 a Iheraldo de Saldanha da Gama (37.136); réis 595\$0 a Domingos M. de Santana (34.012); 1.472\$3 a Raimundo Correia Nazareth (37.170); 4.929\$0 a José Antônio de Melo (27.164); 1.423\$3 a José Sales Mazoni (37.168); 6.250\$0 a Helio R. de A. Leite (37.049); 42.336\$1 a José da Cunha Soares Londres (37.333) e de 1.853\$0 a Elío de Farias (37.156) de exercícios findos.

Registe-se, à vista da decisão proferida pelo Tribunal em sessão de 8 deste.

Pagamento de 10.307\$9 a Jovino Rocha & Comp. Ltd.,.... (33.396); e de 8.208\$1 a C. Muller & Comp. (33.379) de dívida flutuante.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 25.082\$0 a The Atlantic Refining Co. Ltd., (33.394), de dívida flutuante.

Registre-se, à vista da decisão proferida pelo Tribunal na sessão de 8 deste.

Pagamento de 220\$0 a João da Mata de Freitas Noronha (36.439). — Ao Ministério Público para, nos termos da lei, dizer da prescrição.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 11.820, de 4-12-39, solicitando pagamento de 9.794\$8 a Assnerus Hippolytus Overmeer e outros, proveniente de gratificação por serviços prestados fora das horas de expediente e relativo a 23 dias do mês de outubro próximo passado no Instituto Oswaldo Cruz (37.128);

N. 12.032, de 12-12-39, idem idem de 249\$9 a Manuel Antônio Miranda, proveniente de serviços de correio prestados no Hospital Psiquiátrico nos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano (34.429);

N. 11.917, de 7-12-39, idem idem de 31.100\$0 a Adalberto Pacheco e outros, proveniente de vencimentos correspondentes ao mês de novembro próximo findo, do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal (37.267);

N. 10.981, de 23-11-39, solicitando adiantamento de 22.400\$0 a Maria Alberto Torres, do Museu Nacional, para despesas no quarto trimestre do corrente ano (36.649);

N. 10.941, de 20-11-39, idem idem de 3.000\$0 a Alda Lóssio Seidlitz, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, para atender às despesas com lavagens de roupas no quarto trimestre do corrente ano (33.142);

N. 11.069, de 30-11-39, idem idem de 30\$4 a The Rio de Janeiro City Improvements Company, Ltd., proveniente de obras executadas na rede de esgotos do Hospital S. Sebastião, em outubro último (34.315);

N. 11.068, de 30-11-39, idem idem de 228\$7 a The Rio de Janeiro City Improvements Company, Ltd., proveniente de conserto na rede de esgotos do Hospital S. Sebastião, em outubro último (37.103);

N. 11.066, de 30-11-39, idem idem de 16\$2 ao Lloyd Brasileiro, proveniente de requisições de passagens pelo Departamento Nacional de Saúde em abril último (34.307);

N. 11.039, de 30-11-39, idem idem de 255\$0 à Panair do Brasil S. A., relativa ao fornecimento de passagens ao Departamento Nacional de Educação, no mês de novembro último (37.068).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 11.067, de 30-11-39, idem idem de 710\$7 ao Lloyd Brasileiro, proveniente de passagens concedidas em maio último ao Departamento Nacional de Saúde (33.982). — Diligência; o processo deve ser instruído com os documentos exigidos por lei.

N. 11.043, de 29-11-39, solicitando pagamento da conta de 373\$8 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, relativo ao fornecimento de energia elétrica à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil no mês de setembro findo (33.992);

N. 11.048, de 29-11-39, idem, idem, idem de 1.372\$3 a Société Anonyme du Gaz, relativo ao consumo de luz elétrica na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil no mês de setembro último (37.070);

N. 11.123, de 2-12-39, idem, idem, idem de 1.852\$2 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, relativo ao fornecimento de energia elétrica ao Instituto Oswaldo Cruz no mês de setembro último (37.124);

N. 11.058, de 30-11-39, idem, idem, idem de 250\$0 a Manoel Antônio Gregório, proveniente do aluguel do prédio ocupado pelo Sub-Centro de Saúde n. 4, no mês de outubro último (33.986);

N. 11.060, de 30-11-39, idem, idem, idem de 1.400\$0 a Antônio José Luiz de Queiroz Júnior, proveniente de aluguel do prédio ocupado pelo Centro de Saúde n. 11, no mês de outubro último (33.980);

N. 11.053, de 30-11-39, idem, idem, idem de 2.200\$0 a Antônio Carlos da Rocha Fragoso, relativo ao aluguel do prédio ocupado pelo Centro de Saúde n. 2, no mês de outubro último (33.996);

N. 11.059, de 30-11-39, idem, idem, idem de 250\$0 a Luiz de Santos Maia, relativo ao aluguel do prédio ocupado pelo Sub-Centro de Saúde n. 12, no mês de outubro último (33.984);

N. 11.061, de 30-11-39, idem, idem, idem de 250\$0 a Jacob Jabur, relativo ao aluguel do prédio ocupado pelo Sub-Centro de Saúde n. 12, no mês de outubro último (33.988);

N. 11.056, de 30-11-39, idem, idem, idem de 1.000\$0 a Antônio Manuel Lopes, relativo ao aluguel do prédio ocupado pelo Centro de Saúde n. 7, em outubro último (37.216);

N. 11.014, de 27-11-39, idem, idem, idem de 1.200\$0 a Joaquim Leandro da Mota, relativo ao aluguel do prédio ocupado pelo 3º Distrito do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, nos meses de setembro e outubro últimos (33.072);

N. 11.068, de 23 de novembro de 1939, idem, idem, idem, de 2.850\$0 a Transmotor Oficina Electro Mecânica, relativo a trabalhos executados no Museu Nacional em outubro último (33.654);

N. 11.024, de 27 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 1.115\$9 a Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro de consumo de luz elétrica na Colônia Gustavo Riedel no mês de setembro último (34.319);

N. 12.031, de 12 de dezembro de 1939, solicitando pagamento de 9.033\$3 a Carlos Alves de Sousa e outros proveniente de vencimentos relativo ao mês de dezembro corrente (34.459).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 11.083, de 30 de novembro de 1939, solicitando pagamento da conta de 1.100\$0 a Raimundo Ottoni de Castro Maia, referente ao aluguel do prédio ocupado por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal, no mês de outubro último (37.111);

N. 11.057, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de Rs. 925\$0 a João Lúcio Marins, referente ao aluguel do prédio ocupado pelo Centro de Saúde n. 8 em outubro último (33.990);

N. 11.080, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de Rs. 700\$0 à Associação Maternidade à Infância de São Cristóvão, relativa ao aluguel do prédio ocupado por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal em outubro último (37.122);

N. 11.082, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 850\$9 a José Lopes Nunes Júnior, relativa ao aluguel do prédio ocupado em outubro por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (34.329);

N. 11.054, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 950\$0 a dona Emília Lima de Sá, relativa ao aluguel do prédio ocupado pelo Centro de Saúde n. 6 no mês de outubro último (37.107);

N. 12.029, de 12 de dezembro de 1939, idem, idem, idem, de Rs. 22.500\$0 a Anibal Ferreira Gomes e outro extranumerário mensalista do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal relativo aos vencimentos do mês de novembro p. findo (34.094).

Ordenou-se o registro das despesas.

Comissão Central de Compras:

Offícios:

N. 17.960, de 6 de dezembro de 1939, de 382\$2 a S. Brum & Cia. e outros (34.531); 17.974 de 6 de dezembro de 1939 de Rs. 10.307\$7 a Pinheiro Guimarães & Cia. e outro (34.589); 17.963 de 6 de dezembro de 1939 de 857\$2 a Moreira Barbosa & Cia. Ltda. e outros (34.537); 17.957, de 6 de dezembro de 1939, de 438\$3 a

Irmãos Andrade Ltda. (34.525); 17.972 de 6 de dezembro de 1939 de 6.080\$0 à Empresa Progresso Ltda. (34.555); 17.966 de 6 de dezembro de 1939 de 3.844\$3 a Magalhães Cunha & Cia. e outros (34.543); 17.967, de 6 de dezembro de 1939 de 4.182\$5 a Corção Cardim S. A. e outro (34.545); 17.973 de 6 de dezembro de 1939 de 9.365\$0 a Corção Cardim S. A. e outro (34.557); 17.961 de 6 de dezembro de 1939 de 672\$9 a Fonseca, Almeida & Cia. (34.533); 17.970 de 6 de dezembro de 1939 de 5.200\$0 à Casa Sousa Batista Ltda. (34.551); 17.958, de 6 de dezembro de 1939 de 450\$0 a Lutz, Ferrando & Cia. (34.527); 17.971, de 6 de dezembro de 1939 de Rs. 6.035\$0 a Mercedes do Brasil Ltda., e outros (34.553); 17.968, de 6 de dezembro de 1939 de 4.346\$0 a Oto Meister (34.547); 17.965, de 6 de dezembro de 1939 de 3.368\$0 a Luik & Kleiner Ltda., (34.541); 17.964, de 6 de dezembro de 1939 de 1.803\$1 a Lutz Ferrando & Cia. Ltda., e outros (34.539); 17.969, de 6 de dezembro de 1939 de 5.109\$9 a Máquinas para Escritório Mercedes do Brasil Ltda., e outros (34.549); 17.959, de 6 de dezembro de 1939 de Rs. 97\$0 a Martins Júnior & Cia. e outro (34.529); 17.962, de 6 de dezembro de 1939 de 822\$0 à Casa Sousa Batista Ltda. e outros (34.535), proveniente de fornecimento feito a diversas repartições do Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Offícios:

N. 3.831 de 8 de dezembro de 1939, solicitando pagamento de 198\$3 a Valdice Martagão Gasteira, do Instituto Sete de Setembro

proveniente de vencimentos do mês de novembro próximo findo (37.096).

Diligência à ordem de pagamento não faz referência ao que dispõe o art. 41 "in fine" do Decreto-lei n. 240.

N. 1.451, de 1 de dezembro de 1939, idem, idem de 900\$0 a Erbio Cantuária de Andrade, proveniente de vencimentos do mês de novembro p. findo (34.515).

Diligência interna tratando-se de substituição referente ao mês de novembro p. findo, informe-se novamente, tendo em vista o que dispõe o estatuto do funcionário no cap. próprio.

N. 1.446 de 30 de novembro de 1939, idem, idem, da conta de 276\$1 à Companhia Telefônica Brasileira de assinaturas de telefones do Tribunal do Juri no período de 1 de julho a 30 de setembro próximo passado (37.094);

N. 7.288, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de Rs. 24.786\$0 de Júlia Ramos Barreto e outros, proveniente de alugueis de casas para Delegacias e Postos Policiais no mês de outubro próximo passado (37.112).

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios:

N. 1.763, de 29-11-39, solicitando pagamento de 8.816\$0 a "Serviços Hollerith S. A.", conforme sua fatura 5.979 proveniente de serviços prestados ao Ministério no mês de outubro p. p. (33.950).

N. 1.639, de 2-12-39, idem, idem de 2.500\$0 a "Serviços Hollerith S. A.", conforme sua fatura n. 5.958, proveniente de aluguel de máquinas ao Serviço do Pessoal do Ministério em outubro p. p. (33.978).

N. 2.497, de 29-11-39, idem, idem, idem da conta de 54\$6 à Estrada de Ferro Sorocabana, proveniente de passagens fornecidas ao Sr. Delfe Pinheiro Machado (34.341).

N. 1.136, de 8-12-39, idem, adiantamento de 10.000\$0 a Antônio Schmidt Mendes, ao Instituto Nacional de Tecnologia, para ser aplicado no mês de dezembro do corrente ano (30.432).

N. 2.507, de 1-12-39, idem, pagamento da conta de 448\$8 a "Panair do Brasil S. A.", proveniente de fornecimento de passagens ao Inspetor Regional João Salgado Passado (37.095).

N. 1.044, de 25-11-39, idem, idem de 2.700\$0 ao Capitão de Fragata Atila Monteiro Aché e outros, membros do Conselho de Imigração e Colonização, proveniente de representação correspondente ao mês de novembro p. findo (34.343).

N. 2.495, de 29-11-39, idem, idem de 438\$0 a Edí Facó e outros, proveniente de gratificações a que fizeram jus por serviços extraordinários nos meses de setembro e outubro últimos (37.099).

Ordenou-se o registro das despesas.

Dia 15 de dezembro

Presidência da República:

Departamento Administrativo do Serviço Público:

Ofício:

N. 17.359, de 24-11-39 solicitando pagamento da fatura de 2\$1 a Insard & Comp. de fornecimento feito (36.747).

Ministério da Fazenda:

Pagamentos de 241\$0 à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Noroeste do Brasil (28.796); de 850\$0 a João Emanuel Paggi de Lemos (33.423); de 269\$3 a Francisco Coutinho Filho (33.421); de 850\$0 a Mário de Castro Guimarães (33.419) e de 1.600\$0 a Edmundo Costa (34.210) de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 514\$8 a E. Martineli & Comp. (34.001) proveniente de restituição de direito. — Ordenou-se o registro da despesa.

Ofícios:

N. 211, de 23-11-39, solicitando pagamento de 50\$0 a Fernando Guarani de Menezes, proveniente de folha suplementar de outubro último (36.843). — Diligência para ser visada pelo Diretor da Repartição a folha de pagamento.

N. 490, de 11-12-39, idem, idem de 4.399\$8 a José da Rocha Teixeira e outro de gratificação a que fizeram jus no mês de novembro p. findo, (34.517). — Ordenou-se o registro da despesa.

Transferência de crédito:

Anulação na Delegacia Fiscal na Paraíba e transferência ao Tesouro do crédito de 2.767\$8 para pagamento de vencimentos a Heloisa Sales Xavier da Silveira da Diretoria do Imposto de Renda (36.875).

Ordenou-se a transferência de crédito.

Requerimentos:

Da The Western Telegraph Company Ltda. solicitando pagamento das importâncias de 5.744\$8 e 712\$3, proveniente da transmissão de telegramas oficiais (37.349 e 37.347).

Do Lloyd Brasileiro, solicitando pagamento de 3.091\$4, proveniente de transportes em proveito da Diretoria do Domínio da União (37.084).

Ordenou-se o registro das despesas.

Pagamento de 1.178\$0 a Alberto May Jorça (37.058) proveniente de dívida relacionada. — Ordenou-se o registro das despesas.

Transferência de crédito.

Anulação na Delegacia Fiscal na Paraíba e transferido ao Tesouro do crédito de 4.773\$8 para atender ao pagamento de vencimento de Luiz Xavier da Silveira no período de 16-10 a 31-12-39 (36.663).

Registe-se feita a anulação indicada no parecer

Pagamentos: de 200\$0 a José Joaquim Pereira (33.997) e de 759\$0 a Antônio R. de Oliveira (33.218) de exercícios findos.

Ao Ministério Público para dizer sobre a prescrição.

Pagamento de 41.728\$5 a Felipe Augusto Silviano Brandão (34.022) por exercícios findos. — Diligência para ser juntado ao presente o processo a que se refere o requerente, a informação e o parecer.

Pagamento de 53.296\$3 a Eurico Magno de Carvalho (37.261); de 21.450\$0 a José Nabil Filho (34.639); de 362\$5 a Manoel Luiz da Franca (32.337); de 619\$5 a Honório do Nascimento (33.916); de 5.833\$3 a Olivar da Silva Sardinha (37.335); de 53.185\$2 a Joaquim Carlos do Rego Monteiro (37.509) e de 21.450\$0 a Lauro O. Menescal (34.611) de exercícios findos.

Registe-se a vista da decisão do Tribunal em sessão de 8 deste.

Pagamentos de 2.208\$3 a Mário Trigo de Macedo (37.263); de 2.555\$5 a Artur O. de Gusmão (33.202); de 4.349\$9 a Severino Pereira (37.337); de 872\$3 a Orlando Costa (33.212); 184\$0 a Francisco L. de Trindade (37.013); de 545\$4 a José Peixoto de Souza (33.346); de 8\$9 a Rede Mineira de Vição (33.332); de 220\$0 a João da Mata de Freitas Noronha (36.432); de 5.000\$0 a Ordem Terceira Regular de São Francisco d. (São Luiz de Carvares (33.590); de 300\$0 a Pedro Artur dos Reis Nunes (33.584); de 42\$5 a São Paulo Railway Co. (33.408); de 82\$4 a Januario Felisberto (33.999); de 3.489\$9 a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd., (33.596); de 2.463\$4 a João Jorge Cordeiro (33.594); de 1.928\$6 a Rede Mineira de Vição (33.592); de 600\$0 a Eudoro Correia de Arruda e Sá (32.782); de 280\$0 a José Gabriel Marcondes Machado (33.320); de 1.237\$0 a João Eneas de Sá (36.415); de 83\$5 a Rede Mineira de Vição (36.029); de 405\$4 a Cândido Luiz Pereira (36.451); de 304\$0 a Quirino de Oliveira (33.322); de 1.451\$7 de Manuel Pereira Coutinho (36.453); de 109\$2 a Romulo da Silva Pinto (33.326); de 905\$7 a Francisco Ferreira da Rocha (33.485); de 69\$7 a Edite Brito de Menezes (33.479); de 325\$1 a Antônio de Siqueira Cavalcanti (33.487); de 69\$7 a Eponina Lima Rocha (33.481); de 1.000\$0 a Humberto Peregrino Seabra (34.033); de 6.079\$5 a The Leopoldina Railway Co. Ltd. (37.003); de 628\$5 a Alfredo José Nogueira (36.712); de 69\$7 a José O. de Almeida Sena (33.477) e de 4.800\$0 a Lazaro Lopes Pessoa da Costa (37.341) proveniente de exercícios findos.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Agricultura

Distribuição de crédito

Of. 12.758, de 4-12-39, solicitando seja distribuído a Delegacia Fiscal em São Paulo o crédito de 480\$0 para pagamento no corrente exercício a diferença de vencimento de José Garibaldi Dantas e Antônio Alves Pombo. — Ordenou-se a distribuição.

Of. 13.310, de 13-12-39, idem, adiantamento de 20.000\$0 a Cassio Soares de Souza, para pagamento das despesas provenientes de obras novas na sede da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral (37.408). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ofícios

Ministério da Educação e Saúde

N. 12.027, de 12-12-39, solicitando pagamento de 56.152\$0 ao Dr. Aloísio de Paula e outros, extranumerários mensaisistas do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal, proveniente de vencimentos relativo ao mês de dezembro em curso (34.086);

N. 12.168, de 14-12-39, idem, idem de 14.887\$1 a Alberto Biolchini Filho e outros, extranumerários mensaisistas da Faculdade de Odontologia proveniente de salário do mês de dezembro corrente (37.493);

N. 11.145, de 4-12-39, idem adiantamento de 500\$0 a Napoleão de Carvalho, do Conselho Nacional de Educação, para atender a despesas no 4º trimestre do corrente ano (37.315).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 11.040, de 29-11-39, solicitando pagamento da conta de réis 2.106\$0 da Companhia Nacional de Navegação Costeira, proveniente de fornecimento de passagens a Secretaria de Estado no mês de agosto último (34.034).

Ao Ministério para informar qual o fundamento legal para a concessão de passagem à empregada.

N. 11.574, de 24-11-39, idem, idem de 12.467\$3 a Inácio Manuel Azevedo do Amaral e outros, professores e assistentes da Escola Nacional de Engenharia, proveniente de gratificações do mês de novembro (37.307). — Registe-se.

N. 12.167, de 14-12-39, idem, idem de 18.700\$0 a Américo Facó e outros, contratados mensaisistas e tarefeiros do Instituto Nacional do Livro, proveniente de vencimento do mês de dezembro (34.657);

N. 12.136, de 13-12-39, idem, idem de 14.000\$0 ao Dr. Maurício Gudim e outros, contratados do Instituto Osvaldo Cruz, de vencimentos de dezembro (34.194);

N. 12.160, de 14-12-39, idem, idem de 18.429\$8 a Clotilde de Campos Gonçalves e outros, extranumerários mensaisistas do Instituto de Puericultura, de vencimento de dezembro (37.308);

N. 12.026, de 12-12-39, idem, idem de 31.450\$0 ao Dr. Álvaro Tavares e outros, extranumerários mensaisistas do Serviço de Puericultura do Distrito Federal de vencimento de dezembro (34.080);

N. 12.105, de 13-12-39, idem, idem de 3.800\$0 a Frederico Silva e outros, extranumerários tarefeiros do Conselho Nacional de Educação, de vencimentos de dezembro (37.322).

N. 12.088, de 12 de dezembro de 1939, idem, idem de 3:750\$0 a Hélio Seelinger e outros, extranumerários mensaisistas do Museu Nacional de Belas Artes, de vencimentos de dezembro (37.324);

N. 12.027, de 12 de dezembro de 1939, idem, idem de 56:150\$0 a Aloísio de Paula e outros, extranumerários mensaisistas do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal, de vencimentos de dezembro (37.086);

N. 12.168, de 11 de dezembro de 1939, idem, idem de 14:887\$1 a Alberto Biolchini Filho e outros, extranumerários mensaisistas da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil, de vencimentos do mês de dezembro (37.493);

N. 12.030, de 12 de dezembro de 1939, idem, idem de 75:650\$0 a Estelberto de Carvalho e outros, extranumerários mensaisistas do Serviço de Saneamento e Esgotos do Distrito Federal, de vencimentos de dezembro (37.457);

N. 12.137, de 13 de dezembro de 1939, idem, idem de 86:900\$0 a Mário Ferreira dos Santos e outros, extranumerários mensaisistas do Ministério, de vencimentos de dezembro corrente (37.146);

N. 12.144, de 14 de dezembro de 1939, idem, idem de 27:400\$0 a Lauro Benito Alonso e outros, extranumerários mensaisistas e diaristas do Colégio Universitário, de vencimentos do mês de dezembro (37.669);

N. 12.028, de 12 de dezembro de 1939, idem, idem de 36:838\$3 a Alfredo George Guimarães Pereira e outros, extranumerários mensaisistas do Serviço de Obras, de vencimentos de dezembro (37.455).

Ordenou-se o registro das despesas.

N. 11.132, de 4 de dezembro de 1939, idem, idem da conta de 1:800\$0 a Maria Monteiro Satvini, de aluguel do prédio ocupado nos meses de agosto e outro próximo passado, por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.282);

N. 11.134, de 4 de dezembro de 1939, idem, idem, idem de 710\$0 a M. Rodrigues & Sá, de aluguel do prédio ocupado no mês de outubro último, por um ambulatório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.311);

N. 11.133, de 4 de dezembro de 1939, idem, idem, idem de 900\$0 ao Ambulatório São Vicente de Paula de Lagôa, de aluguel da parte do prédio ocupado nos meses de agosto a outubro, por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.428);

N. 11.084, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 600\$0 a Manuel Francisco da Conceição, de aluguel do prédio ocupado no mês de outubro último, por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.313);

N. 11.086, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, de 800\$0 a Bernardino Lopes Viana e Antônio Alves Rebelo da Silva, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.327);

N. 11.074, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 620\$0 ao espólio de Julieta de Araújo Serra, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.078);

N. 11.078, de 30 de novembro de 1939, idem, idem de 750\$0 a Francisca Valverde de Miranda Brandão, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por um consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.076);

N. 11.073, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 500\$0 a Sociedade Missão da Cruz, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por consultório do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.105);

N. 11.079, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 300\$0 a Sociedade Marítima de Beneficência, de aluguel da loja do prédio ocupado por um dos lactários do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.113);

N. 11.089, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 850\$0 a Alexandrino de Carvalho Botelho e Godinho, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.119);

N. 11.075, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 840\$0 ao Instituto Central do Povo, de aluguel da parte do prédio ocupado em outubro último, por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.125);

N. 11.076, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 450\$0 a Antônio Manuel Gomes, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.127);

N. 11.085, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 2:000\$0 a Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, pelo Almoarifado do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.325);

N. 11.077, de 30 de novembro de 1939, idem, idem, idem de 450\$0 a Associação Nossa Senhora da Salette, de aluguel do prédio ocupado em outubro último, por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.129).

Ordenou-se o registro das despesas.

Comissão Central de Compras:

Ofícios:

N. 18.035, de 7 de dezembro de 1939, solicitando pagamento da conta de 5:100\$0 a A. G. Neves (37.435), proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério. — Ordenou-se o registro da despesa.

Ofícios:

N. 10.875, de 17-11-39, solicitando pagamento de 500\$0 à Sociedade Missão da Cruz, de aluguel do prédio ocupado em setembro último

por um dos consultórios do Serviço de Puericultura do Distrito Federal (37.284);

N. 12.016, de 12-XII-39, idem, idem de 550\$0 a Ciro Vieira da Cunha, extranumerário mensalista do Museu Nacional de Belas Artes, de vencimentos de dezembro (37.294).

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Ofícios:

N. 1.451, de 1-XII-39, solicitando pagamento de 900\$0 a Erbio Cantuária de Andrade, de vencimentos a que fez jus, por substituição, em novembro p. findo (37.515);

N. 1.504, de 13-XII-39, idem, idem de 16:385\$3 a Aloísio Maria Teixeira e outros, proveniente de vencimento por substituição no mês de novembro último (37.459);

N. 1.468, de 12-XII-39, solicitando pagamento de 9:700\$0 a Santos & Gonçalves Ltda., proveniente de reparos feitos em outubro último no prédio da Secretaria de Estado (37.527).

Ordenou-se o registro das despesas.

Comissão Central de Compras:

Ofícios:

N. 17.871, de 4-XII-39, de 48\$0 à Civilização Brasileira S. A. (37.231); 17.872, de 4-XII-39 de 230\$0 a A. Coelho Branco Filho (37.233); 17.873, de 4-XII-39 de 1:770\$0 a Irmãos Lamas & Cia. (37.235); 17.874, de 4-XII-39 de 3:039\$7 ao Laboratório Laif e outro (37.237); 17.875, de 4-XII-39 de 3:724\$2 a Confeitaria e Panificação Princesa Ltda. e outro (37.239); 17.876, de 4-XII-39 de 4:920\$0 a S. A. Josephson (37.241); 17.877, de 4-XII-39 de 11:197\$5 a M. Ventura & Cia. (37.243), proveniente de fornecimento feito ao Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios:

N. 640, de 2-XII-39, idem, idem da conta de 8:022\$5 à Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, proveniente de fornecimento de luz e gás no mês de outubro p. p. (37.473);

N. 638, de 2-XII-39, idem, idem, idem de 5:056\$5 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, proveniente de fornecimento de energia elétrica no mês de outubro p. p. (37.471);

N. 2.603, de 8-XII-39, solicitando pagamento de 2:708\$0 a João Pedro de Alcântara e outro, proveniente de auxílio para alimentação no mês de outubro (37.511);

N. 2.605, de 8-XII-39, idem, idem de 3:500\$0 a Francisco Antônio Coelho e outro proveniente de gratificação pró-labore no período de 11 a 30 de novembro p. findo (37.513).

Ordenou-se o registro das despesas.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofícios:

N. 3.859, de 4-XII-39, solicitando pagamento de 9:003\$5 à Companhia Serviços de Engenharia S/A., proveniente de serviços prestados à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense (37.287);

N. 3.878, de 6-XII-39, idem, idem de 4:404\$8 a Hildebrando de Araújo Góis e outros proveniente de gratificações a que fizeram jus em outubro último (37.465);

N. 3.868, de 5-XII-39, idem, idem de 80:000\$0 à Companhia Nacional de Navegação Costeira, proveniente de subvenção pelos serviços de navegação na linha Porto Alegre-Cabedelo em setembro último (37.321);

N. 3.844, de 4-XII-39, idem, idem de 570\$0 a E. Bernet & Irmão por serviços prestados à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense (37.406);

N. 3.794 de 4-XII-39, idem, idem de 32\$7 à Companhia de Navegação Baiana, proveniente de transportes feitos em proveito do Departamento de Aeronáutica Civil no corrente ano (37.461);

N. 3.860, de 4-XII-39, idem, idem de 35:028\$ a Mário R. Pereira, de serviços prestados à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense (37.266);

N. 3.928, de 11-XII-39, idem, idem de 40:741\$3 à Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas, proveniente de serviços prestados à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense (37.383);

N. 3.855, de 4-XII-39, idem, idem de 14:270\$0 a Wilson King & Cia. Ltda., proveniente de serviços prestados à Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense (37.463);

N. 3.905, de 13-XII-39, idem, idem de 20:994\$4 à Escola de Aviação Civil Hugo Cantergiani, proveniente de subvenção por horas de voo (37.528);

N. 3.847, de 4-XII-39, idem, idem de 1:400\$0 à Companhia Industrial Santo Amaro, de aluguel do prédio ocupado pela Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense no período de janeiro a julho do corrente ano (37.589).

Ordenou-se o registro das despesas.

Comissão Central de Compras:

Ofícios:

Ns. 18.190, de 9-XII-39, de 89:691\$0 a Jorge Pereira & Cia. Ltda. (37.583) e 17.977 de 6-XII-39 de 519\$5 a Alberto d'Almeida & Cia. e outro (37.563), proveniente de fornecimento feito ao Ministério.

Ordenou-se o registro das despesas.

Nada mais havendo que deliberar foram encerrados os trabalhos da semana aos quinze dias de dezembro de mil novecentos e trinta e nove e lavrada a presente ata que é assinada pelo secretário e pelo senhor ministro semanalmente, Dr. Rubem Rosa

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Boletim de cotações do câmbio fixado

Em 30 de janeiro de 1940

Praças	Oficial	Mercados Livre	Livre especial
Londres	66\$191	70\$330	81\$840
Paris	—	8450	\$491
Itália	—	1\$005	1\$017
Alemanha:			
Reichsmark	—	—	4\$100
Verrechnungsmark	—	6\$080	—
Unterstützungsmark	—	—	3\$300
Portugal	—	\$735	\$830
Bélgica — belgas	—	3\$376	—
Suécia	—	4\$157	4\$663
Suécia	—	4\$730	—
Nova York	16\$560	19\$814	20\$075
Buenos Aires	—	4\$570	5\$027
Holanda	—	10\$510	—
Japão	—	4\$702	5\$500
Canadá	—	18\$810	—

Cotações oficiais de títulos

Em 31 de janeiro de 1940

Apólices e obrigações:			
Uniformizadas de 5%, mudas	700\$0		
Uniformizadas de 1:000\$0, 5%	795\$0		
Diversas emissões de 1:000\$0, 5%, nom.	793\$0		
Diversas emissões de 1:000\$0, 5%, port.	826\$0		
Diversas emissões de 1:000\$0, 5%, port. — Cautelas....	805\$0		
Reajustamento econômico de 500\$0, 5%, port.	410\$0		
Reajustamento econômico de 1:000\$0, 5%, port.	852\$0		
Obrigações do Tesouro Nacional de 500\$0, 7% (1930)....	507\$0		
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 7% (1930)....	1:028\$0		
Obrigações ferroviárias de 1:000\$0, 7%	1:036\$0		
Empréstimo municipal de 1901, port.	518\$0		
Empréstimo municipal de 7%, port. (decreto 1.535)....	192\$0		
Empréstimo municipal de 1931, port.	192\$0		
Prefeitura de Belo Horizonte de 1:000\$0, 7%, port. ...	798\$0		
Prefeitura de Porto Alegre de 50\$0, 3 1/2%, port.	29\$0		
Estado de Minas Gerais de 500\$0, 5%, nom.	260\$0		
Estado de Minas Gerais de 1:000\$0, 7%, port.	840\$0		
Estado de Minas Gerais de 200\$0, 5%, port. (1934) 1ª série	143\$0		
Estado de Minas Gerais de 200\$0, 9%, port. (1934) 2ª série	171\$5		
Estado de Minas Gerais de 200\$0, 7%, port. (1934) 3ª série	164\$0		
Estado de Pernambuco de 100\$0, 5%, port.	79\$5		
Estado de São Paulo de 200\$0, 5%, port.	196\$0		
Uniformizadas do Estado de S. Paulo de 1:000\$0, 8%, port.	1:036\$0		

Ações de bancos e companhias:

Banco Boavista	830\$0
Banco do Brasil	440\$0
Companhia Brasil Industrial	330\$0
Companhia E. F. e M. S. Jerônimo	163\$0

Debentures:

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro" — S. A. de Crédito Real	203\$0
Soc. Prop. das Belas Artes	209\$0
Companhia Docas de Santos	184\$0

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1940. — *Juvenal de Queiroz Vieira*, presidente.

RENDAS PUBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

Comparação da renda

	Geral	Exclusive depósitos
Arrecadada de 2 a 29 de janeiro de 1940	47.090:653\$7	46.118:530\$1
Em 30 de janeiro de 1940	1.761:761\$1	1.693:197\$3
Total	48.852:414\$8	47.811:727\$4
Em igual período de 1939	37.989:055\$9	37.138:594\$2
Diferença para mais em 1940....	10.863:358\$9	10.673:133\$2

Recebedoria do Distrito Federal

Comparação da renda

	Geral	Exclusive depósitos
Arrecadada de 2 a 30 de janeiro de 1940	48.852:414\$8	47.811:727\$4
Em 31 de janeiro de 1940	3.113:507\$5	3.047:912\$2
Total	51.965:922\$3	50.859:639\$6
Em igual período de 1939	41.123:886\$5	40.226:817\$1
Diferença para mais em 1940....	10.842:035\$8	10.632:822\$5

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas

Receita do dia:

30 de janeiro de 1940	1.228:774\$1
30 de janeiro de 1939	1.411:820\$5

Receita mensal:

De 2 a 30 de janeiro de 1940	51.993:108\$1
De 2 a 30 de janeiro de 1939	35.082:016\$3

Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	16.911:391\$8
---	---------------

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 24

COMPARAÇÃO DA ARRECAÇÃO GERAL

Arrecadada de 1 a 28 de janeiro de 1940	29.878:230\$3
Em 29 de janeiro de 1940	1.774:971\$3

Total	31.653:201\$9
--------------------	----------------------

Em igual período de 1939	24.396:580\$1
--------------------------------	---------------

Diferença para mais em 1940	7.256:621\$8
-----------------------------------	--------------

Arrecadada de 1 a 29 de janeiro de 1940	31.653:201\$9
Em igual período de 1939	24.396:580\$1

Diferença para mais em 1940	7.256:621\$8
-----------------------------------	--------------

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 1 a 28 de janeiro de 1940	29.714:770\$6
Em 29 de janeiro de 1940	1.757:995\$3

Total	31.472:765\$9
--------------------	----------------------

Em igual período de 1939	24.024:273\$2
--------------------------------	---------------

Diferença para mais em 1940	7.448:492\$7
-----------------------------------	--------------

Alfândega de Santos

RECEITA ARRECADADA

Datas

Receita do dia

27 de janeiro de 1940	1.611:314\$9
27 de janeiro de 1939	3.086:384\$3

Receita mensal:

De 2 a 27 de janeiro de 1940	63.645:999\$8
De 2 a 27 de janeiro de 1939	43.764:186\$4

Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	19.881:513\$4
---	---------------

Receita global:

De 2 a 27 de janeiro de 1940	63.645:999\$8
De 2 a 27 de janeiro de 1939	43.764:186\$4

Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	19.881:513\$4
---	---------------

Alfândega de Porto Alegre**RECEITA ARRECADADA**

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
22 de janeiro de 1940	242:805\$4
22 de janeiro de 1939	—
Receita mensal:	
De 2 a 22 de janeiro de 1940	4.915:521\$9
De 2 a 22 de janeiro de 1939	4.950:395\$4
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939	34:873\$5
Receita global:	
De 2 a 22 de janeiro de 1940	4.915:521\$9
De 2 a 22 de janeiro de 1939	4.950:395\$4
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939	34:873\$5

Alfândega de Porto Alegre**RECEITA ARRECADADA**

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
23 de janeiro de 1940	199:200\$6
23 de janeiro de 1939	264:213\$5
Receita mensal:	
De 2 a 23 de janeiro de 1940	5.114:722\$5
De 2 a 23 de janeiro de 1939	5.214:608\$9
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939	99:886\$4
Receita global:	
De 2 a 23 de janeiro de 1940	5.114:722\$5
De 2 a 23 de janeiro de 1939	5.214:608\$9
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939	99:886\$4

EDITAIS E AVISOS**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO****Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento****PROVA DE HABILITAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE CARREIRA**

Está convidado a comparecer no próximo dia 3, sábado, às 9,30 horas, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, na praça Marechal Azevedo n. 1, edifício da Imprensa Nacional, afim de se submeter à prova de Português, necessária à transferência para a carreira de Escriturário, o seguinte candidato:

Valério Garcia Caldas.

D. S. do D. A. S. P., em 31 de janeiro de 1940. — *Mário Braga*, diretor de Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento****EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE MÉDICO-LEGISTA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

Faço público achar-se aberta, na sede do Departamento Administrativo do Serviço Público, no andar térreo do Palácio do Trabalho, a inscrição ao concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Médico-Legista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

2. A inscrição ficará aberta durante o prazo de 75 (setenta e cinco) dias seguidos, a contar do dia 8 de fevereiro próximo e será encerrada às 17 horas do dia 22 de abril próximo futuro.

3. As condições de realização do concurso são as que constam das Instruções Gerais e das Instruções Especiais baixadas pelo Sr. presidente do Departamento nas portarias números 117, de 25 de fevereiro de 1939 e 412 de 26 de janeiro de 1940.

4. A inscrição para o concurso deverá ser feita mediante preenchimento de fórmula impressa, fornecida na sede do D. A. S. P., no andar térreo do Palácio do Trabalho, e assinada pelo candidato ou por seu bastante procurador, legalmente constituído, com poderes expressos para tal fim.

5. O requerimento de inscrição deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de nacionalidade brasileira, constante de certidão de registro civil de nascimento ou de casamento, título de naturalização ou título declaratório de nacionalidade pela qual também se verifique não ter o candidato idade inferior a 21 ou superior a 35 anos, apurados até a data do encerramento das inscrições no concurso;

b) prova de identidade, pela apresentação da carteira oficial de identidade, de carteira de reservista, do título eleitoral ou da carteira profissional;

c) atestado de vacinação ou revacinação anti-variólica, feita, no máximo, até dois anos antes, passado por autoridade sanitária;

d) atestado de boa conduta, subscrito por duas pessoas de conhecida idoneidade moral;

e) diploma de conclusão de curso médico, expedido na forma da lei e devidamente registrado no Ministério da Educação e Saúde.

6. No ato de inscrição, o candidato deverá fazer por escrito no requerimento, as opções a que se referem as instruções reguladoras do concurso.

7. Os documentos apresentados para inscrição, serão devolvidos, mediante recibo, depois de anotados, na ficha própria sua natureza, data e origem.

8. Somente aos extramurários mensalistas ou diaristas, que contarem, pelo menos três anos de efetivo exercício, aos funcionários públicos federais e aos militares de mar e terra, inclusive os da Polícia Militar e os do Corpo de Bombeiros desta Capital será permitida a inscrição, quando haja sido ultrapassado o limite de idade fixado para este concurso.

9. Ficarão dispensados da apresentação do documento referido na letra d do item 5 deste edital, os candidatos nas condições referidas no item 8.

10. Não será aceita, em qualquer hipótese, inscrição condicional.

11. O candidato, ou seu procurador, entregará o requerimento de inscrição, contra recibo, deixando nessa ocasião, sua assinatura no livro competente.

12. Serão entregues juntamente com o requerimento de inscrição, os documentos exigidos, as estampilhas e selos necessários, réis (10\$2), constantes de 10\$6 em estampilhas federais de selo adesivo, e 82 correspondente ao selo de Educação e Saúde e seis cópias de fotografia do candidato, de 3x4 cms., tiradas de frente e sem chapéu.

13. Nos termos do parágrafo 3.º do artigo 17, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro do corrente ano, serão inseridos "ex-officio" todos que ocuparem interinamente cargo vago da carreira a que se refere este edital, de conformidade com o estabelecido nos parágrafos 4.º e 5.º do dispositivo legal, acima mencionado, serão exonerados os que não satisfizerem as condições neles contidas.

14. O concurso constará de provas de seleção, eliminatórias e de prova de habilitação, umas e outra obrigatórias.

15. As provas de seleção serão as seguintes:

a) prova de sanidade, pela qual se verifique que o candidato não apresenta doença transmissível, assim como alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistema, que contra-indiquem o eficiente exercício do cargo;

b) prova de capacidade física, pela qual se verifique que o candidato não apresenta contra-indicação para o exercício do cargo por anomalia morfológica ou funcional;

c) prova escrita compreendendo:

1) dissertação sobre assunto de ponto sorteado no momento;

2) resolução de três questões formuladas com os assuntos de três pontos também sorteados no momento.

d) prova prática, escolhida pelo candidato no ato de inscrição dentre as seguintes:

1) prova prática de química toxicológica;

2) prova de autópsia;

3) prova de radiologia médico-legal.

16. Os candidatos aprovados nas provas de seleção serão submetidos a prova de habilitação constante de uma das provas seguintes, escolhida pelo candidato no ato de inscrição:

1) prova prática de perícia toxicológica;

2) prova prática de perícia médico-legal em vivo e de exame em doente mental;

3) prova prática de exame histo-patológico e de exame bacteriológico ou imunológico;

4) prova escrita constante de dissertação e de resolução de três questões sobre assunto de radiologia médico-legal, de acordo com ponto sorteado no momento.

17. Os candidatos aprovados no concurso receberão um certificado expedido por este Departamento que os habilitará à nomeação em cargos da classe inicial da carreira a que se refere o presente edital.

18. As instruções relativas ao presente concurso serão fornecidas no local das inscrições.

19. O presente edital será publicado três vezes no "Diário Oficial".

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 31 de janeiro de 1940. — *Murilo Braga*, diretor de Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE CARREIRA

Estão convidados a comparecer no próximo dia 3, sábado, às 9,30 horas, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, na praça Marechal Azevedo n. 1, edifício da Imprensa Nacional, afim de se submeterem à prova de Geografia, necessária à transferência para a carreira de agente da Polícia Marítima, os candidatos abaixo relacionados:

Joviano Soares.
Gerardo Correia Sobrinho.
Durval Ferreira Apolônio.
Oldemar de Sousa Rodrigues.
Benito Aguiar.
Augusto Moreira.
Júlio Silva.
Cândido da Silva.
Orlando Paulo de Sousa.
Nelson Jácome Campelo.
Gabriel Duarte de Sousa.
Edwiges Simões da Silva.

D. S. do D. A. S. P., em 31 de janeiro de 1940. — *Murilo Braga*, diretor de Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO DA DIVISÃO DO FUNCIONÁRIO DO D. A. S. P.: PROVAS DE SANIDADE E DE CAPACIDADE FÍSICA.

São convidados a comparecer ao Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, na praça Marechal Azevedo, edifício da Imprensa Nacional, 1º andar, os candidatos abaixo relacionados:

Dia 2 de fevereiro, às 12 horas:

1. Heleísio Espírito Santo Faria.
2. Sérgio Diogo Teixeira de Macedo.
3. Alcione Xavier.
4. Cristino Almeida do Vale.
5. Geraldo Irênio Joffily.
6. Francisco de Paula Santos.
7. Gustavo Almeida do Vale.
8. Orlando Marques de Sousa.
9. Carlos Otávio da Veiga Lima.
10. Heleísio Ortega Terra.
11. Afonso Moreira da Silva.
12. Ivo Henriques Dique.
13. Milton de Albuquerque Pedrosa.
14. Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira.
15. Alcimar Ortega Terra.
16. Ildélio Martins.
17. João da Mata Machado.
18. Abelardo de Almeida Nogueira.
19. Alberto Belga Viana.
20. Altamiro Viana.

D. S. do D. A. S. P., em 31 de janeiro de 1940. — *Murilo Braga*, diretor de Divisão.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

De ordem do Sr. presidente e nos termos do art. 29, do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, (Código de Minas) pelo presente, fica intimada a Empresa Nacional de Investigações Geológicas Ltda., com sede nesta Capital à Avenida Rio Branco n. 137, 2º andar, a apresentar neste Conselho, à praça 15 de novembro, (Palácio Tiradentes), dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta data, contestação ao processo de caducidade que vai ser iniciado, pelo motivo de não ter satisfeito dentro do prazo, as condições a que alude o item I, do art. 2º, do decreto de autorização de pesquisa n. 4.590 (quatro mil quinhentos e noventa), de 25 (vinte e cinco) de agosto de 1939 (mil novecentos e trinta e nove).

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — Cap. *Ibá Jobim Meirelles*, chefe de gabinete.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Escritório de Obras

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 20, PARA EXECUÇÃO DAS CANALIZAÇÕES ELÉTRICAS DOS PAVILHÕES DOS PRESIDENTES DO DISTRITO FEDERAL

Pelo presente, comunica-se aos interessados a retificação feita no edital acima referido e publicado no "Diário Oficial", n. 22, de 26 de janeiro de 1940. À página 1.620, nas Especificações, letra A, onde se lê: "Os seguintes despachos", leia-se: "Os seguintes desenhos".

Escritório de Obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 30 de janeiro de 1940. — *Luiz Hildebrando de B. Horta Barbosa*, engenheiro-chefe.

Polícia do Distrito Federal

EXAME DE MOTORISTAS

Resultado dos exames efetuados no dia 31 do corrente:

Aprovados:

Mário Garcia Vilela, Rubem Chindler, João Batista Cabral de Menezes, Atílio da Silva Fonseca, Heitor de Sousa Bandeira, Osmar Fernandes Lage, Celestino de Sá Freire Basilio, Raul Ferreira, José Vicente de Faria Lima, Erich Mahic e Luiz de Almeida Nogueira Porto.

Inspetoria do Tráfego, em 31 de janeiro de 1940. — Dr. *Edgard Pinto Estrella*, inspetor.

Polícia Civil do Distrito Federal

INSPETORIA DO TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspetoria dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações do Regulamento do Tráfego, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matrícula indistinta, artigo 366

Onibus:

Mário Bianchi, ns. 153, 520, 559, 573 e 588 — Artigos 248 L, 82, 81 e 79.
Comp. De Caminhões e Força do Rio de Janeiro, ns. 26, 56, 73 85 e 521. — Artigos 248 L, 151 e 248 A.
Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs, ns. 169, 200, 714 e 893. — Artigos 248 L e 257.
Empresa de Onibus de Luxo Ltda., ns. 395, 442 e 967. — Artigos 248 L e 144.
Limousine Federal Ltda., ns. 633 e 702. — Artigo 248 L.
José Corrêia Lopes & Comp., ns. 283, 390. — Artigos 79 e 248 L.
Empresa Interstadual de Onibus de Luxo Ltda., ns. 542 e 548. — Artigos 82, 81 e 248 L.
Roberto J. Schmidt, ns. 320 e 670. — Artigo 248 L.

Carga:

Antônio Almeida, n. 55. — Artigo 102.
Manuel Fernandes Conde, n. 1.933. — Artigo 85.
Miguel Joaquim, n. 2.697. — Artigo 102.
Antônio Pereira Fonseca, ns. 4.598. — Artigos 83 e 257.
Heitor Pereira Neves, n. 8.295. — Artigo 83.
Miguel Carvalho, n. 9.715. — Artigo 81.

Passageiro:

Joaquim Duarte Cardoso, n. 22. — Artigo 248 L.
Carlos Belmiro Rodrigues, n. 168. — Artigo 248 L.
Alberto Amaral Castro, n. 634. — Artigos 100 e 81.
José Paulo Chaves, n. 705. — Artigo 102.
Bento Pinto Moreira, n. 1.686. — Artigos 82 e 81.
Adelino Cerejeira Guedes, n. 2.080. — Artigos 252 e 81.
João Leão Fraga, n. 2.259. — Artigo 248 L.
Mário Garcia Souza, n. 2.408. — Artigo 102.
Nevaldo Teles, n. 2.582. — Artigo 248 L.
José Pereira Santos, n. 3.310. — Artigo 82.
Edmundo Rezende Levi, n. 3.343. — Artigo 102.

Benjamin da Silva, n. 3.356. — Artigo 102.
 Francisco Rodrigues Pontes, n. 3.506. — Artigo 248 L.
 Antenor Matos, n. 3.570. — Artigo 79.
 Dario Costa, n. 3.735. — Artigos 102 e 257.
 Antônio Teixeira Paiva, n. 4.983. — Artigo 248 L.
 Anselmo Presa Pereira, n. 5.256. — Artigo 102.
 Mário Moura Castro, n. 5.942. — Artigo 102.
 Darci Lopes Pimenta, n. 6.161. — Artigo 102.
 Francisco Amorim, n. 6.495. — Artigo 102.
 Gustavo Gonçalves de Souza, n. 7.397. — Artigo 79.
 Alberto Costa Matos, n. 7.242. — Artigo 82.
 João Socoloff, n. 8.318. — Artigo 143.
 Francisco Nascimento, n. 8.523. — Artigo 248 L.
 Valdemar Panso Mendes, n. 8.903. — Artigo 102.
 Egas Muniz Gomes Santiago, n. 9.038. — Artigo 79.
 Antônio Candido de Oliveira, n. 9.069. — Artigo 248 L.
 Marcelino Augusto Alves, n. 9.484. — Artigo 248 L.
 Elias Garcia Fortes, n. 10.438. — Artigo 102.
 José Pessoa de Andrade, n. 10.549. — Artigo 248 L.
 Gilberto Brito, n. 11.087. — Artigo 248 L.
 João Cezar de Siqueira, n. 11.255. — Artigo 102.
 Abílio Rodrigues Figueiredo, n. 11.801. — Artigos 102 e 257.
 Ernani Soares Nunes, n. 11.923. — Artigo 102.
 Pedro Ribeiro de Carvalho, n. 13.312. — Artigo 102.
 João Batista, n. 13.361. — Artigo 81.
 Manuel José Domingos dos Santos, n. 13.559. — Art. 248 L.
 Gaetano Mangia, n. 13.835. — Art. 102.
 Henrique Vilela, n. 13.959. — Art. 151.
 José Alves, n. 13.962. — Art. 86.
 Joaquim Teixeira, n. 14.302. — Art. 86.
 Antônio Ferreira, n. 14.685. — Art. 248 L.
 Pedro dos Santos, n. 14.712. — Art. 86.
 Mário Bernardino da Silva, n. 14.756. — Art. 248 L.
 João Antônio Pato, n. 15.509. — Art. 151.
 Antônio José da Silva, n. 15.685. — Art. 102.
 Adélino Rodrigues, n. 15.868. — Art. 102.
 Olavo Gusmão, n. 16.366. — Art. 248 L.
 José Fernandes, n. 16.837. — Art. 79.
 João Reis, n. 16.850. — Art. 79.
 Adélio Alves de Oliveira, n. 16.940. — Art. 81.
 Plávio Pereira Couto, n. 17.144. — Art. 248 L.
 Sérgio Darci, n. 17.260. — Arts. 82 e 257.
 Aldílio Tostes Malta, n. 17.565. — Art. 102.
 Pedro Mendes Fernandes, n. 17.744. — Art. 248 L.
 Manuel José de Almeida, n. 17.967. — Art. 248 L.
 José Rangel Cerqueira, n. 18.825. — Art. 128, parágrafo único.
 Ari Barroso, n. 20.396. — Art. 102.
 Jasmino André da Silva, n. 21.799. — Arts. 102 e 257.
 Antônio Dias de Rezende, n. 22.474. — Art. 102.
 Francisco Nogueira, n. 22.723. — Arts. 102 e 257.
 Teodoro Felix, n. 23.284. — Art. 248 L.
 Joaquim Teixeira Andrade, n. 24.325. — Art. 102.
 Antônio Ribeiro Vasconcelos, n. 24.362. — Arts. 102 e 257.
 Alfredo José Nei, n. 25.144. — Arts. 82 e 257.
 Mário da Cunha Neves, n. 25.994. — Art. 102.
 Antônio da Costa Leão Velloso, n. 26.085. — Art. 248 L.
 Olegário Tostes Malta, n. 26.627. — Art. 102.
 Carlos Paiva Gonçalves, n. 27.565. — Art. 102.
 Miguel Cavallieri, n. 27.775. — Arts. 79 e 81.
 José Augusto Vieira de Meireles, n. 28.153. — Art. 79.
 Alvaro Gonçalves Nogueira, n. 28.243. — Art. 248 L.
 Arrigo Schabl, n. 28.620. — Art. 248 L.
 Miguel Pomas Gaia, n. 28.890. — Art. 102.
 José Gurgel Dantas, n. 29.200. — Arts. 102 e 257.
 Nota — A falta de pagamento das multas importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor, de acordo com o previsto no art. 382 do regulamento em vigor.
 Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — O inspetor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Universidade do Brasil

ESCOLA NACIONAL DE MÚSICA

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso publicado no "Diário Oficial" de 29 do corrente, à página 1.762.

Universidade do Brasil

ESCOLA NACIONAL DE QUÍMICA

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso publicado no "Diário Oficial" de 29 do corrente, à página 1.762.

Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal

INSPECTORIA DOS CENTROS DE SAÚDE

Chama-se a atenção dos interessados para os editais de intimação publicados no "Diário Oficial" de 29 do corrente, às páginas 589 e 590, Secção II.

Colégio Pedro II (Internato)

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de inscrição, publicado no "Diário Oficial" de 31 do corrente, à página 1.890.

Escola Ana Neri

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de matrículas, publicado no "Diário Oficial" de 31 do corrente, à página 1.890.

Escola de Aprendizes Artífices do Pará

Concurso para professor da Secção de "Artes Gráficas" e da Secção de "Fábrica de Calçado"

De acordo com o art. 19 do Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918, e com as "Instruções" aprovadas pelo senhor ministro da Educação e Saúde, por portaria de 4 de novembro de 1936, publicadas no "Diário Oficial" da União de 27 do mesmo mês e ano, faço público achar-se aberta, pelo prazo de sessenta (60) dias, a contar desta data, a inscrição nos concursos de títulos e de provas para provimento dos cargos de professor, padrão G, que deverão ensinar, respectivamente, o ofício manual de sapateiro, na Secção de Fábrica de Calçado, e composição e impressão na Secção de Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices do Pará.

Ao se inscrever, o candidato provará, com documentos hábeis:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 18 anos de idade e contar, no máximo, 50, exceto quando se tratar de pessoa que já venha exercendo cargo público federal, como docente na matéria em concurso;
- c) não sofrer de moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeito físico ou orgânico que o inhabilite para o integral exercício do cargo, consoante atestado firmado por dois médicos;
- d) estar quite com o serviço militar;
- e) ter conduta irrepreensível, atestada pelas autoridades policiais dos domicílios atual e anterior, nos dois anos precedentes, juntando ainda folha corrida expedida pela Polícia do Estado.

Os candidatos juntarão ao requerimento de inscrição um ou mais dos títulos abaixo mencionados que possuírem:

- a) diploma da Escola Normal de Artes e Ofícios "Venceslau Braz";
- b) qualquer trabalho inédito ou publicado concernente ao cargo em concurso;
- c) diploma de professor expedido por estabelecimentos oficiais ou a eles equiparados;
- d) certificado de conclusão de curso em Escolas de Aprendizes Artífices;
- e) certificado de curso de operários especializados;
- f) certificado de curso secundário;
- g) atestados, reconhecidamente idôneos, de serviços prestados em oficinas.

Sem juntada de, pelo menos, um título terão indeferido o respectivo pedido de inscrição.

O concurso de provas constará de quatro partes: escrita, oral, gráfica e prática, assim discriminadas:

Parte escrita:

- a) um ditado, de vinte a trinta linhas, de autor brasileiro contemporâneo;
- b) tres questões práticas de aritmética relacionadas com os trabalhos de oficina em concurso;
- c) tecnologia do ofício.

Parte oral:

- a) leitura de um trecho em prosa, de autor brasileiro contemporâneo, interpretação e sinônimos;
- b) cálculo mental;
- c) geometria prática;
- d) principais fatos e história nacionais;
- e) tecnologia do ofício.

Parte gráfica:

Constará da execução de um desenho projetivo, a nanquim, devidamente cotado, relativo à oficina e orçamento para a manufatura do objeto projetado.

Parte prática:

Constará da execução do projeto feito na prova gráfica. O candidato que obtiver média igual ou inferior a sessenta em qualquer prova será imediatamente considerado inhabilitado e impedido de prosseguir no concurso.

O candidato que obtiver, no concurso, média final inferior a sessenta será considerado inhabilitado.

O concurso será válido por um ano, findo o qual os candidatos não aproveitados nesse período perderão qualquer direito até então vigente.

O candidato inhabilitado somente um ano depois poderá ser admitido a novo concurso.

Outros esclarecimentos serão prestados na Secretaria da Escola de Aprendizes Artífices do Pará, nesta cidade de Belém, ou pela Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, no Rio de Janeiro.

Belém, 20 de dezembro de 1939. — Manoel Lemos, diretor.

MINISTÉRIO DA FAZENDA**Tribunal de Contas****DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, fica intimado Edward C. Green, ex-superintendente, contratado, de Serviço de Algodão, do Ministério da Agricultura, responsável pelo adiantamento de 12:500\$0, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos a importância de 12:500\$0, alcance apurado no processo de tomada de suas contas, relativo ao adiantamento aludido, que não foi comprovado no tempo devido, e a cujo pagamento, bem assim ao dos juros da mora devidos, foi condenado por acórdão de 7 de março de 1939, sob pena de ser feita a necessária cobrança executiva. (Proc. n. 13.025).

Diretoria de Tomada de Contas, 18 de janeiro de 1940. — José de Moraes, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital fica intimado o Sr. Lauro Birindiba do Nascimento, ex-tesoureiro da Agência Postal-Telegráfica de "Alcobaça", no Estado da Bahia, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos, a importância de 472\$8, alcance apurado no processo de tomada de suas contas relativo ao período de 10 de novembro de 1926, a 25 de junho de 1936, a cujo pagamento, bem assim ao dos juros da mora devidos, foi condenado por acórdão de 28 de março de 1939, sob pena de ser feita a alienação administrativa da caução respectiva. (Proc. n. 38.221)

Diretoria de Tomada de Contas, 18 de janeiro de 1940. — José de Moraes, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, fica intimada a Sra. D. Carmen Alt Allend, ex-agente postal de "Barra do Rio Grande", no Estado do Rio Grande do Sul, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos a importância de 20\$0, alcance apurado no processo de tomada de suas contas, relativo ao período de 10 de janeiro de 1926, a 30 de setembro de 1933, a cujo pagamento foi condenada, por acórdão de 6 de junho de 1939, sob pena de ser feita a alienação administrativa da caução respectiva. (Proc. n. 37.685)

Diretoria de Tomada de Contas, 8 de janeiro de 1940. — José de Moraes, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, fica intimada a Sra. D. Leonidia Borges Câmara, ex-agente postal de "Guaraní", no Estado de Minas Gerais, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos, a importância de 146\$9, alcance apurado no processo de tomada de suas contas, relativo ao período de 30 de abril de 1912, a 17 de janeiro de 1924, a cujo pagamento, foi condenada por acórdão de 18 de abril de 1939, sob pena de ser feita a alienação administrativa da caução respectiva. (Proc. número 28.946)

Diretoria de Tomada de Contas, 8 de janeiro de 1940. — José de Moraes, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, fica intimado o 2º tenente E. F. reformado, da Marinha, Antônio Vitoriano de Freitas, em exercício no período de 5 de fevereiro a 31 de julho de 1916, para no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, alegar o que for a bem de seus direitos, constituir procurador na sede deste Tribunal, ou produzir documentos sobre a importância de 93\$853, ou, ainda, declarar o domicílio, para o efeito de ser nele notificado das decisões proferidas na tomada de suas contas, sejam elas interlocutórias, ou definitivas.

O débito provém de faltas de material verificadas no período de sua gestão. (Proc. n. 10.283)

Diretoria de Tomada de Contas, 8 de janeiro de 1940. — José de Moraes, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o artigo 1º, do decreto 20.460 de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 8 de fevereiro de 1940, ofertas de cotações para as requisições

constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da Comissão à Avenida Graça Aranha n. 62.

Pedidos de preços por correspondência:

Requisição — "Stock" — Material:

419.201/18-A — Drogas.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o artigo 1º, do decreto 20.460 de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 19 de fevereiro de 1940, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da Comissão à Avenida Graça Aranha n. 62:

Publicação no *Diário Oficial*:

Requisição — Material:

904.006/8 — Pontes.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras**COLETA DE PREÇOS**

EDITAL N. 904.006-8

A Comissão Central de Compras do Governo Federal, de acordo com o regulamento em vigor, receberá no dia 19 de fevereiro do corrente ano, das 11 às 14 horas, em sua sede à avenida Graça Aranha n. 62, loja, propostas para fornecimento do material abaixo designado, à Estrada de Ferro Central do Brasil, nas condições estipuladas a seguir:

Repartição: Estrada de Ferro Central do Brasil.

Verba: 2.

Sub-consignação: 1-4 — Inciso: 02.

1. Ponte do Paraizo, bitola de 1m,60, conforme desenho n. 736, de 6-2-39 da 3ª Divisão, tonelada.....	98t,870
2. Ponte Poço Manso, bitola de 1m,60, conforme desenho n. 692, de 14-3-38 da 3ª Divisão, tonelada.....	55t,007
3. Ponte Cachoeira dos Marmelos, bitola de 1m,60, conforme desenho 686, de 5-3-38 da 3ª Divisão, tonelada.....	85t,440
4. Ponte José Carlos, bitola de 1m,60, conforme desenho n. 723, de 24-12-938 da 3ª Divisão, tonelada....	103t,672
5. Ponte do Cemitério, bitola de 1m,60, conforme desenho n. 724 da 3ª Divisão, tonelada.....	52t,618
6. Ponte de Carandaí, bitola de 1m,60, conforme desenho n. 252, de 30-4-938 da 3ª Divisão, tonelada....	33t,400
7. Ponte de Raposos, bitola de 1m,00, conforme desenho n. 740, de 16-2-939 da 3ª Divisão, tonelada....	122t,460
8. Ponte do Onça, para bitola de 1m,00, conforme desenho n. 730, de 20-1-939, tonelada.....	64t,290
9. Ponte de Guaratinguetá, bitola de 1m,60, conforme desenho 729, de 18-1-39 da 3ª Divisão, tonelada..	62t,875
10. Ponte no Ramal de Piquete, bitola de 1m,60, conforme desenho 727 da 3ª Divisão, tonelada.....	147t,699
11. Ponte Sabará, bitola de 1m,00, conforme desenho 728 da 3ª Divisão, tonelada.....	290t,720
12. Pontes do Rio Faria (duas), bitola de 1m,60, conforme desenho 739, de 15-11-39 da 3ª Divisão, tonelada..	34t,660
13. Pontes do Rio Rocha Miranda (duas), bitola de 1m,60, desenho 739, de 15-11-39 da 3ª Divisão, tonelada.....	34t,660

Nota:

Todos os materiais da presente requisição deverão ser fornecidos de acordo com as especificações do C. E. e das ativas abaixo mencionadas.

Especificações aditivas

Serão respeitadas todas as condições da especificação 423, do Caderno de Encargos n. 1, de 1931 exceto quanto às características do aço das chapas e perfilados, que serão as do aço 37, abaixo indicadas:

Propriedades mecânicas:

Limite de resistência: de 37 a 45 kg/mm².

Limite de escoamento: 25 kg/mm² no mínimo.

Alongamento (l=10 d) — 25 % no mínimo.

Tenacidade: 1.000 no mínimo.

Barras de 30 mm de altura por 30 mm, no mínimo, de largura, serão dobradas sobre si mesmas, a 180° e a fundo, sem que se apresentem fendas ou outros defeitos na parte externa da dobra

Propriedades químicas:

Enxofre: 0,05 % no máximo.
Fósforo: 0,05 % no máximo.

Os desenhos referentes aos itens 1/13 da presente requisição, encontram-se na C. C. C.

Local de entrega: 1: Almoxarifado.

Prazo de entrega: Havendo a E. F. C. B. manifestado ter grande urgência em receber o material, o prazo de entrega, será considerado fator de preferência.

A abertura das propostas recebidas far-se-á no mesmo dia de sua entrega (19-2-940), às 15 horas, na forma do regulamento.

Rio de Janeiro. 31 de janeiro de 1940. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão de Similares

EDITAL N. I

De acordo com o resolvido pela Comissão de Similares, em sessão de 23 de dezembro último, no processo ficha 1.226-1939, em que é interessada Indústria de Tecidos de Palha Limitada, estabelecida à rua Goiaz n. 1.108 (Estação de Quintino Bocaiuva), faço público que dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados da primeira publicação do presente edital no *Diário Oficial*, serão recebidas quaisquer reclamações justificadas contra o registro do produto de fabricação da referida firma para o qual pede equiparação ao artigo similar estrangeiro.

O produto para o qual pretende registro a mencionada firma, é o seguinte:

Tecido de junco ou rolin com fôrro de tecido de algodão, próprio para bancos de Estradas de ferro e semelhantes.

Quaisquer reclamações contra o registro serão recebidas na Secretaria da Comissão de Similares, que os receberá nos dias úteis, das 13 às 15 horas.

Secretaria da Comissão de Similares, em 12 de janeiro de 1940. — *Cloris H'ashington*, secretário.

(C. 1.154 — 31-1-40 — 79\$6 — 3 vezes)

Diretoria do Domínio da União

SERVIÇO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 1-A

De ordem do Sr. Dr. chefe do Serviço, chamo a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* do dia 13 de janeiro, às fls. 740/741, referente ao aforamento do terreno de acrescidos de marinha à rua General Sampaio ns. 4, 8 e 12, em São Cristóvão, requerido pelo Sr. José Gomes Marques.

Seção de Cadastro e Registro, 13 de janeiro de 1940. — *Joaquim Ferreira de Paiva Junior*, aux. esc. men.

(C. — 1.057 — 26-1-1940 — 163\$2 — 10 vezes)

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, torno público nos termos do artigo 155 do Regulamento, que os contribuintes abaixo relacionados se acham em débito do imposto relativo ao exercício de 1932, decorrente de lançamento efetuado nesta diretoria.

Dentro de 10 dias, contados do trigésimo da publicação do presente edital, deverão os interessados comparecer a seção de lançamento, para efeito de pagamento, ressalvado no aludido prazo o direito de reclamação contra os respectivos lançamentos.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Aristarcho Xavier Filho*, secretário.

Cardoso — Eduardo Alves.
Carvalho — Augusto de Orago.
Carreiro — Carlos da Costa Ferreira Porto.
Carvalho — Carolina Meyer de.
Carvalho — Ernestina Fonseca de.
Carvalho — Mário de Sousa.
Castro Filho — Joaquim Francisco de.
Cesar — Paulo Lenz de Araujo.
Coelho Filho — José Ferreira.
Coen — Cinira de.
Comp. de Loterias Nacionais do Brasil S. A.
Conceição — João Pimentel.
Costa — Antônio Leite da.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, torno público nos termos do artigo 155 do Regulamento, que os contribuintes abaixo relacionados se acham em débito do imposto relativo ao exercício de 1931 decorrente de lançamento, efetuado nesta Diretoria.

Dentro de 10 dias, contados do trigésimo da publicação do presente edital, deverão os interessados comparecer a seção do lan-

camento, para efeito de pagamento, ressalvado no aludido prazo o direito de reclamação contra os respectivos lançamentos.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Aristarcho Xavier Lopes Filho*.

Meyer — Tzar Duque Estrada.

Casa da Moeda

Concorrência administrativa permanente para o fornecimento à Casa da Moeda, de material de consumo habitual para o asseio e conservação do Edifício durante o ano de 1940.

De ordem do Sr. diretor desta Repartição, faço público que até o dia 15 de fevereiro próximo futuro, às 14 horas, serão recebidos nesta Repartição, requerimentos de inscrição dos negociantes que, mediante as condições adiante especificadas, queiram concorrer a fornecimento do corrente ano, de materiais de consumo habitual para asseio e conservação deste Estabelecimento, cuja aquisição corre à conta das subconsignações 16 e 22 da verba 2 — Material III — Diversas Despesas — da tabela orçamentária vigente para esta Repartição, de acordo com o artigo 52 do Código de Contabilidade Pública e segundo as normas estabelecidas pelo referido regulamento em seus artigos 757 e 762.

I — A inscrição deverá ser pedida em requerimento devidamente selado, dirigido ao diretor da Casa da Moeda, juntando uma relação datada e assinada dos artigos para cujo comércio de ache devidamente licenciado, devendo apresentar separadamente recibos de todos os impostos municipais e federais, a que estiver sujeito, relativo ao presente exercício, prova de que é negociante matriculado e mais provas de idoneidade que puder apresentar.

II — Julgada pelo Sr. diretor a idoneidade dos requerentes e feita a inscrição serão restituídos, mediante recibo, os documentos apresentados; bem como lhes será entregue uma prova da sua inscrição.

III — Por ocasião de ser aberta a concorrência será prestada até o dia da véspera da concorrência, a caução de um conto de réis em dinheiro ou títulos federais que responderá pelas obrigações do proponente.

IV — As propostas para fornecimento deverão ser feitas em papel timbrado em duas vias, sendo a primeira selada, constando das mesmas propostas os artigos que pretendam fornecer com os preços por extenso e em algarismos na unidade pedida, mencionando-os pela ordem em que venham relacionados na lista que acompanha o edital da concorrência ou memorandum expedido, respeitando "in-totum" os seus dizeres, sem emendas ou rasuras.

V — As propostas serão abertas por uma comissão para esse fim designada pelo diretor da Casa da Moeda, no memorandum de concorrência, rubricados pelo presidente da mesa e demais concorrentes presentes, lavrando-se de tudo o que ocorrer detalhada ata que deverá ser assinada pela comissão e proponentes presentes.

VI — Feito o julgamento das propostas, dentro do prazo máximo de dez dias a contar da data da abertura das propostas, será ordenada pelo diretor da Casa da Moeda a imediata inscrição dos concorrentes que melhores preços oferecerem.

VII — Os preços oferecidos não poderão ser alterados antes de decorridos quatro (4) meses, contados da data do despacho que autorizar a inscrição, sendo que quaisquer alterações deverão ser pedidas em requerimento devidamente justificado e só se tornarão efetivos após quinze dias do despacho que ordenar a sua anulação.

VIII — O fornecimento de qualquer artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo em caso algum o negociante inscrito recusar-se a satisfazer a encomenda, sob pena de ser excluído do registro ou inscrição e de correr por sua conta a diferença do preço ou aquisição do artigo.

IX — Os concorrentes deverão declarar no requerimento de inscrição que se comprometem a fornecer todo o material de primeira qualidade entregue no Almoxarifado desta casa dentro do prazo indicado no edital de concorrência, salvo caso de força maior a juízo do diretor, a contar do recebimento do respectivo empenho da despesa e que se sujeitam às penas impostas pelo Regulamento do Código de Contabilidade Pública.

X — Os empates de preços, caso se verificarem, serão resolvidos de acordo com o que dispõe o artigo 756 do Regulamento do Código de Contabilidade Pública.

Secretaria da Casa da Moeda, 29 de janeiro de 1940. — *Joaquim de Souza*, escriturário G, secretário da Mesa de Concorrência.

Visto. — *José Leite Pereira*, oficial administrativo K, presidente.

Departamento Nacional do Café

AGENCIA DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Para conhecimento dos interessados tornamos público que o Departamento Nacional do Café, aos vinte e um de janeiro de mil novecentos e trinta e nove, na Estrada Campo Grande-Cabossú, às dezesseis horas, efetuou a apreensão de dezolito e meia sacas de café, com

o peso calculado de mil cento e onze quilos, transportadas, em animais de carga, pelos Srs. Orlando José Velasco e Aniceto Couto, que se dirigiam para Cabossú. O café apreendido fôra remetido por Amavel Marinho.

Essa apreensão foi feita com fundamento no art. 30 da resolução n. 387, de 19-5-38, combinado com o art. 4º do Decreto-lei número 201, de 25-1-38, visto tratar-se de café transportado por outros meios ou vias que não o ferroviário, sem observância do disposto no art. 21, parágrafo 1º da resolução 387 acima citada.

O processo da apreensão obedecerá aos dispositivos das resoluções deste Departamento, ns. 400 e 421, de, respectivamente, 9-9-38 e 3-10-39.

E como não tenha sido possível intimar por carta o infrator Aniceto Couto, em vista de ser desconhecido o seu endereço, fazemo-lo pelo presente, ficando-lhe concedido o prazo de vinte dias para defesa, a contar do dia imediato ao da publicação do segundo edital de intimação, o qual será publicado, neste mesmo órgão, dez dias após a publicação deste.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — H. Furtado, contador. — H. Barbosa, gerente.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Diretoria de Aeronáutica do Exército

PRIMEIRO REGIMENTO DE AVIAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA

De ordem do Sr. tenente-coronel agente diretor do Primeiro Regimento de Aviação, avisa-se que se acha aberta, de acordo com as disposições gerais das instruções aprovadas pelo aviso n. 1.166, de 4 de dezembro de 1939, do Sr. ministro da Guerra e publicadas no "Diário Oficial" de 6 de dezembro de 1939, a inscrição para a concorrência administrativa, relativa ao ano de 1940, e referente aos grupos abaixo:

- Grupo I G — 22 — gêneros, doces e conservas alimentícias.
- Grupo I G — 23 — carnes.
- Grupo I G — 26 — pescado nacional.
- Grupo I G — 27 — frutas, verduras e temperos.
- Grupo I G — 34 — combustível para cozinha.

Os interessados deverão apresentar seus requerimentos de inscrição no Serviço de Aproveitamento do Primeiro Regimento de Aviação no Campo dos Afonsos, dentro de quinze dias, a partir da publicação deste, satisfazendo todas as cláusulas constantes do edital para as concorrências a serem feitas em 1940.

Quartel no Campo dos Afonsos, 24 de janeiro de 1940. — Weston Veiga de Almeida, 2º tenente administrador aprov.

Diretoria do Material Bélico

FABRICA DO ANDARAÍ

TESOURARIA

Chama-se a atenção dos interessados, para o edital de concorrência publicado no "Diário Oficial" de 31 do corrente, à página n. 1.896.

Diretoria do Material Bélico

FABRICA DE JUIZ DE FORA

EDITAL N. 1

Concorrência administrativa para o ano de 1940

De ordem do Sr. tenente coronel diretor desta Fábrica, está aberta até o dia 8 (oito) de fevereiro, a concorrência administrativa para os artigos de consumo habitual, no ano de 1940, para os seguintes grupos:

- 1º grupo — Aços comuns, especiais, ferros, metais e ligas metálicas.
- 2º grupo — Máquinas diversas e motores.
- 3º grupo — Ferros, ferragens e ferramentas diversas, louças e artigos de ferragistas, tintas, óleos, vernizes e material de limpeza.
- 4º grupo — Máquinas de escrever, de calcular, arquivos de aço e estampanaria de aço.
- 5º grupo — Acessórios, graxas, óleo lubrificante e óleos combustíveis, combustíveis e sobressalentes para automóveis e caminhões.
- 6º grupo — Artigos de eletricidade.
- 7º grupo — Correia de transmissão, artigos de couro, material para sapateiro, e para seleiro.
- 8º grupo — Drogas e reativos químicos, artigos de perso, de laboratórios e material cirúrgico.
- 9º grupo — Material de construção, inclusive madeiras.
- 10º grupo — Camas, móveis, colchões, travesseiros, tapeçarias, cortinas, roupas de cama e mesa e tecidos em geral.
- 11º grupo — Vidros e artefatos de vidro.
- 12º grupo — Material de expediente, livros de escrituração e artigos de escritório.

1. A inscrição deverá ser solicitada ao Sr. tenente coronel diretor da Fábrica, até às 13 (treze) horas do dia 31 (trinta e um) do

corrente, em requerimento devidamente selado e com a declaração do ramo da indústria ou do comércio do requerente, afim de ser inscrito, para concorrer com os grupos ou artigos que sejam da sua especialidade industrial ou comercial, acompanhado de todos os documentos comprobatórios de sua idoneidade comercial ou uma certidão passada pela Diretoria de Intendência da Guerra ou pelo Serviço de Intendência da 4ª Região Militar, que comprove a idoneidade acima citada, observando-se as seguintes condições:

1. Registro de contrato social ou da firma individual no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com declaração expressa do capital.

2. Estatutos em original ou *Diário Oficial* em que se achem publicados com aprovação o registro, quando forem sociedades anônimas legalmente constituídas, de acordo com o Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

3. *Diário Oficial* com a publicação do decreto autorizando a funcionar na República, quando se tratar de firma estrangeira.

4. Quitação dos impostos sobre a renda, municipais e federais, referentes ao segundo semestre de 1939.

5. Certidão de que trata o § 1º do art. 33 do Regulamento anexo ao Decreto n. 21.291, de 12 de agosto de 1931 (Lei dos dois terços).

6. Declaração escrita do negociante, indicando o ramo da sua indústria ou seu comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos ou artigos que são da sua especialidade industrial ou comercial. Esta declaração deverá ser provada com documentos próprios, além da licença da Prefeitura, de negociante em grande escala.

7. Certidão e guia de selo da Alfândega, provando que é importador em grande escala, quando se tratar de artigos de procedência estrangeira.

8. Certidão provando que cumpriu fielmente o último contrato ou ajuste, celebrado com o Governo.

9. Os construtores, engenheiros etc., apresentarão quitação dos impostos municipais, federais e sobre a renda e referência sobre a sua idoneidade.

10. Os possuidores de carta patente, além da apresentação da mesma, provarão com documentos que se acham em gozo da referida carta.

11. Os documentos acima deverão ser, sempre, em original, ou em certidões legais.

12. Os especialistas em obras, apresentarão atestados da Diretoria de Engenharia sobre a sua capacidade técnica e idoneidade profissional.

13. Os pedidos de inscrição, deverão ser bem claros, declarando o peticionário, discriminadamente, os documentos que apresenta.

14. Os documentos relativos aos impostos federais e municipais prevalecerão até um mês depois da data legal para a sua renovação e o inscrito que não apresentar dentro desse prazo os novos documentos, será excluído e não poderá, sem que os legalize, tomar parte na concorrência.

II — As firmas inscritas na Diretoria do Material Bélico, de conformidade com o Aviso n. 162, de 12 do corrente mês, ficarão automaticamente habilitadas a tomar parte na presente concorrência.

III — Os proponentes deverão entregar as suas propostas até às 8 (oito) horas do dia 8 (oito) de fevereiro na Secretaria da Fábrica, em envelopes fechados e lacrados, os quais terão por fora o nome do proponente e o grupo a que se propõe fornecer. As propostas serão feitas em papel de 0,22x0,33, seladas as primeiras vias, com os preços e algarismos por extenso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou espaços em branco suscetível de ser utilizado, sendo uma para cada grupo. Os artigos deverão obedecer ao número de ordem e às especificações constantes das relações de que trata a cláusula XXXIV do presente edital.

IV — Os interessados declararão nos respectivos requerimentos, a quem conferem os poderes de representação e qual o limite desses poderes.

V — A falta de observância de qualquer exigência do presente edital, implica a exclusão do requerente, do número de candidatos à concorrência.

VI — As propostas deverão ser abertas e julgadas em presença dos proponentes ou seus representantes, em reunião da Comissão de apuração das propostas. Esta reunião será às 13 (treze) horas do dia 8 (oito) de fevereiro.

VII — O fornecimento de quaisquer artigos, caberá ao proponente que houver apresentado mais baixo preço, cuja qualidade e características estiverem estabelecidas de acordo com o caderno de encargos e amostras respectivas, não sendo tomadas em consideração as propostas que contenham vantagens não estipuladas no presente edital e bem assim aquelas que declararem redução sobre a proposta mais baixa. O recebimento de qualquer artigo, será feito por peso líquido, excluído o envólucro, excepto aquele cuja embalagem original seja estandarizada no comércio e que não se possa fracionar para serem vendidas, como por exemplo: — óleo de linhaça genuíno "Tigre", em latas de 10 (dez) quilos, tintas, vernizes e outros semelhantes, vendidos em latas de galão, pregos, etc.

VIII — Em igualdade de condições será preferida a proposta da firma brasileira, si os artigos empatazados forem nacionais; si porém, forem todas as firmas nacionais ou estrangeiras, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a que mais impostos municipais, estaduais e federais pagar;
- b) a que propuser mais artigos nacionais; e finalmente, si persistir o empate, decidir-se-á pela sorte, por escrito e secretamente.

IX — Os candidatos a inscrição, caucionarão nas Caixas Económicas do País, as importâncias abaixo referentes aos grupos da sua especialidade ou comércio, em dinheiro ou apólices da Dívida Pública:

1º grupo	4:000\$000
2º grupo	5:000\$000
3º grupo	1:000\$000
4º grupo	2:000\$000
5º grupo	1:000\$000
6º grupo	500\$000
7º grupo	500\$000
8º grupo	1:000\$000
9º grupo	1:000\$000
10º grupo	500\$000
11º grupo	200\$000
12º grupo	300\$000

X — As cauções a que se refere o item acima, destinam-se à garantia dos fornecimentos dos artigos que forem adjudicados, reverendo em favor da Fazenda Nacional, independente de interposição judicial, si o fornecedor deixar de cumprir as obrigações assumidas decorrentes do presente edital.

XI — Caso seja rejeitado no total ou em parte qualquer material, o fornecedor terá um prazo suplementar que será fixado pela Administração deste Estabelecimento e que não poderá exceder de 30 (trinta) dias.

XII — Os artigos rejeitados devem ser retirados da Fábrica dentro de 5 (cinco) dias da data da decisão da comissão de recebimento. Exgotado esse prazo, o fornecedor pagará por dia uma armazenagem correspondente a 1 % (um por cento) sobre o valor da mercadoria rejeitada.

XIII — A administração da Fábrica reserva-se o direito de adquirir os artigos cujos preços sejam no mínimo 10 % (dez por cento) abaixo dos constantes das propostas dos respectivos vencedores da concorrência.

XIV — O fornecedor que, sem motivo de força maior, devidamente comprovado deixar de entregar dentro do prazo fixado no pedido, os artigos que lhe forem adjudicados, pagará uma multa de 5 % (cinco por cento), sobre o valor da mercadoria a entregar si o atraso não for maior de 15 (quinze) dias além de pagar a diferença por que o Estabelecimento tenha que comprar o artigo a outro fornecedor correndo a despesa por conta da caução, se o fornecedor não a pagar imediatamente.

XV — Os artigos a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade, de acordo com as amostras e especificações estabelecidas no caderno de encargo.

XVI — Os proponentes farão tres (3) propostas distintas, sendo: uma (1) de artigos nacionais, uma (1) de materiais estrangeiros a importar e uma (1) de artigos estrangeiros em depósito para pronta entrega; nas duas ultimas, isto é, nas propostas de artigos estrangeiros, devem-se declarar a nação de procedência, bem como, o prazo provável de entrega.

XVII — Os proponentes observarão nas respectivas propostas, como informação, quais os artigos e quantidade padronizada no comércio, isto é, indicar o vasilhame ou recipiente com as respectivas quantidades como por exemplo: — Querosene em lata de 18 litros; óleo de linhaça em lata de tres galões; parafusos de 2x1 (ou qualquer outra dimensão), caixa com uma groza. Os artigos citados pela sua padronização quantitativa no comércio, serão adquiridos pela sua quantidade padronizada, como quantidade mínima.

XVIII — Na proposta de artigos nacionais deverão ser citadas as marcas dos mesmos. Si, na relação dos artigos para a concorrência estiver mal designado algum material, o proponente se obriga a replet-lo na sua proposta, acrescentando a designação certa ou a que no seu entender julgar certa, ou ainda a designação pela qual é conhecida no comércio.

XIX — Qualquer dos concorrentes contemplados que venha a tomar parte na concorrência dos Estabelecimentos congêneres, oferecendo preço mais baixo para o fornecimento durante o ano de 1940, terá os seus preços automaticamente baixados nesta Fábrica, até o nível do daqueles, levados em conta as despesas de transportes se as houver.

XX — O concorrente deverá declarar em sua proposta as quantidades máximas que se propõe a fornecer, ou se compromete a fazer fornecimentos sem quantidade limitada.

XXI — Quando por qualquer motivo houver anulação de empenhos de despesas, não serão admitidas reclamações conforme estabelece o artigo 32 da lei n. 156 de 24 de dezembro de 1935.

XXII — Os pedidos serão parcelados dentro de cada trimestre, devendo as últimas entregas correspondentes ao 4º trimestre, serem feitas até o dia 31 (trinta e um) de dezembro; no parcelamento dos pedidos a administração da Fábrica levará em conta a urgência dos artigos a serem adquiridos, deixando para os últimos trimestres os que não forem de necessidade urgente.

XXIII — O prazo para entregar os artigos constantes do primeiro pedido, não poderá exceder de trinta (30) dias, excepto os de importação ou confecção.

XXIV — O prazo estabelecido para a entrega do material será a partir da data da entrega do pedido, de:

a) tres (3) dias úteis para os fornecedores da praça de Juiz de Fora;

b) oito (8) dias úteis para os de outras praças;

c) para os artigos a serem confeccionados e os de importação, o prazo que for estabelecido mediante acordo.

XXV — O material será entregue mediante pedido regulamentar, assinado pelo almoxarife, visado pelo fiscal administrativo e autorizado pelo agente diretor e conterão a declaração do tesoureiro de ter as importâncias dos mesmos sido empenhadas.

XXVI — Os preços apresentados subentendem-se para o material posto no sede da Fábrica, em Benfica. O fornecedor é obrigado a comunicar imediatamente à Fábrica a remessa do material pedido, explicando o meio de transporte utilizado.

XXVII — Os preços oferecidos não poderão ser alterados antes de decorridos quatro mezes da data da inscrição sendo que as alterações comunicadas em requerimento, só se tornarão efetivas, após 15 (quinze) dias do despacho que ordenar a sua anotação.

XXVIII — Fica reservado Administração o direito de anular a presente concorrência, si houver justa causa, a juízo da autoridade competente e, bem assim de não levar em consideração os preços que excederem os preços básicos, ou os que excederem de 10 W (dez por cento) os preços correntes na praça.

XXIX — O proponente se obriga a manter estoque dos artigos propostos quando forem nacionais os mesmos artigos.

XXX — Todos os casos não previstos neste edital, serão resolvidos pelo Regulamento n. 3 e R.C.C.U. e legislação do Ministério da Guerra e do Tribunal de Contas.

XXXI — Quando houver necessidade do material não previsto na lista de concorrência, será pelo almoxarife expedido um convite às firmas inseridas no Grupo a que o mesmo se referir, para fazer o preço, o qual vigorará pelo prazo da concorrência. Os preços dados nessas condições serão registrados nos mapas comparativos, adjudicando-se a firma que oferecer preços mais baixos.

XXXII — O fornecedor deve apresentar a sua conta, até o 6º (sexto) dia útil de cada mês subsequente ao fornecimento ou prestação do serviço e o respectivo pagamento será efetuado nos termos das disposições do R.C.C.U. e aviso, do ministro da Guerra, n. 804, de 31 de outubro de 1938; a conta poderá, também, ser apresentada imediatamente após a entrega do material se assim convier ao fornecedor.

XXXIII — As contas apresentadas deverão ser em tres (3) vias e devem conter obrigatoriamente os seguintes característicos:

a) separadas por sub-consignação, isto é uma para cada sub-consignação;

b) indicar os artigos ou serviços prestados, tais como tenham sido classificados;

c) declaração da importância por extenso; devendo a data do cabeçalho coincidir com a do selo;

d) mencionar as estampilhas selo de apresentação, recibo e duplicata; ao serem apresentados, devem trazer anexados os respectivos empenhos, sem o que não se efetuará o devido pagamento.

XXXIV — Os artigos para a concorrência, constarão de relações que serão fornecidas pelo Almoxarifado desta Fábrica, a cada interessado à medida que se inscreverem; os preços básicos serão fornecidos pela comissão no ato da abertura das propostas.

XXXV — Só poderão concorrer aos grupos n. 1, 2, 4 e 8 os próprios fabricantes ou representantes autorizados.

XXXVI — A Administração se reserva o direito de pedir aos inscritos, preços de material, mesmo que esses constem da lista de concorrência, quando precisar de fazer uma aquisição de maior vulto e posto o material na sede da empresa de transporte do local da firma fornecedora.

Benfica, 19 de janeiro de 1940. — Alexandre Soares Mesko segundo tenente secretário.

Serviço Geográfico e Histórico do Exército

LEILÃO DE ANIMAIS

Faço saber a todos quantos este edital virem, que no dia nove (9) de fevereiro do corrente ano, às dez (10) horas, no Acampamento Central do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, sito à Estrada do Nazaré, em Deodoro, serão vendidos um (1) cavalo e dois (2) muarens pertencentes ao mesmo Serviço.

Sede do S.G.H.E., Morro da Conceição, Rio, 30 de janeiro de 1940. — Afonso de Moura Castro, 1º tenente, respondendo pela chefia do Gabinete do diretor.

Escola de Saúde do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso, publicado no *Diário Oficial*, de 11 do corrente, à página 28.362

Escola de Veterinária do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso publicado no "Diário Oficial" de 30 do corrente, à página 1.823.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Departamento dos Correios e Telégrafos****ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO**

Pelo presente edital, são convidados a comparecer a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, à rua Conde de Bomfim n. 290, os candidatos a exames de radiotelegrafia regulados pela portaria n. 1.270, de 17 de outubro de 1938, do Exército e da Marinha, que deverão regularizar seus pedidos de inscrição:

Do Exército:

Terceiro sargento, Alfredo Scheffer.
1º cabo, Aluizio Luciano Ottoni.
Sargento ajudante, Amantino Marcondes.
1º sargento, Augusto dos Santos Lima.
2º sargento, Cícero Albino de Miranda.
Sargento ajudante, Dagoberto Neri Haine.
3º sargento, Eduardo Machado de Lima.
3º sargento, Ernani Pinto Lemos.
1º sargento, Francisco de Oliveira Luzzi César Leme.
3º sargento, Gerson Cortez Guédes.
3º sargento, Hamar Ferreira dos Santos.
2º cabo, José Dionísio de Sousa.
2º cabo, José de Sousa Magalhães.
1º cabo, Manuel Ferreira dos Anjos.
2º sargento, Nestor da Silva Penha.
3º sargento, Orlandino Teixeira Bentes Leal.
3º sargento, Rui Barbosa Faria.
1º cabo, Samuel de Sousa Coutinho.

Da Marinha:

Marinheiro cabo, Artur Cavalcanti Cabral.
1º sargento, Eugenio Luiz Carneiro.
Marinheiro cabo reformado, Otacilio Ludgero de Santana.
Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1940. — *João Pinto Pessôa.* —
D. E. A.

Departamento dos Correios e Telégrafos**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO**

O diretor da Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, faz saber aos interessados que os exames a que se refere a portaria n. 1.270, de 17 de outubro de 1938, publicada no "Diário Oficial" de 19 do mesmo mês e ano, necessários a expedição da nova caderneta aos candidatos à troca de certificados de 1ª e de 2ª classes, do Exército e da Marinha, terão início às quatorze (14) horas do dia doze (12) de fevereiro vindouro, na sede da Escola de Aperfeiçoamento, à rua Conde de Bomfim n. 290.

2 — Serão chamados os seguintes candidatos:**Do Exército:**

2º cabo, Arão Martins Aragão.
1º cabo, Clodoveu Jana.
1º cabo, Dermeval Cordeiro Peixoto.
2º cabo, Edmundo Oitaguães Paz.
1º cabo, Eliel Saraiva de Albuquerque.
1º cabo, Guilherme Vieira Dias.
3º sargento, João Francisco.
1º sargento, Joaquim Felismino de Almeida.
2º cabo, José Arnaud de Melo.
1º cabo, José Vieira da Costa Valente.
3º sargento, Juvenal Bacelar.
2º cabo, Teobaldo dos Santos Guimarães.

Da Marinha:

Marinheiro de 1ª classe, Agenor Galvão.
3º sargento, Alexandre Silvério da Fonseca.
Marinheiro cabo, Altino Cardoso.
Marinheiro de 1ª classe, Antônio Soares da Silva.
Marinheiro de 1ª classe, Antônio Tomé Quintela.
Marinheiro cabo, Aristoclides Pereira do Amaral.
Marinheiro cabo, Aurino Guédes da Silva.
3º sargento, Cândido Cardoso dos Santos.
Marinheiro cabo, Clovis Marcondes dos Santos.
Marinheiro de 1ª classe, Daldí de Sousa Freitas Santos.
2º sargento, Dermeval Bastos de Melo.
Marinheiro de 1ª classe, Durval Rabelo Sampaio.
2º sargento, Edgar Nobre de Almeida.
Marinheiro de 1ª classe, Euclides Freire de Oliveira.
Marinheiro de 1ª classe, Euclides Pinto Fernandes.
Sub-oficial, Flávio Pedreira.
2º sargento, João da Costa Xavier.
Marinheiro de 1ª classe, João Niess.
3º sargento, João Pacheco Soledade.
3º sargento, João Tavares Antunes.
Sub-oficial, José Amaro de Moraes Sierra.

Marinheiro cabo, José Ferreiro dos Santos.
Marinheiro de 1ª classe, José Francisco de Sousa Lins.
Cabo fuzileiro naval, José Gomes de Azevedo.
Sub-oficial, José Honorato da Silva.
Marinheiro cabo, José Severino Gomes.
Marinheiro cabo, José da Silva Alcântara Filho.
2º sargento, Manuel Alves dos Santos.
Marinheiro de 1ª classe, Manuel Gonçalves de Lima.
Cabo fuzileiro naval, Manuel Marinho.
1º sargento, Napoleão Couto Ribeiro.
Marinheiro de 1ª classe, Otávio José dos Santos.
Cabo fuzileiro naval, Pedro Correia de Sá.
Cabo marinheiro, Pedro Gonçalves dos Santos.
3º sargento, Teodorico Nascimento Monteiro.
Ex-praça da Armada, João Pedro Pinheiro.
Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1940. — *João Pinto Pessôa.* —
D. E. A.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 11 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE MATERIAIS PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES E OUTROS.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 11, de 1940, publicado à página 1.370 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 12 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE MATERIAIS PARA A INSPECTORIA DO TELÉGRAFO

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 12, de 1940, publicado à página 1.371 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 13 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE MATERIAIS DE ELETRICIDADE E OUTROS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 13, de 1940, publicado à página 1.372 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 14 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE MATERIAIS PARA PINTURA E OUTROS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 14, de 1940, publicado à página 1.373 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 15 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE MATERIAIS DIVERSOS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 15, de 1940, publicado à página 1.374 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 16 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ARTEFATOS DE BORRACHA, MANQUEIRAS E OUTROS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 16, de 1940, publicado à página 1.375 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENÇA ADMINISTRATIVA N. 17 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE MADEIRAS DIVERSAS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 17, de 1940, publicado à página 1.376 do "Diário Oficial" n. 19, de 23 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 18 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ARRUELAS, CONTRA-PINOS, CORRENTES, PARAFUSOS, PONTA PARÍS, PORCAS, REBITES E OUTROS.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 18, de 1940, publicado à página 1.450 do "Diário Oficial" n. 20, de 24 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 19 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ALARGADORES, BROCAS, FACAS, FREZAS, LIMAS, MACHOS E OUTROS.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 19, de 1940, publicado à página 1.450 do "Diário Oficial" n. 20, de 24 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 20 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE AÇO, ARAME, FERRO, REBOLOS, SERRAS E OUTROS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 20, de 1940, publicado à página 1.451 do "Diário Oficial" n. 20, de 24 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 22 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE COMBUSTIVEL, LUBRIFICANTES E MATERIAL PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 22, de 1940, publicado à página 1.453 do "Diário Oficial" n. 20, de 24 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 23 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 23, de 1940, publicado à página 1.454 do "Diário Oficial" n. 20, de 24 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 24 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE SOBRESSALENTES DE MÁQUINAS E VIATURAS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 24, de 1940, publicado à página 1.455 do "Diário Oficial" n. 20, de 24 do corrente, relativo ao assunto acima mencionado.

Baurú, 26 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 25 PARA O FORNECIMENTO, DURANTE O ANO DE 1940, DE ARTEFATOS DE TECIDOS, TECIDOS E OBJETOS DE ARMARINHOS.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 25, de 1940, publicado à página 1.532 do "Diário Oficial" n. 21, de 25 do corrente, referente ao assunto acima mencionado.

Baurú, 27 de janeiro de 1940. — *Angelo Maringoni*, secretário.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**Superintendência do Ensino Agrícola****APRENDIZADO AGRÍCOLA "NILO PEÇANHA"**

Chamo a atenção dos Srs. interessados para o edital de concorrência de aquisição de gêneros alimentícios, etc., no primeiro semestre do ano em curso, publicado no "Diário Oficial" de 23 do corrente, página n. 1.366. — *Agostinha de Freitas Valle*, diretor.

Escola Nacional de Veterinária

Chama-se a atenção dos interessados para os editais de inscrição de exame, publicados no "Diário Oficial" de 25 do corrente, à página n. 1.533.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Departamento Nacional do Trabalho****Segunda Secção**

Sr. João Alves de Oliveira:

Pelo presente, fica convidado a comparecer na Segunda Secção do Departamento Nacional do Trabalho (Esplanada do Castelo — 5º andar), afim de tratar de assunto relativo à reclamação de fêrias apresentada contra a firma V. Alves Lamas.

Em 31 de janeiro de 1940. — *Alfredo de Castro Winz*, diretor de Secção.

Departamento Nacional do Trabalho**Segunda Secção****NOTIFICAÇÃO**

Sr. João Rodriguez — Nesta:

De acôrdo com a decisão proferida no processo DNT. 23.703-36, foi essa firma multada em 100\$0 (cem mil réis), nos termos do artigo 19 do decreto n. 22.042, de 3 de novembro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 2º e suas alíneas do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Secção, 31 de janeiro de 1940. — *Alfredo de Castro Winz*, diretor de Secção.

As informações que se tornem necessárias com referência ao processo acima citado, bem como a guia para depósito da importância da multa à Recebedoria do Distrito Federal, só serão fornecidas à própria parte, provada sua identidade, ou a pessoa munida de autorização bastante para este fim, das 14 às 16 horas.

Departamento Nacional do Trabalho**NOTIFICAÇÃO**

Sr. Joaquim de Magalhães — Rua Barão de São Felix n. 174, nesta:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 13.847-37, que lhe impôs a multa de 100\$0 (cem mil réis), prevista no artigo 34 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 28 de outubro de 1932, por infração ao disposto no artigo... do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPEÇÃO****NOTIFICAÇÃO**

Sr. José Ferreira da Costa — Rua Engenho de Dentro n. 416 — Nesta:

De acôrdo com a decisão proferida no processo n. 1.665-38, foi essa firma multada em 100\$0 (cem mil réis), nos termos do artigo 26 do decreto n. 23.104, de 19 de agosto de 1933, por haver infringido o disposto nos artigos 6º e 32, alínea a) do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no "Diário Oficial" de 24 de novembro de 1939).

Em 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPEÇÃO****NOTIFICAÇÃO**

Sr. J. Campos & Silva, rua do Catele n. 26 — Nesta:

De acôrdo com a decisão proferida no processo n. 1.665-38, foi essa firma multada em 1:000\$0 (um conto de réis), nos termos do artigo 21 § 1º alínea a) do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931 por haver infringido o disposto nos artigos 1º e 5º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu

estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131 de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 8 de dezembro de 1939.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

NOTIFICAÇÃO

Sr. Manuel Joaquim Lopes, rua do Catete n. 331 — Nesta:

De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.517-39, foi essa firma multada em 100\$00 (cem mil réis), nos termos do artigo 26 do decreto n. 23.104, de 19 de agosto de 1933 por haver infringido o disposto no artigo 32 alínea a), do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131 de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 21 de novembro de 1939. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

NOTIFICAÇÃO

Sr. Elísio Ferreira & Irmão Ltda. — Avenida Salvador de Sá n. 69 — Nesta:

De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.513-39, foi essa firma multada em 1.000\$00 (um conto de réis), nos termos do artigo 21 § 1º alínea a) do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por haver infringido o disposto no artigo 1º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 29 de novembro de 1939.

Em 29 de janeiro de 1940 — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

NOTIFICAÇÃO

Sr. Julio Fraga — Rua Joaquim Palhares n. 212, nesta:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 1.436-39, que lhe impôs a multa de 200\$00 (duzentos mil réis), prevista no artigo 66 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por infração do disposto no artigo 5º § 2º, do mencionado decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

NOTIFICAÇÃO

Ao Sr. Arnaldo Simões — Rua Abílio s/n — Nesta:

N. 152-F-40 — De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.317-39, foi essa firma multada em 200\$000 (duzentos mil réis), nos termos do artigo 66 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por haver infringido o disposto no artigo n. 5º § 2º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 29 de novembro de 1939.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

NOTIFICAÇÃO

Sr. J. M. Lage — Rua Visconde de Itaúna n. 73 — Nesta:

N. 153-F-40 — De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.296-38, foi essa firma multada em 200\$000 (duzentos mil réis), nos termos do artigo 66 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 36 § 6º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu

estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 17 de abril de 1939.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

NOTIFICAÇÃO

Sr. José Rodrigues de Almeida — Avenida Rio Branco n. 158 — Nesta:

N. 154-F-40 — De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.295-37, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 19 do decreto n. 22.979, de 24 de julho de 1933, por haver infringido o disposto no artigo 2º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 5 de dezembro de 1939.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

NOTIFICAÇÃO

Sr. Manuel Lopes Cardoso — Avenida Rio Branco ns. 152-162 — Nesta:

N. 155-F-40 — De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.294, de 1937, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 19 do decreto n. 22.979, de 24 de julho de 1933, por haver infringido o disposto no artigo 1º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932. A decisão foi publicada no *Diário Oficial* de 29 de novembro de 1939.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

NOTIFICAÇÃO

Srs. Fernandes Irmão & Comp. Ltda — Rua Conselheiro Galvão n. 630 — Turf-Assu — Nesta:

N. 156-F-40 — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 1.372-33, que lhe impôs a multa de 200\$000 (duzentos mil réis), prevista no artigo 19 do decreto número 24.186, de 22 de março de 1932, por infração do disposto no artigo 12º e seus §§ do mencionado decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

NOTIFICAÇÃO

Sr. Domingos Bultruce Filho — Rua Marechal Cantuária n. 411 — Nesta:

N. 157-F-40 — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 1.082-39, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis) prevista no artigo 31 do regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração ao disposto no artigo 32 alínea a do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Antônio Teodoro Lisboa:

Fica V. S. notificado, pelo presente, a comparecer perante a Quinta (5ª) Junta de Conciliação e Julgamento, edifício do Ministério

do Trabalho, sito à esplanada do Castelo, quinto (5º) andar, às 14,15 horas do dia treze (13) do mês de fevereiro de 1940, afim de assistir ao julgamento da reclamação que apresentou contra a firma Francisco Pinto Cabral, alegando dispensa sem aviso prévio.

Convidando-o a levar à audiência as provas que julgar necessárias, comunico-lhe que o não comparecimento terá como consequência o julgamento à revelia. (DNT. 896-A-32).

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Francisco Pinto Cabral:

Fica V. S. notificada, pelo presente, a comparecer perante a Quinta (5ª) Junta de Conciliação e Julgamento, edifício do Ministério do Trabalho, sito à esplanada do Castelo, quinto (5º) andar, às 14,15 horas do dia treze (13) do mês de fevereiro de 1940, afim de assistir ao julgamento da reclamação que apresentou contra V. S. Antônio Teodoro Lisboa, alegando dispensa sem aviso prévio.

Convidando-o a levar à audiência as provas que julgar necessárias, comunico-lhe que o não comparecimento terá como consequência o julgamento à revelia. (DNT. 896-A-32).

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Carlos Sorieux:

Fica V. S. notificada, pelo presente, a comparecer perante a Quinta (5ª) Junta de Conciliação e Julgamento, edifício do Ministério do Trabalho, sito à Esplanada do Castelo, quinto (5º) andar, às 14,15 horas do dia 13 (treze) do mês de fevereiro de 1940, afim de assistir ao julgamento da reclamação que apresentou V. S. Zilda Reis de Araujo, alegando pagamento de dois meses de salários.

Convidando-o a levar à audiência as provas que julgar necessárias, comunico-lhe que o não comparecimento terá como consequência o julgamento à revelia. (P. 12.881-39).

Rio de Janeiro, D. F., em 31 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sra. Zilda Reis de Araujo.

Fica V. S. notificada, pelo presente, a comparecer perante a Quinta (5ª) Junta de Conciliação e Julgamento, edifício do Ministério do Trabalho, sito à Esplanada do Castelo, quinto (5º) andar, às 14,15 horas do dia 13 (treze) do mês de fevereiro de 1940, afim de assistir ao julgamento da reclamação que apresentou contra a firma Carlos Sorieux, alegando pagamento de dois meses de salários.

Convidando-o a levar à audiência as provas que julgar necessárias, comunico-lhe que o não comparecimento terá como consequência o julgamento à revelia. (P. 12.881-39).

Rio de Janeiro, D. F., em 31 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. Zeferino José da Silva (Restaurante Zeppelin):

Fica V. S. notificada, pelo presente, a comparecer perante a Quinta (5ª) Junta de Conciliação e Julgamento, edifício do Ministério do Trabalho, sito à Esplanada do Castelo, quinto (5º) andar, às 14,15 horas do dia 13 (treze) do mês de fevereiro de 1940, afim de assistir ao julgamento da reclamação que apresentou contra V. S. Inácio Sabino de Araujo, alegando dispensa sem justa causa, aviso prévio, pagamento de férias e de 19980 de salários atrasados.

Convidando-o a levar à audiência as provas que julgar necessárias, comunico-lhe que o não comparecimento terá como consequência o julgamento à revelia. (P. 8.561-39).

Rio de Janeiro, D. F., em 31 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

Sr. João Barbosa:

Fica V. S. notificada, pelo presente, a comparecer perante a Quinta (5ª) Junta de Conciliação e Julgamento, edifício do Ministério do Trabalho, sito à Esplanada do Castelo, quinto (5º) andar, às 14,15 horas do dia 13 (treze) do mês de fevereiro de 1940, afim de assistir ao julgamento da reclamação que apresentou contra a fir-

ma H. Engelhard & Comp., alegando pagamento das férias de um período.

Convidando-o a levar à audiência as provas que julgar necessárias, comunico-lhe que o não comparecimento terá como consequência o julgamento à revelia. (P. 10.671-39).

Rio de Janeiro, D. F., em 31 de janeiro de 1940. — *Deodato Maia*, procurador geral.

Departamento Nacional de Indústria e Comércio

CERTIDÃO

Primeira Seção

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr. diretor deste Departamento, em 26 de janeiro de 1940, no requerimento de "Laboratório Pan-Orgânico, S. A.", certifico que foram arquivados nesta repartição, sob o n. 14.931, os seguintes documentos: a) ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 19 de outubro de 1939, que aprovou em definitivo o aumento do capital social; b) lista dos subscritores do capital social; c) recibo do depósito feito no Banco Comercial de Minas Gerais da décima parte do aumento do capital social; d) recibo do pagamento do selo proporcional ao aumento do capital social, efetuado na Recebedoria do Distrito Federal; e) certidão comprobatória de quitação com a Diretoria do Imposto de Renda; f) folha do *Diário Oficial*, de 5 de agosto de 1939, com a publicação da ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 29 de julho de 1939, que aprovou a proposta da diretoria, com o respectivo parecer do conselho fiscal, sobre o aumento do capital social. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Seção. Eu, Luiz Vatter Barbosa, escrivão da classe F, passei a presente certidão. (Selado com 60\$2). Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Luiz Vatter Barbosa*, esc. F. Visto. — *Celso Esteves*, diretor da seção. Carimbo: Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

(C — 1.210 — 31-1-40 — 35\$7).

Departamento Nacional de Indústria e Comércio

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento do Instituto La-Fayette, S. A., pelo Sr. diretor deste Departamento, em 23 de janeiro de 1940, certifico que se acham devidamente arquivados nesta repartição, sob o n. 14.917, os seguintes documentos: a) cópia da ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 1939, que aprovou o aumento do capital social e consequente alteração estatutária; b) lista dos subscritores do aumento do capital; c) cópia fotostática, devidamente conferida com o original, da guia do pagamento de 10 % sobre o aumento do capital; d) cópia fotostática, devidamente conferida com o original, do depósito do pagamento do selo proporcional. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Seção. Eu, Lia Baena Machado Silva, escrivão da classe E, passei a presente certidão. (Selado com 100\$2). Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1940. — *Lia Baena Machado Silva*, esc. E. Visto. — *Celso Esteves*, diretor da seção. Carimbo: Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

(C — 1.212 — 31-1-40 — 29\$6).

Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil

CARTEIRA PREDIAL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS — CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS DA CENTRAL DO BRASIL

Pelo presente, acha-se aberta nesta Caixa a concorrência para a construção de um prédio de apartamentos, para associados, e execução de obras correlatas no terreno situado à Praia de Botafogo n. 110.

As propostas, que serão recebidas às 15 horas do dia 4 de março de 1940, na sede desta Caixa, à rua Visconde da Gavea n. 38, deverão ser apresentadas em dois envelopes distintos, A. e B, fechados e lacrados, dos quais o 1º conterá os documentos que provêm a quitação dos impostos e taxas devidas pelo proponente aos poderes públicos, Federal, Estadual e Municipal, e, bem assim, a sua idoneidade técnica e financeira, e o 2º, o preço global, o preço de cada uma das residências, separadamente, mesmo tratando-se de casa geminada, os orçamentos detalhados, uma tabela de preços unitários, o prazo exigido para a realização das obras, a declaração de que concordam com qualquer alteração que acarrete aumento ou diminuição de despesas avaliadas na base dos preços unitários, fornecidos, e, finalmente, o compromisso de expressa e integral submissão às condições de concorrência.

Nesta Carteira Predial poderão os interessados obter um exemplar das condições gerais de concorrência, plantas e especificações, lista de preços unitários, bem como, quaisquer esclarecimentos que venham a necessitar. — *Bento Viana de Andrade Figueira*.

(C — 1.166 — 31-1-40 — 119\$3).

SOCIEDADES ANONIMAS

LLOYD REAL BELGA (BRASIL), S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

As quatorze horas do dia vinte e seis de janeiro de mil novecentos e quarenta, na sede da Sociedade, à Avenida Rio Branco n. 5 (cinco), presentes os senhores acionistas, Srs. Eugène Janssens, Ricardo Chaves, Emile Pieters, Manuel Mota, Compagnie Maritime Belge (Lloyd Royal), S. A., M. de Tabuenca e Paul Creten, os três últimos representados pelo seu procurador, o acionista Sr. Eugène Janssens, conforme procurações depositadas nos escritórios da Sociedade, assumiu a presidência, de acordo com a indicação da assembléia, o Sr. Manuel Mota, o qual convidou para secretários os Srs. Ricardo Chaves e Emile Pieters.

O presidente declarou abertos os trabalhos da assembléia geral ordinária, que foi convocada, na forma dos estatutos, para exame do balanço do exercício de mil novecentos e trinta e nove, com o parecer do conselho fiscal, e, eleição do referido conselho para o exercício de mil novecentos e quarenta.

Lida e aprovada a ata da assembléia anterior, foi posto em discussão o balanço referente ao exercício de mil novecentos e trinta e nove, o qual foi unanimemente aprovado, bem como o parecer do conselho fiscal, não tendo votado os senhores diretores presentes.

O parecer do conselho fiscal é do seguinte teor:

"O conselho fiscal, tendo acompanhado com a máxima atenção os negócios da Companhia, e examinado escrupulosamente a escrituração e balanço, declara que encontrou tudo em muito boa ordem e com a necessária clareza, sendo de opinião de que mereça a aprovação dos senhores acionistas todos os atos e contas da diretoria."

O acionista Sr. Emile Pieters pede a palavra, propondo que seja lançada em ata um voto de louvor à diretoria pela maneira zelosa como foram conduzidos os negócios da Sociedade durante o exercício findo; submetido à votação, foi unanimemente aprovado, abstendo-se de votar os senhores diretores presentes.

Passando-se então à eleição do conselho fiscal para o exercício de mil novecentos e quarenta, são recolhidas as cédulas que, apuradas, dão como eleitos unanimemente para membros efetivos os senhores Sebastião de Paiva Magalhães, Manuel Mota e Mário Howat Rodrigues, e para suplentes os Srs. Luiz Edmundo da Costa, Alberto Pinto e Emile Pieters.

Ninguém desejando a palavra, e nada mais tendo a tratar, foi pelo Sr. presidente encerrada a assembléia, da qual foi lavrada a presente ata que escrevi e que vai por mim assinada, assim como pela mesa e por todos os senhores acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1940. — O presidente da mesa, *Manoel Mota*. — O primeiro-secretário, *Ricardo Chaves*. — O segundo-secretário, *Emile Pieters*.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1939

Ativo

Mobiliário Rio	2:957\$240
Mobiliário Santos	1:966\$890
Depósito Santos	50\$000
Lloyd R. Belga, Santos	133:998\$600
Contas vapores	20:234\$130
Contas correntes	7:005\$600
Banco Italo Belga	162:422\$500
Caixa	7:270\$400
Caixa pequena	79\$000
Ações caucionadas	4:000\$000
Instal. Estiva Stes. e/Seg.	8:008\$800

347:993\$160

Passiva

Capital	100:000\$000
Instal. Marítimos Rio	4:611\$600
Instal. Marítim. Santos	10:644\$000
Depósitos para passagens	12:142\$300
Cia. Marítim. Belge-Anv.	42:326\$980
Reserva legal	10:000\$000
Caução da diretoria	4:000\$000
Dev. cred. gerais	58:109\$800
Reserva de passagens	3:075\$700
Instal. Trans. e Cgas. Rio	227\$000
Instal. Trans. e Cgas. Santos	444\$900
Lucro em suspenso-1938	28:668\$610
Lucro em suspenso-1939	73:742\$270

347:993\$160

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1940. — *E. Pieters*, contador. — *E. Janssens*, presidente em exercício.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1939

Ativo

Despesas gerais Rio	67:496\$380
Despesas gerais Santos	27:275\$300
Ordenados Rio	346:100\$000
Ordenados Santos	95:180\$000
Amortiz. mobília Rio	328\$600
Amortiz. mobília Santos	218\$600
Lucros em suspenso-1939	73:742\$270

610:341\$150

Passivo

Comissões Rio	250:699\$150
Comissões Santos	359:642\$000

610:341\$150

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1940. — *E. Pieters*, contador. — *E. Janssens*, presidente em exercício.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal, tendo acompanhado com a máxima atenção os negócios da Companhia e, examinado escrupulosamente a escrituração e balanço, declara que encontrou tudo em muito boa ordem e com a necessária clareza, sendo de opinião de que mereça a aprovação dos senhores acionistas todos os atos e contas da diretoria.

Rio de Janeiro. — O conselho fiscal: *Sebastião de Paiva Magalhães Calvet*. — *Manoel Mota*. — *Mário Howat Rodrigues*.

(C 1.203 — 31-1-940 — 208\$100)

CASA BANCÁRIA CONTINENTAL SOCIEDADE ANÔNIMA

RELATÓRIO DA DIRETORIA A SER APRESENTADO AOS SENHORES ACIONISTAS, EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 1940.

Senhores acionistas:

Eleita esta diretoria por ocasião da escritura pública de constituição da Casa Bancária Continental, S. A., em 11 de abril de 1939, iniciamos o processo referente à concessão de carta patente, na Diretoria de Rendas Internas. Alcançado este fim, as demais imposições da Lei das Sociedades Anônimas se fizeram mister. A falta de documentos comprobatórios da nacionalidade dos acionistas retardou os processos a que nos submetemos. Assim, somente em fins de setembro do ano próximo passado, ficou terminada a organização, e aos 12 dias do mês de outubro esta Casa Bancária foi inaugurada em sua nova sede, à rua São Pedro n. 57, tendo sido a da rua Buenos Aires n. 17, 4º andar, apenas para efeito de organização. As operações de seu objeto foram iniciadas aos treze dias do referido mês.

Na conformidade dos nossos estatutos foi procedido o balanço geral em 30 de dezembro daquele ano, conforme publicação abaixo.

O pequeno espaço de tempo entre o início dos negócios e a data do balanço não permitiu com o pequeno movimento que fizemos auferir lucros. Contudo, pelas cifras na demonstração abaixo publicada, vê-se o esforço da diretoria em minorar os prejuízos. Assim foram aprovados, na Carteira de Desconto, 151 propostas, num total de 335 títulos, representando a importância de 461:648\$600, dos quais foram liquidados nesse período (de menos de três meses) 135:147\$100, apresentando o saldo desta carteira para 1940 a importância de réis 326:501\$500.

Agradecendo à diretoria as provas de confiança que lhe têm sido dadas pelos senhores acionistas e o indiscutível apoio do conselho fiscal, declara a mesma que se encontra à disposição de ambos para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1940. — Casa Bancária Continental, S. A. — *Rubens Rodrigues de Carvalho*, diretor-gerente. — *Herminio Ferreira*, diretor-tesoureiro.

CASA BANCÁRIA CONTINENTAL S. A.

Autorizada pela carta patente n. 2.030, de 22 de agosto de 1939

RESUMO DO BALANÇO GERAL REALIZADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1939, RELATIVO ÀS OPERAÇÕES VERIFICADAS NO PERÍODO DE 13 DE OUTUBRO DE 1939 (DATA DO INÍCIO DAS TRANSAÇÕES) A 30 DE NOVEMBRO DE 1939, ATENDENDO À DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA.

Ativo

Títulos descontados	326.501\$500	
Letras à cobrança:		
S/a praça	4.712\$000	
S/o interior	9.730\$000	14.442\$000
Instalações	8.380\$000	
Móveis & utensílios	5.470\$000	
Ações caucionadas	5.000\$000	
Caixa	14.272\$200	
Bancos	22.271\$500	
Depósitos	50\$000	
Estampilhas & portes	63\$900	
Lucros & perdas	19.030\$800	
Total do ativo	415.481\$900	

Passivo

Capital	250.000\$000	
Caução da diretoria	5.000\$000	
Depósitos:		
C/correntes e/juros	124.721\$700	
Idem limitadas	13.194\$000	
Idem s/juros	38\$300	137.954\$000
Credores por cobrança	14.442\$800	
Instituto Ap. e P. Bancários	5\$900	
Descontos semestre p/futuro	8.080\$000	
Total do passivo	415.481\$900	

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1940. — *Rubens Rodrigues de Carvalho*, diretor-gerente. — *Candido Almeida Marques*, contador.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS & PERDAS" DO BALANÇO GERAL VERIFICADO EM 30-12-1939

	Débito	Crédito
a Aluguéis	4.385\$200	
a Despesas gerais	21.281\$100	
a Impostos	761\$000	
de Descontos		7.100\$900
de Juros		41\$600
de Comissões diversas		281\$000
Prejuízo verificado		19.030\$800
	26.427\$300	26.427\$300

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1940. — *Rubens Rodrigues de Carvalho*, diretor-gerente. — *Candido Almeida Marques*, contador.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho fiscal da Casa Bancária Continental S. A., tendo examinado o balanço, contas e documentos relativos ao período da organização e das transações de 13-10-1939 a 30-12-1939, declaram que os mesmos estão escriturados em perfeita ordem, concordando com a sua aprovação.

Rio de Janeiro 25 de janeiro de 1940. *Valter Scancira Lopes*. — *Gertrudes Gomes Pereira das Neves*. — *Macario de Lencas Picanco*. (C. 1.160 — 31-1-1940 — 189\$700)

CARTEIRA DE CRÉDITO GARANTIDO, S. A.

Casa Bancária

RELATÓRIO APRESENTADO PELA DIRETORIA DA CARTEIRA DE CRÉDITO GARANTIDO, S. A. REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1939.

Srs. Acionistas:

Terminado o exercício financeiro do ano de 1939, vimos cumprir um dever legal, trazendo aos vossos conhecimentos o resultado das operações realizadas pela Carteira de Crédito Garantido, S. A. em 1939.

O saldo devedor da conta de Lucros & Perdas que ao encerrar-se o balanço de 1938 era de 38.674\$590, passou a ser de réis 14.124\$090 no momento presente.

Isto denota uma melhoria nos negócios sociais e pela demonstração da conta de Lucros & Perdas verifica-se que, se não fora

o prejuízo de 1938, a Sociedade poderia distribuir no atual exercício o dividendo de 5 %.

Levando-se em conta que os juros das operações sociais sobre consignações em folha foram reduzidas de 18 % para 12 % em virtude do Decreto-lei n. 342 de 3-3-1938 e que muitas repartições públicas deixaram de pagar no tempo próprio as consignações descontadas a nosso favor, teremos forçosamente que concluir pela melhoria da situação financeira da sociedade.

Permanecendo ao vosso inteiro dispor Srs. acionistas, para vos dar os esclarecimentos de que necessitardes e submetendo o presente relatório à vossa apreciação e julgamento, formulamos os melhores votos pela vossa prosperidade e felicidade pessoal. — *A Diretoria*.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS DA CARTEIRA DE CRÉDITO GARANTIDO, S. A. NO EXERCÍCIO DE 1939

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal, examinamos todas as contas da contabilização da Carteira de Crédito Garantido, S. A., e, bem assim, toda a sua documentação, que por estarem em perfeita ordem e corresponderem a realidade concluímos baseada na sua exatidão pela aprovação total das contas da Sociedade durante o presente exercício financeiro.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Cel. Cassilandro de Oliveira Vernes*. — *Olyntho Belfort Ribeiro*. — *Dr. Cassilandro Nascimento Vernes*.

(C. 1.213 — 31-1-40 — 71\$100)

MINAS DE FERRO, S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA MINAS DE FERRO S. A. REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1939

Aos quinze dias do mês de dezembro de 1939, às 15 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 26-A, presentes os acionistas abaixo assinados, representando a totalidade das ações, a reunião foi aberta pelo diretor Sr. José Martinelli, que pediu aos acionistas indicassem quem dentre eles deveria presidir aos trabalhos da Assembléia, tendo sido aclamado para esse fim o próprio Sr. José Martinelli, o qual, assumindo a presidência, agradeceu a sua escolha e convidou para o ajudarem como 1º e 2º secretários, respectivamente, os Srs. Júlio Borghi e Maurício Parodi. Assim instalada a mesa, os secretários passaram a conferir a lista de presença, tendo sido constatada a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. A vista deste resultado, o presidente declarou que a presente Assembléia podia validamente deliberar sobre o assunto para que fora convocada, conforme os anúncios publicados no "Diário Oficial" de 9, 13 e 14 de dezembro e 9 e 14 no "Jornal do Comércio" do mesmo mês, ambos do corrente ano, que foram lidos pelo 2º secretário e são do seguinte teor: "Minas de Ferro S. A. — Assembléia Geral Extraordinária — São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 15 do corrente mês de dezembro, às 15 horas, na sede social à Avenida Rio Branco n. 26-A, 16º andar, para deliberarem, como determinam os Estatutos Sociais, sobre a eleição dos diretores para o próximo exercício de 1940. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1939. — *A Diretoria*." Terminada a leitura da convocação, o presidente convidou os acionistas a procederem à eleição da Diretoria, para o exercício de 1940. Recolhidas e apuradas as cédulas, verificou-se terem sido eleitos para diretores os Srs. José Martinelli e Dr. João Mallet de Sousa Aguiar, que foram recebidos unanimemente, abstenendo-se de votar os mesmos senhores. Após proclamar esse resultado, os eleitos pediram, cada um por sua vez, a palavra e agradeceram aos acionistas essa prova de confiança. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão, pedindo aos presentes que esperassem ser lavrada a respectiva ata, que eu, 1º secretário, mandei lavrar e que, depois de lida em voz alta pelo 2º secretário, foi unanimemente aprovada e vai assinada por todos os presentes, extraíndo-se uma cópia dactilografada, também por todos assinada, para os fins legais. — *Júlio Borghi*. — *José Martinelli*. — *M. Parodi*. — *Mário da Gama Machado*. — *Mário d'Almeida*. — *J. M. de Souza Aguiar*. — *Lacoste*. — *João Villaga*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Primeira Seção

Em cumprimento ao despacho exarado pelo senhor diretor deste Departamento, em 19 de janeiro de 1940, no requerimento da sociedade anônima Minas de Ferro S. A., certifico que se acham devidamente arquivados nesta Repartição, sob o número 14.909, os seguintes documentos: a) cópia da ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 1939, que elegeu a Diretoria para o exercício de 1940; b) prova de quitação com o imposto de renda; c) pública-forma comprobatória de quitação com o imposto de indústria e profissões. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Seção. Eu, Luiz Válder Barbosa, escrivão da classe "F", passei a presente certidão. (Selado com 20\$200.) Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940. — *Luiz Válder Barbosa*, escrivão da classe "F". Visto. — *Celso Esteves*, pelo diretor da seção. Carimbo: "Departamento Nacional da Indústria e Comércio".

(C 1.153 — 31-1-1940 — 87\$7.)

SOCIEDADES CIVIS

CLUBE CARNAVALESKO PROGRESSISTA DE SANTA CRUZ

(EXTRATO DE ESTATUTOS)

Fundado nesta Capital, sua sede e fóro, em 12 de abril de 1912, de duração indeterminada e o patrimônio a se constituir, não respondendo seus sócios, subsidiariamente, pelas obrigações sociais, são seus fins proporcionar a seus sócios as maiores festividades carnavalescas e ao povo em geral prêmios e passeatas alegóricas. A sua Diretoria se compõe de: presidente (que a representará em Juízo), vice-presidente, secretário geral, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, 1º e 2º procuradores, fiscal e bibliotecário. A Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim compete a alteração dos presentes Estatutos do Clube, para cuja dissolução e destino do patrimônio, neste caso, se aplicará o que dispõe o artigo 38 e seus parágrafos. A Diretoria atual consta dos Estatutos. — *A Diretoria.*

(C. 1.167 — 31-1-1940 — 21\$1.)

ANÚNCIOS

Companhia Nacional de Engenharia e Arquitetura S. A.

Balanco e Conta

A Diretoria comunica aos senhores acionistas que se acham à sua disposição, para exame, no escritório da Companhia, à rua Araújo Porto Alegre n. 70, sala 305, 3º andar, o balanço relativo ao exercício de 1939, bem como o livro de distribuição de cautelas das ações ao portador.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.070 — 29-1-1940 — 42\$800 — 3 vezes)

Companhia Comercial do Rio de Janeiro

No escritório da Companhia Comercial do Rio de Janeiro, à rua do Ouvidor n. 57, 4º andar, acham-se à disposição dos Srs. acionistas todos os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.105 — 30-1-1940 — 29\$600 — 3 vezes)

S. A. Refinaria Magalhães

Levamos ao conhecimento dos senhores acionistas que se acham no escritório da sede social, à sua disposição, os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.018 — 30-1-1940 — 30\$300 — 3 vezes)

Sociedade Anônima Pacheco Moreira

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, na sede da Companhia, à avenida Rio Branco n. 37, 2º andar, no dia 20 de fevereiro do corrente ano, às 15 horas, afim de tomarem conhecimento do relatório, contas, balanço e parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano social de 1939, bem como procederem à eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e suplentes para o ano social de 1940. Os senhores portadores de ações deverão depositá-las previamente, de acordo com os Estatutos, 10 dias antes da assembléia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 939 — 30-1-1940 — 36\$700 — 2 vezes)

Declaração

Declaramos, para os devidos efeitos, que se acha perdido o talão do imposto de transmissão de propriedade, sob n. 2.810, pago à Prefeitura do Distrito Federal, em nome do Sr. Fernando de Abreu Coutinho, em 30 de setembro de 1930, relativo a um terreno sito à rua Saint Roman, nesta Capital.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. — Por procuração do Sr. Fernando de Abreu Coutinho, Companhia Comércio e Construções S. A., Jayme Leal Costa, diretor. — *Arethyno de Carvalho, diretor.*

Reconheço as firmas Jayme Leal Costa e Arethyno de Carvalho. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1940. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Mozart Lago.*

(C. 636 — 17-1-1940 — 290\$700 — 15 vezes)

Bordallo, Brenha S. A.

CASA BANCÁRIA

A partir de 15 de fevereiro próximo, se pagará, na sede desta Casa, à avenida Rio Branco n. 80, loja, o 1º dividendo, relativo ao exercício de 1939, à razão de 14 % a. a.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.046 — 30-1-1940 — 22\$100 — 2 vezes)

Usinas Francisco Vasconcelos S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 8 de fevereiro próximo, às 15 horas, na sede social, à rua México n. 90, 8º andar, nesta cidade, afim de deliberar sobre a mudança da denominação da sociedade.

De acordo com o art. 23, parágrafo único, dos Estatutos, os Srs. acionistas deverão depositar as suas ações na sede social, 48 horas antes da assembléia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1940. — *Guilherme Guinle, diretor-presidente.*

(C. 1.025 — 30-1-1940 — 49\$000 — 3 vezes)

Amoroso Costa S. A.

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 1 de março de 1940, às 16 horas, na sede da sociedade, à rua S. Pedro n. 74, para:

a) exame e aprovação do balanço e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 1939;

b) eleição do conselho fiscal e seus suplentes para o exercício de 1940.

As ações ao portador deverão ser depositadas na caixa da sociedade ou em banco idôneo desta praça, até ao dia 26 de fevereiro de 1940.

Acham-se desde já na sede da sociedade, à disposição dos senhores acionistas os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Estão suspensas as transferências de ações até ao dia da assembléia acima convocada.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.074 — 29-1-1940 — 67\$300 — 3 vezes)

Amoroso Costa S. A.

Do dia 15 de fevereiro em diante, todos os dias úteis, das 13 às 15 horas, no escritório desta sociedade, pagar-se-á o 2º dividendo, relativo ao exercício de 1939.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.075 — 29-1-1940 — 21\$100 — 3 vezes)

Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil

(73º Dividendo)

De 29 do corrente em diante, das 11 às 12 e das 14 às 16 horas, será pago, no escritório da Empresa, à rua General Câmara n. 120, 1º andar, o 73º dividendo, relativo ao 2º semestre de 1939, à razão de 6 % ao ano, ou sejam 3\$000 por ação.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.068 — 29-1-1940 — 33\$700 — 3 vezes)

Banco de Operações Mercantis S. A.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede desta sociedade, à rua General Câmara n. 76, os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 259 — 3-1-1940 — 26\$300 — 3 vezes)

Banco de Operações Mercantis S. A.

São convidados os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 3 de fevereiro de 1940, sábado, às 12 horas, em sua sede, à rua General Câmara n. 76, afim de tomarem conhecimento dos negócios da sociedade, aprovação do balanço, eleição da diretoria, do conselho fiscal e suplentes e fixação dos emolumentos da diretoria e do conselho fiscal.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 260 — 3-1-1940 — 36\$700 — 3 vezes)

Empresa Mineração do Riacho das Varas

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede desta companhia, à praça Getúlio Vargas n. 2, 11º andar (Edifício Odeon), os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.168 — 31-1-1940 — 10\$200)

"Sul América Capitalização" S. A.**COMPANHIA NACIONAL PARA FAVORECER A ECONOMIA****ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 19 de fevereiro vindouro, às 15 horas, na sede da companhia, à rua da Alfândega n. 41 (Edifício Sulacap), nesta capital, afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da Diretoria, balanço, contas e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1939, procederem à eleição do mesmo Conselho para o exercício de 1940 e ratificarem a nomeação de um diretor, de acordo com o art. 32º dos estatutos.

Os Srs. acionistas possuidores de ações ao portador deverão cumprir o disposto no art. 20 dos estatutos, afim de que possam tomar parte nas deliberações da assembleia geral.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.151 — 31-1-940 — 73\$100 — 3 vezes)

Banco dos Estados**CARTA PATENTE N. 1.927**

Matriz: Travessa do Ouvidor n. 28 — Rio de Janeiro

São convidados os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária a reunir-se no próximo dia 10 de fevereiro, sábado, às 18 horas, na sede social, afim de tomar conhecimento e deliberar sobre o relatório, balanço e contas referentes ao exercício de 1939, eleger a nova diretoria, conselho fiscal e suplentes, e, bem assim, homologar as resoluções da assembleia geral extraordinária de 15 de outubro de 1939, que reformou os estatutos do Banco.

Até a data da assembleia geral ora convocada, ficam à disposição dos interessados, na mesma sede social, os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Após 11 de fevereiro serão pagos, nos dias úteis, na sede da matriz ou em qualquer das agências do Banco dos Estados, os dividendos relativos aos dois últimos semestres, na base de 8 %, nos termos do art. 3º § 3º, dos estatutos sociais, sendo que os dividendos serão calculados da data da integralização das ações.

Rio, 24 de janeiro de 1940. — *A diretoria.*

(C. 1.152 — 31-1-940 — 55\$100 — 2 vezes)

Companhia Fabril Paranaense**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Afim de tomarem conhecimento do relatório da diretoria, relativo ao ano de 1939, e do respectivo parecer do conselho fiscal, julgarem os atos e contas da administração nesse exercício, e elegerem o conselho fiscal para o corrente ano, ficam convidados os senhores acionistas para se reunir em assembleia geral, às 15 horas do dia 19 de fevereiro próximo, na sede da Companhia, na rua Visconde de Inhaúma n. 69, sobrado.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.201 — 31-1-940 — 16\$300)

Declaração

Eu, abaixo assinado, declaro à praça em geral, que comprei o estabelecimento comercial do Sr. Josel David Zilberberg, sito à rua Barão de Bom Retiro n. 36, no Engenho Novo, assumindo o ativo e passivo da firma, e peço aos seus credores para se apresentarem no prazo da lei.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Chifra Koiffmann.*

Reconheço a firma Chifre Koiffmann.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Antonio de Alvarenga Freire.*

(C. 1.204 — 31-1-940 — 49\$000 — 3 vezes)

Companhia Brasileira de Fósforos**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas convocados para a assembleia geral ordinária, a realizar-se em 16 de fevereiro próximo, às 15 horas, na sede da companhia, à rua Visconde de Inhaúma n. 69, para o exame e julgamento do relatório da diretoria, balanço de 1939 e contas da administração nesse exercício, bem como do parecer do conselho fiscal.

A mesma assembleia deverá proceder à eleição da diretoria para o triênio de 1940-1942, e do conselho fiscal para o corrente ano.

Os senhores acionistas precisarão depositar suas ações na sede social até ao dia 13 do aludido mês de fevereiro, para poderem tomar parte nessa assembleia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Francis Walter Hime,* presidente.

(C. 1.202 — 31-1-940 — 20\$100)

Companhia Minas da Jangada S. A.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede desta companhia, à praça Getúlio Vargas n. 2, 11º andar (Edifício Odeon), os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.169 — 31-1-940 — 10\$200)

Companhia Lopes & Sá

São convidados os senhores acionistas para se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, à rua Acre n. 55, no dia 23 de fevereiro de 1940, às 16 horas, para ouvir a leitura do relatório da diretoria, votar suas contas, eleger o conselho fiscal e suplentes e tomar quaisquer deliberações de interesse social.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.211 — 31-1-940 — 36\$700 — 3 vezes)

Camara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos**VENDAS JUDICIAIS**

O corretor Mauricio de Abreu, autorizado por alvará do Dr. juiz da 1ª Vara de Orfãos, venderá em leilão na Bolsa do dia 1 de fevereiro 1.149 apólices do Estado de Minas Gerais, de 200\$000, 9 %, port. (1934) (2ª série) e cinco ditas do Empréstimo Municipal de 1931, port. pertencentes ao espólio de Elisa Guimarães Calógeras.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1940. — *Juvenal de Queiroz Vieira,* presidente.

(C. 1.164 — 31-1-940 — 12\$200)

Sino Sociedade Anônima

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à praça Mauá n. 7, 6º pavimento, os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, relativos às operações realizadas no ano próximo findo.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.165 — 31-1-940 — 10\$200)

Casa Bancária Continental S. A.

Acham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede, à rua São Pedro n. 57, todos os documentos a que se refere o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1940. — *Casa Bancária Continental S. A. — A Diretoria.*

(C. 1.209 — 31-1-940 — 24\$500 — 3 vezes)

S. A. Monitor Mercantil**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 5 de março próximo, às 15 horas, na sede da Sociedade, à rua 1º de Março n. 80, 2º andar, nesta cidade, afim de tomarem conhecimento do parecer do Conselho Fiscal e examinarem as contas e balanço do exercício de 1939, assim como elegerem o Conselho Fiscal, suplentes e o Conselho Consultivo, tudo de conformidade com o art. 14 dos Estatutos da Sociedade. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Sociedade, os documentos a que se refere o art. 147 da Lei das Sociedades Anônimas. O art. 15 dos Estatutos da Sociedade determina: Só poderão tomar parte nas assembleias da Sociedade, por si ou seus procuradores, os acionistas inscritos no respectivo livro de registro, 30 dias antes das reuniões. Ficam suspensas as transferências de ações, até o dia em que se realizar a assembleia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Pedro Leite Bastos,* diretor-presidente.

(C. 1.208 — 31-1-940 — 88\$700 — 3 vezes)

Casa Hilpert S. A.**Primeira convocação**

São convidados os Srs. acionistas da sociedade a se reunirem na sede social, à rua General Câmara n. 117, loja, no dia 28 de fevereiro de 1940, às 14 horas, em assembleia geral ordinária, afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre as contas, balanço geral, relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e demais documentos referentes ao exercício de 1939.

Nessa ocasião a assembleia geral deverá eleger a Diretoria para o período de 1940/3, os membros do conselho fiscal e suplentes para 1939.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.205 — 31-1-940 — 18\$400)

Banco do Distrito Federal

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA

Convidam-se os Srs. acionistas do Banco do Distrito Federal a se reunirem em assembléia extraordinária, no dia 15 de fevereiro próximo, às 14 horas, na sede social, à rua 1º de Março n. 93, nesta Capital.

A reunião terá por fim deliberar sobre aumento do capital social e reforma dos estatutos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.161 — 31-1-940 — 14\$300)

Banco do Distrito Federal

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco s Srs. acionistas do Banco do Distrito Federal, a se reunirem em assembléia ordinária, no dia 2 de março p. futuro, às 14 horas, na sua sede social, à rua 1º de Março n. 93, nesta Capital, para a leitura do parecer no Conselho Fiscal, exame, discussão e deliberação s/inventário, balanço e contas da administração, relativas ao semestre anterior.

Ficam à disposição dos Srs. acionistas todos os papéis, livros e demais documentos, a que se refere o art. 147, ns. 1 a 3 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Paulo Rodrigues Alves*, presidente.

(C. 1.162 — 31-1-940 — 18\$400)

Aviso

Dias de Bethencourt & Comp., negociantes estabelecidos nesta Capital, à rua Luiz de Camões n. 51, loja, com casa de empréstimos sob penhores, vêm comunicar à praça e a quem interessar, que cessaram definitivamente suas operações.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *Dias de Bethencourt & Comp.*

Reconheço a firma Dias de Bethencourt & Comp.

Rio, 31 de janeiro de 1940. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Antonio Ferreira Leite.*

(C. 1.163 — 31-1-940 — 153\$000 — 10 vezes)

Rio Palacio Hotel S. A.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da Sociedade, os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.215 — 31-1-940 — 10\$200)

Empresa Brasileira Industrial e Locativa S. A.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da Empresa, os documentos de que trata o art. 147 do Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 1.216 — 31-1-940 — 10\$200)

Sindicato dos Proprietários de Veículos de Carga do Rio de Janeiro

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Segunda e última convocação

De ordem do Sr. presidente do Sindicato comunico aos associados que, tendo deixado de se realizar a assembléia geral ordinária, convocada para o dia 29 de janeiro, às 20 horas, por falta de número legal, conviço os Srs. associados a comparecerem à assembléia em segunda e última convocação, que se verificará com qualquer número de sócios, na conformidade do art. 28, parágrafo único, dos Estatutos, no dia 12 de fevereiro do corrente ano, às 20 horas.

Outrossim, tratando-se de assembléia ordinária, para cumprimento do disposto no art. 24, letras b e c dos Estatutos, o assunto, exclusivo a ser tratado na mesma reunião, constará:

a) apresentação do relatório e prestação de contas da Diretoria;

b) balanço anual da Tesouraria, e respectivo parecer do Conselho Fiscal;

e, não como por equívoco, consta do edital de 1ª convocação — isso é — “e assuntos gerais de interesse da classe”, porque nas assembléias ordinárias o assunto é determinado pelos Estatutos, — e, tendo em vista, ainda, a prorrogação do mandato da atual Diretoria por força de lei.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1940. — *José Ribeiro Nunes*, 1º secretário.

(C. 1.155 — 31-1-940 — 32\$600)

Casa Bancária Seabra Santos, S. A.

Rua General Câmara n. 44, loja

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembléia geral na sede desta Sociedade, no dia 20 de fevereiro, às 4 horas da tarde, para votação do relatório, balanço e contas do exercício de 1939, e eleição do novo Conselho Fiscal, devendo os mesmos senhores depositar em n/Caixa as suas ações, de conformidade com os estatutos.

De acôrdo com a lei, ficam à disposição dos Srs. acionistas os livros e documentos relativos ao ano findo.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1940. — *A Diretoria.*

(C. 947 — 30-1-940 — 64\$300 — 3 vezes)

Preço do número de hoje \$400

IMPrensa NACIONAL — INDÚSTRIA DO JORNAL
PRAÇA MARECHAL ÂNCORA — PONTA DO CALABOUÇO
